

*ACTA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA*

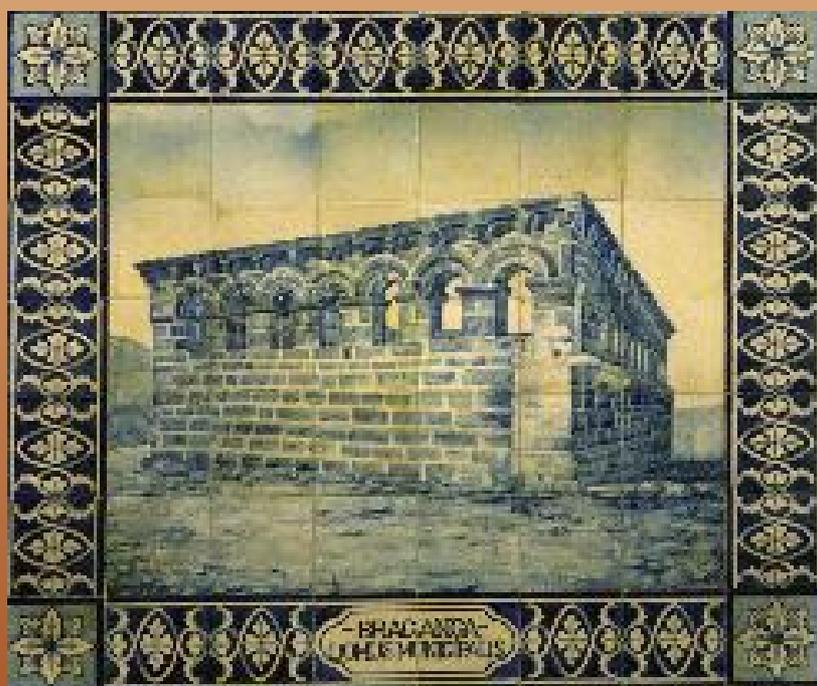


Imagem retirada de página 111 do site www.cm-braganca.pt

*REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DO ANO 2006,
NO
AUDITÓRIO PAULO QUINTELA
DE
BRAGANÇA*

SIGLAS

€	Euro
A4	Auto-estrada n.º 4
ACISB	Associação Comercial Industrial e Serviços de Bragança
AHAS	Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor
AM	Assembleia Municipal
AMI	Assistência Médica Internacional
AMTAD	Associação Municípios de trás os Montes e Alto Douro
CCDRN	Comissão de Coordenação Desenvolvimento da Região Norte
CDS/PP	Centro Democrático Social – Partido Popular
CDU	Coligação Democrática Unitária
CMB	Câmara Municipal de Bragança
CP	Combóios de Portugal
CPA	Código do Procedimento Administrativo
CPCJ	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
CRVCC	Centro de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências
DREN	Direcção Regional da Educação do Norte
EB1	Escola Básica 1
EDP	Eletricidade de Portugal
ETA	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETAR	Estação de Tratamentos Águas Residuais
FEF	Fundo de Equilíbrio Financeiro
ICN	Instituto de Conservação da Natureza
IEP	Instituto das Estradas de Portugal
IGFSS	Instituto de Gestão Financeiro da Segurança Social
III QCA	Terceiro Quadro Comunitário de Apoio
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal sobre Transacções
INAG	Instituto da Água
IP4	Itinerário Principal n.º 4
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
KM	Quilómetro
KWH	Kilowatt
LIDL	Superfície Comercial
MMB	Mercado Municipal de Bragança - EM
NERBA	Núcleo Empresarial de Bragança
ONU	Organização das Nações Unidas
PAOD	Período de Antes da Ordem do Dia
PC	Partido Comunista
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PNM	Parque Natural de Montesinho
PPI	Plano Plurianual de Investimento
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PT	Postos de Transformação
PU	Plano de Urbanização
QCA/CREN	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência de Estratégica Nacional
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SIMAB	Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores
TGV	Transporte de Grande Velocidade
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação

-----Sexta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 15 de Dezembro de 2006, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança -----

SUMÁRIO		Pág.
DIVERSOS:		
- Presenças e faltas		437
MANDATOS: - MEMBROS		
Assembleia Municipal:		
INSTALAÇÕES:		6
INTERVALO PARA ALMOÇO		63
JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS		6
MOÇÕES :		
1 – Referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez.....		11
2 – Trás-os-Montes/ICN.....		22
4 – Barragem Veiguinhas		418
3 – ATMAD		423
PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS		418

ORDEM DE TRABALHOS		Pág.
1 – ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da 5.ª sessão ordinária de 29 de Setembro de 2006. -----		7
2 – PÚBLICO - Período de intervenção .-----		7
3 – Período de Antes da Ordem do Dia . -----		8
4 – Período da Ordem do Dia: -----		29
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o estado e vida do Município . -----		29
4 .2 – Discussão e Deliberação sobre as seguintes Propostas da Câmara Municipal de Bragança: -----		64
4.2.1 – Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipal e Orçamento Municipal para o Ano de 2007;-----		64
4.2.2 – Mercado Municipal de Bragança EM – Aquisição de Quota à SIMAB;-----		311
4.2.3 – Reforço de Abastecimento de Água a Bragança – Estudo de Origens e Alternativas;-----		339
4.2.4 – Adesão à Associação “Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas”; -----		-
4.2.5 – Projecto de Regulamento dos Transportes Urbanos de Passageiros do Município de Bragança; -----		-
4.3 – Tomada de Conhecimento e Discussão, propostas pela Câmara Municipal de Bragança:		
4.3.1- Da Cedência do Direito de Superfície de uma Parcela de Terreno no Aeródromo Municipal;-----		-
4.3.2- Da Declaração Sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos. -----		-

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	
Amílcar Pires	13
Bruno Veloso	14
Henrique Ferreira	28,434
João Rodrigues	13,309
Lídio Correia	435
Luís Costa	423
Manuel Pires	435
Luís Pires	28,310,422,426
Luís Silvestre	338,339,434
Luís Vale	15
Nuno Reis	15,423,427
Victor Pereira	12

INTERVENÇÕES

Nome	
Amândio Gomes	333
António Afonso	56
António Vieira	283
Bruno Veloso	333,419,427
Carlos Cadavez	295
José Baltasar	403
Henrique Ferreira	296,297,298,300,413
Isidro Rodrigues	24
Júlio de Carvalho	19,27,417
Lídio Correia	8,23,24,330,410,413,419
Luís Costa	289,290
Luís Fernandes	405
Luís Martins	8
Luís Pires	23,49,301,328,415,425
Luís Vale	11,292,331
Martinho Nascimento	285
Nuno Reis	334,335,410,428
Paulo Xavier	16,302,303,304
Presidente da Câmara	29,46,61,251,305,327,336,337,377,405,406,407,414,424
Presidente da Mesa	7,8,10,12,13,14,15,16,19,22,23,24,27,28,42,44,45,46,49,53,55,56,59,61,63,64,251,283,289,290,292,295,296,301,302,304,305,308,309,310,327,328,329,332,333,334,336,337,338,339,377,399,400,403,405,406,407,409,410,411,412,413,414,415,417,418,419,421,422,423,425,426,427,428,429,430,431,432,433,435,436
Primeiro Secretário	63,285,433,434
Vasco Vaz	59
Victor Pereira	336,412,422,425

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	
Eduardo Malhão	45
Henrique Ferreira	409,430,431
Júlio de Carvalho	407,408
João Ortega	44
José Baltasar	401
Lídio Correia	53,429
Luís Costa	42,400
Luís Fernandes	55
Luís Silvestre	407,432
Vítor Pereira	399,404
Paulo Hermenegildo	400,421

----- Aos **quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis**, realizou-se no auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **sexta sessão ordinária** da Assembleia Municipal, com início às 9h30 e fim às 19h00, **na qual participaram noventa membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 – ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da 5.^a sessão ordinária de 29 de Setembro de 2006. -----

2 – PÚBLICO - Período de intervenção.-----

3 – Período de Antes da Ordem do Dia. -----

4 – Período da Ordem do Dia: -----

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o estado e vida do Município. -----

4.2 – Discussão e Deliberação sobre as seguintes Propostas da Câmara Municipal de Bragança:-----

4.2.1 – Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipal e Orçamento Municipal para o Ano de 2007;-----

4.2.2 – Mercado Municipal de Bragança EM – Aquisição de Quota à SIMAB;-----

4.2.3 – Reforço de Abastecimento de Água a Bragança – Estudo de Origens e Alternativas;-----

4.2.4 – Adesão à Associação “Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas”;-----

4.2.5 – Projecto de Regulamento dos Transportes Urbanos de Passageiros do Município de Bragança;-----

4.3 – Tomada de Conhecimento e Discussão, propostas pela Câmara Municipal de Bragança:-----

4.3.1- Da Cedência do Direito de Superfície de uma Parcela de Terreno no Aeródromo Municipal;-----

4.3.2- Da Declaração Sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos.-----

----- **QUORUM** - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:-----

EXPEDIENTE: (Alínea n), nº. 1 artigo 46º. A da lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro). -

A correspondência recebida que nos pareceu de maior relevância foi enviada aos líderes parlamentares e representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para conhecimento e fins tidos por convenientes. Esta correspondência, bem como a restante, encontra-se arquivada na pasta respectiva à disposição de todos os membros desta Assembleia. -----

.....**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

.....**PS** –Alzira da Conceição Bento – Substituída por Pedro Miguel Fernandes Teixeira
.....Orlando. Matos Pontes - Substituído por Francisco Manuel Esteves Marcos.
.....Lídia Gomes Valinho.....
.....**PSD** – António Guedes de Almeida – Substituído por Luís Manuel Ferro Azevedo.....
.....Adérito de Jesus Falcão Lhano – Substituído por Maria Olinda Pereira Silva.....
.....António Fernando da Cruz Oliveira – Substituído por Etelvina Rosa Pires.....
.....Luís Manuel Madureira Afonso – Substituído por Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso.

.....**INSTALAÇÕES:**-----

----- **Orlando Gilberto Figueiredo Pires** – Substituto do Presidente de Junta de Freguesia de Gondesende, eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascido em 1 de Março de 1945, filho de Manuel Jaime Pires e de Maria Teresa Figueiredo, natural e residente na Freguesia de Gondesende, Município de Bragança, portador de: Bilhete de Identidade nº. 3001593, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança em 22 de Abril de 2005, cartão de eleitor nº.84 da Comissão Recenseadora da Freguesia de Gondesende, emitido em 18 de Fevereiro de 1975 e cartão de contribuinte nº. 105955728.-----

----- -- **Etelvina Rosa Pires** - Eleita pela lista do Partido Social Democrata, nascida em 30 de Junho de 1954, filha de José Manuel Pires e de Ermezinda Augusta Castro, funcionária pública, natural da Freguesia de Penas Róias, Município de Mogadouro e residente na Freguesia de Santa Maria – Bragança, Município de Bragança, portador de: Bilhete de Identidade nº. 3151780, emitido pelos serviços de Identificação Civil de Bragança em 29 de Abril de 1999, cartão de eleitora nº. 5165, da Comissão Recenseadora da Freguesia de Santa Maria – Bragança, em 14 de Junho de 1999 e cartão de contribuinte 104523883 da repartição de Finanças de Bragança, em 12 de Setembro de 1983. -----

----- -----**Francisco Manuel Esteves Marcos** - Eleita pela lista do Partido Socialista, nascida em 23 de Dezembro de 1968, filho de Amador Marcos Jorge Marcos, funcionário público, natural da Freguesia da Sé – Bragança, Município de Bragança e residente no Bairro de Santa Luzia, nº. 120 – Miranda do Douro, portador de: Bilhete de Identidade nº. 8562324, emitido pelos serviços de Identificação Civil de Bragança em 19 de Junho de 2001, cartão de eleitor nº. 2048, emitido pela Comissão Recenseadora da Freguesia de Miranda do Douro e cartão de contribuinte 194682536 da Repartição de Finanças de Bragança. -----

----- ----- **Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso** - Eleita pela lista do Partido Social

Democrata, nascida em 13 de Junho de 1962, filha de Adérito Aníbal Barreira e de Maria Inês Cerqueira Barreira, funcionário público, natural de Angola e residente na freguesia der Baçal – Município de Bragança, portador de: Bilhete de Identidade nº. 6255466, emitido pelos serviços de Identificação Civil de Bragança em 1 de Outubro de 2003, cartão de eleitor nº. 8253, emitido pela Comissão Recenseadora da Freguesia de Sé – Município de Bragança e cartão de contribuinte 177925965 da Repartição de Finanças de Bragança. -----

.....**Presidente da Mesa** – Senhoras e Senhores membros da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, muito bom dia.
.....Indicam-me que acabamos de juntar o número de pessoas que constituem o quórum mínimo para podermos funcionar, e sendo assim vamos dar início aos nossos trabalhos.
.....Aguardo um momento para que acabem as saudações que são perfeitamente naturais, e que se faça silêncio na sala, a fim de podermos começar os trabalhos.
.....Bom, e vamos começá-los com uma nota agradável que com certeza dará prazer a todos. Eu queria comunicar aos Senhores membros da Assembleia que estão convidados, por gentileza da Câmara Municipal, para almoçarmos juntos e comemorarmos esta época natalícia no “Restaurante Tulipa”, e por isso, nessa altura, teremos com certeza o prazer de ter todos os membros a participar nesse almoço.
.....Também queria deixar a informação de que há uma distribuição de uns livros, cuja iniciativa editorial penso que também foi da Câmara e que também estarão à disposição dos Senhores membros da Assembleia no intervalo da sessão ou conforme melhor o desejarem. ...
.....Dispensamo-me de fazer a leitura completa da vária correspondência que entrou e saiu nos serviços da Assembleia, pelo que tem sido continuado o procedimento de dar informação aos líderes dos vários Grupos Municipais dessa mesma correspondência a fim de que eles a possam divulgar dentro dos seus Grupos Municipais se assim o entenderem. E sendo assim, passávamos ao Ponto.....

.....**PONTO 1 – ACTAS:** Leitura, discussão e votação da acta da **quinta sessão ordinária realizada em 29 de Setembro do ano de 2006** – Não tendo havido discussão foi a mesma **aprovada, por maioria qualificada**, com cinquenta e um votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, estando momentaneamente, cinquenta e dois membros presentes. -----

.....**Presidente da Mesa** - Passamos ao

.....**PONTO 2 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....**

..... Perguntava se há algum elemento do público que queira pedir a palavra? Não é o caso.

.....Passamos imediatamente ao.....

.....**PONTO 3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**.....

..... A Mesa recolhe inscrições para intervenção no período de Antes da Ordem do Dia.....

.....Eu dava a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Donai, Luís Martins.

.....**Luís Martins** – Bom dia a todos, e agradecer à Mesa da Assembleia e a todos vocês presentes a continuação de um bom dia de trabalhos também, e o que eu queria pedir aqui aos meus colegas Presidentes de Junta de Freguesia, para o início do ano de 2007, na medida do quanto possível, a colocação da toponímia nas suas Freguesias, dado eu estar ligado à responsabilidade da distribuição de Correio de Bragança, do Concelho de Bragança e mais algumas áreas, mas no que diz respeito aqui às Freguesias de Bragança, seria essencial a existência de toponímia para podermos servir os nossos clientes da melhor forma. Caso algum de vocês tenha alguma dificuldade, se precisarem também estarei disponível para colaborar ou ajudar na medida do possível.

.....Era só. Muito obrigado a todos.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Está aqui uma boa utilização da dupla função de Presidente de Junta e de responsabilidades funcionais, enquanto numa qualidade pedir a ajuda dos colegas para ajudar a resolver os problemas da outra qualidade.

.....Dou a palavra ao senhor membro da Assembleia Lídio Correia, por favor.....

.....**Lídio Correia** – Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal, a todos bom dia e votos de bom trabalho, e como depois me posso esquecer, já agora desejo a todos um Bom Natal, melhor do que os anteriores.

.....Promover a coesão económica e Social de todo o território Nacional, orientando o desenvolvimento no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões e eliminando progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo e entre o litoral e o interior, é o que estipula o art.º 81, alínea d) - incumbências prioritárias do Estado da Constituição da República.

.....Ora, enquanto cada cidadão inserido nos espaços em que vive não tiver a mesma igualdade de oportunidades que o cidadão inserido noutra qualquer do todo nacional, não se cumpre a Constituição nem se respeita a democracia.

.....E os Governos não têm cumprido a Constituição, e este continua a não cumprir, e agora com a agravante de ter a bênção do Presidente da República. E enquanto assim for,

poderemos sempre questionar a democraticidade destes órgãos, quer do Governo, quer da Presidência da República.

.....Em tempo de vacas magras, alguns dizem: O Governo fez em Bragança uma Governação aberta, e o Presidente da República um périplo a exaltar o capitalismo de inclusão. Passando por cima do facto ridículo do Presidente da República de Portugal ter entrado pela porta dos fundos do Teatro, porque na Praça em frente se montava um palco para uma manifestação de trabalhadores e note-se, que ainda nem sequer decorria a manifestação, estava-se a montar o palco, e isto fê-lo o Presidente da República de Portugal, cabe perguntar o que é que o Governo e o Presidente da República nos trouxeram. Isto em tempo de vacas magras.

.....Constataram o nosso atraso, e mandaram-nos ser pró-activos, e os apoiantes locais entusiasmados bateram palmas e disseram “pois!”.....

..... Senhoras e Senhores membros da Assembleia, Bragança e o Nordeste não estão fatalmente destinados ao atraso e à desertificação. Bragança e o Nordeste tem potencialidades e o País precisa de nós, da agricultura com produtos únicos do mundo, agropecuária, turismo e reservas naturais, aos recursos hídricos e mineiros, passando pela massa crítica que já possuímos e pela fixação de outra a que se alia a nossa posição privilegiada face à Europa. Tudo isto são bandeiras que temos de empunhar para nos afirmarmos, sempre alicerçados no nosso bem mais precioso que é o povo da nossa Região.

.....Claro está que para o nosso desenvolvimento e a potenciação dos nossos recursos são necessárias políticas activas de discriminação positiva, são necessárias estradas de ligação transnacional, nacional e Concelhias, é necessária uma linha de caminho de ferro moderna, com ligação à Europa, é necessário criar a Universidade de Bragança, apoiar a agricultura familiar e defender o mundo rural, apoiar a instalação de pequenas e médias empresas, é necessário estancar a perda de serviços e é necessário ter serviços públicos que respondam cabalmente às necessidades das populações onde quer que se encontrem.

.....Falta um Plano de desenvolvimento Regional, que obrigue nomeadamente a distribuir as verbas do próximo QCA/CREN pelas Regiões a quem se destinam pelo seu atraso, por forma a que quando falamos do Norte não estejamos só a falar do Porto, mas também de Bragança e do Nordeste.

.....Foram estas em suma as conclusões da sexta Assembleia da Organização Concelhia de Bragança do Partido Comunista Português, realizada em 29 de Outubro de 2006, por forma a afirmar a capitalidade de Bragança no contexto Regional, Nacional e Transfronteiriço.

.....Também o Partido Comunista Português no âmbito do PIDDAC, apresentou propostas para o desenvolvimento do Nordeste. Foram trinta e uma propostas no valor global de nove milhões e cem mil euros. Nove milhões serão um milhão e oitocentos mil contos, menos de dois milhões de contos portanto para a região mais desfavorecida da Europa.

.....Para o Concelho de Bragança, propunha-se um PIDDAC no valor global de quatro milhões e trezentos e cinquenta mil euros, para realizações no âmbito dos transportes e comunicações, do desenvolvimento comunitário e equipamentos colectivos, investimento empresarial, etc.

..... Contra um investimento de nove milhões e cem mil euros no Nordeste, e de quatro milhões e trezentos e cinquenta mil euros no Concelho, votaram contra, irmanados, os deputados do PS e do PSD eleitos pelo Distrito.

.....E são estes mesmos deputados que votaram favoravelmente as obras de milhões para OTAs, TGVs, etc, etc. Sabemos-lhe os nomes, todos nós os conhecemos. E são estes mesmos deputados que defendem os círculos uninominais, porque assim se aproxima mais o deputado dilector, dizem-nos. E a pergunta que cabe é, o que impede estes Senhores de se aproximarem dos seus eleitos e de defenderem o Nordeste?

.....Existe, há anos, um organismo para criar um Plano Nacional contra a desertificação do interior e que até tem um Comissário, e nós aqui tão perto... A ONU elegeu 2007 como ano contra a desertificação dos territórios. Valer-nos-á ainda de alguma coisa estes dois factos de termos um Plano Nacional contra a desertificação do interior, que agora até pretende criar um Provedor do interior, imagine-se, quem será o “boy” que vai ocupar esse lugar? Valerá a pena ainda? Será que a ONU quando queria o ano contra a desertificação dos territórios ainda nos vai valer de alguma coisa? O Governo e os seus acólitos locais têm a noção do que representa o desenvolvimento absurdamente desigual do país? Aqueles que têm obrigação de nos representar a nível político terão a noção do que é já hoje o isolamento, o envelhecimento e o medo? É bom que tenhamos a noção que temos pessoas idosas com muito medo, sobretudo à noite nas nossas aldeias, inclusive aqui na cidade.

..... Em suma, a desertificação no Concelho e no Distrito, por nós, CDU, hoje como sempre continuamos a creditar no futuro de Bragança e das suas gentes, e hoje como sempre na Assembleia Municipal, na Assembleia da República, na Rua, onde quer que seja, lutaremos para que se invertam as políticas e o Nordeste continue a ser Portugal.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado senhor membro da Assembleia Lídio Correia.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, tem a palavra.....

.....Eu ia voltar a pedir aos senhores membros da Assembleia para como já vinha sendo costume, deixarem as duas últimas filas deste anfiteatro livres para a Comunicação Social e para o Público. Pelo que estou a ver chegaram membros da Comunicação Social que daqui a pouco não se sentam porque não têm lugar.

.....Também informava antes do Senhor membro da Assembleia começar a usar da palavra, que nos termos regimentais foram já dadas instruções para terminar o período das assinatura das folhas de presença, e pedia ao Senhor Secretário para mandar proceder ao recolher

dessas folhas, para que tudo se processe de acordo com aquilo que está previsto no Regimento.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale tem a palavra, se faz favor.....

.....**Luís Vale** – Antes de mais gostaria de cumprimentar a todos, Senhor Presidente da Mesa e Secretários, Senhor Presidente da Câmara, demais Executivo, Senhores Presidentes de Junta, membros da Assembleia, Comunicação Social e Público. Bom dia a todos.....

.....Nesta primeira intervenção venho-vos trazer uma proposta de moção sobre o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, que diz o seguinte:.....

“ MOÇÃO

-----O REFERENDO SOBRE A INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ-----

.....Considerando que:.....

.....A Assembleia da República aprovou, no passado dia 19 de Outubro, a realização de um referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez, até às dez semanas, a pedido da mulher;.....

.....O Presidente da República marcou para 11 de Fevereiro de 2007, a realização dessa consulta popular;

.....As dimensões sociais e de saúde pública associadas ao aborto clandestino implicam questões que extravasam o mero âmbito judicial e entram no domínio dos direitos humanos;

.....Os sucessivos julgamentos verificados nos últimos anos no nosso país vieram demonstrar a injustiça do actual quadro legislativo relativo a esta matéria, pela devassa da vida privada das mulheres envolvidas e por ferir a sua dignidade;.....

.....Independentemente das posições e das opiniões de cada um e de cada grupo municipal aqui representado, a realização deste referendo exige um amplo e sério debate público que mobilize as e os cidadãos para uma participação informada;

.....**A Assembleia Municipal de Bragança, reunida ordinariamente a 15 de Dezembro de 2006, delibera:**.....

.....1. Promover um amplo Debate Público que a realização do referendo impõe, contribuindo assim para que, em Bragança, território de participação, se verifique o confronto de ideias e se sensibilizem as e os cidadãos para esta problemática, nomeadamente através da realização de uma sessão de debate/esclarecimento em que intervenham os diversos movimentos envolvidos.

.....2. Que a responsabilidade da promoção, divulgação e organização deste amplo Debate seja assumida pela Comissão Permanente da A.M.

.....O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.....

.....Bragança, 15 de Dezembro de 2006”.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia.
.....Todos os Senhores membros da Assembleia ouviram o texto da moção, de maneira que, vamos registar inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre esta moção.
.....Não havendo inscrições para pedidos de esclarecimento sobre a moção, vamos então abrir as inscrições para intervenções sobre esta moção.
.....A Assembleia mantém o silêncio relativamente a esta moção, não havendo pedidos de esclarecimento, e não havendo intervenções, eu vou passar a por a moção à votação.
.....Eu estou com um bocadinho de dificuldade em digerir este resultado desta votação e por isso é que ainda não anunciei o resultado, porque de facto numa matéria destas 54 abstenções é efectivamente, numa Assembleia de cem membros, não posso sustentar este desabafo lateral.

.....**Após análise e discussão foi a mesma moção submetida a votação tendo sido aprovada com 11 votos a favor, zero votos contra e cinquenta e quatro abstenções, estando momentaneamente, sessenta e cinco membros presentes.**

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.....
.....Senhor membro da Assembleia Vítor Prada, faça o favor.

.....**Vítor Pereira** – Muito bom dia.
.....Excelentíssima Mesa, excelentíssimo Executivo, caros Deputados, Comunicação Social, muito bom dia.
.....Este assunto é um assunto, aliás como a própria moção o diz, é um assunto do foro íntimo, um assunto que responsabiliza cada um de nós, é um assunto que faz parte da nossa consciência e portanto como tal, é um assunto delicado.
..... Mas o PS, e não sei se vocês se estiveram atentos, e eu penso que estiveram, à moção que o Luís apresentou aqui, isto é uma moção para debater. Aliás, a moção pretende debater, isto é, pretende esclarecer. Sendo uma moção para esclarecer, é evidente que, e pego aqui também nas palavras do Senhor Presidente da Assembleia, não poderia nunca de maneira nenhuma o PS votar, ou abster-se ou votar contra, teria obrigatoriamente que votar a favor. E como tal, também me parece que esta espécie de tabu, que paira sobre este assunto, parece-me que já não estamos em tempo disso, eu acho que as coisas são livres, nós temos todo o à vontade para discutir seja o que for, e devemos discuti-lo, sem pruridos, sempre, e eu torno a repetir isso, salvaguardando a consciência e o livre pensamento de cada um, isso é verdade. Portanto, o PS teria que votar obrigatoriamente a favor.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor membro da Assembleia Amílcar Pires, faça favor.

.....**Amílcar Pires**.....
.....Excelentíssima Mesa da Assembleia, Excelentíssimo Executivo, minhas Senhoras e meus Senhores membros da Assembleia, Comunicação Social presente, bom dia a todos.
.....Eu penso que é do conhecimento de quase todos que a minha posição sobre esta matéria é um pouco diferente da maioria dos militantes do meu Partido, mas, no meu Partido há liberdade para expressarmos as nossas opiniões, razão pela qual eu votei diferente do PS nesta matéria.....
..... O PS votou a favor de que haja esse debate organizado pela Assembleia, eu abstive-me para não votar contra, na medida em que embora eu defenda que deve haver no seio da sociedade civil um amplo debate, o mais esclarecedor possível, mas organizado por essa própria sociedade civil, eu acho que esta questão não deve ser partidarizada, e ao ser a Assembleia Municipal a organizar o debate eu tenho alguns receios de que haja alguma partidarização desta matéria, da interrupção voluntária da gravidez. E foi esta a razão, por não concordar que seja a Assembleia a realizar o debate, ou provavelmente a influir nele, que eu me abstive.
.....Boas festas, Bom Natal e um Bom ano para todos.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia Amílcar Pires.
.....Eu dava a palavra para uma declaração de voto ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Alfaião.

.....**Presidente da Mesa** – Foi para isso que foi pedida a palavra?
.....Mas preferia, de facto, dar a palavra ao Senhor João, do que ao Presidente de Junta de Freguesia de Alfaião, porque de facto, permitam-me o à-vontade, eu acho que estamos a tratar um tema do foro individual, e que naturalmente tomadas de posição, quer de órgãos, ou seja, a própria Assembleia, quer de órgãos como são as Juntas de Freguesia, têm outro significado, mas tem a palavra na qualidade em que lhe acabei de dizer.....

.....**João Rodrigues** – Muito bom dia a todos.
.....Também eu não fiz nada para inviabilizar esta proposta, muito embora me pareça que ela, sejamos claros, sinceros, objectivos, tendo em conta a origem e o partido de quem vem, se veja claramente o que é que ela pretende, e digamos, aquilo que ela quer apoiar. Eu diria, como diz ali amigo Amílcar que de facto este problema é um problema do foro íntimo, é um problema pessoal e que a sociedade civil deve discutir livremente, e que esta Assembleia não devia de facto intervir nesta discussão.

.....Também lhes queria dizer que nós estamos numa região, como diz o amigo Lídio Correia, cada vez mais desertificada, não quero dizer que ponhamos as nossas mulheres, as mães de Bragança a fabricar “entre aspas”, filhos, para isso não acontecer, mas também lhes queria dizer que ser mãe é muito bonito. Todos nós queremos chamar mãe durante muito tempo às nossas mães, e eu queria-lhes pedir a todos que olhassem ali assim para aquele quadro e vissem aquela criancinha, aquele menino que ali está, e que a partir daí nós reflectíssemos melhor sobre qual é a nossa responsabilidade de ser mãe. E é isso que eu lhes queria pedir.

.....Entretanto aproveito para desejar a toda a Assembleia um Natal muito bom e um Ano Novo com tudo aquilo que de bom nós possamos desejar para nós e para a família toda.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso, faça o favor.

.....**Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos.

.....Eu tinha pedido uma declaração de voto, que depois prescindi, mas depois desta intervenção, obviamente que tive que reiterar a minha declaração de voto, e isto porque aquilo que aqui aconteceu não foi uma declaração de voto relativamente à moção do nosso colega da Assembleia, em relação a uma proposta que é uma proposta como qualquer outra, de debate e discussão que esta Assembleia deve ter.

..... E quando nós partimos para uma democracia onde se pede a opinião dos cidadãos, seja ela de que índole for, mais ou menos liberal, mais ou menos conservadora, esta Assembleia como órgão de discussão e como órgão que deve também abrir a discussão e as portas da discussão às pessoas, que é para isso que existem os referendos, deve também potenciar a sua discussão.

.....E a declaração de voto anterior, não é uma declaração de voto daquilo que foi proposto, mas é uma declaração de intenções daquilo que vai ser a sua posição pessoal, legítima, em relação a determinadas matérias, e permitam-me também, se entrarmos por esse campo, discordar das analogias que aqui fez, e que em nada abonam aquilo que é o debate da matéria em questão, nomeadamente quando se refere aquela imagem, porque também todos nós temos direito à não religiosidade.

.....E portanto isso é uma matéria do foro de cada um e das liberdades de cada um. Aquilo que se pretende discutir é o que vai acontecer no próximo referendo, e a Assembleia Municipal deve potenciar a discussão de todos e qualquer debate e muito em especial quando os cidadãos são chamados a intervir no referendo.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

.....Eu peço desculpa à Assembleia de ter cometido uma gaffe na condução dos trabalhos, porque efectivamente de acordo com o novo Regimento, cada Grupo Municipal só tem direito a duas declarações de voto, e o Grupo Municipal do PS, por erro meu, foram-lhe concedidas três. Mais uma vez peço desculpa.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, promotor apresentador da moção, faça o favor.

.....**Luís Vale** – Regresso aqui, como é lógico, quase por reacção àquilo que foi dito antes, principalmente pelo Presidente de Junta que falou.

.....Isto para dizer o seguinte. Eu pessoalmente também acho que os Partidos não devem ter uma posição, obrigatoriamente não têm que ter uma posição sobre esta matéria. Agora também entendo que o possam ter, e aquilo que eu vim cá propor nesta moção, não foi que esse debate fosse protagonizado pelos Partidos Políticos, é convidar, devemos convidar os movimentos pelo sim e pelo não, para discutirem, para informarem a população. É só isso. Não interessa aqui a minha opinião pessoal ou a sua, ou a de qualquer outro Grupo que está aqui, temos todos essa liberdade de poder escolher.

..... Agora também me parece muito pobre a analogia que fez, ou a comparação que fez com essa imagem. Pelo que reza a história, pelos vistos essa criança não teve problemas nenhuns, cresceu saudável, e teve não um fim feliz, mas, pelo menos nos primeiros anos de vida teve algum sucesso. Mas há muitas crianças que não o têm. E se o Senhor pensa assim, tem que dar também liberdade para que outros pensem de outra maneira.....

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Nuno Reis, faça o favor.....

.....**Nuno Reis** – Muito obrigado Senhor Presidente, muito bom dia a todos.

.....O Partido Social Democrata absteve-se naturalmente nesta votação da moção proposta pelo Bloco de Esquerda, porque o Partido Social Democrata entende e eu acho que isso é consensual, quer na esfera política, quer na esfera cívica do país, que esta matéria é uma matéria eminentemente de consciência, e portanto não devem ser impostas disciplinas de voto. A verdade é que foi convocado um referendo, impõe-se como apelou o Senhor Presidente da República um amplo debate, e entende o Partido Social Democrata que todas as oportunidades de debate devem ser aceites, devem ser potenciadas, devem ser aproveitadas. Mas entendemos que privilegiar esse debate na Assembleia Municipal, que é organizado em função de partidos, em função de Grupos Municipais, tenderá de alguma forma a politizar excessivamente, ou a partidizar excessivamente esse debate, porque entendemos que a discussão é desejável, mas a sua partidização, ou a partidização de discursos não, porque

a palavra primordial deve ser atribuída aos movimentos cívicos, o Partido Social Democrata não poderia fazer outra coisa senão abster-se na votação desta moção.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Bom, com o número de abstenções que se verificaram foi aprovada de facto uma moção, em que expressamente a Assembleia Municipal de Bragança é incumbida de promover um amplo debate sobre o tema em causa. Promover um debate público que a realização do referendo impõe. E além disso, atribui-se a responsabilidade da promoção, divulgação e organização de um amplo debate à Comissão Permanente da Assembleia Municipal.

.....De uma maneira ou de outra, com vontade que assim fosse ou sem vontade que assim fosse, a Assembleia aprovou uma moção em que atribui ao seu órgão estatutário a responsabilidade da promoção, divulgação e organização do debate.

..... Eu devo confessar, pessoalmente estou o mais possível contra este tipo de moções, o mais possível. Mas, compete-me disciplinadamente e de acordo com as regras vigentes aceitar as decisões que a Assembleia ache por bem tomar.

.....Iremos pensar na maneira de melhor podermos assumir estas responsabilidades que são cometidas à Comissão Permanente, a fim de que, sem ferir os objectivos que foram aprovados, a Assembleia possa efectivamente desempenhar-se desta missão sem que fiquem eventuais cicatrizes. Faremos o possível para que assim seja.

.....Continuando nas inscrições para o uso da palavra, eu dava a palavra ao Senhor membro da Assembleia Amândio Gomes.

.....**Amândio Gomes** – Prescindo.....

.....**Presidente da Mesa** - Prescinde. Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sé, tem a palavra.

.....**Paulo Xavier** – **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

.....“Senhor Presidente da Assembleia Municipal

.....Senhores Secretários da Mesa.....

.....Senhor Presidente da Câmara Municipal

.....Senhoras e Senhores Vereadores.....

.....Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal

.....Comemorou-se no passado dia 12 de Dezembro, esta semana portanto, o trigésimo aniversário da primeira eleição democrática do Poder Local em Portugal. Efectivamente, em 12 de Dezembro de 1976 os portugueses puderam discutir de forma livre, aberta e frontal, não só as políticas e opções de desenvolvimento para as suas comunidades locais, como também

para aqueles que protagonizariam a sua execução quer nos órgãos deliberativos, quer nos órgãos executivos de Municípios e Freguesias.

.....O Poder Local Democrático e autónomo emerge como filho legítimo da Revolução Democrática, constituindo verdadeiro desiderato na Constituição de 1976. Passados que estão trinta anos sobre o primeiro sufrágio eleitoral para as autarquias locais Portugal está muito diferente, Portugal operou transformações extraordinárias que nos aproxima do concerto das nações europeias mais desenvolvidas.

.....Pesem embora as divergências de opinião ou até mesmo as diferentes opções estratégicas ou políticas que cada um dos partidos ou correntes de opinião tenham para oferecer na sociedade portuguesa, é indubitável que o Poder Local Autárquico se consolidou servindo hoje, em muitos casos, de catalizador ou impulsionador do processo de desenvolvimento nacional.

.....Não pretende a presente intervenção constituir um mero exercício protocolar de auto — elogio, almejando antes constituir-se como contributo sério para a discussão da actual realidade das autarquias locais e dos desafios com que se irão deparar num futuro, que salvo melhor opinião, se não afigura muito longínquo ou promissor.

.....Apesar dos múltiplos ataques sofridos em praça pública e que procuram desgastar autarcas e autarquias, os agentes locais da pirâmide democrática devem enfrentar com determinação e sem medo os obstáculos que uma administração central, desgastada e sem estratégia, coloca aqueles que exercem aquilo que alguns politólogos designam já de democracia de proximidade.

.....Absolutamente consciente da responsabilidade que sobre nós pesa, devemos olhar o futuro com convicção, resistindo aos ataques de um poder central que insiste em não compreender a acção das autarquias preferindo, antes, optar pela lógica fácil de uma certa intelectualidade aburguesada que nos observa como representantes de alguns interesses localmente instalados.

.....*E deixem-me só entender, que neste momento, o Poder do Governo e o nosso Governo Centralista como tem toda a indicação de querer fazer cada vez mais de Lisboa o centro das decisões, e há bem pouco tempo o Partido Socialista a defender a regionalização, eu sou um Regionalista convicto, é uma contradição que ninguém entende.*

.....*Eu por exemplo, como autarca, e quando fui chamado à Regionalização para votar, andei efectivamente e andaria também com a mão, porta a porta, com o Partido Socialista. Os autarcas do nosso Distrito, todos ou quase todos andaram a favor da regionalização. Bem, virado este tempo todo, temos aqui um poder que nos tira autonomia, um poder que cada vez centra mais a decisão e os autarcas querem, aliás, não são os autarcas, é o poder central, que quer efectivamente diminuir a acção dos autarcas. É lamentável meus senhores!.....*

.....Não negamos a existência de fenómenos localizados que desvirtuam e mancham a credibilidade do poder autárquico, mas tomar a parte pelo todo não é digno de um exercício

intelectual sério, nem se pode conceber que fenómenos isolados fundamentem uma restrição mais musculada às autonomias locais.....

.....SENHOR PRESIDENTE.....

.....SENHORAS E SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.....

.....Apesar de trinta anos imporem por si só alterações no modelo institucional e na vida das autarquias locais, as reformas e transformações podem e, necessariamente, redundarão em estrangulamentos e obstruções ao legítimo desenvolvimento das políticas locais de desenvolvimento.

.....Assim, não podemos deixar de considerar erradas e ilógicas as propostas legislativas aprovadas pela maioria socialista com as cumplicidades do CDS-PP. Restringir ou constringer a disciplina financeira das autarquias a despeito de um suposto desperdício de recursos públicos é um clamoroso erro histórico. Aliás, o Poder Central do Estado, que insiste em desvalorizar e desconsiderar as múltiplas conquistas autárquicas, não tem sequer a autoridade moral para o fazer ou a legitimidade constitucional. Saúda-se assim, a decisão do Senhor Presidente da República ao enviar para a fiscalização preventiva da constitucionalidade o Decreto Parlamentar que se promulgado constituiria a Lei das Finanças Regionais e Locais.....

.....Efectivamente, tal pretensão legislativa a concretizar-se constituiria o maior ataque à autonomia local portuguesa, contrariando quer a Constituição da República, quer a Carta Europeia da Autonomia Local e a experiência de que podemos beneficiar ao nível das melhores práticas europeias nesta área.

.....Como compreender pois, a opção legislativa que de entre outras previsões propõe uma diminuição significativa das transferências do Orçamento Geral de Estado para as autarquias, bem como o deflagrar de uma espécie de guerra fiscal entre Municípios, que ávidos de população, naturalmente, lançariam mão dos mecanismos fiscais para atrair população aos seus territórios, sacrificando por essa via as suas reais possibilidades de investimento público. .

.....Não será difícil concluir assim, que as autarquias mais penalizadas, se, o decreto parlamentar entrar em vigor, serão aquelas que mais contribuíram para obstar ao processo de abandono e desertificação do território, isto é, as autarquias do interior, agravando a situação já vivida o que naturalmente resultará na concretização de uma país territorialmente cada vez menos coeso, cada vez mais incoerente.

.....SENHOR PRESIDENTE.....

.....SENHORAS E SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.....

.....Apesar das dificuldades o poder local deve saber enfrentar as adversidades encontrando os meios e soluções mais criativos e mais correctos para a satisfação das reais necessidades das nossas populações.....

.....Importa pois, que apesar das divergências políticas ou partidárias tenhamos sempre bem a consciência de que a nossa intervenção ao nível autárquico deve ser cada vez mais exigente,

apostando na qualidade e na Excelência e abrindo, por essa via, as portas do futuro às nossas terras e populações.

.....Saibamos assim, sem erros ou dúvidas, reconhecer o essencial e fazê-lo emergir do acessório, procurando construir um Portugal cada vez mais moderno, solidário e competitivo. Um país de que as novas e futuras gerações se possam orgulhar, um sonho que apesar dos seus quase 900 anos contínua a fazer todo o sentido se sem medos ou hesitações soubermos TODOS agarrar as oportunidades que em cada momento histórico se forem desvendando na nossa jornada histórica".

.....Disse.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, em a palavra se faz favor.....

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, e caros Colegas desta Assembleia Municipal.

.....Eu vou interferir não sei quanto tempo...na vida do Município.....

.....**Presidente da Mesa** - Pode interferir Senhor membro, dezasseis minutos.

.....**Júlio de Carvalho** - Eu digo mesmo interferir.....

.....É que me disseram que já não tinha tempo disponível... ..

.....Eu queria fazer apenas uma reflexão, porque acho que é oportuna, em função daquilo a que assistimos, aquilo que vemos e aquilo que vamos viver para o futuro. Porque nós, não tenhamos dúvidas, estamos a viver um momento difícil na vida portuguesa. E num momento de dificuldade para todos, e num momento de salvação do país, ninguém pode ser incendiário! Ou somos cúmplices na salvação do país, ou então afastemo-nos da política. Não sejamos Portugueses. Não saibamos destruir um país que todos nós, durante muitos anos e muitas décadas, ajudámos a destruir e a não construir.

..... E falo isto com o intuito precisamente de sermos solidários num momento difícil da vida Portuguesa e da nossa vida local, e sobretudo quando nos querem afastar de um projecto com intenção de nós continuarmos cada vez mais pobres. O que não podemos, o que não podemos é por tudo e por nada, estarmos contra tudo e contra todos. Porque as dificuldades e os momentos que atravessamos com dificuldade são fruto também de todos nós.

..... Eu recordo por exemplo o IMI, eu recordo o IMT, que são os sectores que mais estão a afectar a sociedade portuguesa, não foram criação de uma pessoa qualquer, foram criação do PSD, foram criação nossa! Portanto, ou nós estamos aqui a viver um momento difícil e a senti-lo todos, ou então meus amigos, eu afasto-me deste processo.....

..... E vem isto a propósito de quê? Precisamente daquilo que eu sinto, de que há que sacrificarmo-nos todos em termos de um projecto nacional, que foi iniciado e que está a ser a continuação daquilo que a Dr. Manuela Ferreira Leite fez, não tenhamos ilusões. Essa é a realidade. Mas não podemos é permitir que o Partido Socialista, por tudo e por nada, faça aquilo que contraria os interesses de uma região. Porque existe um poder local que está sólido, está vivo, que está próspero, que deu provas da sua capacidade, que contribuiu determinantemente para salvar o país, para o tirar da ruptura, para salvar as populações locais, para lhe levar e satisfazer os seus interesses, em contacto permanente, diário, simultâneo e contínuo, nocturno, junto delas. E a prova da fortaleza e do poder autárquico deve-se precisamente a isso, na satisfação dos interesses locais, pela sua proximidade com ele.

..... E quando toda uma política nacional, nomeadamente a do Código do Procedimento Administrativo, que prevê unir os Portugueses, dar-lhes a possibilidade de se reorganizarem, de participarem nas suas decisões fundamentais, isso está consignado no CPA e nós começamos a sentir que os poderes centrais, todos, todos, não de agora, todos, sempre que puderam traíram os nossos interesses.

.....E neste momento eu fui confrontado, há dias, com três processos curiosos, que passam despercebidos a todos nós, e um deles é precisamente o QREN (Quadro de Referência de Estratégica Nacional). Não sei se já se aperceberam que existe já, neste momento, um Conselho Consultivo onde não põem um Transmontano, onde não põem uma academia de Bragança, onde não põem um decente, onde não põem uma instituição de Educação. Porquê? Porque está tudo previsto já para que para Trás-os-Montes nada venha, ou pouco venha. Tudo vai ser decidido para o Litoral, tudo vai ser decidido pelas grandes empresas, como foi o anterior, ou pelos grandes empreendimentos a nível nacional.

..... E nisto, é que nós temos de estar coesos, solidários todos, para que isso não venha a acontecer, para que Trás-os-Montes, que está atrasado, e só precisamente porque todos não quiseram contribuir para o desenvolvimento de Trás-os-Montes. Todos quiseram postergá-lo! Todos quiseram aniquilá-lo! E é o momento de estarmos unidos por forma a que o QREN contemple como se impõe esta região e sobretudo Trás-os-Montes.

.....Há outro fenómeno que já está a ser preparado, que é, e que tem passado despercebido, à margem do cidadão, tal como se prevê no CPA, que deve participar destas decisões, já está a ser quase concretizado, que é precisamente a reorganização do Instituto de Conservação da Natureza. Já está! Já existe um Projecto Lei! Praticamente Bragança não vai ter participação, nem vai ter uma organização de gestão do Instituto de Conservação da Natureza.

.....O que existe provavelmente vai desaparecer, não obstante, como todos sabem, 60% da área classificada de Trás-os-Montes, do Norte, é de Trás-os-Montes, quando nós sabemos que ainda há pouco tempo no Governo Socialista anterior, que foi prometido que provavelmente o ICN iria ser sediado em Trás-os-Montes, iria ser sediado em Bragança... ..

.....Não, desculpe, desculpe. O PS e o PSD estiveram unânimes, eu pessoalmente falei com o Dr. Vítor Barros, Secretario de Estado da Agricultura, de quem era Conselheiro em tempos de Caça, disse ele que estava previsto e concordavam que o ICN viesse para Bragança. Agora, ninguém fez. Há promessas e ninguém faz. E conclusão, não só não vem, como provavelmente vão retirar a única estrutura. E mais grave ainda, é que neste projecto não se prevê a participação dos autarcas, vão ficar à margem deste processo, Que lógica é essa? As populações não vão ter participação nenhuma nos órgãos, como? Que país somos nós? Afinal que participação existe dos cidadãos naquilo que lhes toca directamente? Naquilo que lhes interessa? Naquilo que é seu?.....

..... Mas mais ainda, e noutro aspecto, em que não houve problemas de Partido do PSD, ou do PC ou do PS, é um problema de interesse regional, houve problemas da revisão do regime legal das Regiões de Turismo.

.....Sabem o que está previsto e já foi aprovado? Aprovado não, está a ser estudado. Sabem o que é que está previsto para Trás os Montes, na reorganização das Regiões de Turismo? Trás-os-Montes desaparece, quer dizer não só Trás-os-Montes desaparece, até o termo desaparece! Fica assim, vejam, nós já estamos a ser despedaçados para o Douro.

.....Vejam, na comparticipação diz que as novas, porque vai ser uma agência, prevê o seguinte, está previsto, desculpem-me lá, mas a lição está mal preparada, isto passa a ser, as agências regionais de turismo são criadas pelo presente diploma e são compostas pelos seguintes Municípios: Agência Regional de Turismo do Minho, que integra os Municípios das NUTs III, de Minho, Lima, Cavado e Ave; Agência Regional de Turismo do Douro, imaginem!, que integra os Municípios da NUTs de Trás-os-Montes, Douro e Tâmega.

.....Meus amigos, será tolerável, será pensável que de facto nos queiram retirar a nossa identidade transmontana? Quer dizer, vamos nós pactuar com isso? Não! Não vamos deixar que continuem a destruir-nos, não vamos deixar que continuem, na minha opinião, que essas estratégias realmente não tenham uma identidade, não tenham identidade pessoal! Bem, enfim, é admissível, se calhar há alguém que não a tem, mas que não no-la queira tirar. E nisto eu acho que devemos ser solidários, devemos ser todos presentes, aceitar que de facto há reformas que têm que ser feitas, e digo aqui publicamente, tenho pena que os meus Governos durante anos nunca tenham feito algumas reformas que estão a ser feitas ultimamente. E lamento profundamente que nunca as tenham feito. E tenho pena que eles não tenham conseguido fazê-las.

.....Há outras porém, estão a ser feitas, mas não com o cuidado e com a responsabilidade do interesse nacional que representa. Foi aqui referida uma, das finanças locais, respeitando sim o Poder Local, sem delapidar aquilo que ele tem feito, a prova e a demonstração de que ele tem sido a alavanca do desenvolvimento nacional. Mas há outras que efectivamente, que

era oportuno fazê-las, e quem disser que não, não é português. E daí que o meu Partido, o meu Partido, tenha tido a autoridade e tenha tido o bom senso e a dignidade de apoiar, talvez até pelo silêncio, algumas das grandes reformas que estão a ser feitas a nível nacional. E só os fundamentalistas do meu partido, que já estão a pensar em retirar-lhe o Poder, é que estão contra, porque não são Portugueses, não estão a lutar pelo interesse nacional. E desculpem-me esta minha ousadia. E por isto tudo, eu entendo que deve ser feita, que devo apresentar a esta Assembleia uma moção que eu redigi nestes termos:

“ MOÇÃO

.....A Assembleia Municipal de Bragança, em sua sessão ordinária de 15 de Dezembro de 2006, depois de

.....- analisadas as perspectivas para a aplicação dos Fundos do Quadro de Referência Estratégica Nacional, não se augurando boas para Trás-os-Montes;.....

.....- saber-se das intenções do Governo em acabar com a actual estrutura turística da região, substituindo-a pela Agência Regional do Turismo do Douro, banindo a denominação "Trás-os-Montes e Alto Douro";.....

.....- saber-se que da reorganização do Instituto da Conservação da Natureza se prevê a marginalização das populações de Trás-os-Montes e seus representantes autárquicos e a não contemplação em Trás-os-Montes, de qualquer estrutura regional de direcção, não obstante Trás-os-Montes possuir 60% da área total do Norte de área classificada e de já haver sido prometido ser Bragança a Sede do Instituto, deliberou o seguinte, exprimindo o sentido comum da população de Bragança e dos Transmontanos:

.....- Repudiar qualquer tentativa de afastar o Concelho de Bragança e Trás-os-Montes de participar e beneficiar, em tudo que directamente lhe diz respeito, nomeadamente na definição dos montantes e prioridades do Quadro de Referência Estratégica Nacional;

.....- Repudiar a tentativa de, na revisão do Regime Legal das Regiões de Turismo, afastar a denominação de Trás - os - M ontes;

.....- Repudiar a ideia de afastar Trás-os-Montes da participação na gestão do Instituto da Conservação da Natureza, de marginalizar os seus autarcas e populações e de não contemplar o Concelho de Bragança e Trás-os-Montes com estruturas de Direcção.

.....Bragança, 15 de Dezembro de 2006.

.....a) Júlio de Carvalho “

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho.

.....Mesmo que quisesse voltar a ler a sua moção teria dificuldade, teria que lhe pedir a si para a ler outra vez, porque está manuscrita, mas todos os Senhores membros da Assembleia ouviram, sem prejuízo da inscrição que tenho para uma intervenção por parte do Senhor

membro da Assembleia Luís Pires, vou antes por esta moção à discussão, com o pedido de inscrições para pedidos de esclarecimento relativamente a esta moção.

.....Não há pedidos de esclarecimento.....

.....Abrimos então as inscrições para intervenções sobre esta moção.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires, pode desde já dirigir-se ao palanque para usar da palavra. O Senhor membro da Assembleia Lídio Correia está também inscrito. Senhor Presidente da junta de Freguesia da Aveleda também está inscrito. Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira também está inscrito.

.....Faça favor.

.....**Luís Pires** - Muito bom dia a todos.

.....Ora bem, aqui a intervenção do Dr. Júlio de Carvalho, sempre com aquele vigor a que ele nos habituou, aquilo que nós temos a dizer é que realmente apetecia-me agarrar no texto, no argumentário que ele fez, com uma tesoura tirar uma ou duas linhas que ali falou pelo meio, também fruto desse entusiasmo, mas que no âmago, no seu mais profundo conhecimento, digamos que não existe nada que nos choque. Tudo o que seja, tal como nós temos vindo a manifestar aqui, reiteradamente, e que há pessoas aqui que ainda não perceberam, o Partido Socialista de Bragança é a favor das populações de Bragança, e como tal tudo o que seja para beneficiar o nosso Concelho, as nossas populações terá sempre o nosso aval.

.....É só, muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia tem a palavra.

.....**Lídio Correia** – Alguém me dizia ali atrás, para trazer uma ficha do Partido Comunista para dar ao Dr. Júlio de Carvalho. Obviamente que não trouxe, mas, enfim.

.....Eu fico, às vezes, meio estupefacto com estas coisas, eu já dei este exemplo "n" vezes, quer dizer, a mim estas coisas do PS e do PSD fazem-me lembrar, eu já disse isto muitas vezes, aquele individuo que se embebeda todos os dias e chega a casa e dá pancada na mulher, e depois quando fica sóbrio, jura a pés juntos que foi a última vez e que nunca mais vai acontecer... ..

..... Porque efectivamente, a minha pergunta é esta, ao longo destes trinta anos o que é que estes Partidos andaram a fazer? Agora temos que fazer todos "meia culpa" e temos que salvar o País? Mas então vamos estar outros trinta anos para salvar o quê? É que efectivamente, se bem se recordam, ainda não há muito tempo, inviabilizaram aqui uma proposta para a constituição de um Organismo que pudesse gerir as verbas do QREN, foi inviabilizado por esta Assembleia, pelo PS e pelo PSD, não querem! Os Senhores querem é que efectivamente a nível do Poder Central se decida tudo, os Senhores não querem que se represente ninguém, e

eu explico-vos porquê, é que efectivamente se deixasse de haver este centralismo todo, uma série de actores locais deixavam de ter o protagonismo que têm, porque efectivamente em vez de estarem em Lisboa a viver à sombra do Orçamento de Estado e à sombra de nós todos, tinham que estar aqui de olhos nos olhos a tratar das nossas coisas, esta é uma das razões porque estamos onde estamos.

.....Portanto é óbvio que eu aprovo esta moção. Agora não me venham dizer que as pessoas que nos levaram a este estado de coisas, as pessoas que ali estão a fazer exactamente a mesmas coisas, que não têm nome, que não têm rosto, que não sabemos quem são, fala-se, o Partido Socialista está sempre ao lado, mas então há dois Partidos Socialista? Um em Bragança e outro em Lisboa? Há outro PSD, um em Bragança e outro em Lisboa?

.....

.....**Lídio Correia** - Desculpe lá, eu estou em Portugal, eh pá isso é demagogia, isso não é nada!! Isso não é rigorosamente nada pá! Isso é falta de argumento para a constatação de factos! Vocês nem sequer têm a noção daquilo que vos está a acontecer neste momento.

.....Dizia há meia dúzia de dias um técnico que esteve aí, que, qualquer região aonde o índice de habitantes por quilómetro quadrado seja inferior a cinco habitantes, não tem recuperação. Será que nós não estamos a caminhar para aí?

..... E lembram-se aqui nesta Assembleia, ainda não há muitos anos, aquando da discussão do mapa rodoviário, quando eu próprio aqui disse assim, olhe, está aqui este quadrado, após a ligação a Chaves, e só fui acompanhado pelo Engenheiro Machado Rodrigues nessa altura, que estava aqui, dizia assim está aqui este quadrado que esta auto-estrada é direita a Chaves, e ficamos aqui para nós sem nada. Alguma vez o PS ou o PSD se preocupou com isso? Será que tinham ou não tinham o destino traçado para esta Região?

.....Por isso meus Senhores, deixemo-nos de demagogias, acabemos com a existência de um partido aqui e outro em Lisboa, porque os culpados têm nome, têm rosto, e são os Partidos que nos têm Governado até hoje.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Aveleda, faça o favor.

.....**Isidro Rodrigues** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Secretária, Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, excelentíssimos Senhores Deputados, caros colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral.

.....A minha intervenção que tinha pensado fazer, pensava fazê-la mais tarde, no entanto a intervenção do Dr. Júlio de Carvalho, incitou-me a que a fizesse agora, e até porque me parece oportuno, é agora que a vou fazer, porque o Dr. Júlio de Carvalho aflorou aqui e muito bem o assunto da reorganização do Instituto de Conservação da Natureza, e eu gostaria de fazer uma apreciação geral sobre esse assunto e da importância que tem a reorganização do ICN para Bragança.

.....Como é do conhecimento geral, o Governo tenciona propor a reestruturação dos actuais Serviços do ICN, isso é do conhecimento geral, do qual se depreende e também se depreendeu das palavras do Dr. Júlio de Carvalho que virá a ocorrer uma grande concentração destes Serviços em Lisboa, com a consequente afectação de recursos humanos, estando previsto nos Serviços Centrais que figure a Direcção, Direcção dos Serviços com seis departamentos. Já agora e o Dr. Júlio de Carvalho não falou nisso, mas os departamentos têm a ver com a gestão de ecossistemas, ordenamento e visitaçao, desenvolvimento de projectos, planeamento de gestão e informação, finanças, administrativo e marketing.

.....Existirão também cinco departamentos ou cinco estruturas regionais no resto do país, com funções muito reduzidas, sem poderes absolutamente nenhuns. Ora a forte concentração em Lisboa o que é que trará? Trará por um lado a redução de recursos humanos e de autonomia nas actuais estruturas de Direcção dos Parques Naturais, provavelmente a sua extinção futura, porque vão ser substituídos por essas estruturas regionais, quanto à participação dos Municípios, que disse o Dr. Júlio de Carvalho e muito bem, vai ser praticamente nula, nenhuma, está proposta até a sua exclusão da participação dos Municípios, relegando a participação para os designados Concelhos Estratégicos, esses Concelhos estratégicos que por sua vez também não têm poderes absolutamente nenhuns, praticamente, que têm apenas a competência, e vejam que competências é que são acometidas a esses Concelhos Estratégicos, que são a de gerir a parte mais difícil disto tudo, que é, vejam qual é a competência destes Concelhos Estratégicos, comunicação e relacionamento com o público, com as populações. Então este papel não deveria ser reservado aos autarcas? A nós Presidentes de Junta? Que estamos lá, que já falamos com eles, que já nos relacionamos, que resolvemos outros problemas, até porque já temos maturidade suficiente para isso, pós trinta anos de poder autárquico democrático em Portugal?

..... Parece-me que, isto subverte o princípio da subsidiariedade que está bem estabelecido na carta da autonomia local, que também já foi falada aqui, e é incorrecto. A proximidade com o cidadão somos nós que a temos, não se quem é que serão os representantes desses Concelhos Estratégicos que irão ter este papel de relacionamento com o público, e tarefa muito ingrata e muito difícil, até porque os territórios em causa e a forma como são geridos levanta problemas muito sensíveis na forma de lidar com as populações em aspectos que têm a ver com o ordenamento do território nesses parques naturais, veja-se, não quero dar exemplos,

mas existem muitas situações complicadas na gestão dos parques, que têm a ver justamente com o problema do relacionamento com os populares, com a gestão das populações.

.....Quanto à participação dos Municípios impõe-se que os mesmos tenham através dos seus representantes, isto é, do Município e das Autarquias locais, dos Presidentes de Junta, uma participação efectiva com capacidade de voto na direcção central e nos departamentos regionais, isto é que deveria ser, porque a conservação da natureza não pode ser feita só a partir de uma estrutura centralizada, que desconhece os problemas, não está a par dos problemas, nós representantes autárquicos locais temos conhecimento das necessidades das populações e por isso mesmo é que eles nos elegeram e vêem que têm confiança em nós, e depositam em nós essa confiança para os poder representar.

.....Há um outro aspecto aqui que o Dr. Júlio de Carvalho não aflorou...aflorou mas sistematizou muito bem e que tem a ver com a localização das estruturas regionais. Estão previstas cinco estruturas regionais, todas elas deveriam estar, em nosso entender, preferencialmente aqui no interior do País, até porque temos as áreas mais emblemáticas, Parque Natural de Montesinho, por exemplo, onde a bio-diversidade tem maior expressão e dimensão que outras áreas protegidas, e é mais do que justo que no processo desta reorganização do ICN a coesão do território seja pensada e que o desenvolvimento rural seja visto como uma vertente estratégica e complemento essencial da preservação dessa bio-diversidade, em particular, em parques como o PNM, que tem 75 aldeias, deve haver muito poucos parques que tenham tantas aldeias e que a centralização, a lógica da competitividade não conduza tudo para o litoral, tudo para Lisboa, e até Braga, colocando parte deste território que é fronteiro mais isolado e numa situação de inviabilidade.

.....A importância que teria para o Distrito de Bragança no contexto nacional, e até Europeu a reorganização do ICN? Vejamos a título de exemplo que os cinco Distritos da Região Norte de Portugal, e estou a falar de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, possuem 26,56% da sua área total como área classificada, sendo que 15,40% está localizado no Distrito de Bragança, ou seja, o Distrito de Bragança tem 60% , como disse o Dr. Júlio de Carvalho e muito bem, da sua área total como área classificada, sendo o Distrito com mais área classificada no Norte do País, representando 58% da área classificada no Norte de Portugal, ou seja, esta parcela de território impõe-se como mais valia em termos de património ambiental e paisagista, na quantidade e particularmente na qualidade de património natural e até pelos valores ambientais mais relevantes que detém.

..... Neste sentido, seria muito interessante, e isso também foi dito, que na esperança de uma deslocalização que já foi prometida em tempos, e foi ali contestada, mas foi verdade, pelo Dr. Durão Barroso, na altura, que a deslocalização da estrutura central do ICN viria para Bragança, agora que vai ocorrer essa reorganização deste organismo público, seria o momento ideal de o Governo, se tivesse vontade política para o fazer, e na senda da descentralização, trazer este serviço público para Bragança.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira.

.....Prescinda.

.....Para uma segunda intervenção dou a palavra ao Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho, que tem dois minutos para poder usar dela.

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente, eu apenas quero responder ao convite que me foi feito pelo Senhor Lídio Correia quanto à inscrição.

.....Eu queria-lhe dizer só o seguinte, meu amigo Lídio, que eu em 1968 quando percorria cegamente e delirantemente atrás do Marxismo, fui à Argentina assistir a uma conferência do homem que mais me influenciou na minha vida, que foi Herbert Markus, sobre quem estava a fazer a minha tese, na Universidade Católica do Rio de Janeiro. E perguntei-lhe a ele, que era defensor da destruição do Ocidente, porque dizia Herbert Markus que estava assente em bases falsas, que queria uma sociedade onde não houvesse repressão, nem houvesse cadeias, nem houvesse perseguições... e portanto acabar com as cadeias, demolir as cadeias, e naquele lugar construir escolas, e eu perguntei-lhe, Professor Herbert Markus, o Senhor garante-me que instalado o Partido Comunista neste País, essas escolas não serão transformadas em novas cadeias? E ele disse-me, Júlio, o marxismo não é nenhuma companhia de seguros... não garanto nada. E eu, muito obrigado Senhor Professor, saí e vim para a minha terra e deixei de ser Marxista.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhores membros da Assembleia, terminado o ponto do PAOD, vamos entrar na Ordem do dia, o primeiro ponto é...

.....

.....**Presidente da Mesa** - Tenho que votar a moção do Dr. Júlio de Carvalho. Foram de tal maneira anunciadas e com tanto entusiasmo os sentidos de voto, que eu dava a moção por votada, mas tem toda a razão.

.....**Após análise e discussão foi a mesma moção submetida a votação tendo sido aprovada por maioria qualificada, com setenta e sete votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, estando momentaneamente, setenta e oito membros presentes.**

.....**Presidente da Mesa** - Abro inscrições para declarações de voto.
.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires e o senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira.
.....Eu peço o favor de terem em atenção que são três minutos no máximo e duas declarações de voto, que se houver mais do que duas as outras são por escrito.
.....Faça favor, tem a palavra.

.....**Luís Pires** – Bom, mais uma vez bom dia, vou ser muito breve.....
.....Estas moções são normalmente apresentadas de uma forma verbal e eu acredito e entendo que possa haver algum não entendimento daquilo que se tenta transmitir, no entanto aquilo que me parece a mim, que eu ouvi aqui, era uma proposta de inclusão no debate, mais uma vez, era um convite a que deixassem ouvir a nossa voz, e desde que seja isso nós estamos sempre de acordo. É óbvio que os assuntos que estão aqui em debate, e nós não estivemos aqui a debater nem o Turismo, nem a debater o que é que acontece com o ICN, estivemos aqui a aprovar ou não aprovar uma moção que dizia “ouçam a nossa voz”, e foi pura e simplesmente isso que nós votamos. Há coisas que é preciso ao nível do pormenor e do detalhe, debater, chegar a conclusões, etc., portanto partir pedra. Não foi isso que nos foi pedido, foi apenas “deixem ouvir a nossa voz” e nós estamos sempre de acordo quando se trate disso.
.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Registado o teor da declaração de voto do Senhor membro da Assembleia Luís Pires, dou a palavra ao membro da Assembleia Henrique Ferreira para fazer a sua declaração de voto.

.....**Henrique Ferreira** – Bom dia a todos.
.....Peço escusa das invocações à Mesa e à Câmara Municipal e a vós também, e vim aqui para dizer que me abstive também para deixar que o debate ocorra. Mas também para referir que o anúncio do Programa do Governo de que as Regiões de Turismo iam ser reorganizadas já foi feito há muitos meses atrás, e que nessa altura nem a sociedade civil nem as Associações, nem os poderes políticos instituídos, seja na forma de Câmaras Municipais, seja na forma das suas Associações, a organizarem-se para tomar as suas posições. E portanto, é bom que nos habituemos a tomar atitudes antes da casa ser assaltada. Começar a tomá-las antes de termos de por as trancas à porta.
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Ultrapassado o lapso de não ir por a moção à votação, mas está ultrapassado e estão feitas as votações e as declarações de voto, vamos então entrar no

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.-----

PONTO 4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.-----

----- Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra. -----

.....**Presidente da Câmara** - Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Vereadores, Público presente, Comunicação Social. Aproveito para desejar a todos um Bom Natal e um Bom Ano de 2007.

.....Seguidamente se transcreve o discurso apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e previamente distribuído pelos membros:

ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.....

.....Conforme o previsto na alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal que teve lugar a 29 de Setembro de 2006, até à presente data.

1 - Assuntos tratados para aprovação da Assembleia Municipal:

1.1 – Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipal e Orçamento Municipal para o ano de 2007;

.....1.2 – Mercado Municipal de Bragança, E.M. – Aquisição de quota à SIMAB;.....

.....1.3 – Reforço de Abastecimento de Água a Bragança – Estudo de Origens e Alternativas;.....

.....1.4 – Adesão à Associação “Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas”;

.....1.5 – Regulamento dos Transportes Urbanos de Passageiros do Município de Bragança.

2 - Assuntos tratados no âmbito da gestão corrente:.....

2.1 - Departamento de Gestão Geral e Administração Financeira.....

2.1.1 - Divisão Financeira

2.1.1.1- Secção de Contabilidade

.....A receita executada atingiu 25.014.740,79€ representando uma execução de 64,39% relativamente ao valor orçamentado. Os pagamentos foram de 24.602.281,88€, representando 63,33% do total previsto, sendo que 13.457.111,79€ são de origem corrente e 11.145.170,09€ são despesas de capital. Na sua globalidade, o orçamento municipal apresenta um saldo positivo de 412.458,91€. Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, com um valor executado de 8.802.150,78€, e face à previsão global corrigida de 19.629.300 €, a actual taxa de execução situa-se em 44,84%.

.....**2.1.1.2 - Secção de Taxas e Licenças**

.....De 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2006 a receita cobrada foi de 629.242,17€. Deste valor a receita de utilização das Piscinas, situa-se em 108.042,71€. A receita proveniente dos Parques subterrâneos de estacionamento atingiu 98.488,35€. A venda de bilhetes do Teatro contribuiu com 22.418,50€, para a receita do Município.

.....No dia 14/11/2006, foi celebrado o Auto de Cessão de Bens, entre o Instituto de Gestão Financeiro da Segurança Social (IGFSS) e o Município de Bragança, em que esse Instituto transferiu para o nosso Município, o património, direitos e obrigações, de várias fracções sitas no Bairro da Previdência, totalizando 27 fogos, sendo da responsabilidade da Secção de Taxas e Licenças, Contra ordenações e Metrologia de desenvolver o processo de cobrança mensal de rendas e de acompanhar esta nova competência do Município.

.....**2.1.1.3 - Secção de Património e Aprovisionamento**

.....Neste período foram inventariados 491 bens móveis distribuídos pelos serviços municipais e ainda uma grande reparação no Caterpillar D6H, regularizaram-se ainda a nível de registos: 13 Terrenos, sitos nomeadamente em, Zona Industrial de Mós, Aeródromo Municipal, Forte São João de Deus, Vale de Espinho, o terreno onde está implantado o antigo Campo Futebol do Trinta, Fraga Selvagem, Trajinha e Batoques; 1 Edifício para Instalação de Serviços, sito na Rua Combatentes Grande Guerra; 2 Edifícios resultantes da conclusão do imobilizado em curso – Módulo de Mercadorias, Serviços e Turismo da Central de Camionagem e o Módulo de Passageiros – Expresso e Módulo de Passageiros Regular; ¼ Edifício de Habitação, sito na Cidadela e 2 casas no Forte São João de Deus;

.....Foram reunidos todos os documentos para a realização de escrituras relativos a 7 processos de compra e venda, justificação e doação. Ainda neste período procedeu-se à abertura de 10 processos de consulta prévia; 8 processos de ajuste directo; 1 processo de concurso limitado e 1 processo de concurso público.

.....**2.1.1.4 - Tesouraria**

.....O movimento da Tesouraria reflecte-se em: 11793 recibos de água; 5833 guias de receita; 1913 ordens de pagamento e 331 certidões de dívida, tendo sido observada regularidade de procedimentos. Ao nível de subsídios para Associações foram autorizadas transferências para investimento no valor de 38.843,40€ e para despesa corrente 30.862,00€,

para as Juntas de Freguesia foram autorizadas transferências para investimento no valor de 105.635,00€.....

.....2.2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

.....2.2.1 -Secção de Expediente Geral

.....No âmbito do executivo municipal foram secretariadas as reuniões da Câmara Municipal, preparadas os assuntos a submeter à aprovação ou conhecimento da Assembleia Municipal e feito o tratamento necessário à correspondência produzida pelos diversos sectores.

.....2.2.2 – Secção de Recursos Humanos

.....No âmbito das funções desta secção, decorrem os processos de concursos externos; processos de aposentação; organização de estágios e formação.....

.....2.2.3 - Secção de Remunerações

.....Mensalmente é desenvolvido todo o processo de processamento das remunerações de todo o pessoal, que obriga ao registo mensal de férias, faltas e licenças, promoções, ingressos, contratos, rescisões, aposentações e outros. Foi realizado o Balanço Social e prestada superiormente as necessárias informações.

.....2.3 – DIVISÃO INFORMÁTICA E DE SISTEMAS

.....Na área da Internet, deu-se continuidade à tarefa de manutenção e actualização dos conteúdos do site; acompanhamento e formação de utilizadores no respeitante à colocação de conteúdos dinâmicos. A actualização de conteúdos das seguintes áreas: acta, agenda cultural, programa do teatro, concursos, notas de imprensa e notícias é feita pelos serviços emissores dos conteúdos.

.....No âmbito das aplicações de gestão, procedeu-se ao acompanhamento técnico e apoio na resolução de problemas relacionados com as aplicações SIGMA, nomeadamente, a aplicação de águas, tendo havido necessidade de efectuar adaptações devido ao início das cobranças no meio rural.....

.....Relativamente ao suporte técnico e actualizações informáticas, prestou-se assistência às escolas do 1º Ciclo e ao Ensino pré-escolar, e redistribuição de equipamentos devido ao encerramento de escolas. Também, se procedeu à expansão da rede informática nos armazéns devido à reestruturação física que aí ocorreu.....

.....Preparou-se um processo de consulta relativo à actualização de diversas infra-estruturas TIC, e abertas consultas de aquisição de equipamentos.

.....2.4 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

.....2.4.1 - Área do Ensino – Gestão dos processos para atribuição do escalão de comparticipação mensal na Componente Social frequentada nos jardins-de-infância pertencentes à autarquia (Estação e S. Tiago).

.....Apoio sócio económico para redução do preço de passes escolares (2006/2007), para alunos carenciados, do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, (por isso de transporte não obrigatório por parte do município), envolvendo 81 alunos e um encargo de 47.058,09 €.....

.....Foi aprovada a generalização do ensino do inglês, da música e actividade física e desportiva, para os alunos do 1º ciclo do ensino básico e o concurso dos transportes escolares para o Ano Lectivo 06/07 – Circuitos Especiais de Aluguer (19). Estudo e análise das propostas, realização do respectivo relatório. Processo que envolve 332 estudantes, no montante global de 408.054,24€.....

.....Atribuídas verbas às Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, Jardins-de-infância, para aquecimento, higiene e limpeza e consumíveis de informática e secretaria, a saber: Agrupamento de Escolas Paulo Quintela – 18.000,00 €; Agrupamento de Escolas Augusto Moreno – 15.800,00 € e Agrupamento de Escolas de Izeda – 6.800,00 €.....

.....Relativamente ao serviço de almoços para os alunos deslocados (175) do 1º ciclo ensino básico, ano lectivo 2006/2007, foi aprovado o montante de 30.979,00€. Para a EB1 das Cantarias, considerando que é frequentada por alunos da aldeia de Nogueira o apoio anual é no montante de 2.214,00€.

.....No âmbito do apoio ao funcionamento das Escolas do Ensino Pré-Escolar do Concelho de Bragança, para o ano lectivo de 2006/2007, foi aprovado o serviço de auxiliares de acção educativa autorizando as referidas transferências para as Juntas de Freguesia, com o encargo total de 19.782,48€.....

.....Aprovada a proposta de alteração das "Normas de Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar na Componente Sócio-Educativa".....

.....**2.4.2 - Área Cultural** – Foram aprovadas as normas do Concurso Municipal de Presépios – Natal 2006; foram realizadas e apoiadas as actividades programadas para as salas de exposições e Teatro Municipal, constantes das agendas culturais dos meses de Setembro, Outubro e Novembro:

.....**2.4.3 - Área Desportiva** - Abertura das Actividades Orientadas da Piscina Municipal; Gestão da distribuição das instalações desportivas; Organização do Dia Mundial do Coração – Passeio de Urbano de Bicicletas com a participação de 40 pessoas; Organização do projecto “Bragança Saudável”, com a colaboração do Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação, Escola Superior de Saúde, Escola Superior de Enfermagem, Centro de Saúde de Bragança, com a realização de diversos passeios nas áreas urbanas e rurais do Concelho; “Mexa-se em Bragança”, actividade Física para diabéticos tipo II; Passeio Urbano “Mama Tour 2006”; Apoio à realização de torneios e competições oficiais, “Torneio de Natação”; Gestão dos equipamentos desportivos para a realização de campeonatos e torneios.....

.....**2.2.4 - Área Social** – No que se refere à implementação da Rede Social de Bragança, continuação da execução do Programa da Rede Social, actualmente encontra-se em fase de

execução das acções: Pré-Diagnóstico e Diagnóstico Social do concelho. Paralelamente à criação do Sistema de Informação, Plano de Trabalho 2006 e Plano de Acção para 2007.

.....Continuação do projecto de levantamento e caracterização das famílias residentes em alojamentos não clássicos (com vista a eventual realojamento), processo em fase de instrução relativo aos diferentes agregados familiares.....

.....Atribuição de apoios sociais extraordinários por motivo de incêndio a Amílcar dos Anjos Santos (Cova de Lua) e a Evangelista dos Anjos Romão (Caravela) no montante de 750,00 € por família; Apoio urgente para intervenção na recuperação das habitações de Maria da Conceição dos Reis, residente na Freguesia do Zoio, no montante de 8500,00€ (oito mil e quinhentos euros) e de Isabel dos Anjos Custódio, residente na Freguesia de Calvelhe no montante de 8500,00€ (oito mil e quinhentos euros); Realojamento de família carenciada de Maria Clarisse Esteves Gonçalves dos Santos, no Bairro Social da Coxa, bloco d, Entrada 3, 2.º Esq.

.....O alojamento de dois menores residentes na Quinta dos Banheiros Freguesia de Alfaião, na aldeia de Alfaião, devido a dificuldades de transporte para frequentar a EB1 de Samil;.....

.....No âmbito das Escolas Integradoras e alunos economicamente carenciados (252) foi aprovado um apoio para despesas totais no montante anual previsto de 110.540.81€; Ainda no âmbito da área Social foram aprovadas as seguintes propostas: atribuição de livros a 417 alunos carenciados do 1º Ciclo do Ensino Básico.....

.....No âmbito da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Bragança, Gestão, acompanhamento e intervenção em processos relativos à CPCJ.

.....**2.4.5 - Área do Turismo** - durante os meses Setembro, Outubro e Novembro foram atendidos, nos postos de Turismo Municipal (Av. Cidade de Zamora e Castelo) 4918 turistas, dos quais 1612 Portugueses e 3306 de nacionalidade estrangeira.

.....**2.5 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO**.....

.....**2.5.1** – A Divisão de Urbanismo vem desenvolvendo um processo de modernização dos serviços, sendo já corrente o processamento dos licenciamentos de obras particulares em base informática, resultando numa maior eficiência na gestão de processos. O passo seguinte será o de implementar regras na instrução dos processos por parte dos particulares, fazendo a entrega dos documentos (projectos) em suporte digital, contribuindo assim para aumentar a eficiência do funcionamento interno dos serviços municipais. *Um avanço significativo que está a ser implementado nestes Serviços, são dos Serviços que mais contactam com os municípios, trabalho do qual terá que resultar durante o ano de 2007, a certificação destes Serviços. É esse percurso que estamos a fazer e esta evolução tem em conta essa estratégia de certificação*

.....Na área do ordenamento do território, a evolução dos planos – Plano de Urbanização e Plano Director Municipal, foram dados passos importantes que nos permitirão dispor destes instrumentos de planeamento no próximo ano. Relativamente ao Plano de Urbanização, foi

feita reunião na CCDRN para finalizar a proposta, ficando a CCDRN de proceder à emissão do parecer final e posteriormente submeter a proposta a discussão pública. No que se refere à revisão do PDM, em reunião em Lisboa, no Instituto da Conservação da Natureza em sede da Comissão Nacional da Reserva Ecológica, foi aprovada a proposta de alteração da REN de Bragança, podendo assim o processo de revisão avançar para emissão do parecer final da CTA e submeter a proposta de revisão a discussão pública. De referir contudo que a Câmara Municipal tem desenvolvido um grande trabalho no sentido de haver maior celeridade das entidades responsáveis pelo acompanhamento destes processos.....

.....**2.5.2 – A Divisão de Obras** vem desenvolvendo o seu trabalho de forma muito positiva, abrangendo várias áreas, desde a manutenção e conservação de edifícios, manutenção e conservação de vias urbanas, acompanhamento de empreitadas e trabalhos diversos de apoio às Juntas de Freguesia.

.....Na vertente de obras públicas para além do acompanhamento dos técnicos e fiscalização às obras de saneamento e calçamentos nas diversas aldeias do concelho, já em fase final, é de salientar os trabalhos que têm transformado de forma significativa a imagem da cidade, conferindo-lhe mais modernidade e melhor qualidade urbana, sendo de realçar as obras de recuperação de fachadas e coberturas em edifícios na Cidadela, *estão em fase final de execução*, os arranjos complementares no Centro Histórico, *uma importante empreitada, finalizou essa empreitada, está na fase de ponto final de obra*; os arranjos da envolvente à Catedral, *está praticamente finalizada, só as condições climatéricas não permitiram que toda a área verde fosse arranjada nesta fase, tendo sido adiada para a Primavera*; a requalificação da Av. Cidade de Zamora, *obra em curso com algum atraso, prevendo-se a sua conclusão em Maio de 2007*; o Centro de Arte Contemporânea, *também neste momento em bom ritmo de execução, sendo previsível a sua conclusão em Maio ou Junho de 2007*; o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental/Centro Ciência Viva, *em fase de finalização*; o Museu da Máscara e do Traje, *obra finalizada estando neste momento a ser trabalhada a instalação dos respectivos conteúdos*, e Posto de Turismo.

.....Dando continuidade ao processo de requalificação da cidade e do concelho, foram analisadas as propostas de reconversão da Av. João da Cruz e Ruas Guerra Junqueiro e Emídio Navarro, proposta que será objecto de apresentação pública, alargando o debate aos munícipes. Para a área rural, foram adjudicados a execução de projectos de execução de requalificação de alguns espaços e equipamentos.

.....Adjudicação da empreitada de execução de redes de infra-estruturas de saneamento básico nas aldeias de Caravela, Palácios, Aveleda, e Varge (ligações dos ramais), à firma Elias Santos Pinto, Filho, Lda., pelo valor de 43.800,00€+IVA;

.....Adjudicação da empreitada de execução da pavimentação da ligação de Fontes de Transbaceiro à Fronteira, à firma Medida XXI – Sociedade de Construções, Lda., pelo valor de 464.716,29€+IVA;.....

.....Zona Industrial das Cantarias aprovadas a alteração ao alvará de loteamento, a proposta de loteamento urbano sem obras de urbanização e fixação do preço de 17,34€/m², para a venda de lotes de terreno no novo Alvará de Loteamento, de acordo com o n.º 1, do Art.º 4.º do “Regulamento Municipal de Venda de Lotes de Terreno para as novas zonas e loteamentos industriais”;.....

.....**2.5.3 - Divisão de Equipamento** - No âmbito desta Divisão procedeu-se ao arranjo, enchimento e limpeza de caminhos agrícolas; à limpeza de aceiros e caminhos florestais; à limpeza e regularização de bermas e valetas em várias estradas municipais e caminhos rurais do concelho; à manutenção de pavimentos na rede viária municipal; à limpeza de lixo depositado nas bermas e valetas das estradas.

.....Foi garantido apoio diverso às Juntas de Freguesia com equipamentos diversos, e foram asseguradas tarefas relacionadas com a segurança e protecção civil. Está em fase de execução o rompimento do caminho rural entre Pinela e Vila Boa de Carçãozinho.....

.....Quanto ao sector de armazém, estão em fase de conclusão as obras de remodelação do edifício e área envolvente, de forma a assegurar uma gestão centralizada das entradas e saídas de material. No sector de oficinas, está em execução o novo sistema de gestão de frotas, para um melhor controlo dos consumíveis e veículos.

.....**2.6 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS**

.....**2.6.1 - Divisão de Saneamento Básico** – No que se refere à manutenção das redes, têm sido realizadas as tarefas necessárias, na área urbana destacando o início da construção no Bairro do Couto com a remodelação da rede de abastecimento de água.

.....É ainda de referir os trabalhos de levantamento da rede de água, captações, depósitos nas aldeias do concelho e de execução a empreitada: “Fornecimento de Reservatório de 30m³ e ligação furo/reservatório/rede nas aldeias de Fermentãos e Viduedo e ligação dos furos nas aldeias de Frieira e Paredes”.....

.....No âmbito da Secção de Saneamento, realizaram-se diversos trabalhos correntes de manutenção das redes de drenagem e desobstruções (156); rectificação do colector de saneamento, Av. das Cantarias, R. Dr. Fernando Namora, Bairro do Couto e Av. Abade de Baçal.

.....Na área rural do Concelho, de destacar os trabalhos de ampliação da rede de saneamento básico na aldeia de Sarzeda. Aprovado o acordo de aquisição de serviços para tratamento de águas (extensão ao contrato inicial)

.....**2.6.2 - Divisão de Defesa do Ambiente** - No âmbito das suas actividades garantiu a execução de trabalhos no âmbito do sector jardins e cemitérios, sector de mercados e feiras e no sector da limpeza e manutenção urbana nos diversos bairros, limpeza diária e corte de relva em todas as zonas ajardinadas e outros espaços urbanos; podas de sebes, em diversos pontos do Concelho; procedeu-se ainda, à plantação de 490 arbustos, à sementeira de 20000 amores-perfeitos e à colocação de 2470 estacas em arbustos.....

.....De salientar também, o apoio fornecido às divisões Sócio Cultural e de Saneamento da CMB, no projecto “Plano Verde” e na “Norçaça e Norpesca 2006”.....

.....No sector da manutenção urbana nas três áreas de intervenção existentes, é de salientar que a nível dos serviços de manutenção e sinalização urbana, com a reposição de bolas, pedras e pilaretes no núcleo central da cidade. Procedeu-se à colocação de 246 sinais de trânsito, 193 postes e 43 elementos redutores de velocidade. Na área da pintura rodoviária, foram consumidos 2210Kg de tinta branca e 16 sacos de esferas de vidro.

.....Foi feita a colocação de 4 placas de toponímia e executadas 3 reentrâncias para colocação de contentores.

.....Relativamente às outras duas áreas; controlo e fiscalização da R.S.U., e actividade de cemitérios e inspecção sanitária, foram assegurados os necessários serviços. No âmbito da actividade sanitária veterinária de salientar a vacinação de canídeos, captura (79) e abate (73)......

.....**2.6.3 - Divisão de Transportes e Energia** – No âmbito desta Divisão, destaca-se a manutenção corrente das instalações eléctricas, a remodelação das instalações eléctricas executadas em edifícios da CMB e em algumas escolas EB1 do Concelho. Refira-se também, os sistemas semaforicos, os sistemas de bombagem, fontes luminosas, sistemas de aquecimento e centrais hidroeléctricas.

.....Salienta-se que a produção de energia nos primeiros onze meses de 2006, teve um resultado de 603.204€, constatando-se um aumento de 240% relativamente ao mesmo período de 2005.

.....Ao nível dos transportes urbanos e até ao mês de Outubro, verificou-se um aumento de despesa com pessoal (35%), um aumento de cerca de 30% nas receitas, relativamente ao mesmo período de 2005, resultado de um mais eficaz sistema de controlo, do aumento do serviço, com aumento significativo dos quilómetros percorridos, por força das novas linhas introduzidas. O serviço de transporte ocasional sofreu uma diminuição de 37% nos quilómetros percorridos. *De salientar que os estudos tendentes à reorganização do sistema de Transportes Urbanos na Cidade e no Concelho estão finalizados, foram entregues e proximamente serão apresentados à Assembleia Municipal, estando previsto que durante o ano de 2007 introduziremos algumas transformações importantes nessa área no sentido de servirmos melhor os nossos concidadãos e de reorganizar os meios para esse Serviço, procurar aumentar receitas do mesmo Serviço e na medida do possível diminuir despesa, um exercício que será desenvolvido também numa lógica que é a lógica de certificação deste serviço, dois 2007 deverá permitir-nos desenvolver o processo de certificação do Sistema de*

Transportes no Município, o que implica um esforço financeiro, como referi, significativo e uma alteração também com alguma extensão ao próprio Serviço.....

.....No âmbito desta divisão foram aprovados os seguintes assuntos:.....

.....Revisão do Plano Director do Aeródromo Municipal – prevendo a reorganização da pista e das áreas de apoio, terminal de desembarque, embarque, áreas de hangaragem de aviões, sistemas de oficinas, tendo como avião crítico o Air Bus A320 ou Boeing 737,. Esse concurso termina hoje. Está em fase de adjudicação o trabalho relacionado com a instalação da VORDME, que é um sistema de apoio à navegação área, que colocará a nossa infra-estrutura numa posição boa, boa em termos de informação aeronáutica, com um sistema avançado, sistema de informação cujo custo rondará o milhão de Euros. Abertura de concurso público, programa do concurso e caderno de encargos para a realização do estudo; Actualização das rendas das rendas dos escritórios e bilheteiras da Estação Rodoviária de Bragança, sendo o coeficiente de actualização de 1,031; Atribuição de uma percentagem sobre a facturação (de 2005) da produção de energia eléctrica nas centrais hidroeléctricas do Alto Sabor (Montesinho e Prado-Novo) e Gimonde às Juntas de Freguesias de França (2.455,89€) e Gimonde (118,05€);.....

.....Em reunião, que decorreu no passado dia 23 de Novembro, nos Paços do Concelho, entre esta Autarquia e a EDP, foi feito um balanço das obras executadas e investimentos para o ano de 2007.....

.....Assim, foram referenciadas como obras realizadas pela EDP no ano de 2006: reforço da rede de distribuição no B. das Cantarias; remodelação da rede eléctrica em S. Pedro; pequena remodelação da rede eléctrica em Nogueira; substituição de transformador e reforço da rede de distribuição na Serra da Nogueira; remodelação da rede eléctrica em Freixedelo, Grijó de Parada; Cabeça Boa, Samil (quedas de tensão); reforço de potência no PT de Santa Comba de Rossas e do Couto; construção de novos PT em Quintanilha e estrada de Donai; fornecimento de materiais para a rede de distribuição na intervenção da Av. do Sabor e substituição das armaduras obsoletas na Vila de Izeda.....

.....No capítulo de obras a realizar pela EDP para 2007, destacar: deslocalização dos PTs das Cantarias, do largo de Izeda e de Alfaião; construção de novos PTs em Izeda, Carragosa e Castro de Avelãs; remodelação de redes de distribuição em Mós, Carragosa, Alfaião, Castro de Avelãs. Até ao fim do Mês de Janeiro a EDP apresentará estudo para o reforço de iluminação na Av. Abade Baçal entre o hospital e lugar do antigo viaduto. Realização de estudo conjunto para o enterramento de infra-estruturas entre o nó da IP 4 e a rotunda das Cantarias. A EDP irá realizar, até fim de Março de 2007, um estudo para o enterramento das linhas média tensão na zona urbana, com definição das prioridades; manutenção e exploração da rede de IP. A EDP efectua uma manutenção preventiva na rede de iluminação pública com uma frequência de 4 meses na zona urbana e 6 meses na zona rural.

.....Caso haja comunicação de uma avaria na rede de IP, a EDP resolve a mesma no prazo médio de 2 dias na zona urbana e 10 dias na zona rural.

.....Será promovida pela EDP uma reunião em Janeiro de 2007 com uma equipe técnica da mesma empresa a fim de promover o estudo para a instalação, nos PTs da Cidade, de equipamentos redutores de tensão que irão permitir menores consumos e consequente redução na factura energética.

.....Foi abordada a qualidade do serviço, no sentido de reduzir e melhorar as respostas em situação de falha de energia, propondo-se a EDP realizar algumas intervenções nesse sentido.

..... A EDP ligou a linha MT (central Prado-Novo – Sub-estação de Bragança) à linha MT (Vinhais) a fim de libertar mais uma saída da sub-estação para a Cidade de Bragança, melhorando assim, a qualidade de serviço na Cidade. Esta ligação provocou perturbações na central do Prado-Novo prejudicando a produção de energia., propondo-se a EDP intervir no sentido de reduzir as perturbações referidas.

.....A EDP prevê a construção, a médio prazo, de uma nova sub-estação localizada entre Bragança e Vinhais, no sentido de garantir resposta futura mais adequada à procura. A Câmara Municipal tem vindo a insistir na necessidade de ser encarada a deslocalização da sub-estação de Bragança.

.....**2.7 - OUTROS ASSUNTOS**.....

.....Aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento de **Amílcar dos Santos Maurício**, Presidente da Junta de Freguesia de Izeda, e Deputado da Assembleia Municipal de Bragança.

.....**2.7.1 – Eventos**

.....No dia 30 de Setembro, teve lugar a inauguração do Centro de Convívio da Petisqueira, depois do edifício da Escola do 1.º Ciclo, ter sofrido as necessárias adaptações;

.....Teve lugar no passado dia 10 de Outubro, pelas 14 horas, no Auditório Paulo Quintela, o 3.º Fórum Participativo da Agenda 21 Local;

.....Decorreu no pretérito dia 28 de Outubro, pelas 15 horas, no Arquivo Distrital de Bragança o lançamento do livro Genealogias Brigantinas – volume I – “Os Teixeira de Bragança”, do autor Filipe Pinheiro de Campos, ao preço de capa de 20,00€ (IVA incluído).

.....**2.7.2 - Foram aprovados os seguintes Protocolos/Acordos de Colaboração entre a CMB:**

.....Cedência a título precário, às respectivas Junta de Freguesia, as instalações onde funcionaram as Escolas EB1 de França; Quintela de Lampaças; Varge; Babe; Grijó de Parada; Freixedelo e Rebordaínhos.

.....Junta de Freguesia de Alfaião e a Associação Recreativa Ambientalista de Caça e Pesca de Alfaião – ARACPA, cedência a título precário das instalações onde funcionou a Escola EB1 de Alfaião;.....

.....Núcleo de Bragança da A.M.I. – Assistência Médica Internacional, tendo em vista a cedência das instalações (rés-do- chão, esquerdo, entrada 21) do edifício sito Bairro da Mãe de Água, em Bragança;.....

.....Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Sortes “ Os Sortudos” – cede a título precário à Associação, as instalações onde funcionou a Escola EB1 de Sortes;.....

.....Associação Cultural e Recreativa do Bairro da Mãe de Água;.....

.....NERBA – com vista à realização da Norça e Norpesca 2006, no valor de 35.000€;.....

.....Direcção - Geral dos Recursos Florestais com o tem objectivo as despesas de funcionamento do Gabinete Técnico Florestal Municipal e dos encargos com o respectivo pessoal técnico habilitado, no valor mensal de 2.000€;

.....NERBA - AE (CRVCC - Centro de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências);

.....Faculdade de Direito de Lisboa para a realização de dois seminários, um em Lisboa e outro em Bragança, subordinados ao tema: “O Direito e o Interior: as especificidades a atender na solução legislativa”

.....**2.7.3 - Foram também tratados os seguintes assuntos:**.....

.....Adesão à Associação “Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas”;

.....Aprovada a proposta designada como solução A para o traçado do futuro troço da A4/I.P.4 – VILA REAL (PARADAS DE CUNHOS) / BRAGANÇA, bem como sugerir a existência da nova Zona Industrial de Mós e a localização de uma área de serviço entre os nós 19 [Rossas] e 23 [Rio Frio];.....

.....Abertura do respectivo concurso público para assegurar os serviços de segurança e vigilância, nas instalações municipais (Paços do Município, TMB, MMB, Estação Rodoviária, CCM, e Parques de Estacionamento), no montante estimado de 271.700€+IVA;.....

.....Autorizada a abertura de concurso para a atribuição de um lugar de estacionamento para o exercício da actividade de transportes de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros, nas freguesias onde não exista nenhuma vaga ocupada: Baçal, Carrzedo, França, Grijó de Parada, Mós, Nogueira, Outeiro, Parâmio, Pinela, Rabal, Rebordãos, Samil, S. Pedro de Sarracenos, Serapicos e Sortes. (Mais foi deliberado, antes da abertura dos referidos concursos, proceder à apreensão das licenças caducadas);.....

.....Aquisição da quota da SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A., na Empresa Mercado Municipal de Bragança, E.M., pelo valor de 24.027,82€, correspondendo a 7.000 acções, ao preço unitário de 3,4325€, conforme estudo de avaliação da Revisora Oficial de Contas;.....

.....Emissão de parecer favorável sobre o pedido de instalação de uma nova farmácia no Bairro das Cantarias e à instalação do projecto “DECATHLON”; *Projecto na área de venda de artigos de desporto e promoção de actividades de desporto.*

.....Nomeação de segundo gerente para a empresa Terra Fria, Carnes Lda.;.....

.....*A aprovação da instalação de uma rede TV Cabo na cidade com cerca de 180Km, beneficiando o serviço de acesso à informação em termos de dados e imagem, uma evolução importante, um benefício presente e futuro. A instalação trará algumas dificuldades pontuais, como aconteceu com a rede de gás, apesar de esta rede aproveitar o essencial da rede da PT. Desenvolvemos negociações com esta empresa durante cerca de seis meses, numa fase inicial a perspectiva era de que a Autarquia deveria financiar parta da instalação. A nossa orientação foi no sentido de recusar esse financiamento, uma vez que se tratava de um negócio privado e de que sendo Bragança um Mercado com poder de compra, impunha-se que o operador fizesse todo o esforço financeiro para instalar o negócio. O investimento previsto ultrapassa os quatro milhões de euros.*

.....*Também dar uma referência que está no Estado e Vida do Município, que se relaciona com Projectos de Investimentos Turísticos na Região, designadamente em Alfândega da Fé, de salientar que a Câmara Municipal no âmbito de negociações que iniciou com os promotores disponibilizou a sua infra-estrutura aeronáutica para apoio a este projecto, garantindo por escrito a compatibilidade entre o calendário do projecto de investimento turístico e o calendário de desenvolvimento da infra-estrutura aeronáutica.*

.....*Queria também salientar a posição que a Câmara tomou relativamente à reorganização das Regiões de Turismo, uma posição recente, da qual daremos conhecimento proximamente à Assembleia Municipal.*.....

..... *A Câmara Municipal no âmbito da Assembleia da Comissão Regional de Turismo apresentou uma proposta que foi aprovada por unanimidade dos membros presentes que ia no seguinte sentido de que se impunha dar escala e dimensão às Regiões de Turismo, porque não se consegue fazer a promoção de forma demasiado sectorizada. A forma actual das Regiões de Turismo é desajustada a objectivos de maior de maior competitividade inter-regional e internacional em termos da promoção do território e dos recursos. A proposta que a Câmara fez foi de que a reorganização se fizesse por agregação de Nuts, neste caso a agregação da Nut de Trás-os-Montes e Douro, ou seja, a Região de Trás-os-Montes e Douro, é essa a designação que se impõe, é assim que tem acontecido ao longo da história, sempre se faz essa referência, era absolutamente ilegítimo, irracional, e até vergonhoso que a referência Trás-os-Montes fosse extinta. A nossa posição foi nesse sentido com uma indicação clara, de que se tal não acontecesse e Trás-os-Montes fosse subalternizado, a Câmara de Bragança e as restantes Câmaras associadas à Região de Turismo do Nordeste Transmontano abandonariam o processo e desenvolveriam formas alternativas de promoção, entre elas, eventualmente, porque não, a Associação com Câmaras do lado Espanhol.*

.....A nível da reorganização do ICN, também uma moção que foi aprovada na Câmara Municipal e que será enviada a Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro, e às restantes entidades, órgãos de soberania, deputados distritais, etc., foi no seguinte sentido, o ICN está numa fase de reorganização, perspectiva-se de facto uma atitude de centralismo como nunca se viu nessa área do IC.....

..... É verdade que Bragança já teve a expectativa de ter a descentralização dos serviços centrais para Bragança, assumida pelo actual Presidente da União Europeia, a tal não se concretizou, também não houve nenhum processo de reorganização entretanto, mas agora há um processo de reorganização em curso, e se há um processo de reorganização em curso, a oportunidade é agora.

.....A Câmara Municipal que a reorganização no sentido da centralização é um erro político, também sob o ponto de vista da preservação do ambiente, da promoção do território e dos recursos. É um sobretudo no plano da coesão económica e social, impondo-se ao contrário do que está previsto que a reorganização das áreas temáticas significa que pode envolver áreas que vão desde Bragança ao Algarve, que a reorganização seja feita a nível regional, de forma compatível com aquilo que está a acontecer ao nível do resto da administração central.

..... Os Serviços Centrais nesta proposta prevêem ficar com tudo, área administrativa, área financeira, área técnica, com tudo. O resto, cinco Direcções Regionais sem participação dos Municípios, sem autonomia financeira e administrativa, praticamente nada, tipo mais ou menos uns capatazes nas áreas protegidas, agrupadas com determinada lógica.....

..... A nossa proposta foi no sentido de que ganhava o País se a reorganização foi feita por Nuts, podendo essas Nuts agrupar-se, por exemplo a Nut III Trás-os-Montes tem o essencial da área protegida em toda a zona norte do País, pode agrupar-se a NUTIII Trás-os-Montes, eventualmente, com a NUT Douro, mas a Nut Trás-os-Montes só pior si tem dimensão e escala neste âmbito, quase três vezes mais do que o resto da área do Norte de Portugal.

..... A organização por Nut III pode nas zonas com menor expressão territorial em termos de áreas protegidas, seguir a lógica do agrupamento de Nuts, pode haver três, quatro Nuts agrupadas, na zona centro ou sul, onde as áreas não têm dimensão, por questões de racionalização de recursos, de gestão, direcção, isso poderá acontecer. Propôs-se pois que a reorganização fosse feita em termos regionais por Nuts III, com possibilidade de agrupamento. e que os serviços centrais, fossem definitivamente, na sua totalidade colocados em Bragança, foi essa a moção da Câmara Municipal de Bragança.

.....Por solicitação da ACISB, foi autorizada a abertura dos estabelecimentos comerciais da cidade de Bragança, durante a Época Natalícia, no período de 1 a 8, e nos dias 10, 17, 24 e 31 de Dezembro;.....

.....Pagamento de fornecimento de refeições no 3º Encontro de Idosos do Concelho de Bragança, à Junta de Freguesia de Quintanilha no valor de 855,00€, para que esta possa efectuar o pagamento à entidade fornecedora;.....

.....Projecto "Funzone Villages-Douro" (ofício da C.M. Alfândega da Fé), a CMB disponibilizou-se para assumir a posição de parceiro no presente projecto, comprometendo-se a tomar algumas iniciativas na área do investimento que o possam potenciar;.....

.....Junta de Freguesia de Parada, doação de um ciclomotor.

.....Município de Bragança, 6 de Dezembro de 2006

.....O Presidente da Câmara Municipal

.....António Jorge Nunes, Eng.º Civil

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Pedidos de inscrições para pedidos de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara sobre a sua exposição?

.....Senhor membro da Assembleia Luís Costa, faça o favor.

.....**Luís Costa** – Muito bons dias meus Senhores e minhas Senhoras.

.....Como sempre venho trazer aqui algumas questões que afligem muitos dos nossos Municípios, e que nos foram postas sobretudo no nosso Gabinete de Atendimento à população.

.....Tenho uma série de questões, algumas que o Senhor Presidente abordou, outras que gostaria que tivessem sido abordadas.

.....A primeira questão que ponho é acerca da Estação de Camionagem. Tem que haver e já foi aqui várias vezes falado, um reordenamento no estacionamento de passageiros e mercadorias. Aquele ordenamento que existe, neste momento, dificulta a entrada e saída de passageiros, a tomada de mercadorias, passageiros que tragam bagagem, etc, sobretudo agora no tempo de Inverno, de chuva, etc.

.....O horário de funcionamento da Estação e dos Serviços afins, porque é que a Estação neste momento está a encerrar às dezanove horas, quem for utilizar os serviços dos autocarros deixa de ter os serviços de apoio, a Estação fecha por volta das dezanove horas, quando nós sabemos que há autocarros até bem mais tarde, portanto, as pessoas ficam ali expostas ao frio, à chuva, portanto sem terem abrigo.

.....E para já, dentro deste espaço também, o Museu dos Comboios, para quando está prevista a abertura, e se não está prevista, porquê?

.....No loteamento da Quinta das Carvas, Gimonde, este loteamento foi registado em Gimonde, mas pertence à Quinta das Carvas, está a ser construído um passeio pelo mesmo empreiteiro que tem um loteamento um bocado mais para o lado de Gimonde, que foi embargado, e neste momento está a construir um passeio mesmo em cima da estrada nacional, e um passeio com quarenta centímetros de largura. Quer dizer, nós perguntamos como é que se pode autorizar uma obra destas, que vem complicar ali aquela zona, já de difícil trânsito e que merecia talvez ter uns passeios como deve ser e ter uma urbanização como deve ser.

.....O mesmo se passa por exemplo com as bombas de gasolina de Vale D`Álvaro, a saída das bombas de gasolina, que ainda não foram inauguradas, não entraram em serviço, a saída da mesma dá directamente para a rotunda, também perguntamos como é que foi possível aprovar tal projecto, portanto a gasoleira tem uma saída directamente para uma rotunda.

.....Na urbanização de Vale Churido, os arranjos exteriores envolventes das Torres também continuam por fazer, apesar de já termos trazido este problema aqui várias vezes a esta Assembleia. Portanto, pensamos que é uma situação degradante e de desleixo por parte do Município e de desrespeito pelos Munícipes.

.....O Bairro Artur Mirandela, as Ruas Aquilino Ribeiro e Camilo Castelo Branco, em dias de chuva tornam-se em autênticas piscinas, portanto, o que é que está programado ou o que é que está pensado em fazer para se resolver também este problema?.....

.....O morro junto ao Teatro Municipal, voltamos a perguntar para quando o seu arranjo? Está ali aquele espectáculo, tudo arranjado à volta e só aquele morro ainda sem estar arranjado.

.....Assim como os acessos ao Arquivo Distrital pela Igreja de S. Francisco. O Arquivo foi já inaugurado há seis, sete anos e os acessos continuam uma vergonha. O que é que se passa, quem são os responsáveis? Porque é que se tem que passar pela lama para se entrar pela entrada principal do Arquivo?.....

.....Congratulamos a Câmara por ter terminado os arranjos envolventes da nova catedral de Bragança, conforme também já a CDU já tinha aqui proposto várias vezes e como muito bem disse o Senhor Presidente da Câmara, portanto faltam alguns pormenores que só o tempo não permite neste momento, mas ainda falta concluir os Claustros e esperemos que isso seja brevemente concluído.

.....Houve uma recomendação da CDU em trinta de Junho de 2005, aqui aprovada por unanimidade nesta Assembleia, para que fossem dados nomes de Ruas, de vários nomes concretos, portanto de Vasco Gonçalves, Álvaro Cunhal, Eugénio de Andrade, Coríno de Andrade e Emídio Guerreiro. Perguntamos como é que está a situação, portanto, quando é que vão ser dados esses nomes às ruas e a que ruas?.....

.....Também aqui foi falado, Jornadas do património Cultural de Bragança/Zamora. Tiveram como animador principal, como sabem, o Professor Fernando Sousa, que já foi deputado do PS. Saiu uma proposta relevante, propor a Cidadela a património da Humanidade. O Dr. Luís Mina, quando Presidente da Câmara, já tinha apresentado esta proposta. O Engenheiro Jorge Nunes, na qualidade de Presidente da Câmara de Bragança, também já fez esta proposta. Será esta a terceira candidatura? E perguntamos nós, será que a ETAR também vai integrar a candidatura? Nota - também nesta questão, a Vereadora da Cultura e a Direcção Regional de Turismo não estiveram presentes nestas Jornadas.

.....Ponte Românica e Caminho Romano de S. Lázaro - que diligências foram feitas para preservar este património, o sinalizar e divulgar devidamente?

.....Onde vão ser gastas as verbas inscritas no Plano de Actividades para 2007, sob a designação de *Vias Augustas*, no valor de setenta e seis mi, duzentos e vinte e nove euros, e noventa e cinco cêntimos?

.....Que medidas já foram tomadas para a Casa Museu Abade de Baçal ou estão planeadas tomar para cumprimento da decisão tomada por unanimidade nesta Assembleia de 29 de Junho de 1999, em que foi declarado imóvel de interesse público e de dinamização cultural? ...

.....Mosteiro de Castro de Avelãs - estão a decorrer escavações, por iniciativa, cremos, do IPAR, será que no âmbito destas escavações está prevista também a conservação e preservação do que resta do mosteiro, zona envolvente e sua sinalização?

.....E por último, e não menos importante, queríamos perguntar se o Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento de que se nós quisermos fazer um contrato de fornecimento de água, se eu quiser fazer um contrato de fornecimento de água, aluguei uma casa e o contrato do inquilino anterior não estiver resolvido, que eu não posso fazer novo contrato! Portanto, os contratos são pessoais, de pessoa para pessoa, e a Câmara não se pode recusar a fazer-me a mim um contrato, se o antigo inquilino não tiver saldado as suas contas com a Câmara. Portanto, tem acontecido isso a bastante gente aqui em Bragança e portanto é uma questão que nós pomos ao Senhor Presidente e que tem que ser, pensamos nós, tem que ser resolvida com o máximo de brevidade possível.

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia João Ortega, faça o favor.....

.....Para pedidos de esclarecimento.....

.....**João Ortega** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, a todos muito bom dia.....

.....É um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, apesar de o não ter referido aqui na sua intervenção, na parte escrita que nos foi distribuída, é referido que a Divisão de Urbanismo tem um processo de informatização de todo seu serviço, e haverá aqui uma proposta de que os projectos sejam entregues em suporte digital. É uma questão para a qual eu tenho algumas dúvidas, nomeadamente, que tipo de suporte, já que cada projectista pode usar um programa diferente, é o projectista que tem que se adequar à necessidade da Câmara e a Câmara que se adapte ao projectista.

..... Uma outra dúvida, se estiver previsto o acesso pela Internet, como é que garantimos a segurança dos projectos entregues, é que os projectos sendo propriedade intelectual têm direitos de autor.....

..... E uma outra questão é, sendo um ficheiro informático é possível ser corrompido, eventualmente alterado, como é que a Câmara vê estas questões e a segurança que pretende fornecer aos projectistas que entreguem projectos.

.....Era esta a questão, obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

.....Senhor Presidente da Câmara.

.....

.....**Presidente da Mesa** – Com certeza que tem toda a razão, mas na Mesa ninguém se deu conta da sua inscrição, mas estamos a tempo de a fazer e o PSD tem tempo para poder intervir, faça o favor Senhor membro da Assembleia Eduardo Malhão, mas tem que o levantar mais da próxima vez se faz favor.

.....Tem a palavra para pedidos de esclarecimento.

.....**Eduardo Malhão** – Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Senhores da Comunicação Social, Excelentíssimo Público.

.....Bom dia a todos e desde já os meus votos de boas festas para todos.

.....Estou aqui para fazer um pedido de esclarecimento muito breve ao Senhor Presidente da Câmara, ele tem a ver com uma matéria que é bastante sensível para todos, e que a todos interessa, que é o processo de revisão do PDM.

.....Refere aqui na informação escrita sobre o Estado e Vida do Município que há uma evolução positiva nesse processo, a pergunta que eu deixava aqui é se existe uma previsão aproximada de quando é que o processo irá estar concluído.

.....Recordo que este processo já se arrasta há bastante tempo, também aqui pagamos a factura da interioridade e do nosso baixo peso demográfico e político, tenho conhecimento que outros processos de revisão dos PDM's já estão aprovados e em vigor, eu pergunto se existe algum calendário ou algum cronograma que supervisione o funcionamento de todo o processo.

.....Perguntava também de quem é a responsabilidade deste atraso, não faz muito sentido que um processo de revisão se arraste há cerca de quatro anos, sendo um matéria importante de planeamento que bloqueia os interesses de muitas pessoas que têm terrenos e não podem construir as suas casas, em muitas situações até críticas, vivendo em condições degradantes, eu pedia que esclarecesse se de facto existe alguma previsão aproximada de quando estará concluído o processo.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....
.....Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para responder.....
.....Eu pedia a um Senhor que não sei se é membro da Assembleia, se é visitante, que está com um chapéu, o favor de tirar o chapéu.....
.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Câmara** – Obrigado Senhor Presidente da Mesa.....
.....Procurarei ser sintético na medida do possível, que o tempo também é limitado.
.....Começo pelas respostas no que diz respeito à Estação de Camionagem. Há de facto um horário de funcionamento para um dos bares. O edifício central às dezassete horas fecha o bar, fecham os serviços administrativos, no entanto também o módulo de passageiros regulares não funciona nessa altura, não há transportes regulares nesses horários, há sim transporte expresso.
.....A zona de transportes expresso está equipada com bar, que fecha mais tarde e com uma instalação de acolhimento, sala de espera para os utentes, devidamente climatizada, com instalações sanitárias abertas, portanto, com óptimas condições de conforto.....
.....Secção museológica - foi recentemente criada a Fundação do Museu Ferroviário, através de Decreto-Lei, foi instalada a respectiva Fundação, está previsto criar um número determinado de secções museológicas, nas quais se inclui a de Bragança. A Secção Museológica na nossa Cidade evoluirá de acordo com a evolução dos Projectos nessa Fundação, sendo que, da parte da Câmara Municipal há, desde o período de execução dos trabalhos, abertura completa para que ficasse estruturada completamente nessa altura. Não foi possível porque não havia interlocutor a nível do Museu Nacional Ferroviário, a Fundação não estava criada, não se dialogava com ninguém com responsabilidade.....
.....Loteamento das Carvas, passeio - não se trata de um passeio, o projecto foi aprovado pela Câmara e obtido o parecer favorável do IEP, trata-se de um separador entre o estacionamento e a faixa de circulação.
.....As bombas de gasolina têm de facto uma saída directa para a rotunda, não tinham outra possibilidade, não nos parece que seja perturbador.
.....Arranjos da envolvente no loteamento Vale Churido - a Câmara não conseguiu, em Tribunal, accionar as garantias bancárias, por deficiência das mesmas, de acordo com a interpretação que foi dada pelo Tribunal, texto na emissão original das garantias. Elas estão de facto com um texto que a Câmara hoje não utiliza, já não utiliza há alguns anos atrás, no entanto não foi possível accionar essas garantias, só para que essa decisão tivesse sido produzida foram precisos vários anos, e nós não conseguíamos substituirmo-nos ao Tribunal na decisão.
.....Aquilo que temos que fazer neste momento é accionar um processo em Tribunal por incumprimento da parte dos promotores. Vamos entrar nessa fase, esperamos que o Tribunal

reconheça o incumprimento. Reconhecido o incumprimento o banco já não pode deixar de disponibilizar as garantias bancárias perante a Câmara. É esse o procedimento que vamos fazer. Até lá a Câmara não tem qualquer possibilidade, e reafirmo, qualquer possibilidade de intervir, arranjando uma área que é da responsabilidade de promotores do loteamento.

.....A única coisa que fazemos, por razões de segurança, é fazer a limpeza da área envolvente, fazemo-lo de Verão, de Inverno, etc, não faremos mais do que isso.

.....Já enviamos uma comunicação escrita aos moradores, para além de termos reunido algumas vezes com eles, dando conta desta dificuldade e informando-os de que este é o percurso que temos que fazer, é um percurso pela via judicial para obrigar os promotores a assumirem as suas responsabilidades.

..... Lembro ainda que no Loteamento de S. Tiago, uma situação idêntica se arrastou durante anos, conseguimos devido à pressão da Câmara junto dos promotores que assumissem as suas responsabilidades, sem terem que ser accionadas as garantias e accionados os mecanismos judiciais. Neste caso não temos alternativa.

.....O terreno junto ao Teatro Municipal, a Câmara preocupou-se em adquiri-lo, limpar as construções abarracadas que aí estavam, neste momento não temos previsão de investimento, em termos de requalificação como espaço público. É essa a nossa perspectiva actual. Inicialmente, pensávamos poder construir um edifício para ajudar a pagar o investimento do Teatro, desistimos dessa perspectiva logo que se acabou de liquidar a factura correspondente à construção, portanto neste momento a perspectiva é a de um espaço envolvente verde, que deixa mais livre o edifício do teatro. Não consideramos, face a outras necessidades de investimento, ser esse um investimento prioritário. Prioritário era sim a Câmara ser proprietária desse terreno.

.....Acesso ao Arquivo Distrital - é um processo que tem a ver com alguma evolução no âmbito dos trabalhos da Igreja de S. Francisco, e por isso com alguma responsabilidade da Ordem Secular Franciscana, que tem alguns problemas complexos para resolver, problemas aos quais a Câmara não tem estado alheia, como não esteve na fase de obras.

..... Lembro que no ano de 1999, a Câmara, depois de obtida a autorização da Assembleia Municipal, transferiu através de protocolo para essa Instituição, cinquenta e cinco mil contos, para ajudar a pagar dívidas das obras.

.....Quanto à Catedral, a finalização das obras nas alas laterais do edifício principal são da responsabilidade da diocese, a Câmara só assumiu, com a autorização da Assembleia Municipal, a responsabilidade de arranjar a envolvente.

..... Toponímia - há uma Comissão de toponímia que recolheu as recomendações que a CDU propôs.

.....Cidadela a património da Humanidade - nunca houve nenhuma candidatura da Cidadela a património da Humanidade.

.....Durante o final da década de noventa, não me parecia existir qualquer viabilidade, e reafirmo qualquer viabilidade, numa hipotética candidatura da Cidadela a património da Humanidade.

..... A envolvente estava um bocado desqualificada, as construções estavam praticamente todas em ruína, portanto, havia muito trabalho a fazer. Esse trabalho foi feito, hoje o estado da Cidadela e da envolvente não é o mesmo que era na altura, e ainda assim não é um processo fácil de fazer evoluir.

..... Num seminário, O Professor e amigo Fernando Sousa, referiu que é uma oportunidade, claro que é uma oportunidade, algum dos senhores deputados pensa o contrário, é evidente que não. Temos que encontrar uma solução, por as condições mínimas, estarem reunidas. O próximo Quadro Comunitário de Apoio pode ser uma oportunidade. A Câmara Municipal tem vindo a tentar encontrar janelas de oportunidade.

..... A penúltima que trabalhamos foi via Eixo Atlântico, ainda não a colocamos de lado. Uma próxima, que estamos a tentar abrir é via Fundação Rei Afonso Henriques, aqui numa perspectiva de uma parceria conjunta entre a Câmara de Bragança e o Município de Zamora. Zamora tem também a ambição de fazer a candidatar do centro histórico, sozinha terá dificuldade porque há muitas candidaturas em Espanha, como há muitas em Portugal, e o número de autorizações por parte dos Governos é limitado. Se as duas intenções se juntarem, pode-se resultar numa intenção mais forte. Fizemos essa proposta por escrito ao Ayuntamiento de Zamora, amanhã na reunião da Comissão Executiva da Fundação Rei Afonso Henriques, pensamos debater este processo ou esta possibilidade.

.....Projecto das *Vias Augustas* - tem a ver com um projecto que está em desenvolvimento, a verba inscrita que tem a ver com responsabilidades financeiras assumidas pela Câmara Municipal no âmbito de uma parceria bastante alargada, cujo chefe de fila é o Município de Astorga.

.....Mosteiro de Castro de Avelãs - acompanhamos o processo de escavações com o IPPAR. Foi lento o processo que obrigou o IPAR a começar a olhar para o Mosteiro de Castro de Avelãs.

..... Lembro que houve um período em que se conseguiu que as três televisões dessem nota do estado de degradação daquele importante património.

..... Hoje o IPAR está mais sensibilizado, tem estado a fazer escavações, a identificar a estrutura original do Mosteiro.

..... A Câmara Municipal disponibilizou-se perante o IPAR, dada a importância desta perspectiva, de evolução nos trabalhos e da identificação, de sinalização e a mais valia que ela pode disponibilizar para Bragança, disponibilizou-se para no próximo Quadro Comunitário de Apoio se assumir como parceiro efectivo a nível, financeiro e administrativo, numa parceria que deva, na medida do possível, a Junta de Castilla e Leon.

.....Contrato adicional de água - aquilo que referiu é correcto, pode haver alguma actuação pontual em termos administrativos indevida, o contrato é individual, o fornecimento é para uma determinada pessoa, para um determinado consumidor, e é esse que contrai as responsabilidades, não um outro que vem fazer um contrato de novo. Os Serviços têm que agir, se há algum atraso de pagamento de algum contrato que não ficou devidamente regularizado, agir no sentido de cobrar a dívida por quem a contraiu.

.....Senhor Arquitecto Ortega - Divisão de Urbanismo - vamos tentar evoluir, estamos de facto a dar passos importantes, não o podemos fazer sem dialogar com os projectistas.

.....Revisão do PDM e do Plano de Urbanização, as perspectivas que temos e os calendários dos quais, para facilitar, iria mandar distribuir fotocópia a cada um dos Senhores deputados, a nossa previsão é de que se venceram etapas importantes e estamos em condições, se tudo correr bem, para no primeiro trimestre do próximo ano, os dois documentos poderem entrar na fase de discussão pública.

.....Lamentavelmente, a média de aprovação de instrumentos de planeamento no nosso País é de seis anos, não é em Bragança, é a nível do país, quer dizer que há uns que têm um bocadinho menos e há outros que têm um bocadinho mais. Estamos a entrar quase nos seis anos, portanto acho que chegou a vez.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Vamos registar inscrições para intervenções neste período da Ordem do Dia.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires inscreveu-se, o Senhor membro da Assembleia Jorge Novo inscreveu-se, o Senhor membro da Assembleia Lídio Correia inscreveu-se, o Senhor membro da Assembleia Luís Filipe inscreveu-se, o António Afonso inscreveu-se.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires, faça o favor.....

.....**Luís Pires** – Bom, mais uma vez, bom dia.

.....Acho que vamos ter que repensar aqui o esquema de climatização da sala, porque há aqui umas correntes de ar que não são nada agradáveis.

.....Desde meados da década de 80 que se assiste a nível europeu a um aumento genérico do interesse pela cidade, a par de uma crescente reflexão científica em torno das questões que têm a ver com o urbanismo.....

.....A par deste movimento a "cidade média" voltou a estar no centro das atenções de técnicos e políticos, colocando-se, no entanto, agora a questão em moldes completamente diferentes daqueles que foram colocados nos anos 60.....

.....No novo contexto económico e social emergente da crise dos anos 60 e da primeira metade dos anos 80, a tendência para a globalização da economia, o reforço dos serviços, o desenvolvimento de novas formas de organização das empresas, a flexibilidade crescente dos

sistemas de produção e o apelo à inovação constituem, de facto, aspectos fundamentais do novo cenário económico.

.....Este facto favorece o reforço do quadro de relações institucionais que, no caso europeu, é fortemente ampliada pela integração comunitária, desenvolvendo-se articulações entre os diversos agentes locais, públicos e privados, reconhecidos nos princípios da subsidiariedade e da cooperação.....

.....Neste contexto sócio-económico as cidades ocupam uma posição privilegiada, nomeadamente as cidades médias, cujo conceito foi substituído pelo de "cidade intermédia ou intermediária".

.....Do conceito antigo preserva-se o sentido positivo da sua dimensão equilibrada, ultrapassando-se, contudo, o plano dos critérios estatísticos, acentuando a noção de "cidade intermédia" em valores de natureza qualitativa, nomeadamente a ideia de um espaço de relações (entre cidades e regiões e adjacentes) estruturado em nós e fluxos e onde as cidades intermédias são um mediano, um ponto de encontro.....

.....Nesta perspectiva, a cidade média já não é mais um centro situado no meio da hierarquia urbana, mas sim uma cidade integrada no circuito de relações que se estabelecem no seio dos sistemas urbanos, nacional e internacional, um intermediário entre territórios situados em dimensões distintas.

.....Trata-se da passagem de uma perspectiva hierarquizada para uma concepção em rede e relacional do território e das cidades, associando-se-lhe a ideia de uma cidade com possibilidades de afirmação nacional e internacional nos sistemas urbanos em que participam ou coexistem.

.....Neste contexto, o conceito de "cidade intermédia" assenta em três pontos fundamentais:

.....- na importância que lhe provém do modo como se articula com as restantes componentes do sistema urbano e não da sua dimensão;

.....- na sua capacidade de afirmação ao nível nacional e internacional;

.....- na substituição do conceito fortemente hierarquizado de "estrutura urbana", pelo conceito dinâmico e interactivo de "sistema urbano"......

.....Já nos anos 90, Tornqvist identificou sete factores de sucesso dos centros urbanos de dimensão média:

.....- boas redes de comunicações;

.....- nível de instrução e de capacidade de investigação superior à média;

.....- ambiente residencial atractivo;

.....- diversidade de oportunidades de emprego;

.....- núcleo urbano central eficiente;

.....- forte apoio às actividades de âmbito cultural;

.....- empenhamento activo das instituições públicas na vida da cidade.

..... Não é de hoje a reivindicação de Bragança como cidade média, assim, queremos ser justos, julgar Bragança pela matriz descrita anteriormente. Bragança tem uma razoável rede de comunicações viárias, falhando no que toca às modernas auto-estradas de informação. Só esperamos que com a propalada instalação da rede TV Cabo se aproveite desta vez para garantir uma rede de fibra, que possibilite a instalação de um verdadeiro “backbone”. Neste aspecto estamos muito atrasados, sendo o ónus claramente da falta de visão do Executivo, mais uma vez não houve estratégia. Esta infra-estrutura poderia já estar em potenciação e não em pré-instalação como é o que acontece neste momento.

..... Relativamente ao nível de instrução e capacidade de investigação, superior à média das outras cidades, Bragança converge com essa premissa, claramente, não nos parece é transcendente o papel da autarquia neste desiderato.

..... Já foi referido nesta Assembleia que ao nível do ambiente residencial, Bragança poderia ter um cenário de sonho, de facto tal não corresponde à realidade, aliás, Bragança consegue incorporar algumas das maleitas de cidades grandes, de onde se realçou o abandono da zona histórica e concentração de pessoas em bairros que são autênticos dormitórios aqui à beira do Centro. Lembramo-nos de diversos modelos residenciais que nos trazem um sorriso à mente, e nenhum deles se coaduna com a estratégia implementada. Também neste item não cumprimos os mínimos olímpicos.

..... Emprego, Senhor Presidente, emprego. Neste parâmetro, a divergência é calamitosa, aqui existe claramente uma inércia por parte da autarquia, é sabido que as autarquias não deverão ser centros de emprego, nem agências de colocações, no entanto, de forma indirecta, esta é a vertente na qual a autarquia mais pode fazer valer a sua influência, como? Fomentando a criação de empresas, estabelecendo condições atractivas para a instalação de novas unidades, criando dois ou três sectores estratégicos em que integradamente se aposte para direccionar recursos e sinergias, no sentido de os potenciar na senda da excelência. Estas orientações seriam complementadas pelo:.....

.....-suporte na captação de investimento directo estrangeiro, quantificar e avaliar os “local content” associados a investimentos nos sectores a potenciar;.....

.....- apoio à concepção de infra-estruturas tecnológicas sectoriais;.....

.....- Promoção da cooperação inter-empresarial;.....

.....- Desenvolvimento de modelos de e-business;.....

.....- Optimização de sistemas logísticos;.....

.....- Programas de melhoria de produtividade;.....

.....- Promoção de competências de engenharia e desenvolvimento de produto;.....

.....- Etc, etc, etc

..... Na realidade o que vemos é a aposta desintegrada e sem sustentação estratégica, em medidas avulsas, onde se destaca o estabelecimento de uma nova zona industrial, cujo processo e progresso parece ser um segredo de estado, onde se vão colocando peças de

puzles desordenadamente e não seguindo raciocínios coerentes com o conceito de cidade intermédia ou intermediária.

.....Bragança continua o seu processo de isolamento face aos restantes Concelhos que a rodeiam. Se as restantes sedes de Concelho do Nordeste já perceberam que a rede funcional é uma postura catalizadora de investimentos, amortizadora de projectos menos conseguidos e potenciadora de massa crítica, tal ainda não aconteceu neste município.

.....Bragança apregoa o sue estatuto central relativamente a uma nova perspectiva de postura globalizante, mas empenha-se em não dialogar com os primeiros elos da teia global que são os Concelhos que a cercam. Esta postura apenas conseguirá que Bragança perca de uma forma concertada um conjunto de oportunidades vitais ao seu desenvolvimento.

.....Em quase uma década a questão subsiste, qual o contributo do Executivo no sentido de melhorar as condições para a instalação de empresas de facto competitivas? Foi necessária a presença do Senhor Presidente da República em Bragança, para que os problemas, os quais temos vindo a alertar aqui sucessivamente, surgissem nas luzes da ribalta.

.....O envelhecimento da população e consequentes necessidades que daí advêm, a não existência de emprego para os jovens, fundamentalmente pela ausência de políticas desintegradas, sabendo que o diagnóstico do Senhor Presidente da República foi feito mal chegou a Bragança, e permitam-me a nota, só podemos concluir que os seus assessores têm estado atentos às intervenções do Grupo do Partido Socialista nesta Assembleia, só pode ser por aí.

.....O núcleo urbano que o Executivo architectou nestes anos todos, quase uma década de responsabilidade, meus senhores, quase uma década de responsabilidades, tornou –se um carreirinho de automóveis onde não é permitido tropeçar, ou então parte tudo.

.....O centro da cidade está deserto, como eu já disse aqui várias vezes, esta realidade não potencia o ressurgimento de iniciativas do comércio tradicional, aliás, e permitam-nos os parêntesis, para questionar qual a verdade que existe relativamente à instalação em Bragança de uma nova loja da cadeia “Decatlo” e outra “Carrefour”, é que dado o histórico de intervenções do Executivo e também do PSD relativamente a situações semelhantes, veremos onde pára a moral, e quais os benefícios a confirmarem-se os investimentos para o comércio tradicional e para os Bragançanos.

.....Núcleo urbano, diz-se na premissa, núcleo urbano central e eficiente, vá lá saber-se, ninguém o usa, mas os poucos que o utilizam dão-lhe claramente nota negativa. Que saudades da minha Praça da Sé! Mudar por mudar não é solução, a ir atrás de modas e descaracterizar o património cultural, hoje, na foto, não distingo Bragança de Viana ou Braga.

.....Por falar em saudades, entrando já no item de forte apoio às actividades de âmbito cultural, Senhor Presidente, que saudades dizia eu da Feira das Cantarinhas! Mas daquela de verdade. Aquela que devolvia aos Brigantinos as ruas do Centro da Cidade. Não falo deste sucedâneo que teima em levar as pessoas para a beira do Mercado Municipal, mais uma das

teimosias do Senhor Presidente e hoje falaremos mais a seguir. Recordo-me que a juntar à alegria do dia sem aulas, me dava particular gozo pisar na calçada que noutros dias era dos automóveis, saboreando um cerejita que repenicada do característico ramo com a mão esquerda, enquanto com a direita, que é sempre a malandra, tentava surripiar um pretito a uma tendeira. E isto é uma coisa que me deixa muitas saudades.

.....E então que dizer do Ex-Libris de Bragança? As suas festas da cidade. Já lá vai o tempo que se demoravam dez minutos da Praça da Sé até à Praça Cavaleiro de Ferreira, que saudades! E pedir uma água no Chave D`Ouro? Indubitavelmente existe um empenhamento activo das instituições públicas na vida da cidade, esta premissa está conseguida.....

.....Meus senhores, é esta a Bragança de hoje, a dita acolhedora, pujante e cultural. Restanos perguntar ainda o que tem feito este Executivo de relevante para além daquilo que é do foro habitual no âmbito das políticas sociais e integração de minorias. Alguém se lembra?

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia.

.....Senhor Presidente da Junta de Santa Maria?

.....Prescinda.

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia tem a palavra.

.....**Lídio Correia** – Como julgo que me resta pouco tempo, vou ser muito rápido, e começaria por colocar aqui uma questão que penso que não coloca a Câmara em muito bons lençóis. É que, segundo a Comunicação Social, neste momento, o Grupo Desportivo de Bragança, tem salários em atraso. Gostemos ou não do Grupo Desportivo, concordemos ou não com o seu profissionalismo, a verdade é que são trabalhadores que ali estão e que não recebem salários, sendo que a Câmara tem um protocolo com o Grupo Desportivo, ao qual dá, se não estou em erro, pelo menos, 222 000€, que são de facto da Câmara, que é dinheiro nosso, cabe-nos perguntar para quê, e cabe-nos perguntar depois ainda com que critérios é que são distribuídos estes dinheiros, a esta Associação como às outras, porque de facto, até hoje temos questionado sempre a Câmara no sentido de se estabelecer um critério perfeitamente claro e objectivo da distribuição destes dinheiros, mas até hoje nunca conseguimos que esses critérios estivessem efectivamente colocados em cima da mesa.

.....Portanto, neste momento, a Câmara Municipal é conivente com o Grupo Desportivo de Bragança no que se refere em salários em atraso. Goste-se ou não, a realidade é assim porque a Câmara é parceira do Grupo Desportivo de Bragança, e por isso há que resolver este problema e resolvê-lo com urgência, até porque se aproxima o Natal, e tanto quanto sei esses trabalhadores desportistas têm famílias e necessitarão obviamente de dinheiro.

.....Depois Senhor Presidente, gostaria de lhe dizer que nos chegam, e é visível, cada vez mais queixas, e é visível por qualquer um de nós, a falta de limpeza desta cidade. A Cidade já

esteve limpa e está cada dia mais suja. É absolutamente inconcebível. Penso que não foi pela privatização dos Serviços de limpeza que a questão se resolveu em termos de limpeza. No início foi muito bonito, a verdade é que hoje está muitíssimo pior do que quando a Câmara era responsável directa pelos serviços de limpeza.....

.....No que concerne à Central de Camionagem, Senhor Presidente, gostaria que, a Câmara, como nós já mais de uma vez dissemos, encontrasse uma solução, nomeadamente para o Inverno, quando os passageiros têm que se deslocar do edifício central de Camionagem, portanto a antiga estação, para irem para o local de embarque. Se chover, e agora neste tempo de frio, eu, que todos os fins de semana frequento aquele espaço porque vou levar os meus filhos, e enquanto tiro o bilhete e vou de um lado para o outro, ou me molho ou apanho um frio que é inconcebível, porque não tenho por onde passar sem me molhar. É absolutamente impossível. Portanto, haverá que necessariamente resolver esse problema, como haverá que resolver o problema do estacionamento, a não ser que, taxativamente a Câmara Municipal nos diga que o estacionamento da Central de Camionagem é o estacionamento do LIDL. Tem a Câmara algum protocolo com o LIDL nesse sentido? O LIDL permite isso? Portanto, isso tem que ser resolvido de uma vez por todas.

.....Também, senhor Presidente, penso, muito embora isto já seja algo que sai um pouco fora do seu âmbito, mas gostaria de saber que posições em tomado a Câmara, e o que é que tem feito, olhando a toda a reestruturação dos serviços que aí está em cima da mesa, e olhando às leis orgânicas que este Governo tem vindo a publicar no sentido de destruir tudo aquilo que é público, eu gostaria de saber que posições tem tomado a Câmara relativamente à reestruturação desses serviços, à possibilidade mais que real de muitos desses serviços saírem de Bragança, seja para Mirandela, seja para Vila Real ou seja para Chaves, qual a posição da Câmara e o que e que efectivamente tem feito nesse sentido.

.....Por penúltimo, pelo menos no morro ao lado do Teatro, Senhor Presidente, mande-lhe dar uma limpeza, mande-lhe cortar a erva e pelo menos tire aquelas tábuas de protecção, ponha-se um gradeamento pelo menos minimamente aceitável em termos estéticos, porque aquilo ao lado de um monumento daqueles, do nosso ponto de vista é efectivamente uma vergonha e não tem o mínimo de justificação naquela praça, sendo um terreno como é já neste momento da Câmara.....

.....Muitas coisas haveria para falar da cultura, e lembraria a todos na Assembleia e em especial ao Senhor Presidente da Câmara que há muito pouco tempo se dizia, e era de grandes parangonas de jornais, que a cultura era uma fonte de rendimento superior à industria automóvel ao nível da União Europeia. Era bom que tivesses atenção a isso, e que de uma vez por todas nos convencêssemos que isso pode ser uma fonte de rendimento.

.....Eu acabo, dizendo apenas e só, que, não percebo a distracção do Senhor Presidente da Câmara e da sua Vereadora da Cultura quando, pretendendo candidatar e bem, a cidade amuralhada, chamemos-lhe assim, a património mundial, se esqueceu de se indignar ou de

dizer uma única palavra, quando num programa de televisão que há para aí, se indicam as sete maravilhas arquitectónicas de Portugal, e a Cidadela de Bragança e o Castelo de Bragança nem sequer lá aparecem, aliás não aparece lá nada de Bragança.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Filipe, tem a palavra se faz favor.

.....**Luís Fernandes** – Ora muito bom dia a todos.

.....Excelentíssima Mesa, Senhores Vereadores, Presidente da Câmara, digníssimos amigos, membros, votos de um Bom Natal, que estamos no mês exactamente dessa época.

.....Ora bem, eu tenho aqui uma série de questões, vou ser rápido penso eu, em relação ao Senhor Presidente da Câmara era preferível tê-lo feito nos pedidos de esclarecimento, mas, não o fiz.

.....A primeira questão é a seguinte, e eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara dissesse aqui, porque este assunto foi levantado na última Assembleia Municipal, e não gostávamos que caísse no esquecimento, porque nos parece, depois pensando bem, é um assunto extremamente grave, porque se trata de um assunto que envolve arte, envolve artistas, e envolve a verdade.

.....Na última Assembleia vimos aqui e isso foi denunciado publicamente por um artista desta terra, que alguns retratos da sala de actos e a sala de actos penso que é uma das salas nobres desta cidade, portanto merece verdade.....

..... Foi denunciado que alguns dos quadros que existiam ali pintados por uma pintora desta praça, não eram verdadeiros, ou melhor dizendo, não utilizaram a técnica que devi ter sido utilizada. Eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, na última Assembleia ele disse-nos que ia diligenciar no sentido de apurar essa verdade. Eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente de Câmara o que é que foi feito de verdade em relação ao apuramento da verdade, em relação à veracidade ou não desses quadros, porque urge, quer recuperar o nome da pessoa que foi acusada, quer saber se efectivamente é verdade ou não. E, posso-lhe dizer que, se a Câmara não fizer nada, alguém terá que fazer para que isso seja apurado.

.....Queria aqui também falar de outro assunto, que na página nove diz-nos aqui que foi aprovada a solução A em relação ao traçado da futura A4, bem como sugerir a existência da nova zona industrial de Mós.

.....Não nos diz nada aqui em relação àquilo que penso que para além da zona industrial a zona sul do Concelho anseia há muito tempo, que é a possibilidade de um nó naquela zona ali.

..... Eu sei que houve algumas diligências, mas no Estado e Vida do Município não faz qualquer referência a essa situação. E em relação a esta situação aqui, eu gostava de deixar aqui uma sugestão ao Senhor Presidente, que era, e se esse nó for contemplado, estudar a hipótese de fazer uma ligação séria ao Sul do Concelho.

.....E quando digo uma ligação séria, se esse nó for feito, pensar por exemplo, em retirar o trânsito de Mós, é fácil penso eu fazer uma variante ou ao novo traçado da estrada de Valverde, ou repensar toda a estratégia de acesso ao sul do Concelho. Portanto é uma das zonas que neste momento não tem uma ligação.... o Penacal está no estado em que está, a estrada de Valverde é uma estrada que para além de extremamente perigosa, é uma estrada demasiado estreita que não oferece garantias e vários acidentes já ali se verificaram, portanto penso que, este nó a ser contemplado, era também urgente que a Câmara repensasse toda a ligação às aldeias, e não são pequenas, de todo o sul do Concelho de Bragança.

.....Diz aqui também que “nomeação de segundo gerente para a Empresa Terra Fria Carnes”. Quem é esse segundo gerente? Não traz aqui o nome, não sei se é segredo, se pode ser divulgado.....

.....Estou a ver além o nosso amigo Presidente da Junta de Parada, diz aqui que lhe foi oferecido à Junta de Freguesia um ciclomotor. Eu não sei para quê... eles lá sabem as razões deles, mas se calhar haverá outras Juntas de Freguesia também que precisarão de ciclomotor. Será que pode ser pedido esse ciclomotor à Câmara Municipal pelas Juntas de Freguesia todas? Ou pelo menos, para que é o ciclomotor.

.....Para terminar, uma questão que também já anda aqui há muito tempo, levantada por nós, o Senhor Presidente da Câmara já ficou de estudar este assunto, ainda há pouco tempo reparamos que a nível nacional a questão do património da CP tem apaixonado muita gente, tem trazido muita discussão, tem trazido muita gente, mesmo em termos turísticos tem sido potencializada, e nós infelizmente, não sei se alguma vez foram visitar lá em cima aquilo que não pode ser chamado Museu da CP, é um armazém onde todo o património, penso que já não estará todo, porque grande parte dele já desapareceu e foi para outras estações, embelezar outras estações.

..... Fizemos, na altura, um contacto com a responsável da Secção de Museologia da CP no Porto, e já isso dissemos ao Senhor Presidente da Câmara, que tinha ficado acordado aquando da execução da obra da Estação de Camionagem, que a Câmara se comprometeu a fazer mais dois pavilhões para instalar esse museu. Até hoje não vimos nada. O que é que Senhor Presidente pensa fazer, ou pensa definitivamente fechar aquilo, e enviar aquilo para outros locais e perder definitivamente a memória daquilo que foi o comboio em Bragança.

.....É tudo.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

..... Senhor membro da Assembleia António Afonso tem a palavra.

.....**António Afonso – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

.....Muito bom dia a todos.

.....“Excelentíssimo Senhor Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

.....Excelentíssimo Presidente e Executivo Camarário

.....Senhores Deputados

.....Excelentíssima Comunicação Social

.....Excelentíssimo Público presente

.....Esta minha intervenção, tem apenas por objectivo trazer ao conhecimento desta Assembleia, a criação de uma nova estrutura cultural no Concelho de Bragança, tendo como principal objectivo, a divulgação da História de Bragança e Região, personalidades e factos históricos a ela ligados, bem como, a sua identidade como povo.....

.....Sem ser uma associação virada para o passado, “BRAGANÇA HISTÓRICA — Arte e Cultura”, assim se vai designar esta Associação, tem como lema, na sua génese:

.....“CONHECER O PASSADO- REFLECTIR O PRESENTE- PREPARAR O FUTURO”.....

..... Pois só quem respeita a História, pode ter uma ideia de futuro.....

.....No contexto da evolução das sociedades contemporâneas, é a Cultura, a par da Educação, um dos mais importantes eixos de inovação e desenvolvimento social.....

.....A sua importância, manifesta-se não só na crescente relevância de mercados de cultura e indústrias culturais, como também na crescente sensibilidade, da afirmação das identidades locais como forma de desenvolvimento, que a nosso ver é factor decisivo, para a fixação das populações residentes.

.....É pois vocação e tarefa das Associações Culturais, desenvolver a cultura como actividade simultaneamente criativa e inovadora, sem contudo se afastar da memória, e da herança legada pelas gerações anteriores.

.....Estando a mais densa rede de equipamentos concentrada em toda a orla litoral do País, esta, acolhe conseqüentemente, o maior número de produções artísticas e culturais.

.....Reconhecidos são também nesta área, os acentuados níveis de assimetria de acesso à cultura, em relação às zonas do interior.

.....Dada pois, a escassez ou a inexistência de equipamentos e operadores culturais credíveis, é ainda nas zonas do interior do território nacional, que a realidade se revela diametralmente oposta aquela, dado que os eventos culturais realizados, apenas se remetem a uma oferta rara e descontínua, apesar do esforço dos orçamentos, disponíveis para esse efeito.

.....Constituindo uma realidade social heterogénea, são as ainda as Associações, baluartes dinâmicos da cultura, e últimos redutos de cultura popular, e por esse facto, um dos pilares mais visíveis de agregação social, tanto rural como urbana.

.....Cabe aos cidadãos, inseridos em grupos estatutariamente organizados, uma considerável fatia da iniciativa cultural;.....

.....Por isso, as Associações Culturais, são a estrutura social que suporta a dinâmica das populações residentes, contribuindo em larga escala para a coesão desses mesmos estratos populacionais.....

.....Cabe por outro lado às estruturas de poder, apoiar as iniciativas surgidas no seio das comunidades, quando através da dinâmica demonstrada, isso se torne necessário.

.....Conscientes da necessidade de dinamizar um projecto desta natureza, e do esforço que os espera, algumas dezenas de cidadãos *de Bragança e da Região*, decidiram constituir esta nova Associação, cuja escritura pública, irá realizar-se amanhã, dia 16 de Dezembro, na Domus Municipalis.

.....Pela carga simbólica que está subjacente ao acto, foi a Domus Municipalis, o local escolhido, por ser o local mais apropriado ao surgimento jurídico de uma Associação desta natureza, que visa sobretudo, contribuir para que a História e a identidade de Bragança, voltem a merecer no panorama cultural da Região, a atenção que sempre mereceu a vultos eminentes como Abade de Baçal, Padre António Mourinho, o muito saudoso Dr. Belarmino Afonso, o Dr. Hironidino da Paixão Fernandes, o Prof. Telmo Verdelho e tantos outros, que através de intensa investigação e labor, lhes dedicaram a sua vida activa.

.....Assim, são objectivos da Associação “Bragança Histórica -Arte e Cultura”:

..... desenvolver prioritariamente acções de natureza cultural relacionados com a Região, nas seguintes vertentes:

.....História Local e Regional

.....Etnografia

.....Defesa do Património e Museus

.....Conferências

.....Visitas guiadas

.....Exposições temáticas

.....Arte

.....É também objectivo da Associação Bragança Histórica, colaborar com associações culturais existentes no espaço geográfico do Concelho/Região, e continuar a mobilizar recursos de indubitável qualidade e valor cultural, dentre a massa crítica disponível no Concelho de Bragança, ou oriundos da Região, mas residentes fora dela;

.....Colaborar também, com todas as Instituições de natureza cultural e de Ensino, e dinamizar faixas etárias da juventude do Concelho.....

.....A fim ainda, de numa perspectiva de consolidar o projecto que a enforma, e assim melhor atingir os objectivos a que se propõe a Associação Bragança Histórica - Arte e Cultura é, manifesta-se desde logo independente nos seus princípios, e transversal aos diversos níveis da Cultura e Ensino da Região de Bragança, pelo que se propõe integrar associados captados nas diversas Instituições de Cultura, bem como, todos aqueles que amem Bragança e respeitem o seu passado.

.....Estes são em traços gerais, os objectivos a que a Associação BRAGANÇA HISTÓRICA se propõe ou irão propor-se os seus membros e futuras direcções, das quais dependerá a dinâmica, o futuro e o êxito da mesma.

.....Em tempos de insegurança e incerteza, acreditamos que esta iniciativa, poderá ser inspiradora e tornar mais viva a História de Bragança, a História da Região e das suas gentes, que, sem nunca esquecer as origens, sempre tiveram orgulho de pertencer à terra legada pelos seus antepassados.

.....Para terminar, queria convidar toda a Assembleia Municipal, a assistir ao acto de Escritura Pública de Constituição da Associação “Bragança Histórica-Arte e Cultura” a, que se realizará amanhã, pelas 12 horas na Domus Municipalis.

.....Obrigado desde já, pelo vosso apoio, às iniciativas que forem no futuro tomadas.....

.....Muito obrigado.

.....a)António Afonso”
.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Vasco Vaz tem a palavra.

.....**Vasco Vaz** – Obrigado Senhor Presidente.....

.....Primeiro vou cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, todo o elenco e todos os colegas deputados, comunicação Social.

.....Logicamente que a minha vinda aqui é para responder ao amigo Lídio Correia pelos salários em atraso dos jogadores.

.....Só tenho pena é que de facto se traga à Assembleia, e é bom que se tragam os problemas do Grupo Desportivo de Bragança, lamento que só sejam agora, e sejam desta forma, mas é preciso trazer todo o fenómeno do Grupo Desportivo de Bragança e não apenas os salários dos jogadores do Grupo Desportivo de Bragança. E permita-me aqui Senhor Presidente, que roube à Assembleia dois ou três minutos para explicar a situação clara. Quando entendi ao fim de dois anos que o Grupo Desportivo de Bragança não tem solução com esta política continuada e que eu tive que a continuar durante um ano e pouco, entendi que devia ser apresentado um plano de saneamento financeiro no início da época, isto uma decisão que eu entendia certa.

.....No início da época como sabem, houve um conjunto de decisões e demissões que levaram a que o Clube chegasse ao fim da época inibido de inscrever jogadores, com dívidas à Segurança Social e por sua lógica não tinha declaração para poder receber qualquer fundo, com uma penhora sobre as transferências da Câmara, e era esta a situação, ou seja, eu pergunto, e aquilo que a comunicação social ou alguma comunicação social pega e pelos vistos também o amigo Lídio Correia, é se era preferível a Instituição Grupo Desportivo de

Bragança estar penalizada e não competir, ou correremos os riscos como estamos, e de assumir sempre de ter dois meses e meios de salários em atraso dos jogadores.....

..... E a questão é muito fácil, não devia no meu entendimento, e se voltasse a trás voltaria a fazer exactamente o mesmo, parar a Instituição em nome do plantel do Grupo Desportivo de Bragança, por uma questão muito clara, é que nós estamos a pensar e estamos apenas a olhar, porque isto sob o ponto de vista emocional e sentimental, e na quadra natalícia todos nós ficamos de facto algo sensíveis por não pagar às famílias, por não pagar aos jogadores, isto toca toda a gente, e pegaram nisso fazendo um fenómeno, mas é preciso perceber que o facto de nós não podermos inscrever jogadores, implica com a estrutura de formação e temos cento e oitenta atletas, portanto não vamos querer pegar no Desportivo de Bragança, como foi sempre e ao longo dos anos com uma equipa de futebol sénior, e sim pegar nela como Instituição da Cidade.....

..... E é preciso perceber-se que quando aqui chegamos hoje o grupo Desportivo de Bragança come refeições fiadas se o quiser fazer, e quando aqui chegamos não o tínhamos, e quando percebemos todo este fenómeno do Grupo Desportivo de Bragança, e que a rentabilidade que gerava, passo a expressão, donativos e apoios como é lógico, não podia sustentar a sua equipa, entendemos apresentar como apresentei em Assembleia Geral do Clube, um Plano Geral de Saneamento Financeiro que visava duas coisas muito claras, primeiro sanear o Clube como é lógico, dotá-lo de duas carrinhas e de um autocarro, para que de facto o clube aí sim pudesse fazer uma escolha clara, e portanto a situação dos jogadores no contexto do futebol nacional, infelizmente para o futebol está enquadrada infelizmente, mais ou menos mês, há clubes com enormes meses em atraso, agora o que não podemos vir para aqui é chegar desta forma e não se pagam os salários, primeiro a Câmara não tem ou não deve imiscuir-se na vida das Associações, interna e na de estabelecimento de prioridades.....

..... Primeiro, a questão não deve ser um argumento para atacar a Câmara.

..... Segunda questão, não pode ser vista de uma forma ampla mas ser vista num contexto prioritário que tiveram que escolher. E neste momento os sócios do clube, é bom que a Assembleia e que as gentes com voz nesta cidade possam influenciar também isso, o clube tem uma escolha muito clara, ou continua a política da gestão que o Clube tem tido, e eu tenho um levantamento, que tornei público e distribuí aos sócios, e vai chegar a Câmara, só ainda não chegou porque não foi possível agendar uma reunião com o Senhor Presidente, o passivo com suporte documental, as contas correntes, o dinheiro que se recebeu e que se gastou e aonde e em quem, portanto se alguém aqui fez clarificação foi a minha Direcção, entreguei o plano de saneamento financeiro, tão impopular que visa cortar o Plantel para um terço.

..... Agora o que é preciso escolher é isto! E é bom que essas pessoas, e a voz do Lídio Correia e de outras pessoas, possam de facto exercer pressão para que o Grupo Desportivo de Bragança faça uma escolha muito clara, ou queremos andar todos a trabalhar, Direcção,

patrocinadores, subsídios, para pagar vencimentos de jogadores e andamos aqui a discutir se estamos em cima ou em baixo.....

..... E eu pergunto qual o reflexo da região, ou pegamos no que os nossos vizinhos fizeram em Macedo e Mirandela, recuamos cá atrás, criamos infra-estruturas, e então temos uma instituição chamada Grupo Desportivo de Bragança que também tem uma equipa de futebol sénior, mas não se limita só aí. Portanto, esta é que é a questão fundamental, isto é que me parece, agora não vamos tirar partido só desta situação dos salários que sob o ponto de vista sentimental, logicamente que nos toca a todos e um Presidente, embora seja demitido, toca muito mais porque convivo com eles todos os dias.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado pelas suas explicações.

.....Senhor Presidente da Câmara.....

.....**Presidente da Mesa** - O seu tempo está esgotado.

.....**Presidente da Mesa** - Única figura é uma interpelação à Mesa, não vejo como é que ela possa ser enquadrada, mas com certeza que encontrará ao longo da sessão algum momento para fazer alguma referência que tenha em mente fazer. Neste momento não vamos prolongar o ponto da ordem do dia para além dos tempos regimentais.

..... Eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara, embora tenha o seu tempo esgotado, se há algum aspecto de relevância especial que queira dar uma nota de dois três minutos, eu concedo-lhe esse tempo.

.....Faça o favor.

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....De forma muito breve, a questão da intervenção do deputado Luís Pires, Bragança afirma-se hoje no contexto das Capitais de Distrito mais relevante do que a nossa própria explicação e abordagem desse assunto, é aquela que é feita através de avaliação externa.

.....A Câmara não interfere com o movimento associativo, não vai imiscuir-se na situação actual do Grupo Desportivo, nunca o faria.

.....O movimento associativo tem a sua própria autonomia, tem os seus desígnios, os seus associados, as suas formas de resolver os problemas.

.....É sempre lamentável que haja gente com salários em atraso, seja na actividade industrial, no comércio, servimos, na área cultural, desportiva, onde quer que seja, mas a Câmara Municipal, tem as suas competências e é nesse quadro que temos de agir.

.....Relativamente à questão das posições que a Câmara tem assumido relativamente à saída de serviços, a Câmara tem de facto assumido posições, dei prova disso ainda atempadamente, ainda em fase de discussão, relativo a questão da Regiões de Turismo, à questão do ICN, posições que enviamos para quem de direito, bem como para a Associação Nacional de Municípios para onde vinculamos todas as nossas posições no que diz respeito à apreciação de propostas de Decretos Leis ou de Leis.

..... Cito também o Centro de Formação de Bombeiros, a Câmara tem posições muito claras, propostas muito firmes dirigidas ao Governo nessa matéria. Cito a posição da Câmara relativamente às questões da reorganização do Ministério da Agricultura e ao necessário reforço dos serviços na região, uma parte já concretizada e outra não concretizada, podendo ser perdida, tem a ver com a parte Concelhia. Aquilo que me parece ser interessante e necessário, é que a Assembleia Municipal se considerar boas as posições da Câmara, afine as suas posições com a Câmara também. Nós não temos estado a descurar matéria nenhuma neste âmbito, importante é que o órgão deliberativo do Município também se una e se assuma de forma clara posições nessa matéria, conciliando na medida do possível, esforços com aquilo que a Câmara faz.

.....O senhor deputado, para além de questionar nesta matéria a Câmara, deveria trabalhar para que a Assembleia Municipal tome posições claras no sentido de reforçar a posição do Concelho, em consonância com as posições da Câmara Municipal.

.....Quanto à questão complexa, que não quero passar em branco, a questão relacionada com os quadros na sala de actos. Eu disse na altura que a Câmara estava atenta à evolução do processo, a Câmara não tem que incendiar a relação entre os cidadãos, deve preferencialmente valorizar a vida e a acção das pessoas, mesmo que eventualmente erros sejam cometidos. Estamos numa posição exactamente inversa, a de evitar a intriga entre os cidadãos. Aguardamos o desenvolvimento do processo, com a informação de que esse processo será resolvido judicialmente entre as pessoas do senhor deputado e a autora dos quadros.....

.....Relativamente à questão do nó da A4, a Câmara tomou posição e está a acompanhar o processo do projecto da A4 e da ligação para a Puebla de Sanábria, tem dado informação atempada à Assembleia Municipal, que a transmite aos Grupos Parlamentares, demos informação a todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, temos marcado posição relativamente ao nó, também referi já, que a Administração Central deu ordens para ser estudada essa ligação desse nó. Se assim for concretizado, evidentemente que se reformula todo o processo também de acessibilidade à Zona sul do Concelho.....

.....Quanto ao segundo Gerente nomeado para o Matadouro, na Câmara não há segredos a nível nenhum, em serviço nenhum, eu estou há nove anos na Câmara, não sei onde está a chave do gabinete do Presidente da Câmara. Nunca desapareceu nada do meu gabinete. Nunca tive preocupação em esconder nada. A designação está e respectiva fundamentação está nas actas da Câmara que são públicas e das quais todos os cidadãos têm conhecimento..

.....Há um processo que me parece relevante, levantado pelo deputado Luís Pires com dois projectos, Carrefour e Decatlon. Não temos qualquer contacto relativamente ao Projecto Carrefour, não sei a que se refere, a Câmara deliberou por unanimidade manifesta intenção de aceitar o investimento da Decatlon, conforme está na acta da reunião de Câmara de 13 de Novembro, por considerar este projecto relevante, sob o ponto de vista da Economia, sem que venha a prejudicar a economia tradicional já instalada, antes pelo contrário, é uma oportunidade para o emprego, para o desenvolvimento da economia, sendo que todo o processo de aprovação será nos termos legais submetido à apreciação da Comissão Municipal de Economia.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

.....Chegados a este ponto da ordem de trabalhos, vamos então interromper a nossa sessão para o nosso almoço de convívio, eu sugeria e pedia que retomássemos a sessão, atendendo à agenda que está por preencher, impreterivelmente às duas e meia. São duas horas de distância daqui até às duas e meia, e portanto ficava marcado o início para essa hora.

.....**INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos.

.....**Presidente da Mesa** – Senhores deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.guardo a confirmação de que estão presentes o número suficiente de membros para constituir o Quórum, estão-me a confirmar que estamos em condições de retomar os trabalhos e por isso peço o favor de se sentarem.....

.....Antes de entrarmos no prato forte da Sessão desta tarde, que é o Plano Plurianual e o Orçamento do próximo ano, o Senhor Secretário da Mesa vai dar uma explicação relativamente às assinaturas das presenças.

.....Faça favor.

.....**Primeiro Secretário** - Senhores membros da Assembleia, é do conhecimento de todos, nós hoje estamos a aplicar pela primeira vez e com rigor, as regras do Regimento que

aprovámos, e todos devem conhecer já essas regras. E as regras referem-se à assinatura da folhinha que lhe colocamos quando entram ali fora, que tem horas para ser assinada, depois são retiradas e serão colocadas só na parte final, isto quer dizer que um quarto de hora antes de iniciarmos os nossos trabalhos, ou seja, se nós marcarmos a assembleia para a nove e meia, às nove e um quarto nós temos lá as folhinhas para começarem a assinar, e damos meia hora de tolerância até às dez para poderem entrar e sair, às dez recolhemos as folhas e não há mais assinaturas. As folhas vêm para aqui. Isto significa o seguinte, é que as pessoas que não assinaram até às dez da manhã, já não assinam, e não assinando a entrada não vão ter direito à senha de presença. Têm falta, que poderão justificar para ser considerada falta justificada, se não a justificarem, naturalmente será uma falta não justificada. Em qualquer dos casos, uma vez não assinada a entrada até às dez da manhã, mesmo que estejam presentes e que venham assinar agora no fim da tarde ao terminar a sessão, mesmo nessas circunstâncias a senha de presença já não será paga. Isto para esclarecer.

.....Quero agora fazer uma referência a vários membros da Assembleia, não vou naturalmente citar nomes, mas em particular aos Senhores Presidentes de Junta, que é onde me aparecem mais casos, é que muitos dos Senhores Presidentes de Junta, permitam-me que lhes diga, com um bocadinho de graça, entraram e saíram às dez da manhã...isto quer dizer, assinaram a entrada e assinaram já a saída, como se já estivessem a sair também. Eu tranquei a saída e no final quando nós pusermos as folhas para assinarem terão que lá ir outra vez porque senão têm falta, não recebem a senha de presença nem a deslocação.

.....Atenção Senhores Presidentes de Junta isto é um avizoinho porque alguns que assinaram a entrada e a saída, pensaram que está tudo feito, não está porque ao terminar a Assembleia terão que passar novamente por ali a assinar a saída, de contrário é como se não tivessem assinado nada.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Vamos passar ao

PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGAÇA:-----

.....4.2.1 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2007;-----

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. -----

-----**CERTIDÃO**-----

----- MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois de Novembro do ano de dois mil e seis, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação do seguinte teor:.....

----- **“PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2007**

----- Pelo Sr. Presidente foi feita uma apresentação pormenorizada das componentes do PPI, do PAM e do Orçamento Municipal para o ano de 2007.

----- A previsão de receitas foi realizada de acordo com o previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as devidas alterações, tendo sido garantido o cumprimento, dos princípios orçamentais, bem como a sua compatibilidade com as regras previsionais aí definidas.

Na avaliação das receitas para efeitos de estruturação do orçamento global (receita corrente e de capital), foram seguidas orientações de contenção, devidas às perspectivas de baixo crescimento económico previsto para o país, com efeitos directos e indirectos nos impostos municipais, feita avaliação adequada às receitas provenientes da venda de bens e serviços correntes, e outras receitas correntes e de capital.

----- A situação actual em termos de finanças locais é penalizadora para o Poder Local, dado que o valor das transferências por parte da Administração Central tem mantido o mesmo valor desde o ano de 2005, o que representa de facto uma perda real de 10,4%, por não ser contemplada a inflação de 2005, 2006 e prevista para 2007, e também por ter sido aumentados os descontos para a Caixa Geral de Aposentações (3% em 2006 e 2% em 2007), bem como outros encargos.....

----- A limitação à autonomia dos municípios, o não cumprimento da Lei das Finanças Locais, assim como a Lei de Finanças Locais recentemente aprovada, que por um lado vai diminuir as transferências em termos globais e por outro alterar os critérios de distribuição, favorecendo os municípios mais ricos e com mais população (os municípios do litoral), fazem

antever algumas dificuldades adicionais para os municípios das regiões do interior, mais fragilizadas em termos sociais e económicos e com acentuado índice de despovoamento.

----- A previsão de receitas para o ano de 2007 é de 38.106.200€, um ligeiro aumento de 3,09% relativamente ao ano de 2006, sendo 52,35% de receitas correntes e 47,64% de receitas de capital. A estrutura das receitas é a seguinte: receitas próprias 35,08%; FEF/FSM/ e participação fixa no IRS é de 35,33% e apoios comunitários 29,59%. No ano de 2007, encerra o terceiro QCA e inicia o próximo para o período de 2007-2013. Assim no próximo ano todos os projectos actualmente em execução ou em fase de início, serão encerrados física e financeiramente, pelo que o valor previsto de apoios comunitários e outros deverá ser concretizado, por não ter sido incluída previsão para novos projectos. Nos três quadros comunitários de apoio (desde 1990 a 2006), foram já mobilizados cerca de 80 milhões de euros em fundos comunitários para investimento municipal, sendo que 85% foram obtidos nos últimos nove anos, o que nos permitiu um impulso enorme de modernização em equipamentos, infra estruturas de requalificação urbana, ciclo que se pretende seja continuado, agora concentrando recursos de forma mais selectiva.

----- O orçamento da despesa, de igual valor que o da receita, afecta os recursos do orçamento da receita, ao desenvolvimento das acções, actividades e investimentos a realizar, distribuídos por cinco unidades orgânicas. As despesas correntes atingem o valor de 17.557.400 euros, com um acréscimo de 6,56% relativamente à previsão do ano de 2006. Esta tendência resulta do incremento e consolidação de novas actividades, em resultado da construção de equipamentos culturais, desportivos e de transportes, aumento de encargos no sector de ensino, aumento da despesa com energia, segurança, manutenção, seguros e outras despesas, resultantes de atribuições legais.

----- A despesa corrente representa 46,07% e a de capital 53,93% do orçamento da despesa. A despesa corrente desagrega-se em despesa com pessoal que representa 41,4%, a aquisição de bens e serviços 49,3% e outras despesas 9,3%. A despesa de capital, desagrega-se da seguinte forma: aquisição de bens de capital que representa 81,7%; transferências de capital 6,8%; activos financeiros 3,9% e passivos financeiros 7,6%. A rubrica de activos financeiros aumenta, para fazer face a responsabilidades em algumas das empresas participadas.

----- Os recursos atribuídos ao investimento tendo como base os documentos de apoio à gestão (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipal), são distribuídos da seguinte forma: funções gerais 5,4%; funções sociais 73,7% e funções económicas 20,9% ..

----- A dívida a médio e longo prazo estima-se que em Dezembro de 2007 seja de 8.772.518,27€, ou seja, uma redução de 25,53% desde 31 -12-2004. A dívida a curto prazo a

31 de Dez. de 2007 estima-se em 4,5 milhões de €, pelo que a dívida total estará próxima dos 13,27 milhões de euros, ou seja 82% da dívida a 31 de Dez. de 2005 e 73,3% da dívida a 1 de Jan. de 1998. Como orientação, teremos que encarar a eventual utilização de parte da capacidade de endividamento disponível, para fazer face ao encerramento do QCA, reescalamento da dívida alargando o prazo de pagamento, por estar demasiado concentrada no curto prazo e considerar que a dívida de médio longo prazo, não deverá estar abaixo dos 10 milhões de euros durante o próximo QCA.

----- Ao nível do património / activo fixo do município, destaca-se que no ano de 2001 o activo bruto era de 37.409.842,00 €, no ano de 2002, o seu valor era de 53.070.440.98€, em 2006 estavam já registados bens no valor de 138.773.438,50€, ou seja um crescimento de 3,7 vezes comparando 2001 com 2006, o que bem evidencia os efeitos correspondentes a um ciclo único de investimento municipal, sem que a dívida do município tivesse aumentado, o que permite fazer a leitura do que consideramos ser uma gestão empenhada, responsável e com resultados positivos, suficientemente evidentes. A evolução do imobilizado (considerado em investimentos financeiros, investimentos do domínio privado e investimentos do domínio público), foi excepcional, construiu-se património, garantiu-se qualidade de vida e oportunidade aos cidadãos.

----- Quanto ao pessoal do município, temos privilegiado o investimento na formação, no sentido da procura de satisfação dos colaboradores, melhoria das condições de trabalho, no âmbito da higiene, segurança e medicina no trabalho e da obtenção de melhor resposta aos problemas dos munícipes. Em termos globais, apesar de no ano de 2007, ser necessário abrir mais três novos equipamentos, vamos procurar manter o número de funcionários (durante o ano de 2006, reduziu o seu número de 406 para 394), aumentar a produtividade, traçando objectivos individuais e colectivos, enquadrados no novo sistema de avaliação, e manter equilíbrio nas despesas.

----- Estamos convictos que a organização responderá activamente, melhorando significativamente a qualidade de todos os serviços, tornando-os mais eficientes para que a certificação de três unidades orgânicas, que mais directamente se relacionam com os munícipes, seja uma realidade em 2007.

----- Nos últimos anos apostamos em dois sentidos: por um lado qualificar a organização contratando mais quadros superiores, reduzindo áreas de intervenção de menor expressão e por outro recorrer à contratação de serviços externos em áreas como seja a segurança; a limpeza de edifícios; a recolha e tratamento de resíduos sólidos e limpeza urbana; o tratamento de água de abastecimento e águas residuais; a manutenção de parte dos espaços verdes; serviços especializados de manutenção de equipamentos eléctricos e mecânicos. Esta

orientação tem-nos permitido obter mais qualidade nos serviços prestados, garantindo a criação de mais emprego, maior flexibilidade e garantia de execução em conformidade com o pretendido.....

----- Quanto à orientação para o Plano Plurianual de Investimentos, foi por ordem de prioridade considerada a correcta inscrição de compromissos assumidos, sendo relevante a conclusão de investimentos na área rural e alguns investimentos na área urbana; a inclusão de obras adjudicadas ou em fase de adjudicação; a inclusão de novos projectos candidatados a apoios comunitários, já aprovados na área do saneamento básico e a inscrição de um conjunto de novos projectos, para efeitos de preparação de candidaturas ao novo programa comunitário. A inscrição destes últimos, corresponde a parte das intenções de execução do mandato autárquico as quais serão trabalhadas ao nível de projecto, de financiamento e de execução, conforme a evolução das oportunidade no âmbito do próximo QCA, gerido de forma mais centralizada, dirigido para investimento de forma mais selectiva e de maior dimensão, processo que privilegia a competitividade em detrimento da coesão, ou seja as zonas do país com mais actividade económica (leia-se litoral), serão mais beneficiadas o que poderá acentuar as desigualdades com as zonas do interior mais frágeis.

Da análise desagregada do investimento, destacam-se as seguintes áreas de investimento: serviços gerais de administração pública com 5,45%, (destaque para a rubrica de maquinaria e equipamento); educação com 5,61%; saúde com 10,49%; habitação e serviços colectivos com 39,06%; (destacando-se as rubricas de ordenamento do território com 16,98% e saneamento básico com 14,03%); serviços culturais, recreativos e religiosos com 16,93% (destacando-se a rubrica de cultura com 14,22%); funções económicas com 22,42% (destacando-se as seguintes rubricas: industria e energia com 5,94%, transportes rodoviários com 9,47% e transportes aéreos com 5,97%).

----- Quanto à cooperação com as Juntas de Freguesia, mantêm-se o apoiando técnico e financeiro, promovendo a colaboração em áreas, como a recuperação do património, construção de infra-estruturas, pavimentação de arruamentos, construção de equipamentos, arranjo de caminhos, limpeza, cemitérios, pontões, promoção económica, construção de Sedes de Junta de Freguesia, centros de convívio, arranjo de largos e outros trabalhos, no sentido da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar do maior número de cidadãos.

----- As transferências previstas para apoiar financeiramente as actividades diversas das Juntas de Freguesia foram aumentadas relativamente ao ano anterior, situação a que acrescem verbas correspondentes a outros projectos indicados no Plano de Actividades Municipal, com o valor de 1.549.900€, para investimentos diversos, a realizar pelas Freguesias, Associações e IPSS.

----- Analisado o Plano Plurianual de Investimentos, nas várias componentes de investimento, constata-se que mais de 50% do investimento é directamente canalizado para o meio rural ou para projectos que servem igualmente a população do município, exemplo do investimento no aeródromo, localizado numa freguesia rural e do novo centro de saúde, localizado numa freguesia urbana.

----- Quanto à colaboração com as associações, a Câmara Municipal tem procurado ser exigente nos apoios a conceder, devendo estes acontecer no âmbito de uma estratégia mais clarificada e tendo em vista a consolidação de princípios globais de acção. O movimento associativo exige uma grande responsabilidade pessoal e social, premiando a boa gestão e administração, entendida no sentido mais nobre, o de servir o desenvolvimento com justiça social e o emergir de uma cidadania mais activa.

----- Sendo essencial a participação dos cidadãos na vida da comunidade, o reforço da cidadania activa e a construção de uma maior solidariedade, esta Câmara Municipal apoia com verbas significativas as actividades de âmbito cultural, desportivo, recreativo e social, incidindo uma parte significativa no apoio à construção e conservação de equipamentos normalmente transferida com base em acordos de colaboração.

----- A Câmara Municipal, no âmbito das suas competências participa no capital social de diversas empresas, em associações e fundações. O Município de Bragança detém 19 participações, sendo oito sociedades societárias (4 sociedades anónimas de capitais maioritariamente públicos, 2 são sociedades por quotas e 2 sob a forma de entidades de natureza municipal ou intermunicipal); 9 entidades não societárias participadas e 2 Fundações.

----- Submetidos à votação foram os mesmos aprovados, com os votos favoráveis dos Srs., Presidente e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes; e os votos contra dos Srs. Vereadores, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, submete-los à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos da alínea b) do n.º 2 do art.º n.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

----- **Os Srs. Vereadores que votaram contra apresentaram a seguinte declaração de voto:** --

----- É do domínio público, que o PPI – Plano Plurianual de Investimento, é o documento estruturante da gestão autárquica e que, para além de reflectir as opções políticas prioritárias dos Executivos, torna evidente a sua atitude perante as perspectivas futuras de desenvolvimento sócio-cultural e criação de riqueza do Município, pois, programas e projectos

elencados, de carácter estruturante, esporádico, ou de ordem conjuntural, vão no sentido da concretização dos seus objectivos específicos.....

----- Daí, as divergências ou convergências existentes de pensamentos, opiniões, atitudes, que, muitas vezes, se fundamentam para o mesmo fim: o bem público.....

----- Só que, os caminhos são diferentes: por vezes paralelos, outras vezes oblíquos, mas raramente coincidentes.....

----- Isto, a propósito, do Orçamento, Plano de Actividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para 2007, apresentados pelo Município de Bragança.....

----- No âmbito do Orçamento e, na parte Introdutória da sua justificação, não podemos concordar com a afirmação de que não é cumprida a Lei das Finanças Locais. Pelo contrário, a mesma é cumprida e, as transferências do ano anterior para este, e, com certeza para o próximo, aumentaram, em vez de diminuírem.....

----- Se assim não fosse, como é previsto um aumento de receitas no valor de 3,09 % relativamente ao ano de 2006? Onde é que a Autarquia tem outras receitas justificáveis para esse acréscimo?.....

----- Parece-nos, ser um lugar comum, queixarmo-nos da falta de apoios, como o PIDDAC e outros. Mas, se há uma parte de verdade no seu fundamento, existe uma outra, que depende de nós, ao sermos capazes de saber cativar e atrair investimentos diversos.....

----- É que, nesta matéria, não estaremos a tornar-nos pouco ousados e criativos?.....

----- O próprio PPI é disso exemplo.....

----- Evidencia uma preocupação em concluir a maior percentagem (%) de obras iniciadas em anos anteriores e diminuir a dívida existente em cerca de 1,5 milhões de euros. Com certeza é compreensível essa razoabilidade de poupança, mas o orçamento previsto, não apresenta nenhuma obra estruturante ou estratégica, no sentido do desenvolvimento sustentado do Concelho.....

----- Ora vejamos:.....

----- Os recursos de investimento (PPI) distribuídos pelas seguintes áreas: funções gerais: 5,4 %, funções sociais: 73,7% e funções económicas: 20,9 %, não nos dão uma visão tão objectiva e desejável, no nosso entender, de assim acontecer.....

----- Notando-se uma diminuição ao nível das Funções Gerais, isto é, diminuição de despesa corrente, há aqui um exercício da diminuição de pessoal, o que nos leva a questionar, como isso poderá acontecer, se se encontra prevista a abertura de mais 3 equipamentos novos: o Centro de Arte Contemporânea, o Centro de Ciência Viva e o Museu Ibérico da Máscara e do Traje.....

----- Será que é suficiente a informatização de alguns serviços e a formação específica, louváveis, por certo, mas limitados para dar resposta às novas necessidades ora criadas? Será que os trabalhadores têm de aumentar mais a sua produtividade? Concordamos que em algumas áreas isso possa acontecer, mas em outras, como a área social, por exemplo, carece de mais recursos humanos técnicos especializados em diferentes matérias de carácter interventivo e investigativo.

----- A este propósito, a grande percentagem (%) referente ao investimento nas funções sociais, vai para a Educação, aqui mais no âmbito do Ensino Básico com a construção de Centros Escolares, e, a construção do Centro de Ciência Viva / Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, e, no âmbito da Saúde, a construção do Centro de Saúde de Santa Maria – Bragança II.

----- No que concerne à Habitação, nomeadamente à habitação social, vai o nosso voto negativo. Aliás, o maior investimento aqui apontado, é a aquisição do actual edifício da Agência do Banco de Portugal, onde se encontra previsto instalar o Centro de Arte Contemporânea, a aquisição de terrenos e edifícios à DGPE ou da zona industrial de Mós. Para nós, a sua inclusão nesta área da Habitação, é muito discutível e não concordamos com a mesma, já que este tipo de investimentos deveria ser incluso na área cultural ou nas Funções Económicas, área industrial, por exemplo.

----- Quanto à conservação de fogos dos bairros de habitação social da Mãe D`Água e Coxa, parece evidenciar um não desejo de recuperar os mesmos, pois há uma previsão de cerca de 50% do investimento inferior ao previsto no ano de 2006.

----- O mesmo acontece ao nível do projecto e construção de habitação social. Se, no ano passado, evidenciámos positivamente este investimento ao contemplar 150.000,00 € (pouco, mas suficiente para se avançar nesta área) este ano, evidenciamos negativamente esta diminuição para 25.000,00 €, e perguntamos, a V^{as} Ex^{as}, o que irão construir com 5.000 contos em moeda antiga?.....

----- No campo do Voluntariado Social, aprovou este Executivo, há cerca de um ano, uma proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, mas que continua por operacionalizar, e, não há qualquer referência de investimento ao nível da criação do Banco de Dados Municipal do Voluntariado.....

----- No que se refere ao Desporto, Recreio e Lazer, existe apenas uma verba digna de nota que é de 145.000,00 €, para Estudos referentes ao controverso Parque de Lazer e Recreio da Quinta da Trajinha.

----- Para o apoio às Associações Culturais, Recreativas e Desportivas, continuamos a insistir que o mesmo deve obedecer a critérios regulamentares uniformes, como propusemos

ainda durante o corrente ano, em que cada um dos Grupos Políticos chegou a apresentar um Regulamento sobre este assunto, mas que nem se acabaram de analisar.

----- No que concerne às Áreas do Ordenamento do Território e Urbanização, nada de significativo há a sublinhar, apenas a referência a alguns estudos e projectos não identificados, à requalificação de Largos nas Aldeias e execução de infra-estruturas do Loteamento de S. Tiago – 1ª fase.

----- No âmbito do Saneamento e Abastecimento de Água, há a referir uma grande percentagem (%) de empreendimentos já concluídos ou a concluir, e, salvo raras excepções, um ou outro investimento mais significativo, este, ao nível do saneamento no meio rural.

----- Também no que se refere a Resíduos Sólidos, Higiene Pública, Cemitérios e Meio Ambiente, trata-se quase de gestão corrente.

----- No âmbito das Funções Económicas, não há evidência de uma aposta ao apoio do investimento efectivo e concreto, em áreas como a agricultura e afins, bem assim ao nível industrial, comercial e energético, no sentido de um desenvolvimento económico, produtor de riqueza e bem estar para todos.

----- No campo dos Transportes e Comunicações, há a referir como proposta mais evidente, a Ligação de Fontes de Transbaceiro à Fronteira, e, uma outra situação de pavimentação ainda por acabar, e, a Instalação da Estação Automática de Meteorologia EVOR /DNE, no âmbito geográfico do Aeródromo Municipal.

----- Em síntese, é evidente para todos, que este PPI se limita mais a uma gestão do existente e edificado, do que a propostas concretas de um Plano de Investimentos, a curto e médio prazos.

----- Aliás, as despesas de investimento previstas, poucas são aquelas que atingem o limite temporal de 2.010 euros, em comparação com o total previsto do ano de 2006, tem uma redução de mais de 4,5 milhões de euros.

----- Mas, com certeza, é esse o grande objectivo desta Câmara que, com toda a certeza, em parte, não é o nosso.

----- **O Sr. Presidente e Vereadores, que votaram a favor, ditaram para a acta as seguintes declarações de voto:**

----- **Arqt.º Nuno Cristóvão**

----- Voto favoravelmente por entender ser um Orçamento e um Plano com continuidade que reflecte todo um desenvolvimento e uma estratégia que colocamos à consideração do eleitorado e que foi aceite com grande votação.

----- Não é uma proposta feita ano a ano como se poderá depreender da intervenção dos Srs. Vereadores do Partido Socialista. Tem toda a lógica, tem toda a coerência, não podendo ser de outra forma; pois é o projecto dos Cidadãos de Bragança que votaram em nós.....

----- **Dr.^a Isabel Lopes**.....

----- Voto favoravelmente o Orçamento e o Plano, por ser um Plano Plurianual que dá continuidade ao do ano anterior o qual já mereceu o meu voto favorável.

----- Obviamente, estes documentos não reflectem todos os investimentos que se irão efectuar nos próximos anos porque, concerteza, o Município irá candidatar-se ao IV Quadro Comunitário de Apoio e iremos concretizar mais investimento do que aquele que consta destes documentos. ---

----- **Dr.^a Fátima Fernandes**

----- Voto favoravelmente o Orçamento e o Plano. É um Plano Plurianual coerente e de continuidade que reflecte um projecto iniciado no ano anterior com projecção para os próximos três anos.....

----- É um Orçamento e Plano cujo conteúdo responde aos anseios da população reflectindo um programa da acção que vem sendo desenvolvida ao longo destes anos e com o qual me identifico.

----- **Eng.^o Rui Caseiro**.....

----- O Orçamento para o ano de 2007, é um bom orçamento, face aos diversos condicionalismos impostos por um lado, pelo Governo e por outro, pela situação económica e social vivida pelas famílias em geral.....

----- O Orçamento traduz uma gestão rigorosa do Município, na senda do que tem sido feito nos últimos anos, demonstrando haver uma preocupação no direccionamento das receitas para o investimento, bem como no controlo da dívida.....

----- Dado o ano de 2007, ser o último do III Quadro Comunitário de Apoio, torna-se necessário efectuar o encerramento físico e financeiro de um conjunto muito vasto de projectos, pelo que o Orçamento tem isso em conta, assim como o Plano de Actividades Municipal e o Plano Plurianual de Investimento. Contempla-se para 2007, a aquisição de equipamento e adequação de espaços físicos, que, aliados à formação efectuada e em curso, dos recursos humanos, permitirão tornar o serviço prestado aos cidadãos mais eficaz e eficiente, associado a melhores condições de trabalho para os colaboradores da Autarquia.

----- No Plano Plurianual de Investimentos para 2007, além de contemplar a conclusão de todas as acções que têm financiamento comunitário, serão lançadas outras que vão de encontro às necessidades sentidas pelos Municípes a nível de infraestruturas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e bem estar dos Brigantinos tanto na cidade como na área rural.

----- Trata-se de um documento que traduz uma política de transparência, realista e de rigor e que promove o desenvolvimento económico e social do Concelho, pelo que o meu voto é obviamente favorável.

----- **Sr. Presidente**.....

----- Apresentamos um Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos coerentes com as opções estratégicas já anteriormente definidas e com bons resultados, opções legitimadas pelos cidadãos de forma suficientemente expressiva. Trata-se pois de acções e propostas que dão continuidade a um projecto global que tem de ser avaliado na sua dimensão plurianual que pensamos ser positiva e conformem as expectativas dos cidadãos em geral modeladas pelos condicionamentos de uma conjuntura menos favorável.”.....

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Expediente Geral, 23 de Novembro de 2006.

----- a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2007.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, vamos ouvir o que tem para nos dizer sobre este ponto.....

.....**Presidente da Câmara** – Obrigado Senhor Presidente da Mesa. Boa tarde para todos. ..

.....O Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2007, foi feito numa perspectiva de contenção de despesa, face à diminuição real de receitas em termos de transferências da Administração Central, tendo em conta que 2007 é um ano de transição em termos de Quadros Comunitários de Apoio, e que o encerramento de projectos terá que ocorrer obrigatoriamente nesse ano, por isso se deu orientação para o Plano Plurianual de Investimentos no sentido da inscrição dos compromissos assumidos, com relevância para o investimento na área rural e alguns na área urbana, inclusão de obras adjudicadas ou em fase de adjudicação, a inscrição de um conjunto de novos projectos com maior possibilidade de obtenção de apoios comunitários e conforme compromissos com os eleitores, na perspectiva de preparação do acesso a fundos comunitários no próximo Quadro Comunitário de Apoio.

.....Quanto ao pessoal do Município foram definidas algumas orientações, estão conforme a estratégia que tem vindo a ser desenvolvida, contenção de despesa, evolução das tecnologias e da informação, da qualificação, na redução em áreas de menor expressão, na manutenção da contratação de serviços externos em áreas em que a qualidade de serviço é assegurada em condições de maior eficácia.

..... A cooperação com as Juntas de Freguesia, mantendo a estratégia que vinha sendo seguida, a consolidação também de estratégias no âmbito da participação do Município, no capital social das várias empresas, utilizando 2007 como ano de consolidação em várias áreas.

.....Quanto ao orçamento da receita, o orçamento tem para as receitas correntes um total previsto de dezanove milhões, novecentos e cinquenta mil euros, para receitas de capital dezoito milhões cento e cinquenta e cinco mil euros num total de trinta e oito milhões. As receitas repartem-se em termos de receitas de capital com 47,64%, receitas correntes 53%, SENDO EM termos de estrutura do Orçamento 35,8% das receitas próprias, 35,33% de FEF fundo Social Municipal em participação fixa de IRS e apoios comunitários 29, 59%.....

.....A parte mais estável destas duas componentes, a parte das receitas próprias e do FEF, a parte mais sujeita a variação é a dos apoios comunitários. Saliento que no último quadro Comunitário particularmente tivemos uma capacidade muito forte de acesso à utilização de fundos comunitários, conforme o gráfico apresenta,



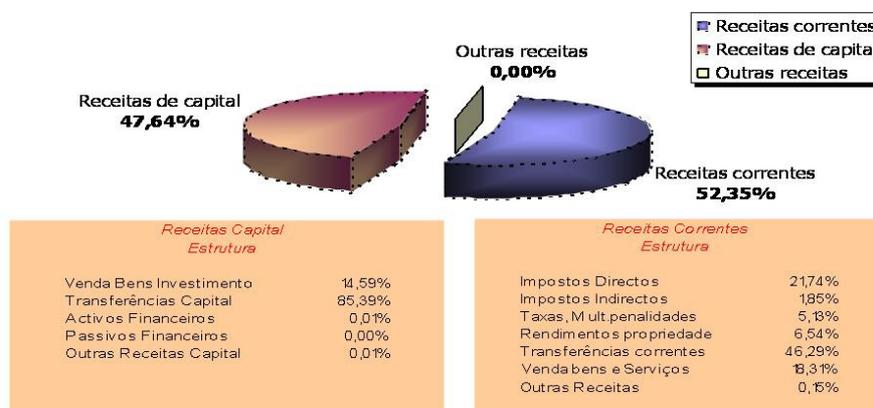
MAPA COMPARATIVO DOS ORÇAMENTOS PREVISTOS – 2006/2007

Descritivo	2006	2007	Var. %
Receitas Correntes			
Impostos Directos	3.954.100 €	4.336.500 €	9,67%
Impostos Indirectos	482.400 €	369.100 €	-23,49%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.042.700 €	1.022.800 €	-1,91%
Rendimentos de Propriedade	1.224.400 €	1.304.000 €	6,50%
Transferências Correntes	8.197.162 €	9.235.300 €	12,66%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.822.500 €	3.652.400 €	-4,45%
Outras Receitas Correntes	14.200 €	30.400 €	114,08%
<i>Total (Receitas Correntes)</i>	18.737.462 €	19.950.500 €	6,47%
Receitas Capital			
Venda de Bens de Investimento	4.775.730 €	2.649.300 €	-44,53%
Transferências de Capital	13.203.208 €	15.502.400 €	17,41%
Activos Financeiros	1.500 €	1.500 €	0,00%
Passivos Financeiros	230.100 €	500 €	-99,78%
Outras Receitas de Capital	1.500 €	1.500 €	0,00%
<i>Total (Receitas Capital)</i>	18.212.038 €	18.155.200 €	-0,31%
Outras Receitas			
Reposições não abatidas aos pagamentos	16.300 €	500 €	-96,93%
<i>Total (Outras Receitas)</i>	16.300 €	500 €	-96,93%
TOTAL	36.965.800 €	38.106.200 €	3,09%

.....Também no gráfico seguinte podemos verificar que apesar de um acesso muito forte a fundos comunitários, o esforço em termos de investimento com recursos próprios da parte do Município, tem que ser muito significativo para apoiar esse processo de investimento, o que requer selectividade muito grande na escolha dos projectos, o mesmo é dizer, investir em projectos potencialmente aprovados, que sejam aprovados a nível de apoios comunitários.



COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO DE RECEITA



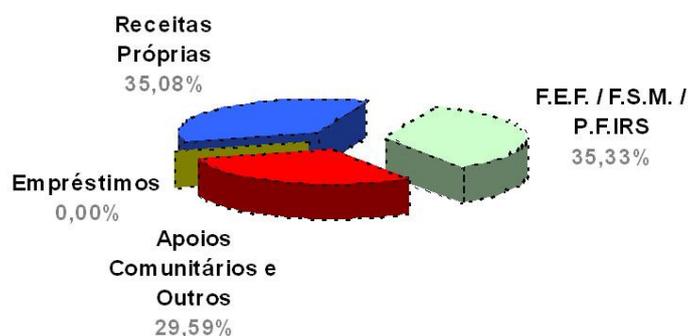
.....Em termos do Orçamento da despesa, a despesa tem idêntico valor ao Orçamento da Receita, sendo a despesa corrente 17,5 milhões de euros, despesa de investimento vírgula cinco.

.....No quadro seguinte apresentamos a estrutura de investimento entre a despesa, aquilo que tem sido a evolução e a relação entre despesa corrente e despesa de capital, bem como a despesa acumulada.



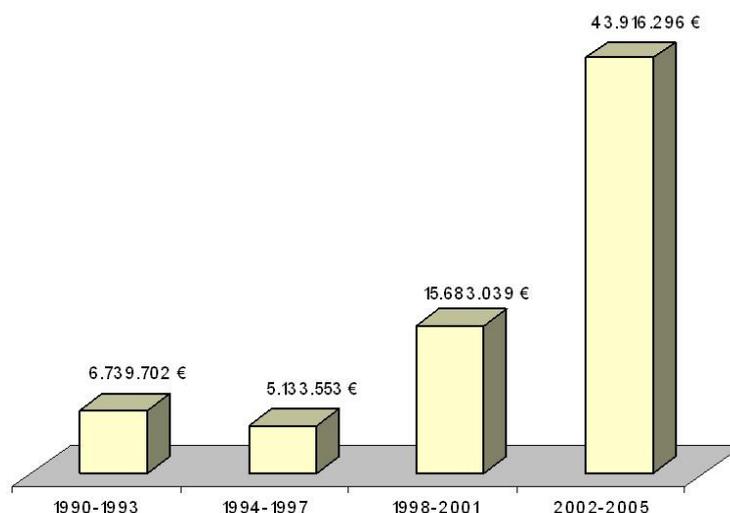
ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE RECEITA – por fontes de financiamento



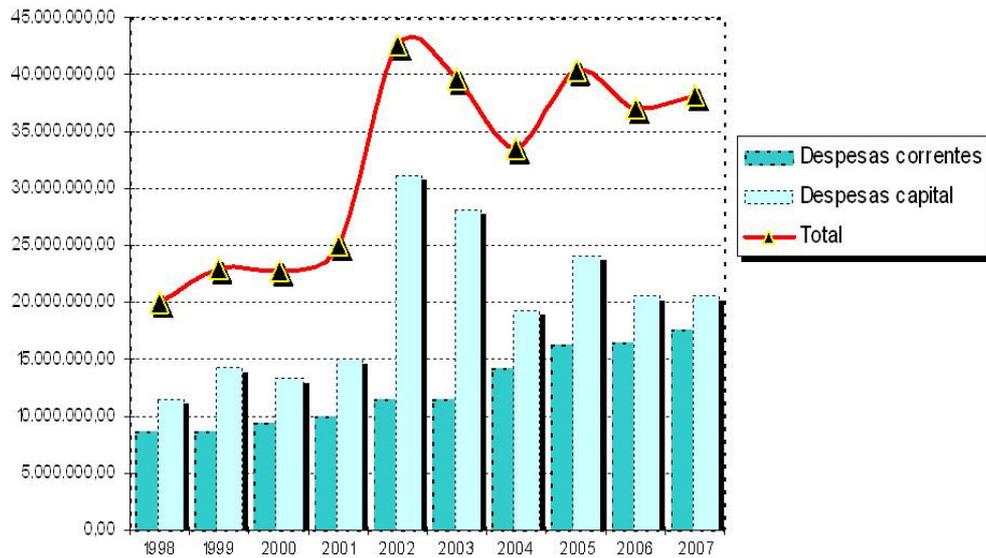
ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

RECEITA PROVENIENTE DE FUNDOS COMUNITÁRIOS E CONTRATOS-PROGRAMA

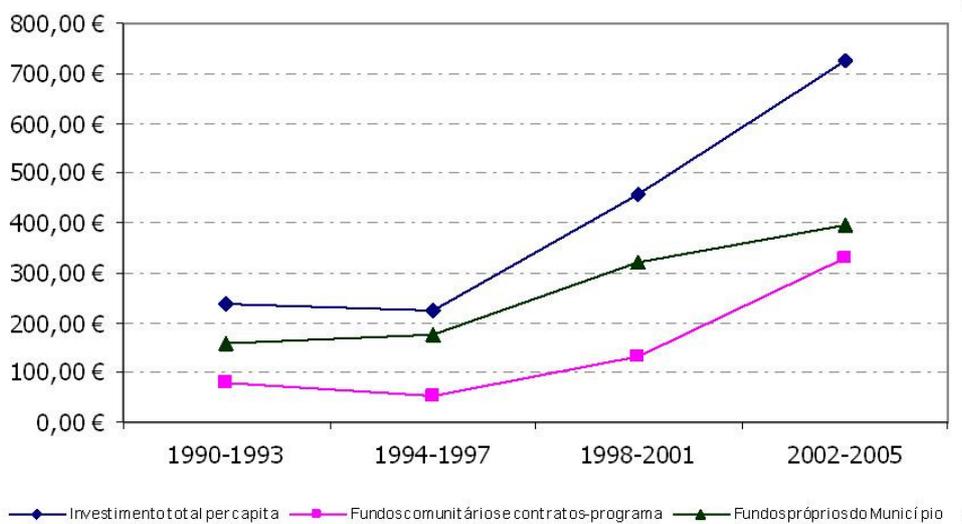




EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA 1998 - 2007



INVESTIMENTO MÉDIO ANUAL PER CAPITA E SUA RELAÇÃO COM FUNDOS COMUNITÁRIOS E CONTRATOS-PROGRAMA E FUNDOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO (por mandato)





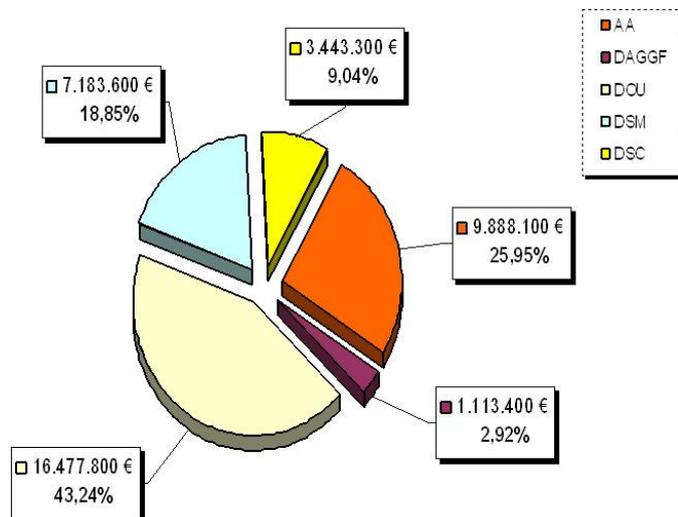
ORÇAMENTO DE DESPESA

Descritivo	2006	2007	Var. %
Despesas Correntes			
Despesas com o pessoal	6.996.400 €	7.268.300 €	3,89%
Aquisição de bens e serviços	7.910.700 €	8.647.400 €	9,31%
Juros e outros encargos	288.200 €	372.400 €	29,22%
Transferências correntes	965.500 €	873.700 €	-9,51%
Outras despesas correntes	315.600	395.600	25,35%
<i>Total (Despesas Correntes)</i>	16.476.400 €	17.557.400 €	6,56%
Despesas Capital			
Aquisição de bens de capital	16.417.500 €	16.795.800 €	2,30%
Transferências de capital	1.877.000 €	1.404.200 €	-25,19%
Activos financeiros	600.000 €	800.000 €	33,33%
Passivos financeiros	1.594.900 €	1.548.800 €	-2,89%
<i>Total (Despesas Capital)</i>	20.489.400 €	20.548.800 €	0,29%
TOTAL	36.965.800 €	38.106.200 €	3,09%

.....Em termos de investimento por departamentos está também apresentada de forma sectorizada pelos respectivos departamentos do Município, quem tem responsabilidade maior ou menor no investimento.



DESPESA GLOBAL por departamentos EM 2007

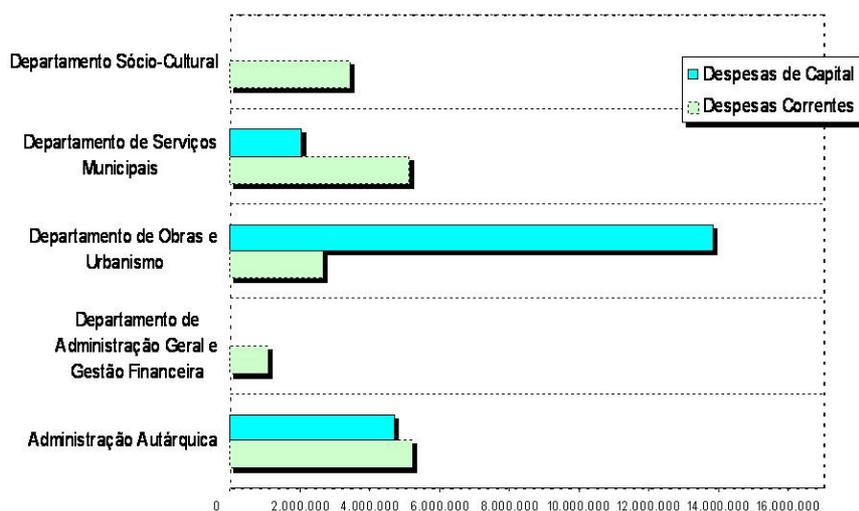


.....Também no gráfico seguinte a mesma avaliação a nível dos departamentos.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

DESPESAS DEPARTAMENTAIS por natureza



.....Ao nível do Plano de Investimentos, temos para funções gerais investimento no valor de 924 000€, o investimento global incluindo o Plano de Actividades Municipais 999 000 €.

.....A nível das funções sociais um investimento global de 13.512,800€.

.....Funções económicas 3. 776,900€ e portanto um total de 18.345,700€.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

PLANO DE ACTIVIDADES E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2007

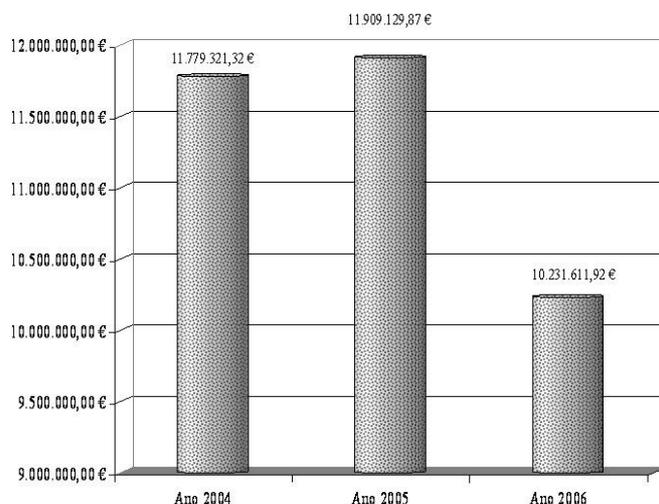
Classificação Funcional	Estimativas para 2007		
	PAM	PPI	Global
FUNÇÕES GERAIS	75.000,00	924.000,00	999.000,00
Serviços gerais de administração pública	0,00	918.500,00	918.500,00
Segurança e ordem públicas	75.000,00	5.500,00	80.500,00
			0,00
FUNÇÕES SOCIAIS	1.417.900,00	12.094.900,00	13.512.800,00
Educação	475.700,00	944.700,00	1.420.400,00
Saúde	165.000,00	1.767.300,00	1.932.300,00
Segurança e acção sociais	195.500,00	0,00	195.500,00
Habituação e serviços colectivos	581.700,00	6.580.300,00	7.162.000,00
Serviços culturais, recreativos e religiosos	0,00	2.802.600,00	2.802.600,00
FUNÇÕES ECONÓMICAS	57.000,00	3.776.900,00	3.833.900,00
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.000,00	1.000,00	2.000,00
Indústria e energia	25.000,00	1.000.000,00	1.025.000,00
Transportes e comunicações	5.000,00	2.602.500,00	2.607.500,00
Comércio e Turismo	26.000,00	173.400,00	199.400,00
TOTAL	1.549.900,00	16.795.800,00	18.345.700,00

.....Importa referir, porque não é alheia a estruturação do orçamento da receita e da despesa às questões relacionadas com a dívida do Município, referir que em 2006 há uma diminuição de dívida de médio/longo prazo, salientando ainda que o somatório de dívida de curto prazo avaliada a 31 de Dezembro de 2006, mais a dívida de médio/longo prazo correspondente ao valor ali indicado, deverão corresponder em termos da conta de gerência a qualquer coisa como 14,3 milhões de euros, o que significa uma redução de 27% na dívida da Câmara relativamente à dívida a 31 de Dezembro de 1998.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

Capital em Dívida a 31 de Dezembro

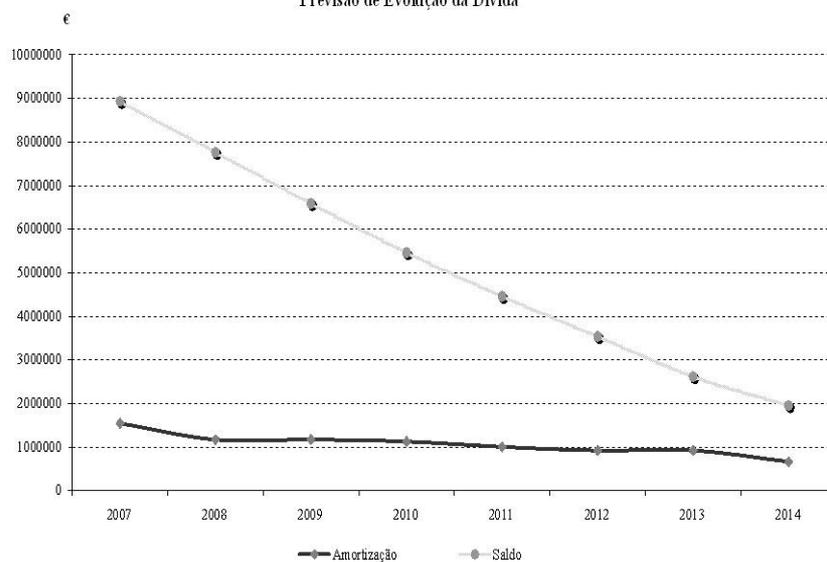


.....No quadro seguinte, temos a projecção da amortização da dívida de médio/longo prazo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

Previsão de Evolução da Dívida



.....Quisemos fazer este exercício no sentido de perceber, e fizemo-lo até 2014, porquê até 2014? Porque se trata do intervalo de tempo correspondente ao encerramento do IV Quadro Comunitário der Apoio e é necessário para o Município perceber como é que deve trabalhar em termos da sua dívida, deve aumentá-la, deve diminuir, deve estabilizar. Essa é a reflexão que deve ser feita agora antes de iniciar um próximo Quadro Comunitário de Apoio. Parece-nos que durante o ano 2007 o Município deve vir a preparar a eventual contratação de um empréstimo, tendo em vista a utilização da capacidade de endividamento disponível. Parece-nos também que, embora não esteja consignado no orçamento, temos uma rubrica em aberto, se em termos de estratégia, possibilidade, se durante o ano de 2007 percebermos que esta evolução deve ser feita, desencadearmos os mecanismos necessários para aprovação da Assembleia, naturalmente com a conseqüente revisão ao orçamento.

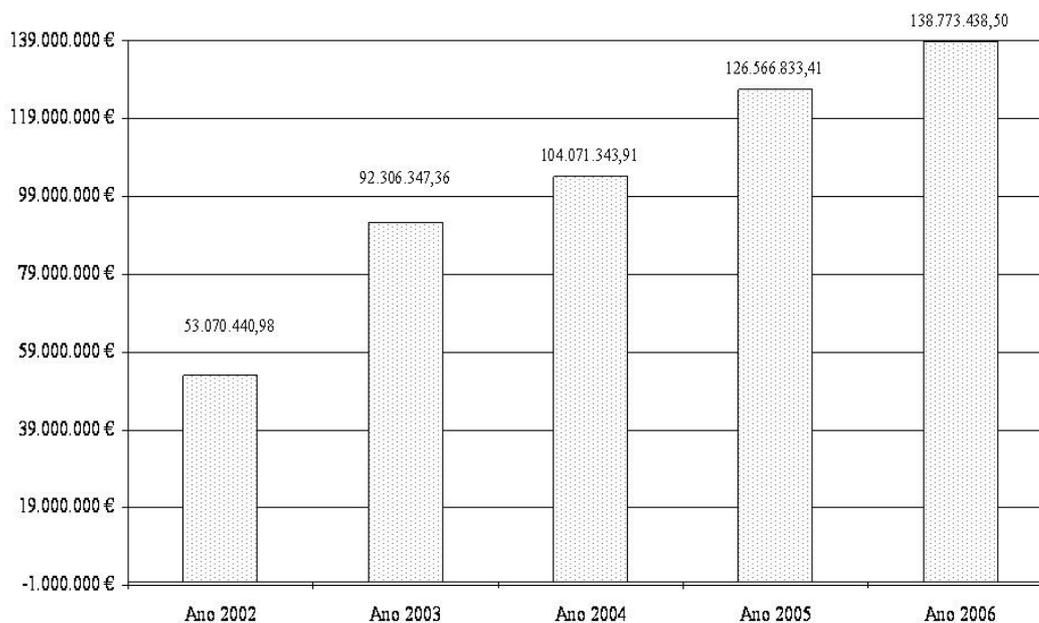
.....Parece-nos ser necessário reescalonar a dívida do Município, está a dívida de médio/longo prazo, está neste momento com um grau de amortização muito rápido, temos que fazer uma operação idêntica à que fizemos durante o ano de 1998.

.....Também nos parece no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio, portanto, neste intervalo de 2013/2014 que a dívida do Município não deverá situar-se abaixo de um determinado valor que nós pensamos ser na ordem dos dez milhões de euros.

.....Importa avaliar o que é que tem acontecido também no que diz respeito ao património.



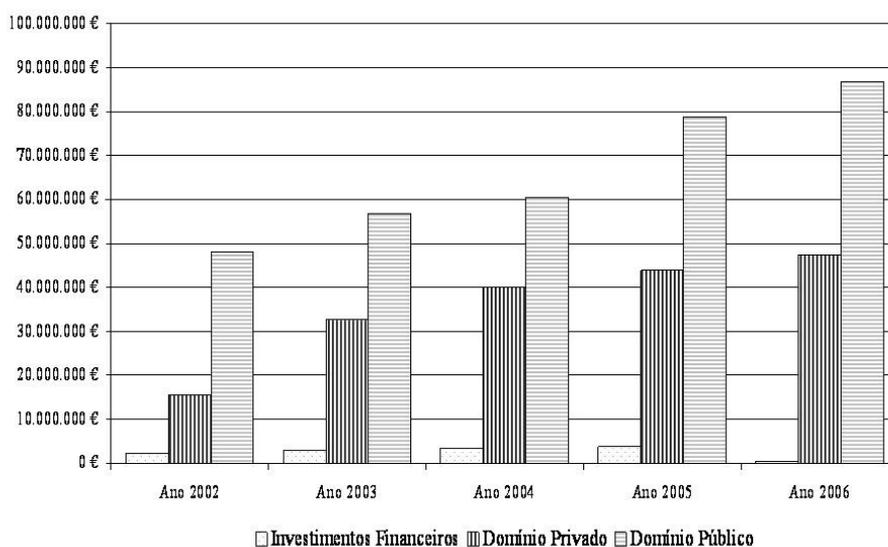
Evolução do Activo Fixo do Município



.....No ano de 2002 tínhamos 53.070.440,98 de activo fixo do Município, estamos no ano de 2006 com o registo efectivo de 138.773.438,50 €, o mesmo é dizer que em cinco anos temos um crescimento de 85 milhões de euros, em moeda antiga dezassete milhões de contos.....
Como é que se compõe o activo fixo do município, compõe-se naturalmente em investimentos financeiros, investimento do domínio privado e investimento do domínio público, que se pode verificar no quadro seguinte:



Evolução do Imobilizado



.....Depois uma avaliação a reportar-se ao pessoal do Município:.....



PESSOAL DO MUNICÍPIO

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
< 35	57	57	54	57	58	55
De 35 até 54	256	258	253	250	254	246
> 54	78	77	82	89	94	93
Total	391	392	389	396	406	394

.....De acordo com as orientações que temos para 2007, eu já referi que é privilegiar o investimento na formação e nas novas tecnologias, manter ou reduzir ligeiramente o número de colaboradores, incentivar o aumento da produtividade tendo como base a fixação de objectivos individuais/colectivos enquadrados no novo sistema de avaliação, garantir melhores condições de trabalho e de atendimento, assegurar a certificação de três unidades orgânicas, é basicamente essa orientação, salientando que de 2005 para 2006 seguimos as orientações impostas no Orçamento de Estado de contenção de despesa pessoal, por isso o resultado está à vista, temos uma diminuição do número de colaboradores.....

.....Passando à explicitação do Plano Plurianual de Investimentos:.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO - 2007

Código Objectivo/Programa	Designação das rubricas	Valor do Investimento (em euros)	% dentro do Objectivo/Programa	% em relação ao total do PPI
1	Funções gerais	924.000	100,00%	5,49%
1.1.	Serviços gerais de administração pública	918.500	99,40%	5,45%
1.1.1	Administração geral	918.500	99,40%	5,45%
1.1.1.1	Edifícios	151.500	16,40%	0,90%
1.1.1.2	Material de transporte	91.000	9,85%	0,54%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	676.000	73,16%	4,01%
1.2.	Segurança e ordem pública	5.500	0,60%	0,03%
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	5.500	0,60%	0,03%
1.2.1.2	Segurança pública	5.500	0,60%	0,03%

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006**

Código Objectivo/Programa	Designação das rubricas	Valor do Investimento (em euros)	% dentro do Objectivo/Programa	% em relação ao total do PPI
2	Funções sociais	12.144.900	100,00%	72,09%
2.1.	Educação	944.700	7,78%	5,61%
2.1.1	Ensino não superior	944.700	7,78%	5,61%
2.1.1.1	Educação Pré-escolar	25.500	0,21%	0,15%
2.1.1.2	Ensino Básico	919.200	7,57%	5,46%
2.2.	Saúde	1.767.300	14,55%	10,49%
2.2.1	Serviços individuais de saúde	1.767.300	14,55%	10,49%
2.3.	Segurança e acção sociais	0	0,00%	0,00%
2.3.2	Ação social	0	0,00%	0,00%
2.4.	Habituação e serviços colectivos	6.580.300	54,18%	39,06%
2.4.1	Habituação	792.000	6,52%	4,70%
2.4.2	Ordenamento do Território	2.860.000	23,55%	16,98%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	206.500	1,70%	1,23%
2.4.2.2	Urbanização	2.653.500	21,85%	15,75%
2.4.3	Saneamento	2.364.300	19,47%	14,03%
2.4.4	Abastecimento de água	357.000	2,94%	2,12%
2.4.5	Resíduos sólidos	51.000	0,42%	0,30%
2.4.6	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	156.000	1,28%	0,93%
2.4.6.1	Higiene pública	25.000	0,21%	0,15%
2.4.6.2	Cemitérios	45.000	0,37%	0,27%
2.4.6.3	Meio Ambiente	86.000	0,71%	0,51%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	2.852.600	23,49%	16,93%
2.5.1	Cultura	2.396.300	19,73%	14,22%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	456.300	3,76%	2,71%

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006**

Código Objectivo/Programa	Designação das rubricas	Valor do Investimento (em euros)	% dentro do Objectivo/Programa	% em relação ao total do PPI
3	Funções económicas	3.776.900	100,00%	22,42%
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.000	0,03%	0,01%
3.2.	Indústria e energia	1.000.000	26,48%	5,94%
3.2.1	Iluminação pública	95.000	2,52%	0,56%
3.2.2	Energia	240.000	6,35%	1,42%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	665.000	17,61%	3,95%
3.3.	Transportes e Comunicações	2.602.500	68,91%	15,45%
3.3.1	Transportes rodoviários	1.596.000	42,26%	9,47%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	1.560.500	41,32%	9,26%
3.3.1.2	Estacionamento	35.500	0,94%	0,21%
3.3.2	Transportes aéreos	1.006.500	26,65%	5,97%
3.4.	Comércio e turismo	173.400	4,59%	1,03%
3.4.1	Mercados e feiras	2.000	0,05%	0,01%
3.4.2	Turismo	171.400	4,54%	1,02%
TOTAL		16.845.800	----	100,00%

.....Para funções gerais temos uma previsão de 5,4% do Orçamento, para funções sociais 72,09%, para funções económicas 22,42%.....

.....Passando agora a uma explicitação mais pormenorizada.

.....A nível de edifícios, prevemos naturalmente algum investimento, investimento necessário para a conservação e manutenção de instalações Municipais.....

..... A nível de material/transporte, há uma necessária renovação de frota automóvel.....

..... A nível de maquinaria e equipamento diverso temos um investimento mais significativo, 666 mil euros, prevemos como já disse, para além da aquisição de alguns equipamentos, um camião de desobstrução de colectores, um empilhador para armazéns, um sistema de lavagem automática dos chassis dos STUB`s, falamos em certificação de frota automóvel, de frota de transportes urbanos. Para ter uma frota certificada temos de ter uma frota absolutamente limpa, portanto, há um conjunto de investimentos necessários. Portanto, aqui na área de equipamento, também a modernização do parque tecnológico, da rede informática, de computadores, base de dados.

.....Na segurança e ordem pública temos investimentos assegurados, naturalmente tendo presente a Associação dos Bombeiros Voluntários de Bragança e Izeda.

.....A nível da educação pré-escolar algum investimento necessário.

.....A nível do ensino básico temos na sequência da reorganização da rede escolar, que iniciar um processo de investimento bastante mais intenso, estamos a fazer projectos neste momento. Faremos candidaturas durante o ano de 2007.

.....O investimento em 2007 será menor, 2008/2009 será investimento mais pesado nesta área. Impõe-se como é óbvio, aceder a fundos comunitários através da cota que venha a ser criada no Ministério da Educação expressamente afecta à reorganização da rede educativa do primeiro ciclo. Estamos com os nossos projectos preparados nesse sentido, o mesmo é dizer que o Orçamento de 2008/2009 irão reflectir em princípio verbas bastante mais significativas. ..

.....Na área da Saúde, referência para a conclusão das obras do Centro de Saúde de Izeda e início em 2007 das obras no Centro de Saúde de Santa Maria II, tendo sido já aberto o concurso público, estando em fase de apreciação as propostas. Entendemos ainda na área da saúde ser indispensável que a pressão no sentido da melhoria das condições da sede do Centro Hospitalar continue, foi pena e é lamentável que o Senhor Ministro não tivesse deixado evoluir aquele projecto, porque tínhamos muitos problemas resolvidos e dinheiro, não digo que se arramasse, mas dinheiro existia e continua a existir. Portanto é uma pressão necessária porque é uma área fundamental da qualidade de vida para os cidadãos, se queremos que se fixem as pessoas em Bragança é preciso termos boas condições nesta área, diria mesmo, que deve ser uma das áreas de maior preocupação da parte da Câmara e dos deputados municipais, temos outras áreas, mas aqui como responsáveis políticos temos que ter isso presente.....

.....É indispensável assegurar a nível dos instrumentos de planeamento a possibilidade de construção futura de uma nova unidade hospitalar, quando estiver o processo em discussão pública a Câmara tem esse processo já salvaguardado a nível do Plano de Urbanização, como nos parece absolutamente indispensável que medida idêntica seja assegurada tendo em vista

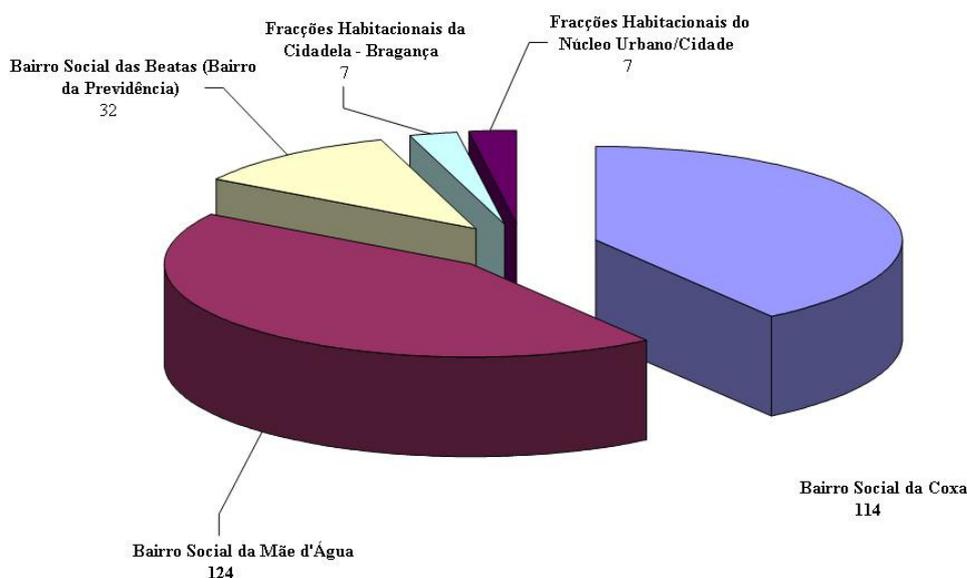
a construção futura de uma Escola Superior de Saúde conforme o desenvolvimento desta Instituição, que seguramente será uma das áreas importantes no Instituto.

.....A nível da acção social continuaremos com os apoios necessários às instituições.

.....Passando ao sector da habitação:.....



HABITAÇÃO SOCIAL



.....A Câmara gere neste momento 284 habitações sociais, o ano de 2006 foi um ano importante neste âmbito, a recepção do património do Instituto Nacional de Habitação e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social está hoje a cargo da Câmara.

..... Temos preocupações relacionadas com a colocação de fogos disponíveis, com a reparação desses fogos que exigem algum investimento, realojamento de algumas famílias, iniciaremos um processo de venda de fogos sociais a quem tiver interesse na sua aquisição, por preços correspondentes ao valor patrimonial dos mesmos.

.....Foram já desenvolvidos os inquéritos necessários, conhecemos a manifestação de interesse, pensamos que esse é um passo necessário, todas as inscrições o têm feito, Câmaras Municipais e Instituições da Administração Central e essa receita reverterá, de acordo com uma deliberação que tomamos em reunião de Câmara, para a constituição de um fundo que nos permitirá comprar ou mandar construir nova habitação social. Em 2007 faremos evoluções nesse âmbito.

.....Para as Juntas de Freguesia e Associações, continuaremos a apoiar a construção de alguns centros de convívio, uma ou outra sede de Junta de Freguesia, refiro-me à conclusão

necessariamente... de todas as que nos faltavam falta-nos concluir Espinhosela e falta ajudar Santa Maria para também se reinstalar no edifício que lhe foi doado.....

.....Há outros edifícios que foram concluídos, queria salientar, quando se fala do Centro Histórico, “o Centro Histórico não tem, não evolui”, o Centro Histórico tem evoluído imenso, nós temos de ter uma perspectiva positiva, o Centro Histórico da nossa Cidade não é o Centro Histórico de há oito anos atrás, nem em termos de imagem, nem de infra-estruturas, nem da recuperação de edifícios, basta olhar para esta rua onde está o Centro Cultural e perceber a evolução que tem esta rua, com um património excelente, uma grande parte e aquilo que é público recuperado, muito dele por iniciativa directa ou indirecta da Câmara Municipal.

.....Durante a manhã falaram na candidatura às sete maravilhas de Portugal, o que é que fez a Câmara? Lamentavelmente essa iniciativa a nível nacional foi lançada sem que fosse dada oportunidade às Câmaras de se candidatar ou até de terem conhecimento da iniciativa, foi sim um grupo de setenta e sete pessoas, não sei em que circunstâncias, que elegeram um conjunto de património de referência para ser votado.....

..... Nós logo que tivemos conhecimento, tentamos solicitar e estamos à espera de informação para protestar, protestar de forma clara perante a forma como esse processo foi tratado. Porque em Bragança foram colocados dois edifícios, duas situações patrimoniais no primeiro lote de escolha, foi este edifício, este conjunto Paulo Quintela e foi o conjunto de Castro de Avelãs, o Mosteiro de Castro de Avelãs. Se nos dessem oportunidade e nos dessem o conhecimento atempadamente, nós diríamos, a nossa candidatura é do Castelo de Bragança, onde não há na Península Ibérica outro castelo que consiga fazer par com este. Portanto, a Câmara não se alheou desse processo e lamenta que mais uma vez a gente que está em Lisboa e muitas delas não conhecem sequer o País, tome decisões em áreas tão importantes e tão relevante.

.....A nível do Planeamento urbanístico, foi distribuído o documento já sobre as perspectivas de evolução do PU e do PDM.....

.....A nível da urbanização, temos prevista a repavimentação dos bairros da cidade, está descrito no Plano de actividades e Orçamento. Pretendemos durante o ano 2007 organizar uma primeira candidatura, fazer um primeiro concurso para iniciar a repavimentação de um conjunto de bairros, está dito quais são aqueles que pensamos serem prioritários, a organização e fase subsequente de uma outra candidatura para 2008/2009, tentando, na medida do possível, dar a todos os bairros a dignidade que merecem, sendo que há nove anos atrás estávamos preocupados com a pavimentação de oitenta e seis ruas em terra batida, hoje estamos preocupados em melhorar os pavimentos de asfalto dos nossos Bairros.

.....Temos a reconversão da Avenida João da Cruz e outras ruas, falamos na Guerra Junqueiro e Emídio Navarro, abrimos, já o disse de manhã, as propostas, a Câmara na próxima reunião ira tomar decisões de adjudicação, desenvolveremos a seguir um processo de

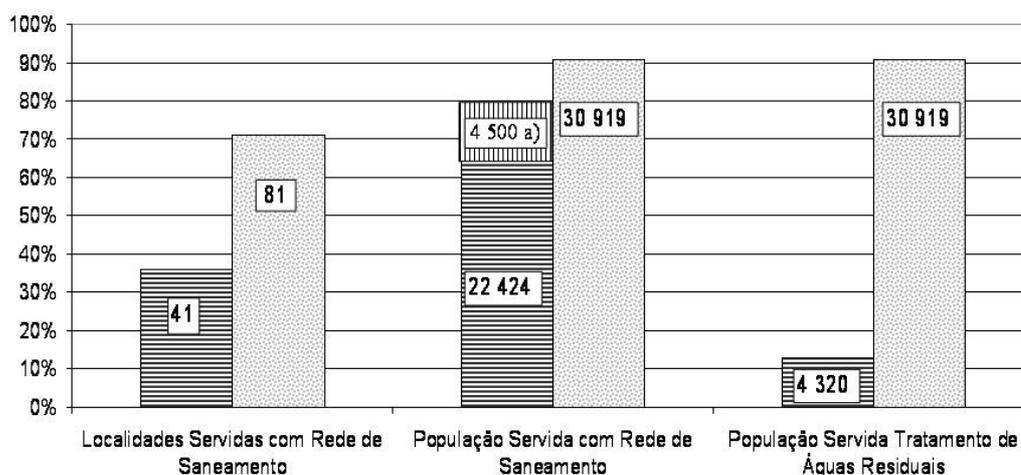
discussão pública, elaboração do respectivo projecto para durante o ano de 2007 podermos abrir o concurso público para a execução.

..... O mesmo relativamente à construção da circular interior da Avenida Cidade de Zamora/Braguinha, que durante o primeiro Trimestre de 2007 desenvolveremos os contactos necessários para a aquisição de terreno e preparação do concurso público, para iniciar a obra antes do final de 2007 e assegurar a sua conclusão a meio de 2008, provavelmente terceiro trimestre.....

.....Duplicação da Avenida General Humberto Delgado - temos a intenção inscrita no Plano de Investimentos, de poder desenvolver a construção desta Avenida, logo que concluída, Avenida João da Cruz e a Avenida de ligação à Braguinha. Está o projecto de execução construído.....



Relação População/Localidades Servidas com Rede de Saneamento e Tratamento de Águas Residuais



a) População Servida c/rede substituída no Centro Histórico de Bragança

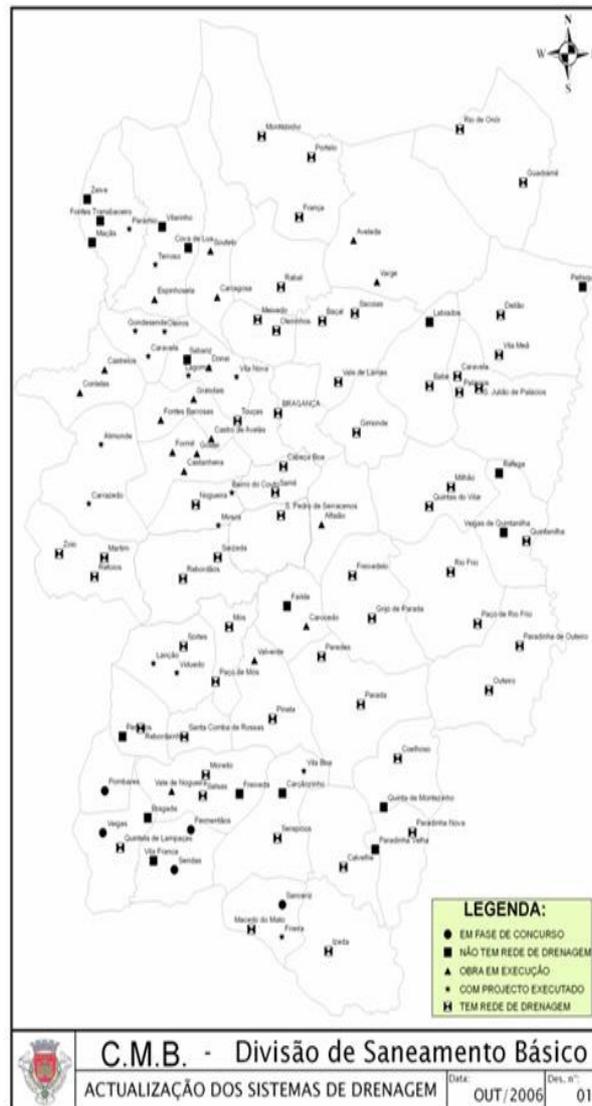
■ 1998 ■ 2006

.....Na área do saneamento um investimento importante, e nesta área saliento a evolução que o Município teve, tinha há nove anos 10% da população servida com tratamento de esgotos, tem hoje 90%, tinha 41 aldeias, tem 81, demos um salto enorme, continuamos a investir nesta área, estão neste momento ainda várias obras em execução e outras obras para iniciar, conforme é do vosso conhecimento.

.....Também um mapa que se lê com alguma dificuldade, mas que identifica a situação das nossas aldeias do nosso Concelho a nível do saneamento básico.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006



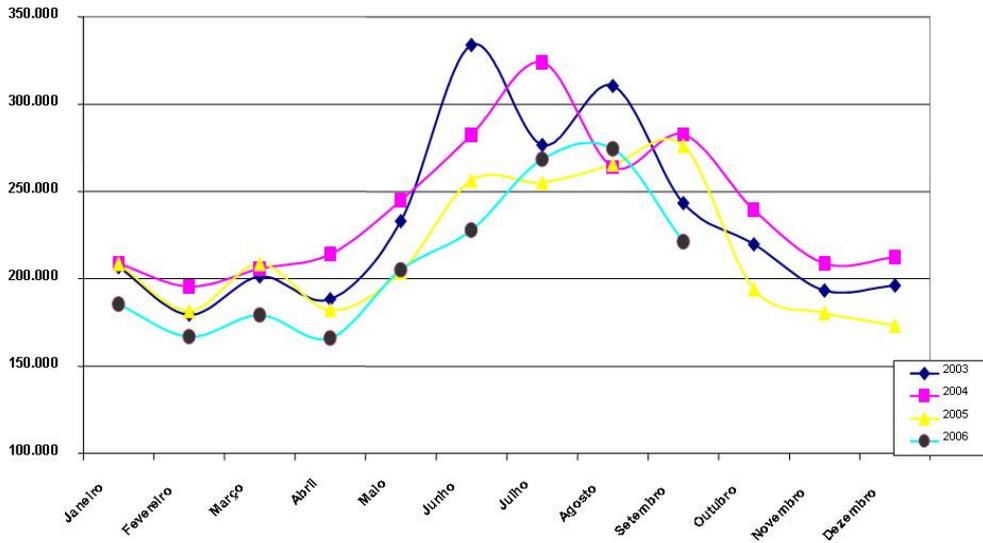
.....Também nas questões da água, que nos mobilizarão alguma da nossa atenção durante a tarde.

.....É dada uma indicação dos consumos, o que reflecte as medidas que a Câmara tem vindo a tomar e a percepção que os cidadãos têm vindo a desenvolver.

.....Ainda na parte de Água referenciar que o Instituto Regulador da Água atribuiu para o Concelho de Bragança, a nível de qualidade da água, um valor de 88%, incluindo o conjunto, a área rural e a área urbana, portanto um excelente indicador neste âmbito, no conjunto.....



Consumo de Água (m3)



..... Na área do saneamento básico Bragança atingiu 90,9% da população servida, o País atingiu os oitenta e pouco por cento, nós em nove anos demos um salto enorme.....

.....A nível dos resíduos sólidos urbanos:



SISTEMAS DE GESTÃO DE RESÍDUOS (MULTIMUNICIPAIS e Intermunicipais) Abril 2005

- 1 - VALORMENHO
- 2 - RESILIMA
- 3 - Braval
- 4 - Amaro
- 5 - Lipor
- 6 - Valpousa
- 7 - S. JOÃO DOURO
- 8 - RESAT
- 9 - Vale do Douro Norte
- 10 - Resíduos do Nordeste
- 11 - PEDAT
- 12 - RESDOURO
- 13 - VALORLIS
- 14 - ERSUC
- 15 - Planalto Beirão
- 16 - ÁGUAS DEZERE E COA
- 17 - Raia / Pinhal
- 18 - RESOESTE
- 19 - Resurb
- 20 - Resubo
- 21 - Antres / Tralvo
- 22 - VALORSUL
- 23 - AMARSUL
- 24 - Amde / Gestamb
- 25 - Amora / Anabatal
- 26 - Amcal
- 27 - VILANOR
- 28 - Resalentejo
- 29 - ALGAR



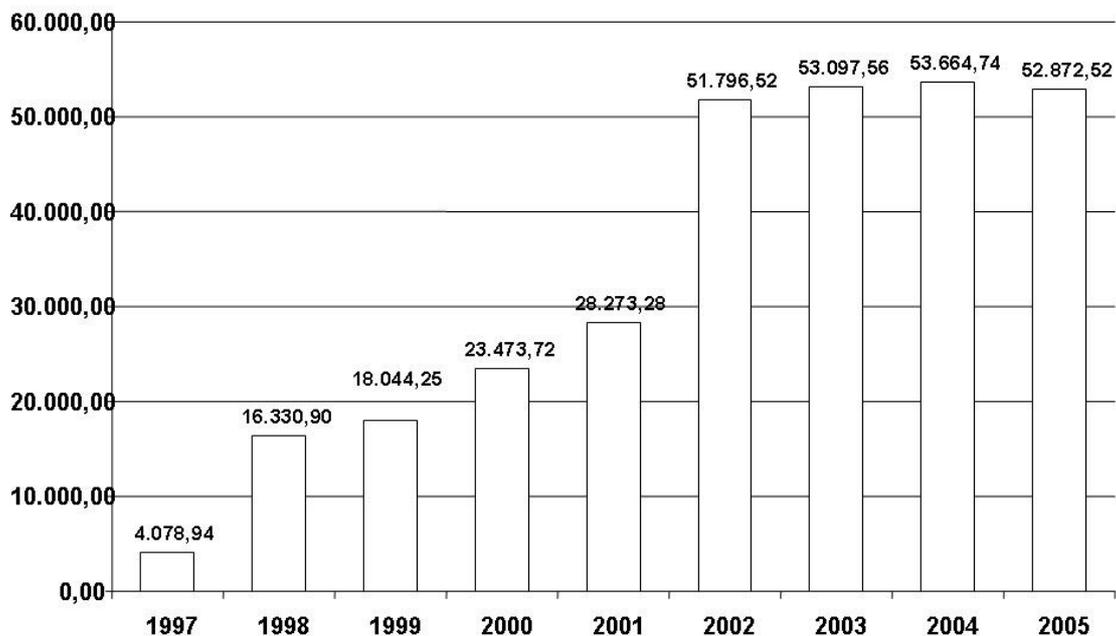
DOE
DOP



.....É uma área na qual a Câmara Municipal faz um grande esforço financeiro também, para garantir qualidade de vida aos cidadãos, lembro que há nove anos existiam as lixeiras Municipais, a céu aberto, existia uma situação bastante mais fragilizada nesta área, a evolução que foi feita foi enorme, é preciso evoluir mais, há novos desafios face à legislação Comunitária, designadamente com a triagem e a compostagem, a Resíduos do Nordeste que é a empresa onde a Câmara se inclui juntamente com mais 12 Municípios abriu já o concurso público internacional às respectivas propostas, com valores mínimos de investimento de 25 milhões de euros, valores muito elevados, exagerados para as disponibilidades financeiras da empresa e de participação comunitária, o que deverá obrigar o Governo a reequacionar a forma como apoia estes projectos, é essa a orientação da Resíduos do Nordeste. Também esta empresa que trata já por ano quase 53 mil toneladas, de salientar que 30% quase deste serviço, é feito para o Município de Bragança, portanto a Câmara de Bragança em 13 Municípios tem aqui uma cota de responsabilidade importante porque produz quase 27% dos resíduos que são tratados pela empresa.

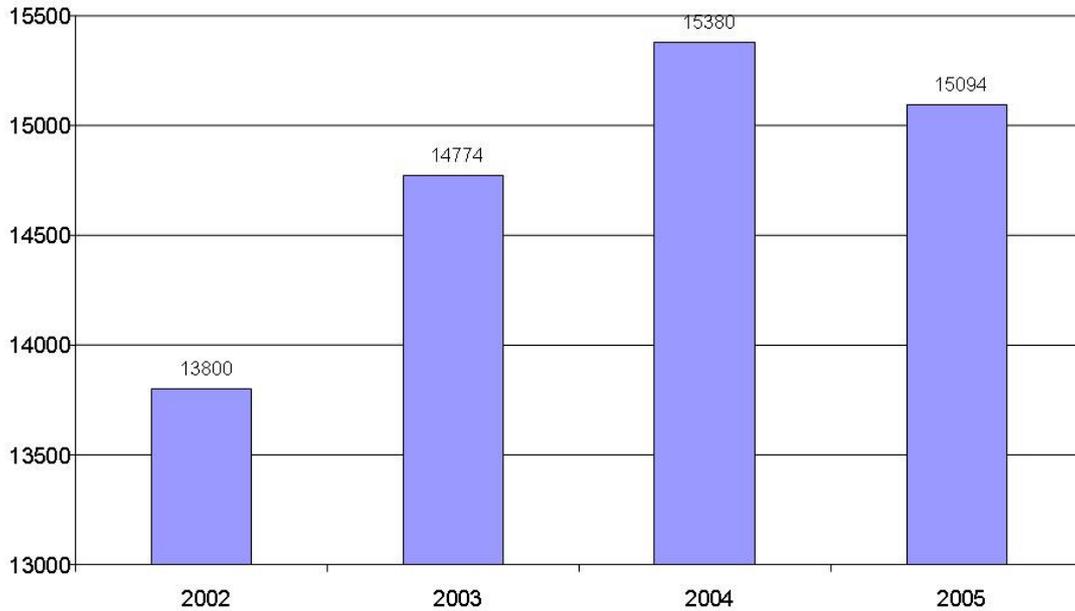


Evolução da Recolha Indiferenciada (Ton)

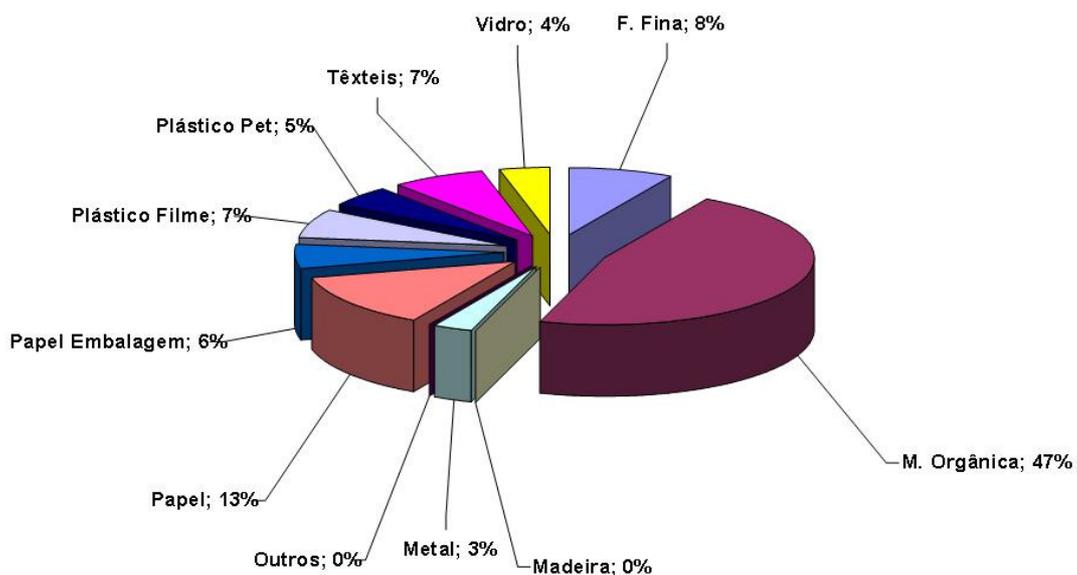




Recolha Indiferenciada - Bragança (Ton)



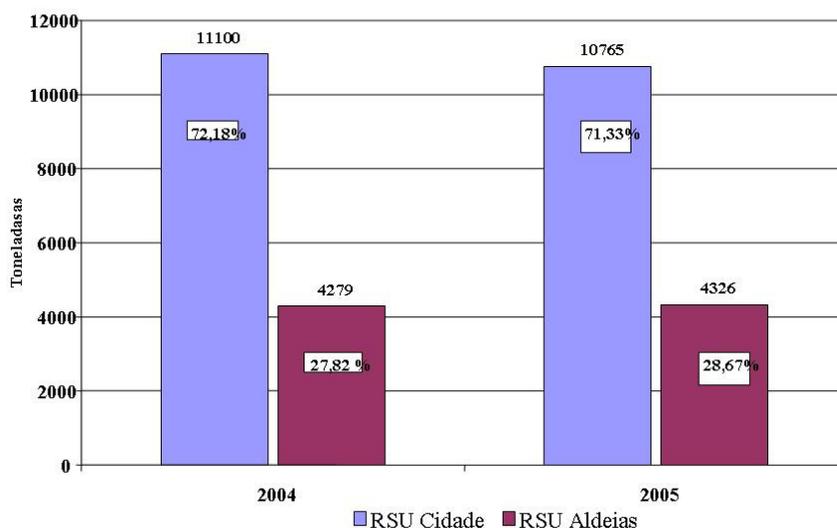
Caracterização dos RSU - Bragança



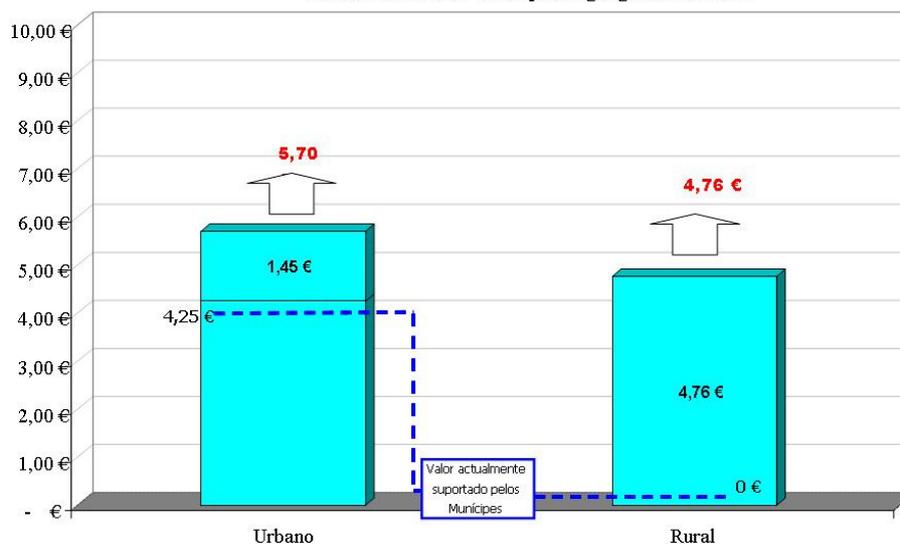
.....Há um processo relacionado com a recolha selectiva, ainda insuficiente no Concelho, no Distrito e no País, mas que será seguramente incentivado.....
O custo do serviço é um custo pesado, é um custo de 70,17€ por tonelada, o que é significativo, a etapa seguinte atribuir-lhe-á mais cerca de trinta e cinco euros, o que quer dizer que estaremos com o custo de tonelada, quando houver a valorização orgânica e a triagem, próxima dos 100€.



RSU Cidade/Aldeias 2004-2005



Custo Mensal de RSU por Agregado Familiar

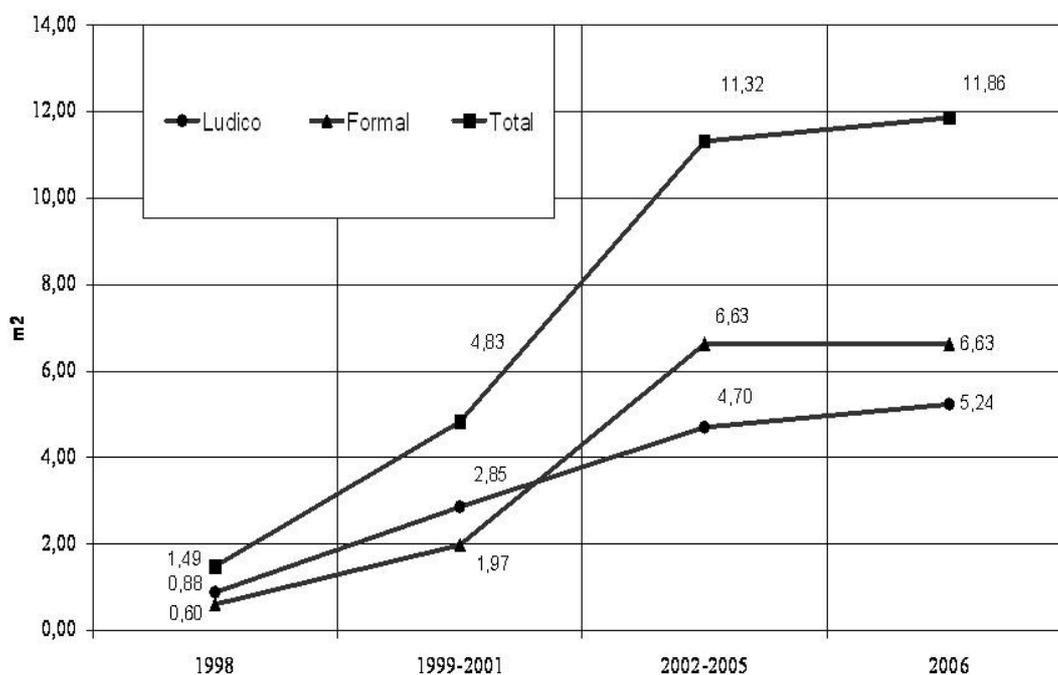


.....Se olharmos para o nosso Concelho temos também a perspectiva do que é que se faz na área urbana, o que é que representa a área rural, e também em termos de receita como é que este processo se situa, digamos, há um défice muito grande no que respeita ao financiamento deste serviço, portanto há um esforço e uma evolução que tem que ser feita, naturalmente não é nossa intenção que haja sustentabilidade imediata, mas há um esforço que tem que ser feito para não deixar degradar a qualidade dos serviços.

.....A nível do meio ambiente, houve também uma evolução significativa, as orientações para espaços verdes, as orientações não são a de construir muitos mais espaços verdes, a orientação para 2007 é consolidar, qualificar, porque temos áreas enormes, Bragança tem hoje uma imagem de cidade verde, em 1998 tínhamos 1,49 metros quadrados por habitante de área verde, actualmente temos 11,86 portanto um crescimento enorme.

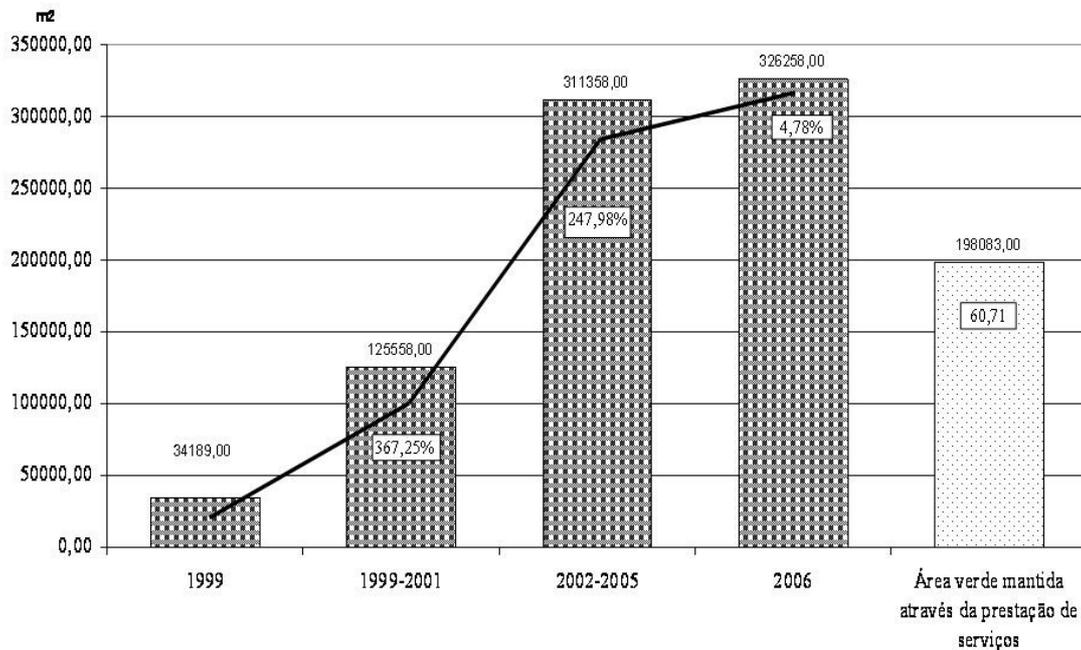


Área Verde por Habitante - Cidade





Evolução dos Espaços Verdes na Cidade 1999-2006



.....Também na higiene pública haverá algum investimento, queria salientar que Bragança decidiu aderir à construção do Canil Intermunicipal localizado em Vimioso, e 2007 será certamente o ano da sua execução.

.....A nível dos cemitérios, previstos os investimentos necessários de acordo com as necessidades, uma das medidas que nos parece mais relevante para 2007 será a informatização do espaço dos dois cemitérios, quer do novo quer do velho, precisamos através do sistema de Informação Geográfica dispor de informação permanente e em tempo real relativa à gestão daqueles espaços. Vamos dar esse passo em 2007, por razões diversas,

.....A nível do meio ambiente, faremos investimentos na sequência daquilo que já foi dito, teremos as recomendações e as acções previstas no âmbito da elaboração da Agenda Local 21, na devida consideração pensamos que em 2007 será possível através da Associação do Eixo Atlântico finalizar este processo com um plano estratégico de acção, e um plano de acção em si mesmo, de investimento.

.....Foi essa a proposta que Bragança fez às restantes Cidades do Eixo atlântico que foi aprovado. Se esse plano se desenvolver a nossa intenção era, com o mesmo, permitir à Associação do Eixo Atlântico fazer candidaturas directas a Bruxelas a fundos comunitários, e contextualizar directamente a gestão de recursos financeiros para as cidades do espaço Eixo Atlântico.

.....Foi uma proposta avançada pela Câmara de Bragança e que o Eixo Atlântico se propôs trabalhar, tendo em conta que as outras Câmara aceitaram.....

.....No âmbito da Cultura destacaria para 2007 as seguintes preocupações: consolidar, terminar equipamentos, consolidar funcionamentos. É essa a nossa estratégia, é nisso que vamos apostar recursos, consolidar e estabilizar eventos. Não vamos permitir inventar cada dia, nem apoiar invenções que surjam avulso. Portanto, temos que consolidar orientações.

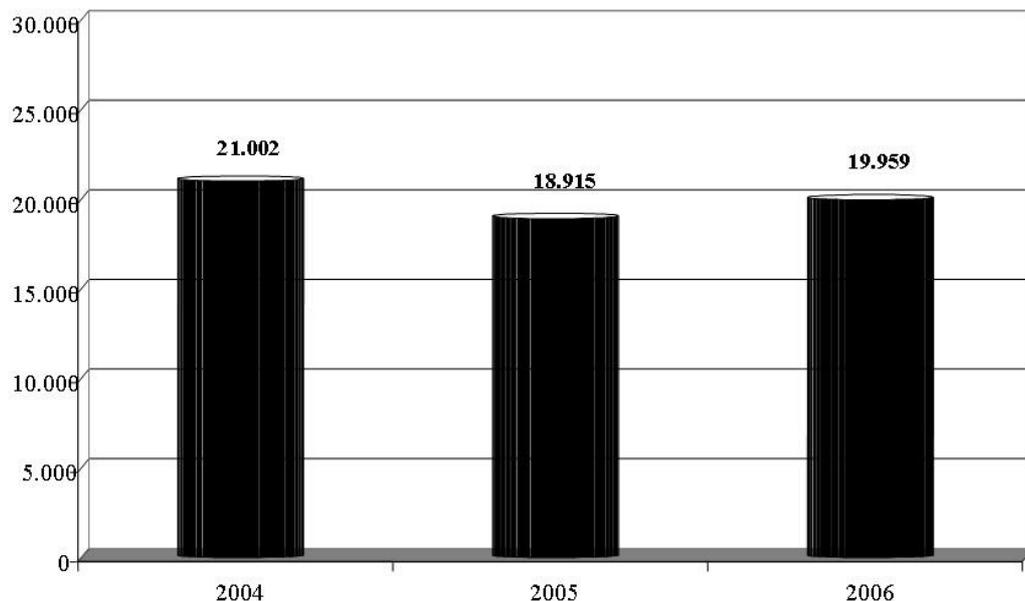
.....Será aberto o Museu da Máscara, o Centro de Arte Contemporânea, e o Centro de ciência Viva, temos três equipamentos num só ano para consolidar. Representa um esforço importante em termos de recursos e de disponibilidade humana e também financeira.

.....Temos de seguida algumas indicações relacionadas com a ocupação do Teatro Municipal, com a ocupação da Biblioteca Municipal. Na biblioteca propomo-nos fazer aqui uma evolução importante e necessária que é a informatização total da biblioteca, não o conseguiremos fazer só em 2007, mas tentaremos dar um incremento, digamos, um alento novo a esse processo.



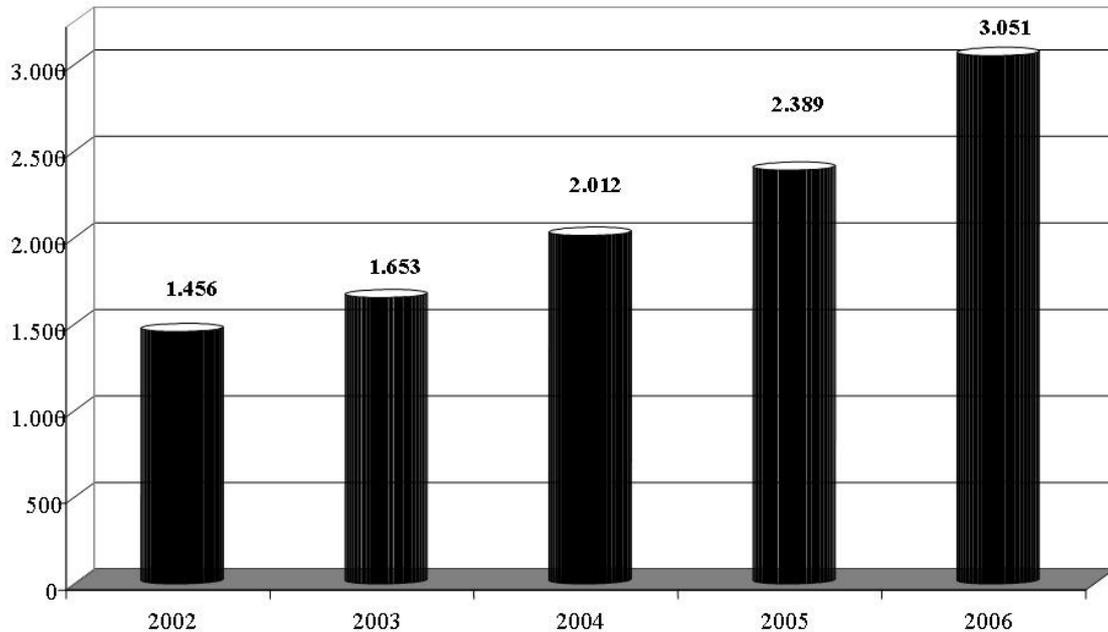
Ocupação da Sala do Teatro Municipal

N.º ESPECTADORES





Utilizadores da Biblioteca Municipal de Bragança

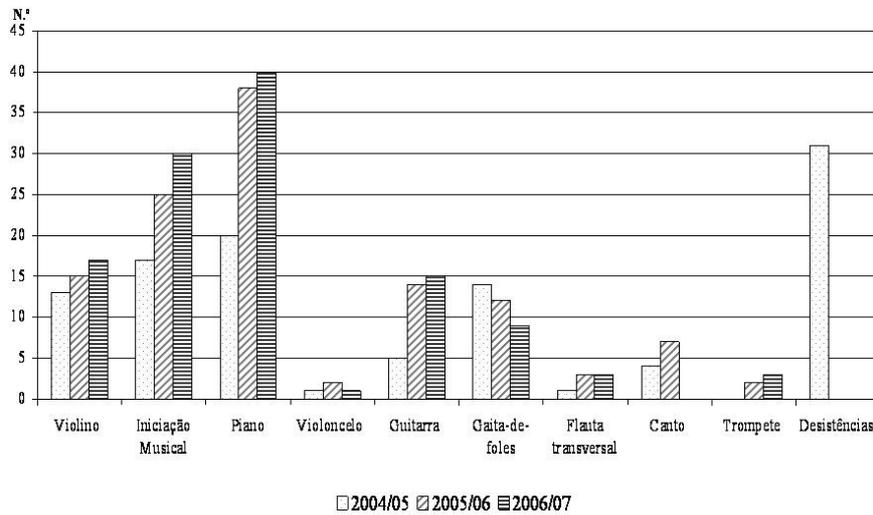


.....Também no Arquivo Municipal iniciaremos em 2007 definitivamente a instalação do Arquivo neste edifício.

.....A nível do Conservatório de Música também uma indicação da evolução deste equipamento cultural, salientando que o ano de 2007 é um ano com alguma dificuldade, pelo facto de através do Conservatório estarem a ser asseguradas as aulas de música a cerca de 1100 alunos do 1.º Ciclo, portanto, nos quatro anos, portanto o que requereu um esforço de organização, de contratação de professores, de metodologias, felizmente está a evoluir contrariamente a quem não estuda, não vê, não observa e não percebe o desenvolvimento das instituições.....



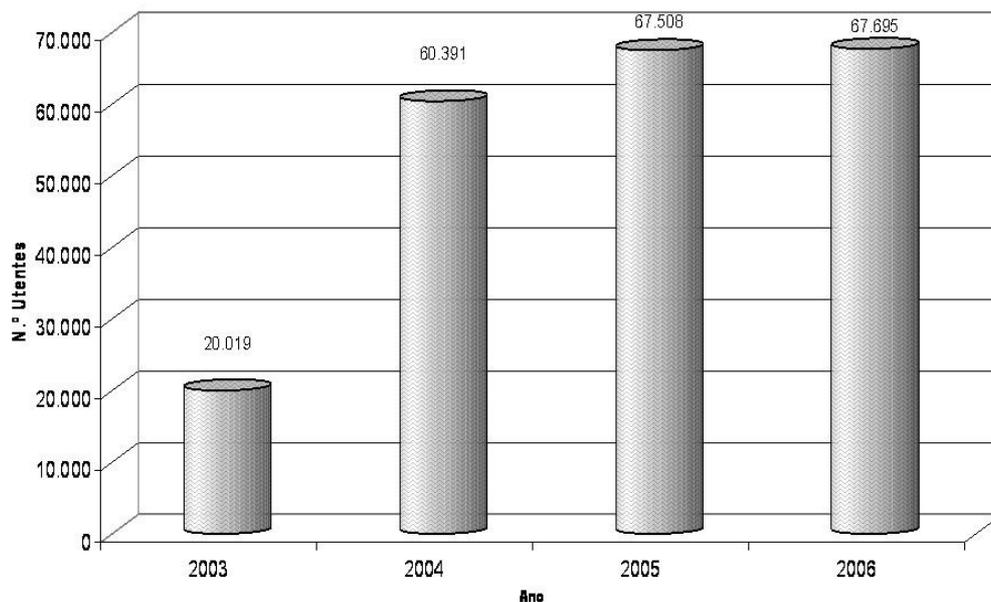
Total alunos Conservatório Música Bragança



.....Na área do desporto, recreio e lazer, apresentamos a evolução dos utentes das piscinas, dos pavilhões, temos um mapa das principais actividades desportivas, culturais e lazer promovidas pelo Município, foi dito, estão calendarizadas, têm os timings de execução e é à volta disso que os recursos serão concentrados.

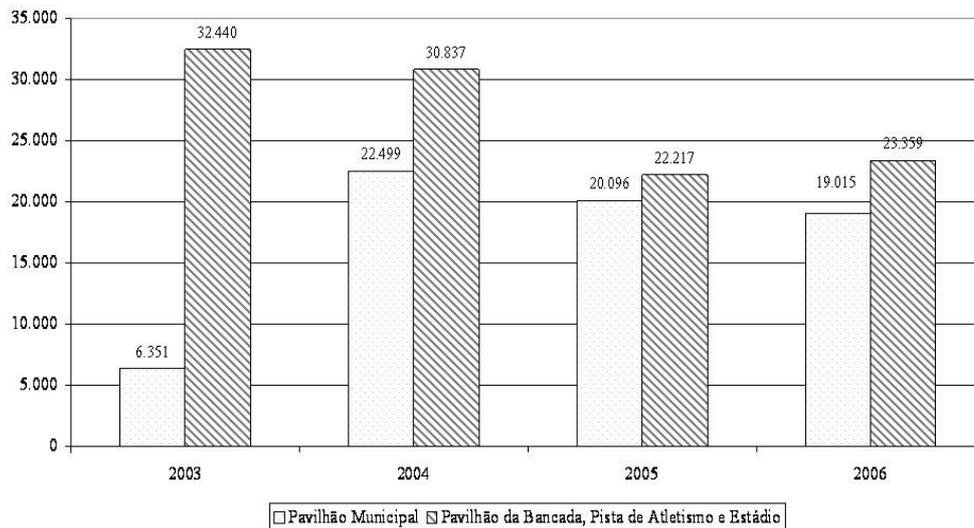


Evolução dos Utentes da Piscina Municipal





Útentes do Pavilhão Municipal, da Bancada, Pista de Atletismo e Estádio



.....Na área do desporto, recreio e lazer temos ainda o projecto da Trajinha, cujo projecto de execução será finalizado durante Janeiro, antontem houve uma reunião da Comissão de acompanhamento dos primeiros estudos deste Projecto, essa Comissão avaliou, achou interessante, pensamos tratar-se de uma ideia suficientemente consolidada, 2007 será o ano para encontrar, dar o passo seguinte, encontrar o enquadramento financeiro para abrir o concurso público para a sua construção.....



PROJECTO DO PARQUE DE LAZER E RECREIO DA QUINTA DA TRAJINHA



.....É feita uma listagem também dos equipamentos desportivos existentes na área urbana e na área rural.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS

Área Urbana	Área Rural
3 - Campos de Futebol relvado de 11	21 - Polidesportivos Descobertos
1 – Campo de Futebol com Piso Duro	4 - Polidesportivos Cobertos
2 – Pavilhões Desportivos Cobertos Municipais	1 – Pavilhão Desportivo Coberto Escolar
4 – Pavilhões Desportivos Cobertos Escolares	50> Campos de futebol de 11 em piso duro
2 - Pavilhões Desportivos Cobertos (CAB –PSP)	
9 - Polidesportivos Descobertos	
1 - Pista sintética de atletismo	
1 – Complexo de Piscinas Cobertas Municipais	
1- Complexo de Piscinas descoberto	

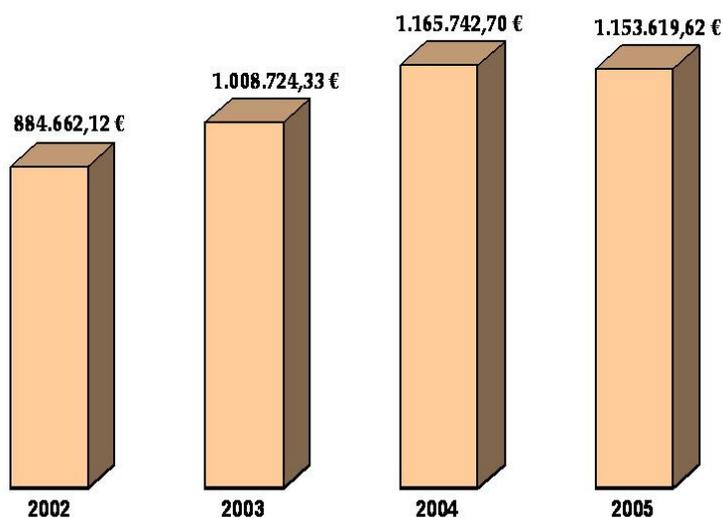
.....Também na área da agricultura, pecuária, silvicultura... na área da energia... já estou a terminar... os Senhores deputados já estão um bocado cansados de me ouvir, por isso vou terminar.

.....Os consumos de energia são significativos.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

CUSTOS DO CONSUMO DE ENERGIA



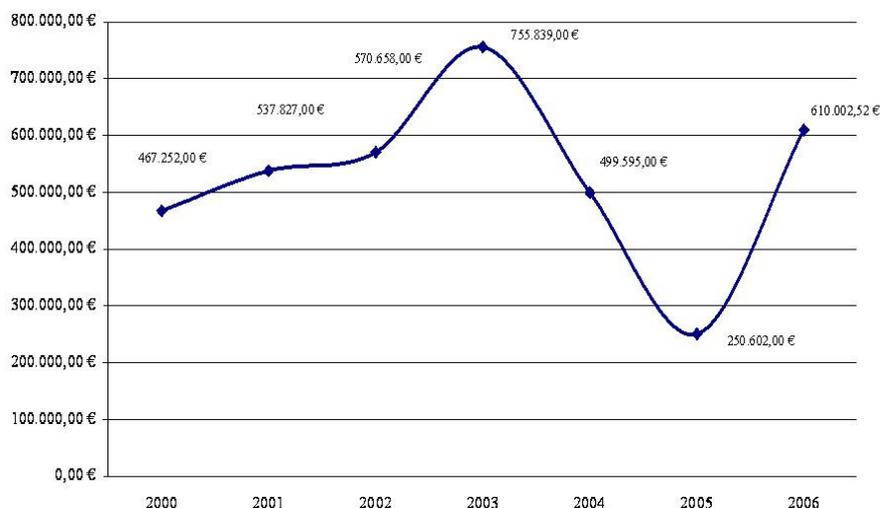
.....É dada uma indicação da produção energética, das medidas que propomos a nível das redes viárias e sinalização, da indicação dos investimentos previstos na área das comunicações, nas estradas na área rural, salientando que a Câmara dispõe à sua responsabilidade de 608,8Km de estradas para conservar.....

..... A nível dos estacionamento é dada uma indicação da utilização dos parques, bem como das respectivas receitas e das despesas, sem contar com amortizações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

PRODUÇÃO DAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS (2000/2006)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

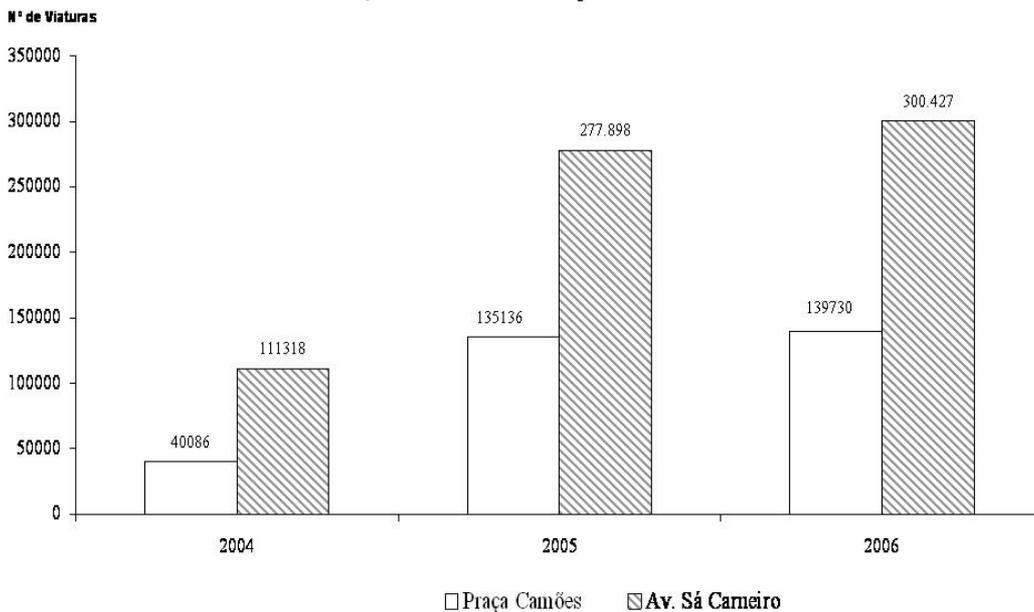


REDE VIÁRIA DO CONCELHO

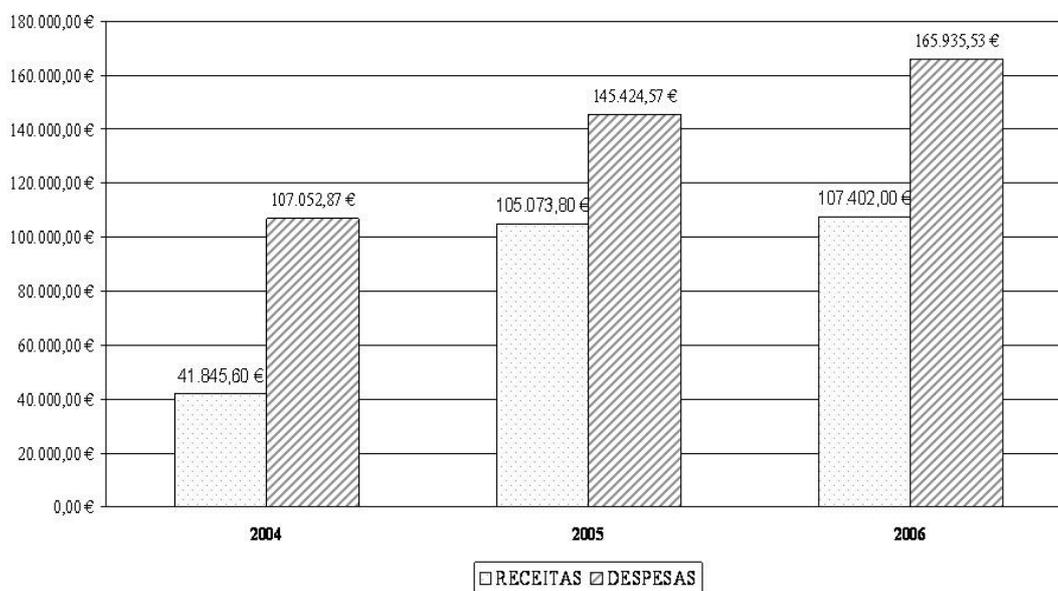
Câmara Municipal de Engenharia
Sector de Planeamento e Informação Geográfica
Data de actualização: (Out 2006)



Evolução da Procura nos Parques Subterrâneos



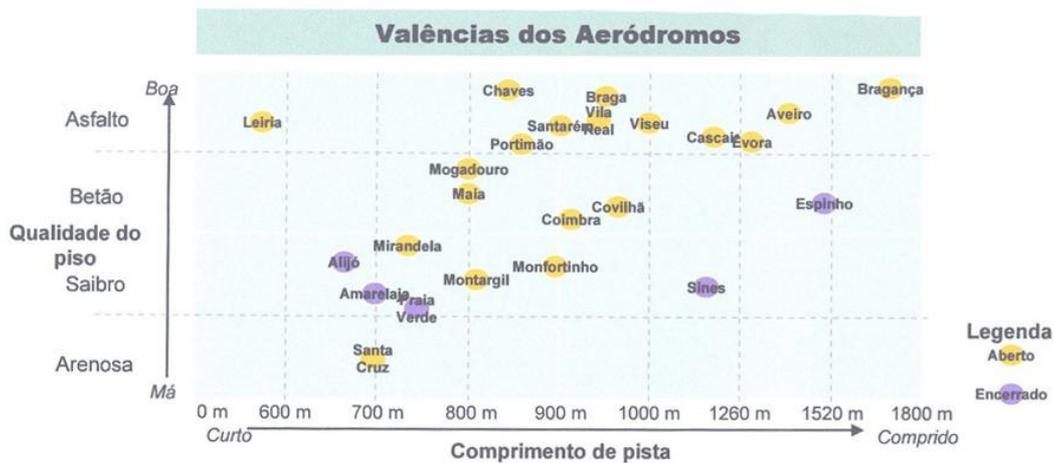
PARQUES DE ESTACIONAMENTO (2004/2006)



.....Também a nível dos transportes aéreos é indicado um gráfico que já conhecem:



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006

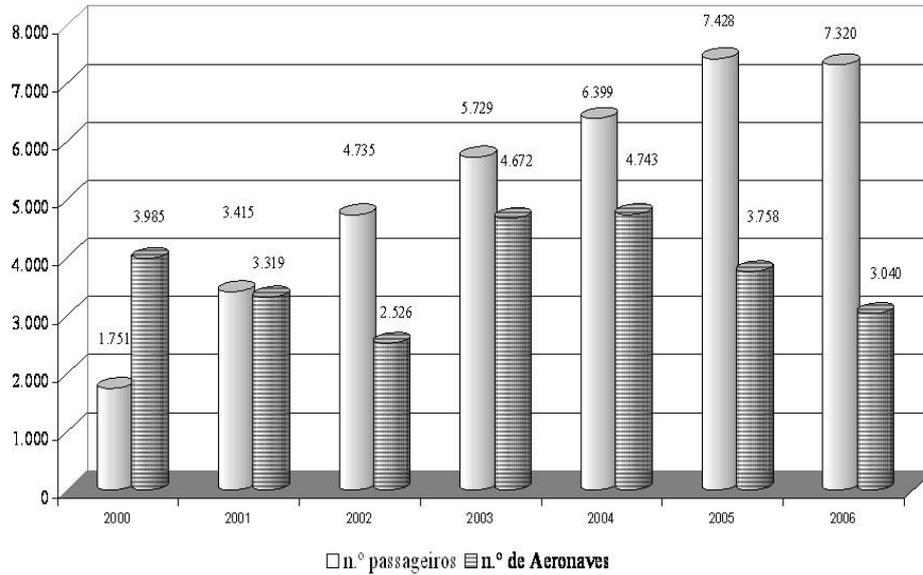
.....Trata-se de um documento que tem como origem o Ministério das Obras Públicas, num estudo que mandou realizar para o sistema aeroportuário nacional, em que o aeródromo de Bragança surge destacado na primeira posição de entre os aeródromos. Pretendemos continuar a investir nesta infra-estrutura, conforme já referi, com os projectos que estão em execução e com os projectos que está previsto vir a executar.

.....De salientar que o crescimento da utilização em termos de passageiros tem sido significativo, em 200 tínhamos 1751 passageiros embarcados e desembarcados, a previsão que temos em 2006 é de 7320, houve uma ligeira interrupção no serviço, a nossa perspectiva era que se ultrapassassem os oito mil, provavelmente não, saliento que será mesmo assim a quinta infra-estrutura aeroportuária no Continente em termos de números de passageiros. Se ultrapassássemos os oito mil poderíamos ultrapassar Cascais e ficar imediatamente a seguir a faro. É pouco, mas o País tem três infra-estruturas principais, o resto não conta quase nesse campeonato, mas o nosso aeródromo tem condições para se afirmar como aeroporto regional, no contexto da ideia de centralidade de Bragança e de construção de um sistema multi-modal. .

..... É esse o desafio que nos obrigará a investimentos significativos num prazo médio, estou a falar do Quadro Comunitário de Apoio até 2013, que irão seguramente mobilizar recursos importantes.



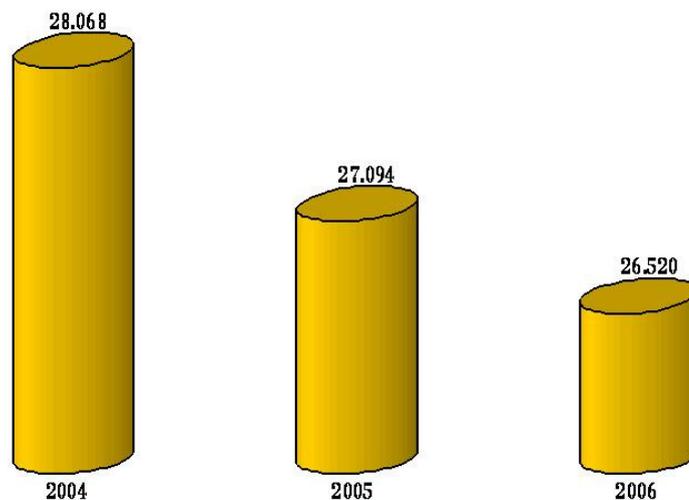
Aeródromo Municipal - Evolução no n.º de Passageiros e Aeronaves (2000-2006)



.....Também na área de turismo alguma informação, o que é que tem acontecido, donde vêm os fluxos turísticos, qual a capacidade hoteleira existente no Concelho e a sua evolução. ...

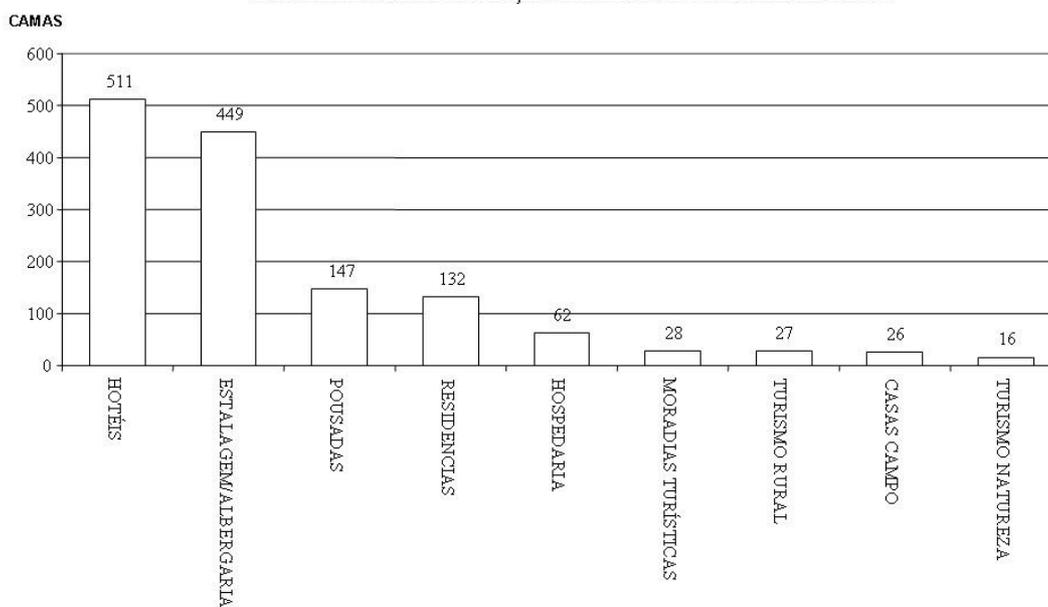


NÚMERO DE TURISTAS

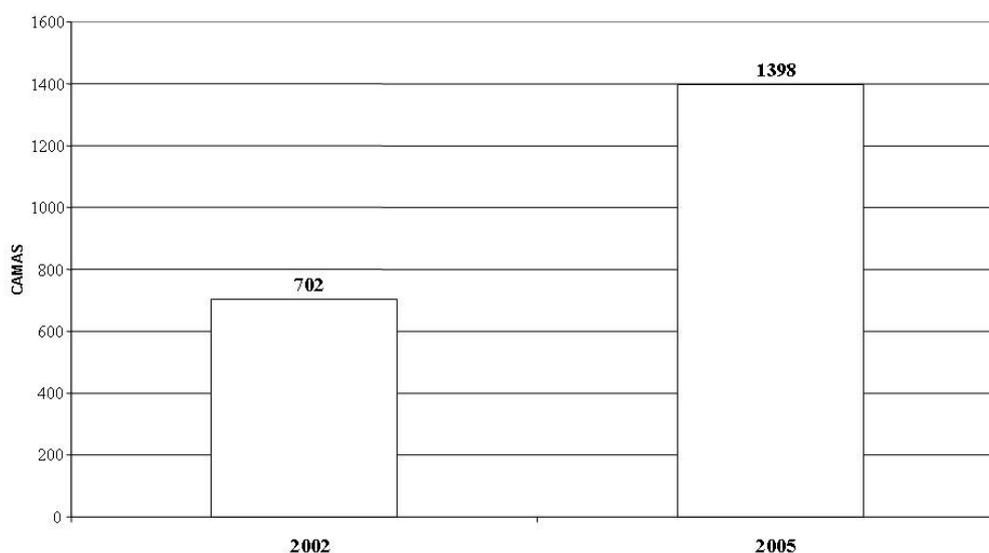




CONCELHO DE BRAGANÇA - CAMAS POR MODALIDADE 2005



CONCELHO DE BRAGANÇA - TOTAL DE CAMAS (UN)



Com os elementos apresentados, dou por concluída a apresentação.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

.....

.....**Presidente da Mesa** - Este ponto como é conhecido, é um dos dois pontos por ano que tem o dobro do tempo para toda a gente, portanto ainda lhe sobram vinte e três minutos ou coisa que o valha para responder às perguntas e aos esclarecimentos que queira dar.

.....Vamos abrir um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos.

.....Senhores membros da Assembleia que queiram inscrever-se para pedidos de esclarecimento?

.....Não há inscrições.....

.....Vamos então abrir as inscrições para intervenções.

.....António Vieira, Martinho do Nascimento, Luís Costa, Luís Vale.

.....Senhor membro da Assembleia António Vieira faça o favor, tenha a palavra.

.....**António Vieira – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

.....“ Senhor Presidente da Mesa da Assembleia

.....Senhores Secretários.....

.....Senhor Presidente da Câmara.....

.....Senhores Vereadores

.....Senhores Presidentes de Junta e Senhores Deputados.....

.....Começa a ser recorrente virmos aqui manifestar a nossa oposição em relação às linhas de orientação do Município. Desde há muito tempo que temos apresentado os fundamentos da nossa discordância e as soluções que, no quadro das nossas orientações programáticas para o concelho, entendermos serem aquelas que melhor respondem aos desafios do futuro. A discussão do Plano e Orçamento é, pois, o momento certo para fazermos as avaliações e as críticas e para afirmarmos a alternativa ao rumo que tem vindo a ser seguido com vista a melhor respondermos aqueles que em nós confiaram o seu voto e nos mandataram para exercermos o dever de os representar reivindicando um futuro melhor para Bragança.....

.....Sr. Presidente e Senhores Deputados

.....Nenhuma terra se desenvolve sem conseguir fixar pessoas como também não é possível fixar população se não forem criadas condições para a promoção de iniciativas promotoras de emprego e particularmente de carácter empresarial. Uma cidade de média dimensão, como muitas vezes o Sr. Presidente gosta de se referir a Bragança, tem de ter massa crítica suficiente para garantir a utilização de um conjunto de equipamentos culturais que, naturalmente, fazem parte do que deve ser uma cidade de média dimensão. Acontece que em Bragança os investimentos promotores de emprego, geradores de valor a partir do aproveitamento do nosso potencial endógeno, conjugados com estímulos que levem a

capacidade inovadora dos mais novos a romper com este ciclo de letargia, não têm passado de intenções como vêm referidas a páginas 83 a 87 do Plano que temos em apreciação. Cumpre hoje às Câmaras, mais do que insistir em obras de fachada e de duvidosa utilidade, encontrar parceiros para desenvolver projectos que sejam geradores de riqueza e que criem oportunidades de emprego. E pergunta-se: o que fez a Câmara, e particularmente o seu presidente, ao longo dos últimos 9 anos de exercício do poder autárquico para estabelecer acordos para potenciar o desenvolvimento do concelho? O que é que mudou na estrutura produtiva do concelho? Produz-se mais energia? Ordenou-se a floresta e aproveitou-se o seu potencial enquanto fonte produtora de energia e de outros recursos? Construíram-se estratégias de mobilização do nosso património histórico e gastronómico para promover o turismo? Desenvolveram-se experiências no domínio do aproveitamento do conhecimento para a criação de novas empresas? A resposta é não. A visão de médio e longo prazo que distingue os políticos não tem infelizmente sido característica da actuação política desta Câmara.

.....Senhor Presidente da Câmara.....

.....Vossa Excelência apresenta-nos um Plano e Orçamento que mais parece um relatório e contas de uma empresa. Refere o crescimento dos activos para aferir o montante do investimento, assinala o endividamento como a coroa de glória de ter feito omeletas com poucos ovos, em suma procura levar a propaganda ao ponto de nos fazer crer que vivemos numa cidade modelo. Com tantos e significativos sucessos seria caso para não termos qualquer receio do futuro. Todavia, a realidade desmente por inteiro essa visão idílica e de fantasia com que Vossa Excelência decora o texto do orçamento e do Plano.

.....Senão vejamos:

.....Se porventura um jovem licenciado quiser instalar-se em Bragança onde tem uma oportunidade de emprego, à excepção das cada vez mais raras oportunidades no sector público?

.....Qual o futuro que aguarda para as empresas municipais do Matadouro e do Mercado e particularmente da primeira, depois daquele jogo de dominó em que se preparava para entregar o Matadouro pelo valor de avaliação contabilístico à pessoa que foi co-responsável na sua perda de valor?.....

.....Apesar do maior ciclo de investimento de que tanto gosta de falar porque é que algumas escolas básicas, como por exemplo a do Campo Redondo se encontram em condições de visível precariedade assim como a resposta para equipar e dotar os Centros Escolares de condições pedagógicas e didácticas para a formação dos mais novos?

.....E quanto ao crescimento da cidade, o que nos diz? Porque é que a parte antiga da cidade está completamente desertificada enquanto nascem novas urbanizações a mais de 4Kms do centro da cidade? É essa a política de economia energética que empurra as pessoas para utilizarem o automóvel todos os dias? Porque é que não houve apoios, através da política

de taxas, para que fosse mais vantajoso reconstruir do que construir de novo? Como é que se preserva o património urbanístico sem pessoas a habitarem as zonas antigas?

.....O que é que a Câmara vai fazer com esse instrumento de política fiscal que lhe permite conceder benefícios em sede de IRS, até a um limite de 3%, para cativar que mais gente se fixe em Bragança? Será que não projecta utilizar esse instrumento como um mecanismo de discriminação positiva?

.....Sem dúvida, vingou um estilo de novo-riquismo e de completa ausência com a reabilitação do património urbanístico construído.....

.....Sr. Presidente da Câmara.....

.....Estes são apenas alguns exemplos daquilo que a nosso ver continua a ir mal no reino do Município. Se é verdade que a discussão do Orçamento deve ter em conta a verificação dos equilíbrios financeiros indispensáveis não é menos verdade que as opções políticas vertidas no Plano são o que aqui nos traz para manifestarmos a nossa apreensão e desacordo.

.....Apreensão porque ao estarmos a entrar no último Quadro Comunitário de Apoio, agora chamado de Referência Estratégica, verificamos que tem sido mal aproveitada uma parte significativa desses fundos. Não julgue que não reconhecemos valor ao Teatro ou ao Centro Cultural. Claro que reconhecemos.....

.....Desacordo porque quando analisamos essas obras verificamos que do dinheiro que lá foi gasto não ficou cá nada: os materiais aplicados não são cá produzidos, as empresas que os construíram não são de cá e no final a obra fica mas não só não gera proveitos como até acarreta custos adicionais. E a política é fazer opções com base em prioridades e, pode crer, a nossa prioridade está primeiro em dar às pessoas boas condições de satisfação e bem-estar material para que o tecido económico-social seja sustentável e se possa reproduzir.

.....Muito obrigado.

.....a) António Vieira”

.....**Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado senhor Deputado.....

.....Senhor Deputado Martinho do Nascimento, faz favor.....

.....**Martinho do Nascimento – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

.....“Senhor Presidente da Mesa

.....Senhores Secretários.....

.....Senhor Presidente da Câmara.....

.....Senhores Vereadores

.....Senhores Membros da Assembleia

.....Antes de mais prevaleci-me da oportunidade para desejar a todos um bom Natal e um bom Ano Novo.....

.....O Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2007, do Município de Bragança, vem temporalmente enquadrado entre dois grandes acontecimentos decisivos em 2007:.....

.....- A nova Lei das Finanças Locais;

.....- O IV Quadro Comunitário de Apoio, designado de Quadro de Referência Estratégico Nacional.....

.....Apesar da influência dos mesmos no instrumento de gestão financeira que hoje nos propomos analisar, não entrarei na sua discussão específica, não deixando porém de entender que, pela sua importância para a população local, mereceriam agendamento próprio neste fórum, não só pela referida importância mas também e sobretudo pela oportunidade da sua discussão e interpeção pela antecipação, nomeadamente do QREN. De facto, quando a competitividade se impõe sobre a cooperação territorial sem que as mesmas coexistam numa perspectiva de convergência não estamos a falar seguramente em políticas de coesão para os próximos seis anos.....

.....Não obstante o bom resultado do III Quadro Comunitário de Apoio ao nível da redução da amplitude das disparidades regionais, persistem ainda graves estrangulamentos estruturais que a evolução da própria economia nacional em contraste com a média europeia não permite reparar.....

.....Esta circunstância é tanto mais importante quanto uma das principais fontes de financiamento de projectos estruturantes para o município é de fundos comunitários.....

.....Cingindo-me então ao ponto do período da ordem do dia em discussão irei pautar esta intervenção em duas abordagens:.....

.....- A análise do orçamento municipal para 2007;.....

.....- A referência ao plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipal para 2007;

.....Este orçamento proposto para 2007 vem, na senda do que o orçamento transacto já se baseava, assente numa perspectiva de contenção, decorrente e em consonância com a evolução da economia nacional.....

.....Acresce também que, para além dos condicionalismos a que atrás aludi, as transferências do poder central têm diminuído no último triénio em termos reais, em contraponto do que se parece ler em termos nominais.....

.....No âmbito do orçamento da receita o crescimento que se pode observar no crescimento das receitas para 2007 — cerca de 3,1% - está enviesado pela componente de fonte de financiamento dos fundos comunitários, por força do encerramento do III QCA em 2007, que ao concluir-se neste ano, avoluma naturalmente o lado da receita pela concentração do ressarcimento financeiro.....

.....Desde logo, um aspecto positivo que tem reflexo em duas vertentes, a legal porque se cumpre o princípio do equilíbrio orçamental dado que se geram os recursos necessários para

cobrir todas as despesas, a material e financeira que permite que o diferencial positivo da receita corrente sobre a despesa corrente financie as despesas de capital, no mesmo valor.

.....Analisando a estrutura da receita do município constata-se uma repartição tripartida de fontes de financiamento, designadamente de receitas próprias, transferências da Administração Central e Apoios Comunitários, reflectindo estas duas últimas fontes externas a dependência da autarquia local face à fraca capacidade económica e dinamismo local para gerar receitas próprias como atestam quantitativamente as verbas e percentagem significativa da dependência — cerca de 65% - e a diminuição das receitas próprias em proporção relativa para 2007.

.....De referir também que, por via da retracção ao consumo e da actividade em baixa da construção civil a nível local, as receitas próprias encontram-se num nível de restrição fruto da evolução, em primeira linha, da economia nacional com repercussão directa regional e consequentemente na arrecadação e geração de recursos financeiros próprios. São jovens que não compram casas, consumidores que poupam por força das circunstâncias difíceis actuais, loteamentos e obras que não eclodem, empreiteiros da construção civil que dispersam geograficamente a sua actividade em procura de novos mercados incluindo o país vizinho.

.....Os impostos directos municipais, nomeadamente o IMI e o IMIT ao manter-se positivamente na geração de receitas próprias não poderão ser contudo o assento estrutural das mesmas como já o referi no passado.

.....Haverá, no meu entender, que equacionar a sustentabilidade futura da autarquia em função dos custos reais e respectivo reflexo nas receitas próprias numa base pura e simplesmente digráfica que equilibra o custo do serviço prestado à receita que o mesmo gera. .

.....O orçamento de receita reparte-se ainda equitativamente entre as receitas correntes e as receitas de capital salientando-se nestas, as transferências de capital não só pelo seu peso relativo mas também pelo incremento para 2007, face a 2006, proveniente de participação comunitária em projectos co-financiados e do encerramento do III QCA.

.....Haverá também que mencionar, pela positiva, que os empréstimos obtidos, têm representado como fonte de financiamento um impacto diminuto deixando antever que, aquém do limite da capacidade de endividamento, valerá a pena reforçar esta fonte de financiamento na proporção que permita maximizar a obtenção de co-financiamentos para projectos estruturantes.....

.....Por outro lado não é aceitável o atraso que se verifica no ressarcimento de participações pela via da burocracia que impera na nossa administração, como também não se compreende a sistemática falta de dotação orçamental em PIDDAC para projectos inscritos e indispensáveis à população local. O futuro próximo nos dirá se o QREN enveredará por uma tendência sistemática que o PIDDAC nos têm habituado — dotar as regiões metropolitanas de Lisboa e Porto em detrimento das regiões mais carenciadas.

.....É aqui que entra a coesão, a solidariedade, a diferenciação positiva. Porque, em termos de gestão, esta autarquia tem maximizado a receita proveniente de fundos comunitários e contratos-programa através de projectos decisivos para os meios rural e urbano. A prová-lo está o facto de, entre 1998 e 2005 ter arrecadado 83% dos fundos recebidos nos últimos 16 anos.

.....Do lado da despesa as verbas inerentes ao funcionamento da actividade do município com vista à prestação de serviços tendentes à satisfação das necessidades da população do concelho, reflectem uma variação positiva de 6,6%, sabendo-se da sua natureza em grande parte composta de custos fixos como são as rubricas de pessoal e aquisição de bens e serviços e que representam cerca de 90% das despesas correntes.

.....As despesas de capital não têm globalmente qualquer variação percentual significativa, realçando-se porém a consolidação e reforço de posições em activos financeiros através de participações detidas pelo município em outras entidades, designadamente Terra Fria Carnes, Lda; MMB, Mercado Municipal de Bragança - EM, Polis S.A. e Sociedade de Aguas de Trás-os-Montes e Alto Douro.....

.....Uma referência breve à Divida Média/Longo Prazo do Município que se prevê a 31-12-2006, seja de € 10.320.767,90 . Ao se prever, face à evolução do serviço da dívida, que a 31-12-2007 aquela se reporte a € 8.772.518,27, tal implica uma redução de 25,5% no último triénio, situação assas confortável para este município.

.....Quanto ao Plano Plurianual de Investimento, o encerramento do III QCA vem determinar, em grande medida, a concentração de recebimentos de fundos comunitários em 2007, assentando também aqui a razão do crescimento da receita para 2007.

.....Como premissa essencial à discussão do PPI, seria desejável numa perspectiva de planeamento estratégico actual, que o Plano Director Municipal e o Plano de Urbanização estivessem concluídos como instrumentos orientadores e balizadores de toda a acção municipal, em geral, e do plano de investimentos, em particular.

.....Contudo, este PPI, é um documento estratégico de apoio à gestão e vem de encontro à satisfação das necessidades sócio-económicas e culturais da população local e de desenvolvimento regional de uma região desfavorecida e periférica.....

.....Como se poderá constatar na repartição das despesas por área funcional, congratulamo-nos que 72% do investimento seja canalizado para funções sociais como a educação, saúde, habitação e cultura, objectivo consonante com a natureza e estrutura da nossa região, constituindo o PPI, um documento estratégico de horizonte móvel de 4 anos que inclui todos os projectos e acções a realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos pelo município e onde esse explicita a respectiva previsão da despesa orçamental a realizar, por investimento, num conjunto de opções que pela sua quantidade e qualidade inegável têm merecido o apoio da população do concelho, permitindo, além da requalificação do concelho a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em termos sócio-culturais e de desenvolvimento económico

quer no mundo urbano quer no mundo rural. Apoiamos naturalmente estas opções, como apoiamos paralelamente o Plano de Actividades Municipal, não só pela relevância das actividades aí contidas mas sobretudo e mais uma vez, pela ênfase que as funções sociais assumem, ao representarem 91,5% de todas as acções do Plano de Actividades Municipal.....

.....Em conclusão, votamos favoravelmente este PPI e Orçamento para 2007, baseados em três premissas essenciais:

.....a) É um PPI de continuidade do investimento e de obras estruturantes nos meios urbano e rural, na senda de um trabalho contínuo de cerca de 9 anos;.....

.....b) É um orçamento para 2007 equilibrado com um superavit de saldo corrente que permite induzir o aumento no investimento;

.....c) É um orçamento para 2007 com uma preocupação premente na contenção da despesa corrente em consonância com a actual situação do país.

.....Disse.

.....Bragança, 15 de Dezembro de 2006

.....Martinho Eduardo Nascimento”

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Costa tem a palavra se faz favor.....

.....**Luís Costa** – Muito boas tardes.

.....O que nos ocorre, é evidente que não sou tão perito como o Dr. Martinho, que me precedeu, fez essa análise tão exaustiva do PPI, portanto nós analisámo-lo mais pelo geral e achamos que o Plano tecnicamente de facto está muito bem elaborado, pelo qual damos os parabéns à Presidência da Câmara, que nos tem vindo a habituando a um progressiva melhoria técnica na apresentação dos Planos e das contas da Câmara, mas temos algumas questões a pôr.

.....Achamos que continuam também, e anos após ano, a não serem definidos os critérios de apoio às associações e colectividades, portanto que as regras no nosso entender deviam ser claras, explícitas, de maneira a que não houvesse críticas que se pudessem fazer quanto à distribuição das verbas e desses apoios às associações e colectividades.

.....Continua também, a par desta, a falta de transparência, na nossa opinião, na distribuição das verbas às Juntas de Freguesia, indo contra o que nós achamos que deve ser o papel precisamente das Juntas de Freguesia, que é saberem com quanto podem contar à partida, em regras claras, para poderem ter assim a sua autonomia financeira e autonomia de acção.

.....Depois passamos à Carta Educativa, em que seriam necessários 1.600.000€ e a DREN, portanto, tanto quanto sabemos, deu só 70.000€, e no orçamento para 2007 entra-se com 944.700€, portanto nós perguntamos para que é que serve a Carta Educativa, senão para se poder programar estrategicamente e se poder exigir de quem de direito esse dinheiro à cabeça. Tanto

que, por exemplo, para o apetrechamento e indo ao encontro de uma das intervenções anteriores, para o apetrechamento do parque escolar, está dotada uma verba de 2.500€, se é que consegui interpretar bem dos mapas. Quer dizer 2.500€ para o apetrechamento e reapetrechamento do parque escolar talvez responda à questão que pôs ali o meu amigo Vieira, porque é que estão em certas condições mais ou menos salubres determinadas escolas.

.....Achamos também que a questão da cultura também continua a ser bastante mal tratada nos orçamentos, ou na previsão de orçamentos, que são apresentados para o próximo ano, com um orçamento de 249.000€ para a cultura, sabendo nós que vamos ter novos encargos, que este dinheiro irá principalmente, penso eu, para a manutenção dos novos espaços que vão abrir e desde já deixo a pergunta, o Museu ou Sótão da Máscara, quando é que abrirá...

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia, só um segundo.....

.....Eu pedia silêncio, está um nosso colega a usar da palavra, e eu assisto a várias conversas cruzadas. Eu pedia de facto silêncio para todos ouvirmos com a devida atenção o que tem para nos dizer.....

.....Faça o favor de continuar.

.....**Luís Costa** – Assim como na página 32, relata-se que foram comprados terrenos para a futura zona industrial de Mós. Tem sido recorrente a alusão a uma zona industrial de Mós, pode ser que eu esteja muito errado mas penso que isto não estará inscrito no PDM, portanto, no PDM que nós consultamos temos informações díspares, que esta zona industrial de Mós não estará incluída no PDM. E está também previsto ser lá construído um parque eco-energético tecnológico.

.....Eu faço lembrar aqui que no Parlamento, o PCP propôs a criação de um Centro Tecnológico e Desenvolvimento Empresarial do Nordeste, sob a coordenação do IPB, estamos a falar de um centro de desenvolvimento e tecnológico, seria natural que fosse-mos buscar a inteligência, se me permitem, aonde ela existe, e temos aqui um pólo universitário que teria, na nossa visão e na nossa lógica, toda a razão de ser sob a coordenação do IPB. Pois essa proposta com um orçamento de quinhentos mil euros, para a construção desse centro tecnológico de desenvolvimento e foi recusada com os votos contra do PS, PSD e CDS. Portanto, achamos agora muito estranho que apareça também agora aqui uma proposta da Câmara para a construção desse pólo, quando os partidos que têm aqui assento nesta Assembleia o recusaram na Assembleia da República.

.....Depois temos uma série de outras coisas, por exemplo para os arranjos da zona histórica não há verbas suficientes inscritas para fazer o que quer que seja, e portanto achamos que as verbas nela inscritas não dão sequer para recuperação de fachadas nem para

nada, e também ao que disse aqui o nosso colega Vieira, que de facto a zona histórica não se vai reabilitar se não pusermos lá gente a viver e se não a pusermos operativa.

.....Portanto, para a cultura, para 2007, não sei se tinha dito, estão inscritos 2. 346€, e depois temos uma série de projectos, chamados projectos prioritários, alguns sabemos o que é, outros não temos a mínima ideia. A Rede ciclável à volta do IPB, nós sabemos o que é, foi proposta até por nós. Depois temos um sistema multi-modal, temos um sistema de hierarquia viária urbana, não sei se foi aquele que uma vez nos foi aqui apresentado, depois nunca mais foi implementado, o que é isto? A criação da agência do desenvolvimento do Nordeste, um Plano para turismo sustentável... Também nos aparecem no Plano as parangonas sem conteúdo, portanto nós ficamos sem saber o que é. Rotas temáticas integradas, o PortaNorte, o parque temático da Trajinha, quanto a isto estão aqui inscritas verbas, outra vez para outro estudo do parque temático da Trajinha, nós perguntamos, então os outros estudos todos que já foram aqui apresentados, para que é que serviram, que resultados é que deram, e voltamos a perguntar quanto é que custaram esses estudos até agora? Quanto é que já se gastou precisamente nesta miragem do parque, a mim já me parece miragem, no parque da Trajinha e se vamos continuar todos os anos a fazer novos estudos e a pagar um balúrdio, possivelmente, por cada estudo, só se eles forem baratos ou saírem de borla.

.....Depois temos um parque para o desenvolvimento da Terra Fria, uma gestão sustentável dos espaços florestais, também não se percebe muito bem o que é que será isto, um plano verde de Bragança, o aproveitamento do potencial eólico, aldeias tecnológicas, eu não sei o que é que é uma aldeia tecnológica, será que finalmente eu vou ter acesso à Internet de alta velocidade em Gimonde? Será que não vou precisar de uma bomba para puxar a água de um furo para alimentar a minha casa e que vai lá chegar a água finalmente? Será este ano? Será isso que se entende por aldeias tecnológicas? Vamos robotizar as pessoas? O que é que vamos fazer.

.....Depois temos a continuidade da agenda 21. Portanto, achamos que isto são... podem ser sonhos, podem ser coisa que nós não ficamos cientes do que é que será cada um destes projectos, entendemos perfeitamente que estamos em tempo de facto de vacas magras, mas contrariamente àquilo que disse o interveniente anterior, a culpa é precisamente dos vossos partidos que fazem a distribuição das verbas lá em cima, as verbas que são inscritas no PIDDAC, etc., portanto é o PSP e o PS que têm vindo precisamente, um dizia que o país estava de tanga, outro agora diz que já nem tanga tem, e o que me parece é que no fim de contas possivelmente andarão todos em tanga, para nos criar estas dificuldades e alimentarem de facto, e nisso estou de acordo com o Senhor Presidente da Câmara, parece que estão a fazer todos os possíveis por termos uma discriminação negativa no que diz respeito sobretudo ao Nordeste Transmontano, e que é um plano muito bem gizado para que deixe de haver gente aqui em Trás-os-Montes.

..... Em conversa no outro dia com umas pessoas, disseram-me, pois, não vês que os espanhóis querem por ali um depósito de lixo radioactivo, ali junto da fronteira? E que o problema é precisamente, são as pessoas que vivem aqui que levantam esse problema, não querem o depósito ali, de maneira que vamos fazer uma política de forma a que as pessoas saiam de lá, para se poderem por se calhar, as lixeiras ali todas à vontade. Digo isto meio por piada, possivelmente não será tão piada assim, mas, de facto este orçamento não é o orçamento que nós possamos estar com ele, é um orçamento que tem a parte cultural mais uma vez bastante “desminuída”, que se volta a falar mais e sobretudo em betão, e era uma altura tão boa, nesta altura, porque termos falta de meios, não seria a altura de facto de fazermos apelo à nossa ingenuidade da nossa cultura e de aprendermos a fazer as coisas, de aproveitarmos esta época de pausa financeira, digamos assim e de retrocesso financeiro, precisamente para apostarmos naquilo que melhor temos que é a nossa cultura, e o nosso turismo, a nossa cidade, a nossa região e vivermos, termos uma qualidade de vida superior à que temos neste momento.....

.....Tenho dito.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale, faz favor.....

.....**Luís Vale – Apresentou, por escrito o seguinte:**

.....Boa tarde a todos.....

.....“Excelentíssimos Senhores:.....

.....Tal como seria de esperar, quase poderíamos repetir hoje, ao falar do ano de 2007 aquilo que dissemos há um ano atrás, quando falávamos de 2006. É que de facto, as novidades e as alterações são poucas e se excluirmos deste documento a agradável retórica e a qualidade da sua apresentação, ficaremos apenas com alguns apontamentos daquilo que este Executivo camarário se propõe fazer.....

.....Muito se discutiu nestes últimos tempos: a questão do financiamento às autarquias, o PIDAC, as restrições ao endividamento das autarquias através do crédito bancário, entre outras. Agora, e muito provavelmente, mais do que nunca, as autarquias terão razão nas denúncias que fazem relativamente a todas estas questões, pois na ânsia de conseguir controlar e reduzir a despesa pública, o governo do PS decidiu que seriam as autarquias locais quem deveria suportar esse ónus e responsabilidade.

..... O Bloco de Esquerda concorda que neste processo foram cometidas algumas injustiças e, nomeadamente, na nossa região, essa distribuição ou atribuição de verbas foi insultuosa.....

.....No caso do nosso concelho, essa transferência por parte da Administração Central até nem foi tão má como noutros concelhos desta região, que viram realmente esse valor reduzido. Mas, mesmo aceitando que tenha havido uma perda, ainda que relativa, e que o valor é

reduzido face às expectativas e necessidades da região e do concelho, com a leitura deste Plano, a nossa opinião alterou-se por completo, pois só podemos considerar que uma verba é reduzida, quando se sente ambição, quando existe uma estratégia, um plano para a cidade e para o concelho, o que manifestamente não acontece, actualmente, com este executivo e com este seu plano de actividades para o próximo ano.

.....E são vários os sinais transmitidos pelo executivo, neste documento, que confirmam a nossa opinião:

.....- Afirmam que dos 80 milhões de euros de fundos comunitários mobilizados desde 1990, 85 % foram obtidos nos últimos nove anos, ou seja, desde que foi eleito este Presidente da Câmara Municipal e que isso permitiu um enorme impulso de modernização e requalificação urbana, pois muito bem, de facto, esta cidade está diferente, não há comparação possível. Mas e o espaço rural!?... Como o encontramos? Diz logo a seguir que se pretende continuar este ciclo, contudo, agora concentrando os recursos de forma mais selectiva... não percebemos!?... Mas e até aqui como foi!?... O que vai mudar!?...

.....- A dívida da autarquia, apesar de inferior se comparada com ciclos anteriores, não deixa de ser significativa. É, portanto, uma Câmara Municipal endividada (e não adianta virem com o discurso das comparações com outras Câmaras Municipais...), mais, admite-se uma estratégia para o futuro que passará, obrigatoriamente, pela recorrência ao crédito e ao financiamento, assim como ao alargamento dos prazos de pagamento, numa atitude clara de despreocupação e desrespeito pelas novas gerações e por aqueles que depois de vós virão... *“quem vier a seguir que feche a porta!...”*

.....- A aposta na formação dos funcionários e colaboradores da Câmara é uma boa aposta, agora apresentar uma redução no quadro do pessoal, ainda que mínima, como forma de controlar e manter o equilíbrio nas despesas é que já não é, de forma alguma, o caminho certo... a despesa não deve ser controlada a custo do despedimento de funcionários e colaboradores, tanto mais que logo depois vão contratar serviços externos, que ao contrário do que afirmam, não são o garante de mais qualidade, de mais emprego ou de maior flexibilidade. Nisso não acreditamos, e vós não podeis fazer prova, pois isso seria passar um atestado de incompetência aos serviços e aos quadros municipais.

.....- A referência que fazem à cooperação com as Juntas de Freguesia, é compulsiva, denota a limitação da vossa vontade política e o limite do vosso interesse em investir no espaço rural e demonstra, igualmente, a falta de empenho e ambição por parte dos autarcas das freguesias, que, como iremos ver mais à frente, quando votarem favoravelmente este plano, estão conformados com o pouco que V. Exa. condescendente lhes vai dando.... Por exemplo, assinalam o apoio à requalificação dos largos nas aldeias... Pois bem, Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: esses novos largos estão para as aldeias, como as rotundas estão para as cidades. Se é essa a vossa ambição para a vossa comunidade!?... Se é

esse o vosso conceito de bem-estar e de desenvolvimento para a vossa freguesia e para o nosso território rural!?

.....Seria já tempo de serem mais exigentes, de serem mais ambiciosos. De procurarem a influencia nos círculos decisórios e do poder. E este é o fórum ideal para exercer tal poder, reivindicar e dar resposta às carências e necessidades das vossas populações. Pena é que não o utilizem. Seria já tempo de alargar o âmbito de intervenção e de responsabilidade das Juntas de Freguesia, elas que são as instituições, por excelência, da proximidade com as populações. Isto sim, seria a atitude certa, a da partilha e da responsabilização, que obrigatoriamente proporcionaria uma maior participação da sociedade nos centros de poder e decisão.

.....- Se é verdade que acreditam que é essencial a participação dos cidadãos na vida da comunidade e no reforço da cidadania activa, deveriam reforçar o apoio às diferentes e várias colectividades do concelho, e quando falamos de apoios, não é suficiente construir recintos desportivos e recreativos, será preciso muito mais, será preciso delinear uma política desportiva, recreativa e cultural para o concelho, à qual todos poderão ter acesso informado.....

.....Mais do que discutir se os valores em causa são suficientes ou não, interessa-nos saber como e onde vão ser gastos... e a diferença reside aqui. É uma questão de escolha, de prioridades. E para este Executivo a prioridade é simples, sem um único projecto de desenvolvimento sustentado para o concelho, tentarão acabar aquilo que foi iniciado, resolverão, ou não, os imbróglios em que se meteram e esperarão pelo final do mandato.

.....Assim não. Não acreditamos, não aceitamos, nem queremos. Aquilo que nós preconizamos é substancialmente diferente. Pressupõe uma outra atitude para com o que é de todos. Como tal, **não votaremos favoravelmente este Plano Plurianual, Plano de Actividades Municipal e Orçamento Municipal para o ano de 2007.**

.....Continuaremos a combater o estereótipo de que as autarquias só podem ter política para rotundas, betonização do espaço urbano e subvenção das muito controversas empresas municipais. Queremos colocar na agenda política municipal como prioridade a implementação de uma nova geração e políticas que privilegiem o social e a qualidade de vida de todos os cidadãos combatendo de forma eficaz e activa todas as formas de exclusão. (sim, em Bragança ainda há exclusões...)

.....Queremos um concelho e uma cidade livres do “império” do betão e das infra-estruturas pesadas, com objectivos claros de coesão social e territorial. Assim como queremos combater o aumento acentuado da pobreza e da vulnerabilidade social, que no nosso contexto local e regional se faz sentir cada vez mais através, dos idosos, dos pensionistas, do desemprego, da toxicodpendência e, mais recentemente, dos imigrantes. Nada disto importa ao nosso executivo, que pouco ou nada diz ou faz... ..

.....Não queremos meros enunciados de intenções de pouco alcance prático. Em termos gerais, deveríamos ter como linhas de força essenciais a apresentação de propostas que:

.....- Favoreçam a participação activa dos cidadãos na definição do que devem ser as prioridades de investimento nos municípios;

.....- Promovam o associativismo nas suas múltiplas formas como meio privilegiado de participação;

.....- Evitem as lógicas meramente assistencialistas quer públicas quer privadas, propondo políticas sociais integradas e articuladas que coloquem no centro as pessoas e as suas necessidades, proporcionando-lhes condições para que criem as suas próprias soluções e projectos alternativos operando a sua própria emancipação;

.....O debate sobre os orçamentos propicia a participação cidadã na definição das prioridades locais. A participação como um recurso inestimável, um verdadeiro capital cívico na formulação das políticas e dos planos, configura um desafio que é fundamental lançar ao poder político fechado sobre os seus próprios interesses, afastado dos anseios das populações e temeroso do debate público e aberto.....

.....Esta é a viragem que urge fazer nos debates sobre Orçamentos e Opções do Plano, assumindo com clareza política que a autarquia tem um papel social relevante e insubstituível a desempenhar no seu território.

.....Obrigado.....

.....a) Luís Vale

.....Bragança, 15 de Dezembro de 2006”

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Carlos Cadavez tem a palavra se faz favor.

.....**Carlos Cadavez** – Boa tarde a todos.....

.....Estive a ouvir com muita atenção o explanar da oposição ao orçamento, e mais uma vez vejo como é muito difícil ser oposição a este Presidente de Câmara.

..... Depois de apresentar tão bem e fundamentar tecnicamente todos os documentos, que aliás é reconhecido pela oposição, mas pensamos todos, opiniões e achegas são importantes e muitas já satisfeitas pelo orçamento, e outras podem ser vistas num futuro muito próximo.

.....Desde 1989 que estou ligado ao Poder Autárquico, directamente como membro da Assembleia Municipal, outras vezes como Vereador no Executivo Camarário, sempre esta Assembleia foi muito exigente nos investimentos de capital, sempre se pautou cada vez pelos investimentos de capital, para minorar um pouco o desnível de desenvolvimento com o litoral, já que os investimentos estruturantes dos Governos para esta região, são sempre investimentos que andam a passo de caracol, mas talvez os Governos tenham alguma razão, se a Região for um enclave de difícil acesso, como alguns até advogam, resta a flora e a fauna naturais no estado selvagem, e depois o Governo cria uma taxa para visitar esta região, inclusive os Transmontanos como espécie rara em vias de extinção.

..... Este Presidente de Câmara ainda bem que foi eleito e tomou posse na altura exacta em que os fundos comunitários nos estavam a passar ao lado, aproveitou muito bem os montantes financeiros arrecadados, e lutou e luta para sermos apreciados localmente por quem nos visita, e também sermos ouvidos nas Instâncias de Governo. Sei que o Senhor Presidente tem vistas, como dizem os Transmontanos, vistas largas, e já na contestação com outros Municípios sobre a Região de Turismo e aquilo que nos querem fazer, que é esquecer este património que é Trás os Montes, e sem perdermos a história e o portuguesismo de vários séculos, penso que devemos caminhar cada vez mais para o outro lado da fronteira, porque, não tenho dúvida, que os possíveis investimentos e o desenvolvimento para Trás os montes e Alto Douro será cada vez maior.

.....Senhor Presidente deve continuar a ser igual a si próprio, continuar a fazer os Planos Plurianuais de Investimento e os Orçamentos ambiciosos, e possíveis, como este foi feito, e como até agora, porque Bragança e as suas aldeias só têm a ganhar com a aprovação destes documentos.

.....Tenho dito.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Henrique Ferreira, tem a palavra.

.....**Henrique Ferreira** – Excelentíssima Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, caras Deputadas, caros Deputados e Presidentes de Junta, cara Jornalista, única representante da Comunicação Social, a todos muito boa tarde.....

..... E neste caso começo a minha intervenção por dizer “Bem Vindos ao Clube dos Cucos!” Isto é, daqueles que julgam arborar-se nos maiores e a quem afinal um bocadinho de humildade iria muito melhor e um bocadinho de razoabilidade na discussão e tratamento dos seus problemas, iria também muito melhor.

.....Excelentíssimos Senhores Deputados, pareceu-me que não podia atender ao pedido da Direcção do meu Grupo Parlamentar, a Direcção do meu Grupo Parlamentar pediu-me para fazer um epigrama contra este Plano de Actividades e Orçamento, e eu acho que só posso fazer o epílogo, isto é, acabar com ele. E acabar com ele porquê? Por uma razão muito simples, pela primeira vez tive a sensação de que se estava a discutir não um documento político, mas sim um documento administrativo e para um Plano de Actividades e Orçamento pareceu-me relativamente mau, e é nesse sentido que eu digo que o melhor é fazer-lhe um epílogo e transformá-lo num documento político, deixando de ser um documento administrativo.

..... Achei interessante, aliás, os Senhores deputados que suportam a Câmara Municipal do PSD, já de manhã fizeram um epigrama contra o Poder Central, aliás, fazemos sempre, quando é o PSD é o PSD, quando é o PS é o PS, fazemos sempre um epigrama contra os

poderes centrais, como acabou de dizer o Senhor Deputado Carlos Cadavez. O problema é que neste ataque cerrado ao Poder Central e à Lei das Finanças locais, o orçamento contradiz-se a si próprio, isto é, afinal são os maus que tratam tão mal o poder local, e no final as transferências do poder central para o poder local aumentam quase quinhentos mil contos, ou seja, aumentam o maior número que alguma vez aumentaram! São esses malvados do poder central que tratam assim as autarquias, e que no final ao contrário do que está escrito aumentam desta forma as transferências do FEF e do Fundo Municipal para a autarquia local. Aliás, é verdade... ó Senhor deputado, o Senhor leia os números que estão aí escritos como transferências do Poder Central e depois confrontará com os números do ano anterior, e depois verá o aumento. Não estou a falar de cor.....
..... Um outro aspecto da maldade do poder central, são uns mauzões, mas basta ver a página 19 e o quadro 9 do Plano de Actividades e Orçamento, para se perceber que foram os mauzões dos Governos Socialistas quem deu mais dinheiro em fundos comunitários às Autarquias e nomeadamente à autarquia Municipal Bragançana.

.....

.....**Henrique Ferreira** - Em fundos comunitários. Mas não só, Senhor Deputado, já que falou no assunto, vamos ao caso, e o caso é que entre 1996 e 2006, como sabe a inflação foi de 56%, e, as transferências para os Municípios aumentaram de 291 milhões de contos para 560 milhões de contos. Faça as contas e veja o aumento, e veja o que as autarquias ganharam.

.....E por isso termino este epigrama à Assembleia Municipal, não é escrito por isso não é epigrama, mas tomem-no como tal, dizendo-lhes, um bocadinho mais de tento nos nossos discursos, porque afinal, repetindo as palavras do Senhor Deputado Carlos Cadavez, talvez muita da culpa do estado em que estamos seja nossa, talvez nós não tenhamos ainda ajudado os poderes centrais, tanto do PS como do PSD, a rentabilizar os dinheiros que eles nos têm dado..

.....E mais uma vez, chamo a vossa atenção para o facto de que, muitos dos investimentos que se fizeram em Bragança não têm condições para ter o retorno económico devido, ainda que haja alguns, que obviamente estejam a ser muito bem rentabilizados. Esta a primeira parte.

.....Uma segunda parte, há medida que o documento administrativo melhora, a sua substância piora. E então, por exemplo, é o caso das receitas correntes. Este Município já foi excelente, nessa altura realcei-o aqui, este Município já conseguiu uma rácio de 23% de despesa corrente e de 77% de despesa de capital. Isso foi em 1999 ou 2000, tanto quanto me recordo. De então para cá tem vindo a piorar sistematicamente. E neste momento, as coisas estão em 47/53%, ou seja, está quase a coisa a cair para o meio, pelo meio, e depois também

não entendo isto, também não entendo que tendo sido a inflação entre 90 e 2006 de 106%, as despesas correntes tenham aumentado 130%... Também não entendo isto...Portanto em termos de gestão há aqui alguma coisa que está profundamente errada, quando já estive muito bem, e portanto o Município terá que inverter o seu passo, que este Município já fez com excelência, já foi a melhor Câmara no Distrito, nessa dimensão de análise, e por isso tem que voltar a sê-lo! Porque eu também estou interessado em que venha a sê-lo, porque isso é sinal de que ela tem um bom desempenho que está a perder...Eu sei porque é que está a perder...obviamente, sei porque houve algumas despesas em matéria cultural, que também é útil em termos turísticos e em termos de desenvolvimento cultural, que neste momento estão a absorver grande parte do dinheiro, mas também há muita despesa supérflua ao nível da vida camarária que é necessário racionalizar, e a Câmara aí pode fazer muito bem.

..... Por exemplo, não vejo porque razão o mauzão do Estado Central, não sou propriamente um defensor do Estado Central, mas acho que é necessário começarmos a inverter um pouco a retórica, não vejo porque é que o mauzão do Estado Central há-de reduzir as despesas de pessoal em 2% e a Câmara Municipal há-de aumentá-las em 3,8% como está aqui neste documento, a menos que esteja errado.....

..... Bom e portanto não percebo como é que este ano a Câmara só transfere quatrocentos mil contos de receitas de capital e as respectivas depois despesas de capital.

.....Dívida - Senhor Presidente da Câmara, isto é insuportável. O Senhor pode dever três milhões de contos de dívida a médio/prazo, o que não pode é dever novecentos mil contos a curto prazo. Isto está para lá dos quatro meses de racionalização financeira e de margem de pagamento que a Câmara deve ter. Novecentos mil contos ultrapassa isso tudo. Portanto este ano, o ano de dois mil e sete tem que fazer esse esforço de racionalização para baixar para um máximo de quinhentos mil contos de dívida a médio prazo. Porque o Senhor com novecentos mil contos não consegue pagar a menos de seis meses. E isto em termos de um tecido económico débil é grave.

.....**Henrique Ferreira** - O problema é que são de dentro, o problema é que o Senhor vai à conta e vê lá que são as de dentro, porque as de fora vão recebendo, o problema é esse.

.....Outra coisa Senhor Presidente, eu gostaria de ver aqui o discurso da verdade, quais são os encargos assumidos com entidades públicas e particulares que não estão aqui orçamentadas na dívida, mas que existem. Portanto há aqui um encapotamento da dívida.

.....E agora vamos a questões de estratégia. Senhor Presidente da Câmara, aqui há uns anos falei-lhe que era necessário aumentar a mobilidade interna da Cidade, nomeadamente da Zona Histórica para a zona nascente. Não só isso não foi feito, como foi prejudicada

gravemente a mobilidade interna na zona histórica, com a saída do parque de estacionamento da Praça Camões para baixo, em vez de ser para cima.

..... É um constrangimento enorme de quem vem à zona histórica, que tenha que dar uma volta enorme para sair pela zona sul e nascente da cidade. Isso tem que ser resolvido a médio/prazo. Portanto se neste orçamento não está previsto, preveja-se nos próximos orçamentos, porque temos aqui um constrangimento que não só impede os investimentos na zona nascente/sudeste e nordeste, mas também impede que as pessoas demandem e procurem a zona histórica da cidade.

..... A experiência a esse respeito também disse que a Avenida do Sabor, ou se quiser a Avenida Cidade de Zamora, Avenida 1,º de Maio, já não sei como é que se chama, é uma das três, se calhar se lhe chamar Avenida do Sabor todos entendemos, portanto o melhor será continuar a chamar-lhe esse nome, é incrível como é que a Avenida do Sabor vai repetir os erros da Rua Combatentes da Grande Guerra e da Rua Abílio Beça, uma Avenida que era larga, onde havia uma enorme mobilidade de todos, peões, hoje está limitada, vai ser limitada a uma viela nos dois sentidos, que não pode ser... não pode ser.

..... Senhor Presidente da Assembleia, quando estiver pronta e por lá passar, depois falaremos os dois, eu recordar-me-ei. Não me interessa a teoria, interessam-me os factos. A mim a teoria interessa-me pouco. Sendo da sociologia não dou valor nenhum à teoria. Este um aspecto da mobilidade no interior da cidade.

..... Em relação ao resto concordo, em relação às outras vias estruturantes obviamente tenho de lhes dar o meu apoio.

..... Estando nós a dois anos de eleições autárquicas, presumo que o PSD já não queira voltar a ganhar a Câmara Municipal... a evidência desse desiderato é óbvia face à insignificância de investimentos a assumir a partir de 2007. Tirando o investimento da Quinta da Trajinha e as vias de comunicação referidas, obviamente nada temos aqui de significativo, e para 2007 as obras a iniciar representam 9% das obras já iniciadas.

..... Agora há um aspecto muito mais grave em termos de estratégia, as Câmaras Municipais não fazem mais porque não querem, não me venham cá com o discurso do dinheiro... Não me venham cá com o discurso das competências... porque as Câmaras Municipais que querem fazer, fazem, transformam-se em líderes de actuação conjunta de Instituições e está na altura desta Câmara, como Câmara de Capital de Distrito, apostar nesse papel, e designadamente por as instituições a trabalhar no sentido da indicação de áreas a investir, de processos de constituição de micro empresas, de constituição de gabinetes de apoio à constituição dessas micro empresas, de gabinetes de apoio ao estudo de áreas locais de interesse no investimento, e isso as Câmaras Municipais podem fazê-lo e algumas têm-no feito. E por isso, há aqui, se não é uma demissão de questões de estratégia no desenvolvimento, é pelo menos uma não intervenção que pode ser provocada por incapacidade técnica interna, ou até por envolvimento noutras áreas que não deixam tempo para pensar esta dimensão.

.....Tenho mais duas críticas, e que são estas, tal como não admito que o Estado Central não se tenha dotado a si próprio de uma rácio de relação/despesas correntes/despesas de investimento, como dotou as autarquias, e foi isso que fez com que 70% das autarquias locais não estejam aí hoje na falência, foi o facto de o Poder Central em setenta e sete pela mão do Dr. Mário Soares, ter dito, “não, os Senhores só podem gastar até 60% em despesas correntes e têm que gastar até 40% em despesas de capital”, mas o Estado Também se devia ter dotado disso, porque se tivesse dotado disso não estávamos hoje na situação em que estamos, e os sacrifícios que hoje o Estado está a pedir aos Portugueses obviamente tem que ser repartidos por todos. Por isso não me venham cá com o discurso contra as Finanças Locais! Porque as Finanças Locais têm pela primeira vez uma grande virtualidade, é delegarem nos Municípios a possibilidade de mexerem com o imposto do IRS para protegerem investimentos locais, e quando toca a sermos nós a intervir nessa área, ai não queremos, que seja o Estado porque isso dá chatice...isso causa incómodos... isso causa problemas políticos... é chato.... Valha-me Deus!!! Quer dizer, se queremos o mel também temos que querer algum fel, e temos que ter também alguma noção de que temos que dar um contributo para os problemas do País, para a resolução dos problemas do País.

.....Não há nesta Câmara Municipal, como não há no Estado um fundo de catástrofes. Isto é inadmissível, tanto em termos de Estado, como das Câmaras.....

..... E portanto, quando falamos de protecção social, temos de estar precavidos contra um desastre qualquer que possa surgir. Claro que todos pensam imediatamente como eu, num possível terramoto em Lisboa, e quero ver depois o que será do futuro do País se houver um terramoto em Lisboa, e para onde serão canalizados os investimentos na ausência de um fundo de catástrofes... ..

.....

.....**Henrique Ferreira** – ó! Senhor Presidente de Junta, eu não lhe desejo que aconteça em Rebordãos, nem em Bragança.....

.....

.....**Henrique Ferreira** - Já aconteceu uma vez e veja qual foi o seu azar.....

.....Portanto, para terminar, um elogio, tenho consciência de que há um esforço sério na educação e no parque escolar, agora atenção, que vamos ter mais organização nessa área. Pelos relatos que me vão chegando, vamos ter mais organização.....

..... Ainda ontem por exemplo, numa manhã fria como a de ontem, pelas nove da manhã, as crianças dos Jardins de Infância e Primárias deslocaram-se das suas escolas para o Pavilhão Municipal, e do Pavilhão Municipal foram obrigadas a ser deslocadas, também a pé, para o

Teatro Municipal. Quer dizer, não pode ser! Vamos lá ver, isto é apenas um exemplo, tem que haver maior organização, há um investimento sério, há um esforço sério, tem que haver maior organização nesta área.....

.....Finalmente para terminar, uma lacuna, vêm aí tempos difíceis, a crise em Portugal não está a acabar, nem acabará quando o Orçamento estiver apenas nos dois por cento de défice. O problema Português é um problema estrutural, não é um problema conjuntural. É um problema estrutural, sério, de capacidade de investimento, de capacidade de organização, capacidade de gestão, capacidade de liderança, além disso os desafios à escala global são enormes. Não pensem que o problema Português se vai resolver financeiramente. Provavelmente o problema é financeiro, até se vai resolver. Não se vai resolver é o outro problema.....

..... A pobreza está a aumentar claramente, e portanto, a Câmara Municipal tem que constituir um Gabinete para Coordenação do Apoio à Pobreza. Há hoje em Bragança, felizmente, desde a Cruz Vermelha a outras instituições, organizações a apoiar a pobreza, mas isso tem que ser coordenado, isso compete à Câmara Municipal, criar um Gabinete de Coordenação desse Apoio, porque os tempos vão ser difíceis.....

.....E por aqui termino, muito obrigado pela vossa atenção e peço desculpa também pelo tempo que demorei,

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado pela sua intervenção.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires.

.....Eu chamava só a atenção de que são quatro e vinte e faltam-nos vários pontos da Agenda para tratar e todos eles importantes.

.....Tem a palavra.

.....**Luís Pires** – Muito boa tarde a todos mais uma vez.....

.....Nunca tive grande facilidade em lidar com números, e então quando eles são muito grandes, mais ainda, e na altura do escudo já tinha dificuldade, agora que se transformaram em Euros mais ainda, e então pedi ao meu colega Henrique e ao Vieira que fizessem a análise mais técnica da questão do Orçamento. Estas coisas de não sei quantos milhões de contos confundem-me muito, agora eu garanto-vos que eu não sabia que tinha pedido ao Henrique para fazer um epigrama. Aprendi alguma coisa aqui, isso não sabia mas obrigado. Já agora aproveito também para felicitar a intervenção do Henrique que acho que foi excelente.

.....Meus Senhores, encontramos-nos na presença de meio quilo de papel, onde estão vertidas as principais linhas orientadoras da acção do Executivo para o ano de 2007.

..... Desde logo uma palavra de reprovação no momento em que as questões de preservação ambiental se encontram na ordem do dia, desagrada-nos profundamente que este

documento se apresente com sento e setenta e cinco páginas, quando poderia ser pelo menos reduzido a metade.....

..... A propalada preocupação ambiental de eco cidade do Executivo, não sai do papel, antes, esvai-se em papel. Assim, talvez consiga fazer passar a imagem de que se pretende fazer algo pela dimensão. São por vezes estes pormenores que deixam transparecer a verdadeira natureza ou intenções políticas e de quem as define.....

..... Meus Senhores, e permita-me Senhor Presidente da Câmara que o expresse nestes moldes, este é um orçamento à Engenheiro Jorge Nunes.....

..... Passo a explicar, o que é positivo e que é passível de plasmar no documento é da obra e graça do Executivo, as maleitas, o que está mal, é do Governo.....

..... Este é claramente um orçamento amorfo, limitando-se a encaixar financeiramente as obras já realizadas ou em fase de conclusão, em função do término do actual Quadro Comunitário. Temo-lo afirmado, e reiteramo-lo de novo, as políticas são suas, Senhor Presidente, o orçamento é seu, os proveitos ou as desavenças serão também imputadas a si. Já agora, depois de ler atentamente isto, esclareça-nos se este é um orçamento para os Brigantinos ou apenas para aqueles que, de entre a população Brigantina votou no PSD. É que as alusões feitas na documentação indiciam aqui alguma confusão, nomeadamente numa declaração de voto do Senhor Arquitecto Nuno Cristóvão, portanto, apenas esta pequena súmula daquilo que é o nosso entendimento relativamente a este orçamento, que como temos reiterado é uma obra, aliás uma ferramenta política, e como as políticas mais uma vez são do Senhor Presidente, nós não vamos branqueá-las isso é obvio.....

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor membro da Assembleia.....

..... Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sé, Paulo Xavier.

.....**Paulo Xavier** - Senhor Presidente da Assembleia Municipal

.....Senhores Secretários da Mesa.....

..... Senhor Presidente da Câmara Municipal

.....Senhoras e Senhores Vereadores.....

.....Senhores Presidentes de Junta.....

.....Deputados Municipais.....

..... Há bocadinho estava ai a Comunicação Social.

..... Aos Jovens ali atrás, a todos muito boa tarde.....

..... Ora bem, nós tivemos aqui momentos negros, com quadros negros e eu diria, anunciadores até de mau tempo. Mas também ficamos aqui a saber que já temos candidato à Camara Municipal de Bragança, do Partido Socialista, anunciou aqui a sua candidatura aqui o

nosso amigo Dr. Ferreira e como tal, foi um bom lançamento, teve muita gente, portanto, é sempre bom, não batemos palmas porque não podíamos, mas essa afirmação foi ótima.....

.....Agora, quanto à leitura do Plano, eu penso que os Municípios do nosso Concelho votaram claramente no Partido Social Democrata e pelo trabalho que realizou, e no trabalho que este plano, e está aqui consignado que, na minha óptica, na óptica da Freguesia da Sé, é um bom Plano. E vamos votar a favor, renovando a confiança por diversas coisas que aqui eu vou passar a citar.

.....Mas antes eu queria falar ali com o nosso amigo do Bloco de Esquerda, quando falou dos Presidentes de Junta, eu próprio não me revejo no seu discurso, e que penso que os quarenta e nove Presidentes de Junta não se revêm também nesse seu discurso. Aliás seria passar, eu já não quero dizer aqui uma palavra feia, a esse seu discurso quando fala dos Presidentes de Junta. Eu claramente que não me revejo. Olhe que os Presidentes de Junta fazem milhares de coisas, coisas que muitas vezes ao cidadão normal não lhe passa pela cabeça, mas fazem-no, e estes quarenta e nove garantidamente que fazem isso. Portanto esse discurso não é um discurso que sirva para aqui.

.....Referia-me também outra vez ao nosso Dr. Ferreira, e candidato, por acaso não há dúvida nenhuma que o Executivo teve anos de excelência, claro! E foi por essa excelência que ganhou como ganhou, e nas últimas eleições foi, digamos, uma vitória que dificilmente neste próximos anos poderá acontecer. Temos todos a consciência. Pelo bom trabalho, pelo bom desempenho, pelo bom planeamento, e este plano é efectivamente o bom planeamento que está aqui.

.....Outra nota, as crianças ontem estiveram em ambiente quente, um ambiente bonito.....

.....

.....**Paulo Xavier** - Não... daqui à Praça da sé a pé, até é salutar... portanto, por amor de Deus, não vamos nós andar aqui com os meninos sempre ali de carro e autocarro e comboio... não, do campo Redondo ao pavilhão faz-lhe muito bem o passeio mesmo no frio, não há problemas nenhuns. Lá dentro estava calor, um ambiente de grande requinte.....

.....Senhor Presidente da Câmara, dizia eu há pouco...

.....**Presidente da Mesa** - Senhores Presidentes de Junta e demais membros da Assembleia, eu peço a vossa atenção porque há um orador que está no uso da palavra, e com certeza que se estivessem no uso da palavra não gostavam de estar a ser interrompidos com apartes.....

.....Queira fazer o favor de continuar.

.....**Paulo Xavier** - Obrigado Senhor Presidente.

.....Estava eu a dizer, e na continuação do meu raciocínio, que merece o voto a favor e o renovar da confiança, porque a cidade de Bragança continua na senda do Progresso, e da modernidade. Este, para mim, e ao contrário do que foi aqui dito, é um plano ganhador para o futuro, o PSD claramente com este Plano, e se for bem trabalhado, e se conseguir chegar a 2009 com este Plano realizado, claramente que é um Partido ganhador, não ponho a mínima dúvida.

.....E diria eu, Senhor Presidente, temos aqui algumas notas muito positivas, o jardim do Bairro da Coxa, dou-lhe os meus parabéns, falta aqui uma notinha, eu acho que também com pouco se poderiam requalificar algumas zonas da Braguinha, da Rica Fé e João de Brito. Findo isto, a nossa Cidade claramente que é capital de Distrito.

.....Os espaços verdes, já aqui nomeou, a quantidade exorbitante por metro quadrado, e com mais esses três bairros seria de facto uma grande intervenção e a mudança radical da nossa Cidade.....

.....Depois, com muito regozijo, vejo aqui a pavimentação dos nossos Bairros. Independentemente de nos faltar aqui uma nota, pelo menos uma artéria do Bairro Novo da Providência, a Fonte Arcada, é um quilómetro, e a ligação da Coxa ao Campo Redondo, por pouco também não se colmatava aqui, digamos, a grande capitalidade. Porque há pouco tempo, há bem pouco tempo, dizia-mos que Mirandela estava-nos a ultrapassar, e esse tempo era o tempo em que o Partido Socialista estava na Governação, e quando agora os nossos Municípios chegam ao pé de nós a reivindicar a repavimentação, de facto, e pese então, que há oito anos e qualquer coisa começou o grande desenvolvimento e que nessa altura os nossos bairros periféricos estavam em terra batida, em lama, não havia passeios absolutamente nenhuns, e eu, tenho que falar ali com o meu amigo e deputado, por quem eu nutro simpatia, pelo líder da bancada do Partido Socialista, nutro simpatia, e como tanto, permitam-me dizer, o seu discurso de manhã, eu não me revia assim, aquele saudosismo, eu diria quase doentio, faz-me lembrar aquela cantiga – “a velha casinha” que *ta, ri, ra, ra, ra, ra, ra, ra...* era exactamente isso... ..

.....**Presidente da Mesa** - Eu sei quão apreciados são os seus dotes musicais e vocais mas não vamos hoje ter o prazer de os apreciar. E também o senhor membro da Assembleia Luís Pires não vai dar-nos o prazer de replicar a eles. De maneira que eu pedia-lhe para terminar a sua intervenção ou prossegui-la dentro do tempo possível, para passarmos a um novo ponto desta ordem de trabalhos.....

.....**Paulo Xavier** – Eu já vou acabar. Obrigado senhor Presidente.

.....Eu falei nesses termos e cantarolei por uma simples razão.

.....Feira das Cantarinhas – Eu recordo com saudade, mas agora os tempos são outros, a vida é outra, mudam-se os tempos mudam-se as vontades. Isto é perfeitamente normal.

.....Se me disserem assim: não gostou daquela intervenção que poderia levar isto, levar aquilo, é legítimo, é normal, e isso é a vida de todos nós, gostamos ou não gostamos. Agora, falar do saudosismo, digamos, quase radical, a bem da Praça da Sé, os velhos Claustros, tudo muito bem mas tudo tem o seu tempo.....

.....Eu, nesta minha vida em Bragança, desde que nasci até agora, já vi mudar a Praça da Sé quatro vezes. A esta confere-lhe outro espaço de modernidade. Bem, de facto, pode dizer que não gosta disto ou daquilo, é legítimo, se calhar eu também não.....

.....Agora, é indiscutível a beleza nesta modificação no seu todo porque cumpriu um aspecto de modernidade.

.....Eu sei que também é muito chato para quem esteve na governação durante oito anos, que não se passava nada, não se fazia nada. Foram oito anos perdidos. Aliás os tais fundos comunitários, não havia, o orçamento não aumentava porque não havia.

..... O Executivo sempre mostrou trabalho, dedicação. E é esta a grande causa que está aqui neste Plano. Agora, eu só tenho que me regozijar porque vejo aqui inscrito no Plano as grandes intervenções como a Avenida Humberto Delgado, a ligação das duas Rotundas; a reconversão da Avenida João da Cruz, oxalá que seja bem requalificada, que seja um bom projecto, bem estruturado e que fica praticamente o centro todo modificado, depois poderemos pedir se gosta deste pormenor ou não, agora, indiscutivelmente que este é um PPI para três anos que o PSD terá toda a legitimidade de vir a defender porque é um Plano ganhador.

.....Disse.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

.....Eu perguntava ao senhor Presidente da Câmara se vê necessidade ou tem conveniência em ainda usar da palavra. Tem tempo disponível, se não for absolutamente indispensável, cinco minutos.....

.....**Presidente da Câmara** - Muito obrigado senhor Presidente.....

.....Este Plano de Actividades e Orçamento que é apresentado para dois mil e sete está inserido na lógica do Plano Plurianual conforme é referido e envolve o período de dois mil e seis, dois mil e nove. O ano de dois mil e sete está marcado por alguns traços bem evidentes...

.....Consolidar – Consolidar equipamentos, infra-estruturas, participações em empresas, organizar projectos, estruturar intervenções, conquistar parcerias para o próximo Quadro Comunitário de Apoio.

.....Essa é a nossa estratégia presente no âmbito do Plano que é apresentado. De uma forma clara e numa visão óbvia de afirmar Bragança no sistema urbano regional e nacional. Políticas nas quais as vertentes de cooperação transfronteiriça ganham e deverão ganhar cada vez maior dimensão.

.....A nossa cidade e o nosso Concelho afirmam-se hoje, ao contrário daquilo que alguns deputados referem, e compreende-se, enfim, a Assembleia Municipal é o órgão político por excelência do Município, mas afirmam-se pela modernidade urbana, por uma trajetória forte, clara e inequívoca de consolidação do património e de valorização do Centro Histórico, como não há memória na nossa cidade, nosso Município e não há espaço para um trabalho idêntico nas próximas décadas.

.....A construção de equipamentos na área da Cultural, na área desportiva, na área da economia, a evolução da economia. Bragança evoluiu, de entre as capitais de Distrito, em termos de índice de poder de compra per capita, da décima sétima para a décima primeira posição, em seis anos. Isso é o fruto do esforço dos cidadãos, das instituições, qualquer que seja a sua natureza, e do Município.

.....Essa é uma realidade inegável e isso é um percurso de afirmação, é um percurso positivo, e sendo positivo também, apesar de termos necessariamente que reconhecer erros também devemos ter a capacidade e orgulho de afirmar e valorizar aquilo que é positivo porque senão somos nós próprios, permanentemente, a dizer mal uns dos outros dizendo mal de nós próprios. Isso não leva a lado nenhum.

.....Queria referir que no âmbito do aproveitamento de fundos comunitários, referiu o senhor Deputado Martinho, que a Administração Central, nos últimos dezasseis anos, mobilizou oitenta e seis por cento da totalidade dos fundos comunitários. De facto é uma situação e é um número impressionante. Não é por acaso que a coesão, no país, está mais frágil em determinados aspectos, do que estava.

..... O próximo Quadro Estratégico de Referência Nacional naturalmente que pode conduzir a um maior afastamento ainda, entre regiões mais dinâmicas, com mais população, mais economia, de regiões mais frágeis. É inquestionável que a orientação privilegia a competitividade subalternizando, em parte, a coesão. Isso é assumido por razões estratégicas para o País, isso não favorece as regiões do interior e não favorece especialmente se não houver estratégia de trabalho em rede, concertação.....

.....E nessa perspectiva eu irei falar, dizer qual é o nosso trabalho, não estamos parados.

.....Mas antes disso, o Senhor Deputado Henrique Ferreira referiu que tivemos um ano, noventa e nove, com um excelente rácio. Despesa corrente/despesa de capital, vinte e três por cento. Uma situação verdadeiramente única, foi em dois mil e três. Mas isso não é a regra, nem corresponde à média dos municípios, nem dos pequenos municípios nem dos médios municípios, nem dos grandes municípios. Quem conhecer a realidade Municipal tem que perceber que este rácio se situa em ter uma despesa corrente para lá dos cinquenta por cento, em média, pela natureza e pelas funções que os municípios desenvolvem.....

.....Nós conseguimos esse rácio pelo facto de ter mobilizado fundos comunitários, nos últimos anos, como... não há memória também, os quadros comunitários não são tão longos como isso, mas mobilizámos de facto, muito.....

.....Quero ler-vos, eu já vos apresentei aqui mas vou referenciar novamente, em dezasseis anos tivemos o investimento de duzentos e vinte e seis vírgula quatro milhões de euros. O Município fez um esforço financeiro de capitais próprios muito grande para conseguir mobilizar valores muito elevados de apoios comunitários conforme já hoje os apresentámos num quadro.Mas comparando em dois mil e três os dados divulgados pela “MarqueTexte” relativo aos concelhos portugueses no período mil novecentos e noventa e cinco/dois mil e cinco, verificámos que no ano de dois mil e três, só, em termos absolutos, Braga, Barcelos, Guimarães, Maia, Porto e Vila Nova de Gaia, seis municípios, investiram mais do que Bragança. E quando fazemos a análise de investimento per capita verificamos que Bragança, realizou, nesse ano, um investimento de seiscentos e noventa e oito vírgula cinco euros/habitante, seguido imediatamente do Município de Braga com quatrocentos e setenta e oito euros. Ou seja, se tivermos capacidade no actual Quadro Comunitário e no anterior, teremos também capacidade no próximo Quadro Comunitário de Apoio se aos municípios for dado espaço para poderem avançar com os seus projectos, refiro, na lógica que está definida e traçada, da selectividade e competitividade, nós também temos capacidade de agir nesse terreno e percebemos que é necessário fazê-lo.E nesse âmbito preparamos para no âmbito do Eixo Atlântico, como se referiu. O senhor deputado referiu um conjunto, uma listagem de projectos, extensa, que vem da organização da Agenda 21.Não faria sentido estar a falar mais do que aquilo que é dito na explicitação do Plano de Actividades, mas no âmbito da Agenda 21 aquilo que nós preparamos e pensamos ser necessário e a Câmara de Bragança apresentou uma proposta para esse efeito, numa Assembleia onde se reúnem as dezoito cidades, no seguinte sentido: avançar com plano estratégico no âmbito do Eixo Atlântico ao qual deve estar associado um plano de acção que permita ao Eixo Atlântico contratualizar directamente a utilização de fundos comunitários para projectos que estejam inseridos nesse plano de acção.Foi a nossa proposta para o Eixo Atlântico, que pensamos venha a ser, e foi assumida pelos municípios presentes, e pensamos poder ser um bom instrumento de financiamento aos projectos do Município.Estamos, no âmbito da NUT 3, a preparar um plano estratégico de intervenção, quando digo estamos, estão os municípios da NUT 3, e o Município de Bragança que tem a responsabilidade de presidir à Associação de Municípios da Terra Fria, liderou, junto da CCRN, a apresentação de uma candidatura à qual estão associadas mais três associações de municípios para desenvolver esse plano conjunto para que todos os municípios possam articular estratégias, identificar as prioridades de acção e a concertação necessária relativamente aos projectos mais relevantes em termos de desenvolvimento regional para que os municípios consigam aceder a fundos comunitários suficientes.

.....Também no âmbito do Plano Regional do Ordenamento do Território para - Zona Norte-Portugal, não nos temos demitido de apresentar os nossos projectos. Diria, final de dois mil e seis e ano de dois mil e sete são também anos importantes sob o ponto de vista da estruturação e da preparação de intervenções que consideramos ser estratégicas e que se enquadram, sem reserva, no âmbito dos princípios de escolha dos próximos projectos no próximo Quadro Comunitário de Apoio, ou seja, concentração e selectividade.

.....Fazemos uma aposta clara e inequívoca nesse âmbito. Obriga-nos a fazer escolhas, a abdicar de alguns projectos, favorecendo projectos com capacidade elegível.

.....Destacar o papel das freguesias, naturalmente às quais a Câmara Municipal dedica o melhor apoio possível em termos financeiros e em termos técnicos, sabendo-se que as limitações são também significativas, sabendo que o quadro em que trabalhamos é um quadro de alguma limitação, contenção e de escolha ao nível das opções que é necessário fazer.

.....Ainda assim, deixem-me que valorize o trabalho que as Juntas de Freguesia têm feito, continuam a fazer, de uma forma verdadeiramente notável. Seria mais difícil governar o País se as Juntas de Freguesia não tivessem a capacidade de trabalho face a pequenas políticas de proximidade junto dos nossos concidadãos.

.....Por isso destacava e queria valorizar a inteligência e o papel das Juntas de Freguesia ao contrário daqueles que eventualmente olham para as Juntas de Freguesia como pessoas passivas, como órgãos de poder sem representatividade e sem qualidades.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado senhor Presidente.

.....Senhoras e senhores membros da Assembleia, temos perante nós, para deliberação, o Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Actividades Municipal e Orçamento Municipal para o ano de 2007.....

.....No dia vinte e dois de Novembro próximo passado, o Executivo Municipal aprovou por maioria estes documentos e deliberou, por unanimidade, que fossem submetidos à aprovação da Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos da alínea b) do N.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, alterada pela Lei 5A de 2002 de 11 de Janeiro.

.....Nestes termos somos chamados a votar em conjunto sobre o Plano Plurianual Municipal e Orçamento Municipal para o ano de dois mil e sete.....

.....Informam-se que estão na sala oitenta membros da Assembleia com capacidade votante, o que, mais que preenche o quórum necessário.

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e sete votos a favor, treze votos contra e zero abstenções, estando momentaneamente oitenta membros presentes.** -----

.....**Presidente da Mesa** - Senhores membros da Assembleia , inscrições para declarações de voto ?.....

.....Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alfaião, senhor João, queira fazer o favor de se dirigir ao microfone para a sua declaração de voto.

.....Seguir-se-á o senhor membro da Assembleia Luís Pires em representação do Partido Socialista.

.....**João Rodrigues** – Muito boa tarde a todos.

.....Votei favoravelmente o PPI e o Plano de Actividades para dois mil e sete porque eu sou um cidadão, desde há nove anos, atento, vivo aqui nesta terra com os pés bem assentes no chão, falo com muita gente, gente que vem de fora, gente que não vem há muito tempo à nossa Terra e essa gente é ela própria a testemunhar o desenvolvimento que se tem vivido na nossa Terra e a qualidade de vida que aqui se tem criado desde há nove anos a esta parte.

.....É evidente que, há uma máxima que diz assim “quanto mais sei mais sei que nada sei”. .

.....Eu poderia transportá-la para outra situação e dizer assim “ quanto mais tenho mais quero ter, quanto mais necessidades satisfeitas mais quero ter”. Será, digamos que é essa a posição das pessoas que vêm aqui e queriam mais. Mas há pessoas que não estão nesta linha, não gostam, não querem e são cegos, porque toda a gente vê.....

.....Disse-se aqui, há bocadinho, que... nós também gostamos, eu também gosto, do Teatro e do Centro Cultural. E há aqui um contra censo, as pessoas que diziam isso aqui há uns tempos chamavam a isso elefantes brancos. É a minha sensibilidade e é essa sensibilidade que eu colhi para votar a favor. E tenho que dizer porquê. Estranho mesmo isso.

.....Portanto senhor Presidente e Executivo Municipal, parabéns, continuem, esta terra não pode parar, o senhor não é sensível a isso.

.....Fico também escandalizado quando um membro da Assembleia vem aqui e chama a um Plano de Actividades um monte de papel. Isso é um desrespeito para com a Assembleia . .

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente eu pedia-lhe o favor de se suster naquilo que diz respeito às razões porque se foi a sua votação foi no sentido que foi. É evidente que um ou outro aparte lateral em nada prejudica essa demonstração mas não pode haver sobretudo uma apreciação relativamente à atitude de outros votantes relativamente àquela que nós próprios tomamos. De maneira que pedia-lhe o favor de reconduzir a sua declaração a estes termos que acabo de lhe dizer. Muito obrigado.

.....**João Rodrigues** – Mas, senhor Presidente, se me permite, há aqui uma outra questão que me revolta, que não ficaria satisfeito comigo próprio se porventura não a denunciasse, que é a intervenção do senhor deputado do Bloco de Esquerda.

.....Para mim, foi um atestado de menoridade que me passou. Eu queria perguntar ao senhor quantas freguesias já visitou para avaliar o trabalho que efectivamente tem sido desenvolvido pelos Presidentes de Junta que estão a fazer, nesta altura, de tostões milhões, estão a fazer uma autentica reprodução do pão. Eu aconselho o senhor, se não tem tempo, se

calhar passa os fins de semana fora, se não tem tempo, faça o favor de ir visitar as nossas aldeias e ver o trabalho que efectivamente se tem feito.....

.....Muito obrigado e peço desculpa por me ultrapassar.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado pela sua declaração.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Pires faça o favor.....

.....**Luís Pires** – Muito boa tarde a todos. Eu sei que esta quadra é pré Natalícia e tem que haver muito boa vontade e as pessoas têm que estar aqui com espírito de abertura mas há coisas que são difíceis de também incorporar ao nosso pensamento positivo. E chamar cegos às pessoa é algo que eu não acho positivo e todas as intervenções que eu tenho feito nesta Assembleia são sempre feitas com alguma alegoria por trás mas que denotam respeito por todos os membros desta Assembleia , não houve uma única vez em que eu faltasse ao respeito com alguém nesta Assembleia

.....Portanto vinque-se isto e registre-se.

.....Ainda para mais há outra coisa importante, eu tenho muito respeito por toda a gente ainda para mais por aqueles senhores deputados que são mais velhos do que eu. Portanto exijo reciprocidade.

.....Desculpe senhor Presidente, vou então concluir.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia vou interrompe-lo porque aquilo que o senhor está a fazer, porventura com alguma justificação, é uma defesa da honra. O senhor pediu a palavra para fazer uma declaração relativamente ao voto que produziu. E peço-lhe o favor, embora entenda as razões que o levaram a fazer este de desabafo... ..

.....**Luís Pires** - Entenda-o como um desabafo.

.....**Presidente da Mesa** – E vamos todos entende-lo como um desabafo e como um compartilhar de sentimentos que ao fim e ao cabo todos compartilhamos, eu peço-lhe e sei que compreende o meu pedido, que reconduza também a sua declaração à declaração de voto relativamente ao voto que praticou. Muito obrigado.

.....**Luís Pires** – O Partido Socialista, mais uma vez, votou contra este Orçamento porque como temos vindo a dizer ao longo dos últimos orçamentos, esta é uma ferramenta essencialmente política, é uma ferramenta que sustenta as directrizes que a Câmara seguiu para cumprir o seu mandato. Como essas directrizes não são as nossas, o programa eleitoral apresentado foi outro nós não podemos sustentar este orçamento. Este é o motivo fundamental que nos leva a votar contra.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado pela sua intervenção.

.....Eu penso que acalmados os ânimos e estamos todos a caminhar cada vez mais para o fim da sessão e para as vésperas dos natais, vamos passar ao

----- PONTO 4.2.2 – MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA E.M – AQUISIÇÃO DE QUOTA À SIMAB.-----

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. -----

-----I – CERTIDÃO -----

----- MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da reunião extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte de Novembro do ano de dois mil e seis, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng. Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:.....

----- **“MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.M. – AQUISIÇÃO DE QUOTA À SIMAB:.....**

----- Pelo Sr. Presidente foi dado conhecimento da deliberação do Conselho de Administração do Mercado Municipal de Bragança, E.M., realizado no dia 14 de Novembro de 2006, relativamente à aquisição de participação da SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A., na Empresa Mercado Municipal de Bragança, E.M., pela Câmara Municipal de Bragança, que de acordo com o Relatório de Avaliação apresentado pela Revisora Oficial de Contas, conclui que a participação da SIMAB tem o valor de 24.027,82 €, correspondendo a 7.000 acções, ao preço unitário de 3,4325 €.....

----- Após análise e discussão e, considerando:

----- 1. Considerando que a parceria realizada com a SIMAB- Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A , teve como objectivo a construção do Mercado Municipal, recorrendo a apoios comunitários, através do Ministério da Economia, Programa Específico Orientado para o Apoio aos Mercados Abastecedores e Mercados de Interesse Relevante, e que à SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A, foi atribuída a missão de promover nesse âmbito a melhoria do abastecimento público e que o objectivo foi concretizado;

----- 2. Considerando a vontade expressa da SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A, após a conclusão da construção do Mercado Municipal, de progressivamente sair da empresa, tal como aconteceu em outros mercados em que idêntica parceria foi concretizada, por a empresa e a tutela considerarem ter o objectivo sido cumprido; .

----- Foi deliberado, com cinco votos a favor dos Srs., Presidente e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Nuno Armando Cristóvão, Dr.ª. Maria de Fátima Fernandes e Dr.ª. Isabel Maria Lopes e duas abstenções, dos Srs. Vereadores Dr.ª. Maria Idalina Alves de

Brito e Francisco Manuel Gonçalves, adquirir a participação da Empresa SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A., na Empresa Mercado Municipal de Bragança, E.M., pelo valor de 24.027,82 €, correspondendo a 7.000 acções ao preço unitário de 3,4325 €, conforme estudo de avaliação da Revisora Oficial de Contas.

----- **Os Srs. Vereadores que se abstiveram ditaram para a Acta o seguinte:**

----- Abstemo-nos.....

----- Esta abstenção, é relativa à aquisição de quotas à SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S .A.

----- Prevendo-se que fique esta Autarquia com a totalidade do capital do Mercado Municipal de Bragança, E.M., interessa saber agora:

Qual o Plano Estratégico para a rentabilização desta empresa municipal por parte da Autarquia?

----- **O Sr. Presidente solicitou a intervenção do Sr. Vice-Presidente, Engº. Rui Caseiro, nesta matéria.**

----- O Mercado Municipal é um espaço de superior qualidade construtiva e com elevadas condições de conforto para os operadores. As diferentes valências que comporta o mercado tradicional, Feira dos Produtos da Terra, mercado grossista e galeria comercial, faz do MMB um mercado de referência no contexto Nacional dos Mercados Municipais.....

----- De salientar a entrada em funcionamento, em breve, de uma agência bancária, associada à recente ocupação de um bom espaço de restauração, que seguramente criarão maior dinamismo ao Mercado Municipal.....

----- A nível financeiro devo referir a crescente tendência para o equilíbrio na exploração corrente, não esquecendo, obviamente, que existe um empréstimo bancário, contraído aquando da construção e por isso, destinado exclusivamente a investimento e não a despesas de gestão corrente.

----- Por outro lado é importante ter presente que o Mercado Municipal assume uma função social, importante, desconhecendo nós a existência de Mercados Municipais que apresentam lucros. Assim o MMB, pelos resultados financeiros que apresenta, é seguramente um exemplo a seguir.”.....

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 21 de Novembro de 2006.....

-----a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA EM – DOSSIER DE AVALIAÇÃO – OUTUBRO DE 2006

.....**Presidente da Mesa** – Eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara se quer apresentar ou pedir a alguém que apresente este ponto.

.....**Presidente da Câmara** – A proposta apresentada pela Câmara Municipal aos senhores deputados vai no sentido da aquisição das sete mil acções de que a SIMAB, a Sociedade Instaladora Mercados Abastecedores é detentora na Empresa Mercado Municipal EM.

..... Foi distribuído o relatório da Sociedade Revisores Oficiais de Contas dando indicação de qual o valor unitário de cada acção e por essa via o valor de aquisição que foi proposto à SIMAB. A SIMAB respondeu favoravelmente à aceitação do valor proposto.

.....Era intenção da Câmara, como vos tinha referido, durante o ano de dois mil e seis, proceder à aquisição da totalidade das acções da Sociedade Instaladora Mercados Abastecedores, ficando a Câmara com a totalidade do capital social. Seguindo, de resto, a orientação que esteve presente desde a construção desse equipamento.....

..... A Sociedade Instaladora Mercados Abastecedores foi um parceiro para a construção no sentido de facilitar o acesso a apoios comunitários para a concretização do projecto através do Programa Operacional da Economia. Se esta figura não fosse desenvolvida a Câmara não teria acesso a apoios para construção deste equipamento o que dificultaria, como é do vosso conhecimento, a construção de um Mercado moderno, de referência e que cumpre de forma inequívoca um papel relevante e importante sob o ponto de vista da nossa economia, e sendo um equipamento, em termos de arquitectura, com qualidade conforme foi referido já por importantes figuras públicas.....

.....Queria só salientar que, e dar-vos-emos conta, no momento oportuno, na apresentação da Conta de Gerência, que o equilíbrio das contas do Mercado vai no bom sentido, antecipando de algum modo alguns valores que estavam previstos no Plano Financeiro aquando da construção.....

.....Actualmente no Mercado há cento e sessenta postos de trabalho, que é relevante, são cento e cinquenta e quatro postos de trabalho dos operadores e mais seis funcionários da Empresa. Portanto estamos, neste momento, com cento e sessenta postos de trabalho criados nesse equipamento. Não tem nada a ver a situação do Mercado Municipal actual que é sob o ponto de vista do edifício em si, do investimento que foi feito, cinco vírgula cinco milhões de euros, da actividade que está instalada, do perfil da actividade e dos postos de trabalho existentes agora com aquilo que existia anteriormente.....

.....A proposta da Câmara é clara nesse sentido, a SIMAB cumpriu o seu papel, cumpriu a sua missão, terminou a presença da SIMAB no Mercado Municipal conforme a vontade dessa mesma empresa manifestada e referida no momento da constituição da parceria.

.....**Presidente da Mesa** – Eu perguntava aos senhores membros da Assembleia se há pedidos de esclarecimentos? Não sendo esse o caso, perguntava se alguém quer intervir sobre esta matéria? Senhor membro da Assembleia Luís Pires faça o favor.....

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia está inscrito, senhor membro da Assembleia Luís Vale está também inscrito, senhores membros da Assembleia Amândio Gomes e Bruno Veloso estão também inscritos.....

.....**Luís Pires** – Mais uma vez boa tarde, eu registo as palavras do senhor Presidente e a sua preocupação com a SIMAB quando a nossa preocupação é com os munícipes de Bragança e não com a empresa SIMAB.....

.....A nossa preocupação é essencialmente com o objecto do Mercado Municipal e não com a parte financeira do Mercado Municipal.....

.....Estava eu sentado à mesa do café, absorto nos meus pensamentos e tentando encontrar um ponto de ligação entre o antigo Mercado Municipal e o conceito a que hoje se dá o mesmo nome mas que de facto não o é e não sei bem porque mas nos meandros dos meus pensamentos entrecruzaram-se duas palavras: embuste e ilusão.....

.....Tentei então dissecar cada uma delas, perscrutando no seu âmago as eventuais ligações com o tema em causa.....

.....o embuste é uma tentativa de enganar um grupo de pessoas fazendo-as acreditar que algo falso é real, por exemplo, que um local com discotecas, supermercados, Cybercentro, Call Center, restaurantes e lojas tradicionais é um Mercado Municipal e se calhar vistas bem as coisas e como estamos no século XXI talvez daí até seja. À noite na discoteca até há trajes espaciais e seres parecidos com marcianos, se calhar poderá ir por aí.....

.....Neste conceito existe frequentemente algum objecto material ou conceito envolvido com aquilo que é realmente uma, chamemos-lhe falsificação. Todavia é possível perpetrar o embuste através de afirmações verdadeiras usando palavreado ou pouco usual ou fora do contexto.....

.....Contrariamente à fraude ou ao conto do vigário e que são perpetrados de obter ganhos materiais e financeiros ilícitos, que não é o caso, um embuste tem contornos distintos e é frequentemente levado a cabo como engano, para causar constrangimento ou para orientar sensibilidades sociais. Muitos embustes são realizados motivando a credibilidade do público e dos média no intuito de auxiliar os seus autores a concretizar metas encapotadas.....

.....Por exemplo, temos dois centros comerciais em Bragança, um, encapado sob a forma de Mercado Municipal mas que não ousa porque não se assume. E outro, explicito, mas porque oriundo de uma linhagem pouco nobre, também não ousa. No fundo não temos nada....

.....Ou seja, embuste poderá ser ligado ao engano, tipo vender gato por lebre ou então escondendo as verdadeiras intenções de um acto. Já ilusão é algo distinto. Ilusão. Ouvimos no

nosso dia a dia esta palavra utilizada numa inusitada variedade de situações, percepções e significados.....

.....A ilusão tem origem no latim “ ilusiona” que significa, mais uma vez, enganar. Nesta situação a ilusão não trás nada de bom, ela engana-nos. Ou será que trás? Será que o facto de nos enganarmos e desta forma procurarmos os nossos objectivos é afinal algo de bom?

.....Então será ilusão uma representação auto adequada da realidade que nos rodeia? Possibilitando a definição de pressupostos manipulados para atingirmos um determinado fim eliminando algumas das reais dificuldades? Será que é uma meta? Será que afinal quando o senhor Presidente dizia aos Brigantinos que iriam ter um Mercado, que de facto não o seria, os estava a preparar para um assalto conceptual positivo?

..... Referem os estudiosos que a ilusão é por vezes uma forma de colorir a vida, tentando melhorá-la conforme os nossos desejos, neste caso, nossos, os do senhor Presidente.

.....Segundo Nitz a função primordial da ilusão consiste em proteger o homem do desespero ou do vazio da própria existência. Sabendo-se que os nossos impulsos são muitas vezes condicionados pela ilusão de atingir um determinado objectivo, podemos então entender que passamos a vida iludidos uma vez que pragmaticamente procuramos atingir metas ou objectivos. Afinal o engano é bom, é salutar, desde que contribua para a evolução.

.....Será que afinal ter algo que não é mas que se chama Mercado Municipal é afinal uma forma de fazer evoluir? Provavelmente à data eu não estaria preparado para este conceito, mas aquilo que eu tenho não foi aquilo que me foi prometido, ainda que os números e os saldos dêem um extracto claramente positivo.

.....Assuma-se de uma vez. O embuste era uma ilusão e de facto hoje não temos o que a ilusão nos perspectivou o que iríamos ter.....

.....Por exemplo, em Braga assumiram “Mercado Cultural” e deu resultado, porque havia conceito, verdade e empenhamento. Agora, temos contas que tendencialmente poderão ser positivas ainda que à margem do orçamento da Câmara mas que na realidade não deu aos Brigantinos aquilo que eles queriam, precisavam e lhes foi prometido, que é o Mercado Municipal.

.....Senhor Presidente, esta obra é uma obra que degenerou, não é aquilo que o senhor pensava. E degenerou porque ao longo do percurso o senhor foi vendo que as coisas não deviam ser como então tinha pensado. Mas assumo-o claramente.

.....O Mercado escondeu o défice da SIMAB e agora quando as coisas estiverem saldadas volta à base e fica tudo bem. Mas não temos Mercado.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Lídio Correia faça o favor.

.....**Lídio Correia** – Eu penso que sobre o Mercado estará praticamente tudo dito. O senhor Presidente da Câmara tem reiterado a sua ideia, e anunciado e publicitado a sua ideia permanentemente de que temos um Mercado Municipal e nós CDU nomeadamente, reiteradamente temos dito que não temos e efectivamente não temos.

.....Temos uma coisa que não sabemos muito bem se é um Centro Comercial que vende produtos da Terra, às vezes, se é um centro que vende produtos da Terra, às vezes, e tem associado umas lojas como as dos centros comerciais. E, por exemplo, para nós, penso que será de começarmos a equacionar ou saber o que fazemos àquela eira que até é bonita em termos estéticos até gosto, que substituiu o antigo Mercado Municipal.....

.....E sabermos, por exemplo, se efectivamente não seria de começarmos a pensar de fazer regressar ali algumas das actividades que até desapareceram com a ida para o Mercado Municipal, até no sentido de fazer com que aquela zona comece de novo a ganhar alguma vida porque aquilo efectivamente mete pena. Antigamente metia pena à noite mas hoje mete pena durante o dia como mete pena à noite e não sabemos muito bem o que é que está ali. E repito, esteticamente até penso que é algo que é bonito e acho que Bragança até ganhou alguma coisa em termos estéticos com aquilo. Agora, que não serve para nada, não.

.....Depois falou-se aqui, e o senhor Presidente veio-nos dizer que tinha cento e sessenta postos de trabalho no Mercado.....

.....Eu, por acaso, ali, a brincar, perguntava – destes, quantos são os porteiros de boíte destes postos de trabalho ? Quantos são os permanentes, se estamos a falar do quê.....

.....Os outros mercados municipais, pelo menos aqueles... eu não sou muito viajado, já cheguei ali a Alcanices e já não é mau, mas de todas as formas quer dizer que todos os outros mercados pelo menos que eu conheço, a nível do País, têm vida, têm movimento, têm efectivamente as pessoas para quem normalmente foram feitos, quer para comprar e para vender, estão lá.

.....Eu vou por força da minha vida actual, por causa dos meus filhos, eu vou com muita frequência, hoje, a Coimbra. Eu vejo aquele Mercado Municipal cheio de gente, cheio de produtos da Terra, de pessoas que vendem coisas, que trazem coisas, que têm condições para.....

.....Aqui, pergunto – porque é que não vejo ali aquilo? E há uma pergunta que nós temos que fazer. O senhor Presidente diz que o equilíbrio das contas vai no bom sentido. Mas, em que sentido é que vai? Gostaria que efectivamente concretizasse.

.....Em segundo lugar, há algum estudo que nos revele qual foi o impacto para a economia local, de facto, a construção do Mercado? E qual é o impacto que isso teve na agricultura e nos nossos agricultores do Concelho?

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Vale.....

.....**Luís Vale – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

..... “Ora cá estamos nós, meus senhores, a dedicar o nosso tempo, por vezes, curto com mais um projecto que desde sempre, da sua idealização e construção, transmitiu à população do concelho um certo desconforto e muitas incertezas.

.....Com certeza, na época, tudo isso e muito mais terá sido discutido aqui e ao longo destes poucos anos de existência aquilo que todos, ou melhor, muitos suspeitavam de início, manifestou-se como triste realidade. **O Mercado Municipal não serve os propósitos para os quais foi construído.**

.....Qual foi a percentagem de operadores do antigo mercado municipal, que se transferiram para este, denominado de mercado tradicional? Quais foram as vantagens para os produtores de produtos locais e regionais!? Que incremento sofreu a economia local?... Muito pouco concerteza, se comparado com as então prometidas maravilhas desta alavanca do desenvolvimento local e regional.

.....Compreendemos que muitos se sintam obrigados a defender a sua dama: argumentarão com a grandiosidade e a qualidade da construção, assim como com a excelência do equipamento. Afinal, serão os demais uns injustos e mal agradecidos, pois desbaratam aquilo que grande esforço e dedicação custaram a alguns outros. No entanto, é o próprio documento apresentado a confirmar e a legitimar as nossas palavras. Desde sempre demonstram resultados negativos, o que reflecte o insucesso deste espaço que nunca conseguiu ser uma referência no comércio regional, sequer local.

.....Senhor Presidente, corrija-me p.f. se estiver enganado, mas se a memória não me falha, um dos argumentos por si, então, utilizados para justificar a deslocação da feira municipal para as imediações do Mercado Municipal era a de promover este espaço, criando novos hábitos nos consumidores e dinâmicas de circulação e de permanência nestes espaços, que se pretendiam vividos. Sr. Presidente, por acaso, já visitou o denominado “*mercado tradicional*” numa manhã em que ocorra a feira no exterior?... É que nada do que fora esperado acontece... muitos dos pontos de venda estão fechados e, praticamente ninguém circula nesta área... e segundo nos foi dito, muitos dos operadores preferem ir vender para o exterior... ..

.....Senhor Presidente, ao relembrar o que era o antigo Mercado Municipal no coração da cidade e ao compará-lo com o actual, descontextualizado e deslocalizado, parece-me conveniente e apropriado utilizar o conceito de não-lugares de Marc Augé, para descrever por oposição o antigo e o novo, aquele enquanto lugar vivido e sentido, experimentado e carregado de significados, em que cada pormenor representava uma experiência ou uma história de vida e o actual, como não-lugar, catedral do efémero, esvaziado de sentidos e despido de significados, igual a tantos outros não-lugares, como são, todas as grandes superfícies comerciais. Perdeu Bragança, perdemos todos.

.....Senhor Presidente, já deu, também, para perceber que gosta de fundamentar as suas opções políticas e de gestão com a apresentação de estudos e pareceres técnicos, logo, este teria sido um excelente momento para nos presentear com um estudo de opinião acerca do verdadeiro estado e imagem deste empreendimento. Bem sabemos que não precisa de sair à rua para medir a sua popularidade junto dos Bragançanos, mas seria interessante e, quiçá, um excelente instrumento de trabalho para a administração do Mercado Municipal conhecer aquilo que os vendedores e operadores, assim como a população em geral, frequentadores e não frequentadores, pensam, gostam, não gostam e as expectativas relativas a este equipamento.

.....Hoje, atendendo à sua realidade, empiricamente perceptível e àquilo que nos é dado a conhecer pelo texto, é perfeitamente compreensível que a SIMAB SA não esteja interessada em manter-se como sócia num projecto falhado e sem boas perspectivas de futuro – Claro é que para vós, obrigados, enganam-se com o argumento de que essa não será a vocação de tal empresa, que a sua missão se cingiu à construção e à cativação de apoios para essa construção e agora já não faz sentido permanecerem...etc, etc.....

.....Assim, neste momento certo é que a Câmara Municipal assumirá a responsabilidade pelos 100 % do capital da empresa municipal, e quanto a isso não temos reservas. Aquilo que nos preocupa, tal como preocupa a grande parte dos aqui presentes e à população em geral, é o futuro do equipamento. Qual é a estratégia, qual o projecto, qual o rumo a dar para conseguir inverter este manifesto insucesso empresarial!?... Terá já este equipamento conseguido colaborar para a melhoria do abastecimento público, tal como é afirmado pelo executivo camarário? De forma alguma.....

.....Porque estamos, já, habituados a uma forma de agir que se vai repetindo na gestão dos equipamentos municipais, por antecipação, reafirmamos o nosso desacordo com as eternas soluções, que passam inevitavelmente pela incessante injeção nestas sociedades de erários públicos.

.....Meus senhores e minhas senhoras, pelos vistos iremos passar os quatro anos deste mandato e as várias Assembleias que hão-de vir, a repetir: *“Este é mais um exemplo, tal como são os Parques de Estacionamento, ou o Matadouro Municipal, de má gestão dos dinheiros públicos”*. Todos estes equipamentos são relativamente recentes e estão no estado em que estão. Gostaríamos de acreditar que a situação nunca será pior, mas infelizmente, tememos que outros casos se seguirão. Sei que o que vou dizer a seguir será politicamente incorrecto, pois vivemos um tempo de vacas sagradas, mas temo que a curto prazo lá chegará a vez do magnifico teatro municipal. Sempre espero estar enganado!.....

.....E já agora... não somos contra a aquisição da quota em questão.

.....Obrigado.

.....BRAGANÇA, 15 de Dezembro de 2006”.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Amândio Gomes faça o favor. Temos sobre este tema ainda mais três oradores inscritos. Eu permitia-me lembrar a todos os senhores membros da Assembleia que são cinco e um quarto e ou fazemos um esforço muito grande por terminar esta sessão ou ao contrário da expectativa que se fixou da última vez de que não iríamos conseguir fazer a agenda num dia e foi possível, é desta vez que iremos falhar esse objectivo. Portanto, dentro do Regimento eu não tenho qualquer maneira de limitar os tempos de intervenção, resta-me fazer um apelo de que os oradores sejam mais concisos possível e que os incidentes sejam no menor número possível.
.....Faça o favor o senhor membro da Assembleia Amândio Gomes.

.....**Amândio Gomes** – Senhor Presidente eu vou ser o mais conciso possível, porque eu vim aqui apenas para dizer que antes de estar construído o Mercado Municipal toda a gente bradava aos céus porque o Mercado Municipal funcionava numa espelunca, porque tinha que haver um parque de estacionamento naquela zona da Praça porque senão também o comércio da Praça e a Rua Combatentes da Grande Gerra, etc., não funcionaria.
.....Bom existem agora as duas estruturas e agora aqui D'el Rei que o Mercado estava melhor em baixo.
.....Bom, está lá um super Mercado e abastece os clientes que normalmente iam à Praça do Mercado, abastece-os perfeitamente.
.....Hoje, lá em cima talvez não tenha a frequência de clientes que, enfim, o Mercado que está li, devesse permitir a sua utilização, nós não podemos tornar a culpa à Câmara porque não é ela que manda nos operadores. Os operadores é que deveriam seguir técnicas de venda capazes de fazer chegar lá os seus clientes. Não procedem assim, não desenvolvem nenhuma actividade nesse sentido, o que querem que aconteça?
.....A Câmara está a chamar a si a responsabilidade pela administração do equipamento, a responsabilidade total e creio bem que há-de continuar a fomentar a vivacidade daquele Mercado. Espero que assim seja.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado também pela sua concisão.
.....Senhor membro da Assembleia Bruno Veloso tem a palavra.

.....**Bruno Veloso** – Mais uma vez muito boa tarde a todos.
.....Eu acho que aqui o problema que se trata é um problema de entendimento daquilo que deve ou deixa de ser o Mercado Municipal.
..... Esta Câmara Municipal tem, de alguma forma, apostado na cultura, mas a cultura também se faz pelas suas gentes e pelas suas tradições. E aquilo que nós tínhamos em Bragança e aquilo que nós nos orgulhávamos e que a grande maioria das cidades gosta de preservar e o Lídio costuma ir a Alcanices mas também pode ir a Zamora e pode ir a outros

sítios e ver que de facto os Mercados tradicionais existem, existem com condições higiénicas e sanitárias para os seus operadores acolherem e venderem os seus produtos.

.....Agora o que se passa e efectivamente.... o Dr. Amândio falava bem – Bem antigamente a gente criticava que o Mercado não tinha estacionamento em condições - mas tem toda a razão, mas neste momento temos estacionamento mas não temos Mercado! Porque aquilo que nós temos é uma coisa a que chamamos Mercado Municipal que não é, porque diz – mas os operadores é que têm que arranjar maneira de atrair os clientes – acha que o Call Center que vai atrair os clientes? Acha que tem alguma coisa para vender? Não tem! Isso é que é o Mercado Municipal? Isso é que é tradição? Isso é que é aquilo pelo qual nós devemos zelar? Não é! É de facto um edifício nobre e que poderia ser aproveitado também para outras coisas, mas não para aquilo, para a finalidade de Mercado Municipal. E hoje, se calhar, temos e existem problemas nas obras do Mercado.

..... O Lídio, por exemplo, referiu que gosta muito daquele Largo e daquela Eira mas, se calhar, até temos o estacionamento por baixo que se calhar é altura de repensar se queremos voltar outra vez a ter um verdadeiro Mercado Municipal. E isso sim é aquilo que nós devemos reflectir.

.....**Presidente da Mesa** – muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Nuno Reis tem a palavra.....

.....**Nuno Reis** – Muito obrigado senhor Presidente.

.....Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores também, aqui, reitero votos de Bom Natal.

.....Eu penso que o computo geral das intervenções a respeito da matéria do Mercado, tem exactamente como pivô da discórdia, exactamente a mesma questão. E qual é essa questão? É que não nos conseguimos entender relativamente àquilo que entendemos ser o conceito de um Mercado.

.....Obviamente que o Partido Socialista, e com todo o mérito e com toda a legitimidade, avança a esta Assembleia um conjunto de ideias, um conjunto de critérios, tradicionalistas, mais saudosistas de alguns itens do passado, mas eu penso, salvo devido respeito, é a minha modesta opinião, que, se os tempos mudam e este sector do Comércio tradicional, o sector do comércio em geral, sofreu alterações profundas, é obrigação da Câmara Municipal que dotou os cidadãos desta terra, os agentes económicos desta terra, de infra-estruturas, dos equipamentos necessários à laboração condigna destas actividades, eu penso que é de muito mau gosto, salvo devido respeito, parece-me que é de muito mau gosto, vir denegrir a imagem.

.....Senhores deputados, é verdade que podemos não nos entender relativamente ao conceito de mercado, ter uma visão mais tradicionalista ou ter uma visão mais vanguardista

conforme acolhe a maioria que sustenta a Câmara nesta Assembleia, mas é esse o primeiro desafio que eu lanço, ou a primeira interpelação que eu lanço ao Senhor deputado Luís Pires. .
.....O Senhor deputado fez aqui uma extensa explanação sobre o valor etimológico das palavras, embuste e ilusão, que aliás me parecem muito desadequadas àquilo que deve ser a argumentação parlamentar, honestamente, olhe é uma opinião exactamente como aquela que o Senhor tem sobre o conceito de mercado, para si aquilo não é um mercado, olhe, para mim isso não é conceito de argumentação parlamentar. No entanto lanço-lhe esse desafio, venha aqui esclarecer-nos então afinal, o que é que é na lógica do Partido Socialista, um Mercado! E explique-me porque é que actividades como um Call Center, porque é que actividades como um banco, ou como um supermercado, ou como é que um restaurante ou uma pastelaria, ou talhos, ou peixarias, ou pontos de venda de legumes, são incompatíveis com o conceito de Mercado? Expliquem-me porquê? E quem é que definiu essa incompatibilidade? Expliquem-me qual é a base doutrinária em que os senhores filiam o vosso entendimento de mercado, para que nós aqui, saibamos aquilo que estamos a tratar e possamos por em crise aquilo que é o vosso entendimento! Porque é muito fácil vir aqui e dizer, *aquilo não é um mercado!* E a gente pergunta, bom, está bem, então digam lá o que é que é o Mercado. Bom, é esse o desafio que eu vos lanço. Venham aqui explicar de uma vez por todas o que é que é o Mercado, até porque dentro da vossa bancada houve intervenções no passado, que enalteceram e elogiaram aquela obra, como uma obra de qualidade.....

.....**Nuno Reis** – Não! Olhe quer que chame à colação o Senhor Presidente da Junta de Espinhosela ou supostamente o Senhor Presidente de Junta de Espinhosela deixou de pertencer às listas do Partido Socialista? Enalteceu e disse, este mercado está ao nível dos melhores mercados europeus, designadamente comparando com aquele que ele conhece em Madrid, se bem estou recordado, se bem estou recordado, olhe está a dar deferência.

.....Agora, Senhores deputados, peço-vos encarecidamente que venham aqui definir com objectividade o conceito de mercado, para que afinal nós possamos entender aquilo que os Senhores querem dizer, lá que os Senhores não gostem, que finalmente, e pese embora a situação económica do país, o mercado esteja a recuperar utentes, que comece a ganhar algum dinamismo, e eu também espero com alguma ansiedade os resultados deste ano, porque me parece que o Mercado volta a ter alguma vida, aquilo que eu lhe digo é, bom, venha aqui com toda a liberdade, venha aqui com toda a objectividade dizer de uma vez por todas afinal para o Partido Socialista o que é que é o Mercado? Um espaço gradeado a céu aberto com barracas a cair?

.....Salvo devido respeito senhores deputados, o saudosismo português também precisa de ter alguns limites.....

.....Disse.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor membro da Assembleia Vítor Prada faça o favor.

.....**Vítor Pereira** – Boa tarde a todos.

.....Escuso de fazer as saudações habituais, e vou começar pelo saudosismo, é que para “*Pascuais*” a saudade é do futuro. Para “*Pessoa*”, disse-o na mensagem, “a saudade também é do futuro”, e *Pessoa* terminou a mensagem dizendo, e eu cito, “*falta cumprir Portugal*”.Eu aqui faço exactamente a mesma coisa. Ó! Nuno, falta cumprir o Mercado.

..... É que o nosso conceito de mercado, diz a “*Porto Editora*”, mercado tradicional não é a mesma coisa que mercado, e aquilo que os meus camaradas sempre defenderam aqui é que está ali um óptimo espaço, onde as pessoas, e isto faz-se de tradição, faz-se de cultura, faz-se de raízes, e as pessoas, disse ali muito bem o Senhor deputado Amândio Gomes, o mercado que está ali chega. Pois chega! São três ou quatro pessoas que vão lá! Mas também chegava o outro que estava lá, quando iam lá, centenas, para não dizer milhares de pessoas, é que estava lá!

..... Portanto, aquilo que nós defendemos é que foi criada uma obra, nós não somos contra a obra, nós não somos de maneira nenhuma, aliás, nós sempre fomos a favor de tudo o que seja investimento para Bragança, nós somos a favor, agora nós não concordamos por uma questão de estratégia, meus Senhores, estratégia, aliás, o resultado disso, eu lembro perfeitamente que as pessoas vinham à Praça, era assim que se dizia, as pessoas vinham à Praça, e então, era vê-las caminhar Rua dos Correios abaixo, era vê-las caminhar Rua Direita acima, as pessoas confluíam para o mercado municipal que era assim que se chamava na altura, a Praça. E portanto na altura havia movimento na Praça da Sé. Aquele mercado servia essencialmente para dar vida. É isso que não se passa agora. E por mais que o Nuno queira, e por mais que o Nuno argumente, não é fácil e não me venham... ó Nuno desculpa lá, é o à vontade, que eu te trato assim, não venhas querer tapar o sol com a peneira, aquilo está às moscas, as pessoas não aderiram, e não aderiram porquê? Por uma questão de cultura, por uma questão de tradição, por uma questão de raízes.....

..... E agora eu termino citando Pessoa, falta cumprir o Mercado, isso é verdade.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhor Presidente da Câmara, pergunto-lhe se quer dar algum esclarecimento adicional.

.....Faça o favor.

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.

.....De forma mais breve possível.....

.....**Presidente da Mesa** - Eu peço silêncio a fim de poderemos avançar nos trabalhos de uma forma natural.....

.....Eu peço a todos silêncio e atenção ao que vai ser dito.....

.....Faça o favor Senhor Presidente.....

.....**Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente, a Câmara Municipal, quando apresentou o projecto e a parceria à Assembleia Municipal, que é o órgão deliberativo, foi clara no projecto que apresentou, o projecto de um mercado de nova geração. Não enganou ninguém, não trouxe ilusões nem embustes para ninguém, e com todo o respeito e amizade que tenho pelo senhor deputado Luís Pires, o uso das referências, embuste e ilusão, eu acho tratar-se de uma intervenção verdadeiramente derrotista, que não puxa para a frente, não ajuda, não olha ao futuro e olha de forma negativa para trás. O deputado Vítor Pereira quando diz - *ao mercado vão três ou quatro pessoas...*- devo referir ter percebido, e certamente todos os senhores deputados perceberam, que o senhor deputado Vítor Pereira nem ia ao Mercado antigo, nem vai ao actual Mercado, prefere as grandes superfícies, ao mercado tradicional.....

.....A realidade económica dos actuais operadores do mercado, onde se inclui todos aqueles que foi possível transferir, é bem diferente para melhor. Quando os operadores se transferiram do velho mercado, não tinham praticamente bens para transferir, pois não faziam negócio, não tinham clientes, não tinham actividade. Hoje a realidade do mercado municipal é muito diferente, tanto do ponto de vista do número de operadores, dos postos de trabalhos criados, e das pessoas que frequentam o mercado. Decidimos, pois impunha-se uma decisão, lembrando que em quase todas as Assembleias municipais, desde há anos se levantava o problema como sendo uma importante decisão a tomar, Bragança precisava de um Mercado Municipal, felizmente tivemos a oportunidade e a ousadia de decidir.....

.....A opção era, ou abandonar o mercado tradicional e deixá-lo cair, ou vencer esse problema construindo um novo mercado, baseado num novo conceito, para poder concorrer com uma realidade nova, a das grandes superfícies comerciais que em Bragança se instalaram de forma excessiva. E neste quadro muito competitivo, só um mercado de nova geração, com funções novas e complementares seria viável, sendo que nessa solução o mercado tradicional é a âncora do espaço, não é a Loja da PT que é a âncora do espaço com sessenta postos de trabalho, é sim o mercado tradicional, com todas as limitações conhecidas.....

.....São importantes os postos de trabalho para quem precisa de trabalhar e precisa de remuneração ao final do mês, e fala-se sempre na economia, e nós temos sempre presente a economia, e a economia na área das comunicações também é importante, o Call Center é uma oportunidade de trabalho para os jovens, ainda que seja em part time, assim como outras oportunidades que tem sido criadas, e só não percebe estas situações como boas, quem,

recebendo o seu vencimento do orçamento do Estado, e não tendo o seu trabalho avaliado poderá desqualificar as necessárias oportunidades, para os que tem que trabalhar na economia privada.

.....Falando de embuste e de ilusão, eu recomendo-lhe só, Senhor deputado, o seguinte, leia as declarações do Dr. Mário Soares quando em campanha eleitoral visitou o mercado, elas estão escritas e foram transmitidas pela comunicação social e isso em que classifica o mercado municipal de Bragança como excelente equipamento, ao nível do melhor na Europa.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente.....

.....Senhoras e Senhores membros da Assembleia, o Executivo Municipal deliberou com duas abstenções, portanto, aprovou com duas abstenções, que a Câmara Municipal adquira a participação da empresa SIMAB na empresa Mercado Municipal de Bragança pelo valor de 24 027, 82€, correspondendo a sete mil acções ao preço unitário de 3,4325, conforme estudo de avaliação de Revisor Oficial de Contas. Esta deliberação da Câmara é submetida à Assembleia para aprovação nos termos legais.

.....**Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e nove votos a favor, onze votos contra e zero abstenções, estando momentaneamente oitenta membros presentes.** -----

.....**Presidente da Mesa** – declarações de voto, pergunto se há?.....

.....Não havendo declarações de voto vamos... ..

.....Não podia deixar de haver uma declaração de voto pelo menos.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre, pela primeira vez hoje, faça o favor, e pedindo-lhe que seja breve.

.....**Luís Silvestre** – Aproveito para desejar Boas Festas a todos.

.....Voto contra, em primeiro lugar, não é pelo belo edifício que lá está, não é pelas belas instalações que lá estão, não é pelos postos de trabalho que lá estão, tem a ver com o conceito de mercado. O meu conceito de mercado, e se nós repararmos como é feito nos outros sítios, normalmente estão em bairros populares, são mercados onde têm produtos da terra, diariamente, o que não é o caso, e eu frequento o Mercado Municipal e frequentava o antigo. ...

..... Há dias fui tentar saber de uns grelos ao mercado tradicional. Não havia!

.....**Presidente da Mesa** - Meus senhores, peço silêncio!

.....Um momento, meus Senhores se algum senhor deputado se sente ofendido na sua honra, queira fazer o favor de o assinalar e vem defendê-la. Não vamos entrar é em discussões

cruzadas que não nos levarão a lado nenhum e só levarão a que nos entendamos de uma maneira pior.....

.....Senhor membro da Assembleia faça o favor de continuar e concluir.

.....**Luís Silvestre** – E voto contra porque não entendo que aquilo seja um mercado tradicional, o mercado tradicional que a cidade precisava.

.....O Partido Socialista tinha planeado, tinha em mente, se tivesse ganho a Câmara, por acaso não ganhou, fazer o Mercado Tradicional Junto do bairro Fundo de Fomento de Habitação da Mãe D`Água, no bairro do Pisco, e podem ter a certeza, que um mercado simples, com pouco investimento, uma coisa condigna em termos de ambiente com o clima que nós temos, podem ter a certeza que aquilo dava resultado, os operadores que estavam aqui em baixo, que eu conheço alguns, alguns são meus amigos pessoais, estariam lá, estariam a vender, estariam a fazer alguma receita.

.....Voto contra, porque eu não entendo que um supermercado substitua a Praça que existia na Praça da Sé.....

.....Tenho dito.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....O próximo ponto da ordem de trabalhos refere-se ao.....

PONTO 4.2.3 – REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BRAGANÇA – ESTUDO DE ORIGENS E ALTERNATIVAS;-----

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara e previamente distribuída pelos membros. -----

I - CERTIDÃO-----

----- MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

----- Certifica que na acta da reunião extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte de Novembro do ano de dois mil e seis, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng. Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:.....

----- **“REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BRAGANÇA – ESTUDO DE ORIGENS E ALTERNATIVAS:.....**

----- Na sequência da apresentação na Reunião Ordinária do dia 13 de Novembro, do estudo elaborado pelo Consórcio CENOR/ENGIDRO e apresentado em Setembro de 2006, pela Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD), pelo Sr. Presidente foi apresentada a apreciação técnica e proposta que a seguir se transcreve:

----- **REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BRAGANÇA**

----- Estudo de origens e alternativas

----- **1 – APRECIÇÃO TÉCNICA**

----- 1.1 - O presente estudo apresentado em Setembro de 2006, pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD) e elaborado pelo consórcio CENOR/ENGIDRO, propõe-se abandonar a construção de uma albufeira no lugar de Veiguinhas, abdicando da execução da respectiva barragem (tal como constava do projecto da Hidrotécnica Portuguesa com capacidade de armazenamento de $4,2\text{hm}^3$). É assim apresentada uma nova solução técnica, a descrever no ponto seguinte, e relativamente à qual será também efectuada a necessária avaliação.

----- 1.2 - A solução técnica encontrada e que se propõe garantir, no ano horizonte de projecto, o fornecimento de um volume de água de $4,24\text{hm}^3$ para cobrir as necessidades da população em termos de fornecimento de água potável, com um nível de garantia não inferior a 95% assenta:.....

----- a) Na capacidade de armazenamento e afluência da barragem de Serra Serrada que garantiria, no ano horizonte de projecto, um volume anual de fornecimento de água de $2,10\text{hm}^3$ (95% garantia) e uma afluência de $6,27\text{hm}^3$ (para um volume útil de armazenamento de $1,84\text{hm}^3$);.....

----- b) Para fazer face ao diferencial de necessidades de $2,14\text{hm}^3$ (diferença de $4,24\text{hm}^3$ para $2,10\text{hm}^3$) o consórcio propõe a construção de um açude em Veiguinhas, com 8 metros de altura, e que serviria exclusivamente para captação, a fio de água, aproveitando a elevada capacidade de afluência, cerca de $6,82\text{hm}^3$ de volume de água por ano. Destes $6,82\text{hm}^3$ seriam transferidos para a Barragem de Gostei cerca de 65%, isto é, um volume anual de $4,43\text{hm}^3$ de água, que seriam durante o Inverno (período das chuvas; 3 a 4 meses) transvazados do açude de Veiguinhas para a barragem existente em Gostei. Para garantir este volume de transferência de água seria executado:

----- b.1) Um canal (a ligar o açude de Veiguinhas à câmara de carga de Gralhas) com uma capacidade máxima de transporte de $0,65\text{m}^3/\text{s}$ seria duplicada a conduta DN 500 que actualmente alimenta a ETA e que teria uma capacidade de transporte de $0,45\text{m}^3/\text{s}$;.....

----- b.2) Seria instalada uma conduta reversível DN 600 que transportaria a água necessária para a regularização dos caudais afluentes à barragem de Gostei (cerca de $0,45\text{m}^3/\text{s}$) sem passar pela ETA e que serviria alternativamente para elevar (por bombagem) a água armazenada na barragem de Gostei para a ETA (cerca de $0,18\text{m}^3/\text{s}$), onde seria tratada antes de ser encaminhada definitivamente para os reservatórios de distribuição;

----- b.3) Finalmente, seriam instaladas três novas centrais hidroeléctricas respectivamente a montante da ETA, à chegada à barragem de Gostei e uma última imediatamente a montante do reservatório da Mãe d'Água.....

----- No sentido de garantir, na albufeira de Gostei, um volume útil de armazenamento suficiente para fazer face às exigências de fornecimento de água para abastecimento urbano ($2,14\text{hm}^3$) e para rega ($0,85\text{hm}^3$) seria necessário o alteamento da mesma em 6 metros de altura passando da cota actual de 758 metros para a cota de 764 metros, refazendo parcialmente a barragem.

----- 1.3 - O estudo em análise, para além de abandonar definitivamente uma solução técnica viável para execução do projecto da Barragem de Veiguinhas não cumpre, em termos técnicos, com garantias aceitáveis, o objectivo de um regular fornecimento de água para consumo doméstico à totalidade da população do Concelho de Bragança, a médio prazo. O estudo assenta em dados de base, para o dimensionamento das infraestruturas (em termos de armazenamento e de fornecimento de água) que se consideram sub avaliados, sub estimados e/ou incorrectamente considerados, a enunciar:

----- a) - A solução Veiguinhas disponibiliza todo o volume de água para abastecimento, por gravidade, sem recurso a consumo de energia. A solução Gostei necessita que a água seja transferida graviticamente de Montesinho para Gostei (para armazenamento) e novamente transferida para Montesinho (para tratamento) e distribuída para os depósitos da cidade.....

----- b) – O estudo sub avalia a população do Concelho de Bragança no ano horizonte de projecto, considerando que a população actual é de 34 750 habitantes e que crescerá para os 35 103 habitantes, isto é, somente mais 353 habitantes relativamente à população actual do Concelho. Na realidade e face aos dados disponíveis (censos 1991 e 2001), a taxa de crescimento situa-se em 10% em cada década, tanto para a população residente como para a população flutuante. Assim estima-se que no ano horizonte de projecto a população a servir seja sempre acima dos 52 500 habitantes;.....

----- c) – O estudo considera que a albufeira da barragem de Serra Serrada tem uma capacidade útil de armazenamento é de 1.84hm^3 , quando na realidade a sua capacidade útil de armazenamento de 1.50hm^3 . Neste sentido o volume anual de fornecimento de água previsto (95% de garantia) não será de $2,10\text{hm}^3$ mas sim de aproximadamente $1,80\text{hm}^3$. Neste sentido o volume de água a garantir a partir de outras origens terá obrigatoriamente de ser superior ao previsto no estudo, e como mínimo de $2,44\text{hm}^3$ de água fornecida ($4,24\text{hm}^3 - 1,80\text{hm}^3$);

----- d) – O estudo baseia-se em registos de precipitações e escoamentos (e por isso de aflúências) referentes aos anos de 1940 até 1980. No entanto deverá tomar-se como de relevante importância que alterações constantes no clima têm conduzido a anos consideravelmente mais secos e com aumentos médios de temperaturas que obrigatoriamente conduzem a valores de evaporações mais significativos. Assim, todas as mais recentes previsões indicam uma redução nos valores das aflúências, por via das menores precipitações, e um significativo aumento quer de consumos médios quer de perdas por evaporação, fruto de anos com temperaturas cada vez mais elevadas. Neste sentido e sabendo que este Concelho se caracteriza, a este nível, pelo facto de cerca de 79% da pluviosidade ocorrer concentrada em cerca de um quarto dos meses do ano, que coincidem com os meses de mais fraco consumo (cerca de 30% do total), seria de prática coerente valorizar, em termos de opção

técnica, a capacidade de armazenamento útil das albufeiras, ao invés do que acontece no presente estudo, que preferencialmente valoriza as afluências de água;.....

----- e) – O volume útil de armazenamento estabelecido no estudo para a albufeira da barragem de Gostei baseia-se numa lógica de equilíbrio (para o ano horizonte de projecto) entre as afluências transferidas do açude de Veiguinhas para Gostei ($0,45\text{m}^3/\text{s}$) e o caudal de água elevado desta albufeira para a estação de tratamento de água de França ($0,18\text{m}^3/\text{s}$). Ora, se como analisado anteriormente, os consumos de água serão superiores aos considerados no estudo e por outro lado as afluências tenderão a ser inferiores, também relativamente ao valor médio considerado, então o volume útil de armazenamento previsto para a albufeira de Gostei será insuficiente, o que obrigará a um alteamento da barragem para além dos seis metros considerados no estudo. Nesta situação tal barragem ficará seguramente com uma altura bastante superior aos 41 metros (comparativamente aos 35 metros previstos para Veiguinhas no projecto da Hidrotécnica) e com um volume de armazenamento útil que representará metade daquele que poderia ser armazenado em Veiguinhas;

----- f) – Relativamente ao balanço energético, o estudo considera que a albufeira de Serra Serrada (existente) mais a barragem de Veiguinhas (caso construída) produziriam, no conjunto e no ano horizonte de projecto, 5,3 GWh de potência. Na realidade, actualmente, em média, produzem-se já cerca de 7 GWh, só com as duas centrais existentes e exclusivamente a partir de Serra Serrada. Assim, no caso das duas albufeiras executada seria previsível produzir cerca de 12 GWh (estudo PRÓ-SISTEMAS) ou 16 GWh (estudo HIDROTÉRMICA PORTUGUESA). Isto significa, na prática, uma produção de energia dez vezes superior ao apresentado no presente estudo;.....

----- g) – O estudo considera que para elevar um caudal de ponta de $0,18\text{ m}^3/\text{s}$ de Gostei até ao Alto da Junqueira (ETA) seria necessária uma potência de aproximadamente 400KW a que equivaleria um encargo anual de energia de € 47.000,00. Na realidade, considerando a referida potência de elevação e um custo de € 0,10/KWh, seriam gastos cerca de € 28.000/mês e cerca de € 120.000/ano (considerando um tempo de bombagem de 1/3 do ano). Assim, considera-se existir aqui uma sub avaliação dos encargos de exploração, o que na prática equivaleria a dizer (efectuadas as respectivas rectificações dos referidos encargos) um aumento, por esta via, do custo final do metro cúbico (m^3) de água tratada;.....

----- h) – O estudo prevê a execução de uma nova central hidroeléctrica a localizar a montante da ETA, na derivação da nova conduta que liga a Gostei. Esta central será dimensionada para um caudal de $0,45\text{m}^3/\text{s}$. No entanto tal central só poderia trabalhar, a plena capacidade, num curto período do ano (situação de afluências máximas) sendo que no período de elevação de água e no período em que as afluências a Veiguinhas fossem reduzidas, o seu rendimento seria reduzido ou nulo;.....

----- i) – No estudo não foi considerada, para a hipótese conjunta Serra Serrada e Veiguinhas, a possível execução de duas centrais hidroeléctricas a localizar respectivamente a montante da ETA e na chegada aos reservatórios da Mãe D'Água. Estas mesmas centrais foram, no entanto, consideradas para a solução técnica proposta no estudo, o que obviamente influencia os balanços energéticos apresentados.

- **2 – CONSIDERAÇÕES GERAIS**
- 2.1 - O contrato de fornecimento estabelecido com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro foi aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal tendo especificamente nos seus objectivos a construção da barragem de Veiguiñas, incluindo o sistema do Alto Sabor (6ª fase de construção);
- 2.2 - As soluções que têm vindo a ser estudadas como alternativas a Veiguiñas, têm sido sucessivamente abandonadas, pelo facto de Veiguiñas se impor, tanto no plano ambiental como económico;
- 2.3 - Na solução Veiguiñas mais Serra Serrada, toda a energia produzida constitui um ganho, podendo, ainda, vir a ser incorporadas mais duas mini-hídricas (uma na ETA e outra no depósito da Mãe de Água), enquanto na solução Gostei é necessário gastar energia na transferência por bombagem, de Gostei para a ETA, gastando mais energia do que a produzida na Central a colocar em Gostei, ou seja, a solução Gostei, comparativamente a Veiguiñas é no plano energético e por isso neste âmbito de impacte ambiental, mais negativa;
- 2.4 – A barragem de Gostei não possui um volume anual afluyente capaz (só 1,24hm³ dos 5,67hm³ necessários), o que obriga a uma solução de engenharia cara e irracional, com os consequentes custos para o ambiente e encarecimento do custo da água. Veiguiñas é inquestionavelmente uma solução estável, credível, fiável e amiga do ambiente, em termos presentes e futuros;
- 2.5 - O custo do metro cúbico da água tratada é bastante mais caro na solução Gostei do que na solução Veiguiñas, tanto na componente investimento como na exploração, sendo que os custos têm de ser reflectidos aos consumidores;
- 2.6 - A construção da Barragem de Serra Serrada teve efeitos positivos muito significativos, tanto em termos ambientais como na qualidade de vida dos cidadãos. Suprimir a barragem de Serra Serrada seria hoje inaceitável para qualquer pessoa, face aos impactos positivos que criou, o mesmo raciocínio tem que ser desenvolvido para Veiguiñas, em nome do interesse público;
- 2.7 - Os estudos elaborados pelos especialistas de climatologia, às séries de dados relativos à precipitação nas últimas décadas, apontam no sentido de se acentuar na Península Ibérica, a redução de precipitação. Como consequência as situações de seca serão mais frequentes, mais prolongadas, o que obrigará à construção de reservas estratégicas fiáveis, capazes de fazer frente a situações de seca inter-anuais. O armazenamento com capacidade inter-anual é considerado pelos especialistas como necessário para assegurar fiabilidade aos sistemas, face às tendências futuras de agravamento de seca;
- 2.8 - Os anos hidrológicos de 2003/2004 e 2004/2005 caracterizaram-se no Distrito e Concelho de Bragança por uma situação de seca muito acentuada, situação que segundo responsáveis do INAG, corresponde um período de retorno de 200 anos, mas que pode repetir-se, de forma ainda mais acentuada e com maior frequência;
- 2.9 - Não se compreende a oposição cega ao empreendimento que a todos beneficia, quando na mesma zona, os Espanhóis colocaram centenas de torres eólicas para aproveitar energia limpa, contribuindo para garantir sustentabilidade ambiental;

----- 2.10 – A solução Gostei foi construída exclusivamente para regadio, beneficiando uma área de elevado potencial agrícola, não tendo sido devidamente utilizada, por erros de construção, falta de rede de rega e gestão errada. Impõe-se que a rede de rega seja reestruturada garantindo a utilização de água em sistema de rega por pressão (menos exigente, no uso da água, que a rega por alagamento), seguindo uma política de aumentar e não de subtrair constituindo-se, esta barragem, como uma mais valia para o sector agrícola e para a regularização mínima da bacia do rio Fervença durante o Verão, em particular nos anos de maior seca;.....

----- 2.11 - A solução anteriormente analisada (última apresentada pela ATMAD) carece de racionalidade, quer no plano técnico quer ainda do ponto de vista da consideração da apreciação geral. Também não se compreendem, de facto, as razões de impedimento ambiental impostas como condicionantes à construção da barragem de Veiguinhas, por não serem objectivas e suficientemente explícitas, nem sequer, se perceberem os fundamentos que contrariam o interesse público, desta solução bem concebida na década de oitenta;.....

----- 2.12 - O facto da barragem de Gostei, poder vir a servir como depósito de armazenamento por transferência de água, de Veiguinhas (no período de Inverno), para ser feita nova transferência por bombagem para a Montesinho/ETA (no período de Verão), significa que a capacidade actual de regularização do rio Fervença será perdida com impacte negativo muito grande, em particular na travessia da cidade (zona de intervenção Polis), já nas actuais condições, (para garantir o mínimo de qualidade e caudal da água no Verão), foi instalado um sistema de recirculação por bombagem.

----- O abastecimento público à cidade obrigaria à bombagem da totalidade da água armazenada, eliminando a possibilidade da barragem servir de regularização ao rio. O impacte negativo seria muito significativo.....

----- **3 – PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

----- Considerando a apreciação técnica e as considerações gerais anteriormente descritas, e tendo presente que a Assembleia Municipal aprovou a adesão ao Sistema Multimunicipal de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo como pressuposto a construção da barragem de Veiguinhas e tendo em conta que a solução agora apresentada pela ATMAD contraria a orientação que a Assembleia Municipal aprovou, propõem-se que o processo seja remetido para análise e decisão da Assembleia Municipal tendo como base as seguintes opções:.....

----- **Opção A**

----- 1 – Considerar que a proposta da ATMAD, não é fiável tendo em conta as tendências de agravamento da seca face à solução Veiguinhas, no plano económico, ambiental e energético. A solução, em termos globais, aponta mais no sentido da inviabilidade do que na viabilidade.....

----- 2 – Considerar a actual proposta da ATMAD, contrária ao contrato de fornecimento, celebrado entre a AMTAD e a Câmara Municipal de Bragança e aprovado pela Assembleia Municipal.

----- 3 – Considerar que a solução Veiguinhas deverá ser retomada, a partir de Março de 2007, com uma análise suficientemente detalhada, pois até à presente data, as razões de

impacte ambiental não foram apresentadas de forma objectiva, nem se percebem os fundamentos que contrariam o interesse público, sendo que garantir o abastecimento de água a uma cidade e Concelho, mesmo no plano europeu, não deixa de representar um interesse público evidente, não se percebendo que outros interesses se poderão sobrepor. O interesse público tem assim e com clareza, ser destacado.

----- **Opção B**

----- 1 – Considerar a proposta apresentada pela ATMAD, abandonando a construção da barragem de Veiguinhas.

----- **Intervenção dos Srs. Vereadores, Dr.ª Idalina Alves e Francisco Gonçalves**

----- Somos a favor da construção da Barragem de Veiguinhas.

----- Todos desejamos a sua construção.

----- Mas perguntamos: Quem a financia?

----- Qual a legalidade da sua construção, mesmo tendo meios financeiros, pelo facto da existência de 2 Declarações de Impacte Ambiental (DIA) desfavoráveis?

----- É possível, nesta conjuntura política, termos a barragem?

----- A Câmara Municipal de Bragança, tem possibilidade de sugerir uma solução viável diferente, para melhor, da apresentada pela Cenor e Engidro?

----- Se nos disser que sim, estaremos disponíveis para viabilizar e apoiar a melhor solução encontrada.

----- Mas, desconhecemos, tal resposta.

----- Não pretendemos nem desejamos, abandonar a construção da Barragem de Veiguinhas.

Porém, como diz o nosso Povo " vale mais um pássaro na mão do que dois a voar", consideramos a Proposta constante no Estudo sobre o "Reforço do Abastecimento de Água a Bragança - Origens Alternativas - Dossier de Síntese " - elaborado pela CENOR e Engidro para "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro", não a desejável, mas a possível.

----- E, como tal, justificável, já que apresenta uma solução global para a resolução do problema do abastecimento de água a todo o Concelho, principalmente para a zona alta do mesmo, englobando a construção do açude / paredão de 8 metros (pois não obriga ao actual estudo de impacto ambiental), aos canais de transvazes, à subida da barragem de Gostei, e, à construção de 3 novas centrais hidroeléctricas permitindo o auto-abastecimento energético de todo o sistema, para além da rentabilização de algumas infra-estruturas construídas aquando do início (década de 80) do empreendimento do Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor (AHAS).

----- Por isso, votamos a favor deste estudo, caso não seja viabilizada uma melhor Proposta.

----- Todavia, a esperança, é a última a morrer, e aguardamos que, no futuro, este nosso sonho, se concretize.

----- Porque este sonho, não é utópico, mas viável, concreto, desde que "outros", que não nós, habitantes desta terra, o queiram, ou nos concedam esse poder de decisão sobre o que é nosso!

----- Nós, para cá do Marão, não mandamos afinal, nada!

----- Onde estão os heróis de outrora?

----- Depois de amplamente debatida, posta à votação, foi deliberado, com cinco votos a favor, dos Srs. Presidente e Vereadores, Eng.º Rui Caseiro, Arqt.º Nuno Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima e Dr.ª Isabel Lopes, e duas abstenções dos Srs. Vereadores, Dr.ª Idalina Alves e Francisco Gonçalves, aprovar a opção A da proposta de resolução.

----- **Intervenção da Sr.ª Vereadora, Dr.ª Isabel Lopes**

----- A Sr.ª Vereadora, apresentou a seguinte declaração de voto:

----- Voto favoravelmente a opção A, e quero manifestar o meu desagrado por posições contrárias em projectos que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso Concelho. Há determinados projectos de interesse público, em que os partidos têm de estar unidos e só assim estaremos a defender os interesses dos nossos munícipes.

----- **Intervenção do Sr. Presidente**

----- A construção da barragem de Veiguihas tem vindo a ser condicionada, por alguns técnicos ligados ao ICN, sem fundamentos objectivos, tentando impor uma situação de sub-desenvolvimento a Bragança, numa área essencial, a da qualidade e garantia de vida (o abastecimento de água ao Concelho de Bragança). Aos Bragançanos, por razões de interesse público local e Nacional, tem de ser garantida a solução fiável e economicamente aceitável, permitindo-lhes perspectivas de desenvolvimento económico e social.....

----- A solução da construção da Barragem de Veiguihas impõe-se a todas as alternativas estudadas tanto em termos ambientais como económicos, por isso me parece que os Bragançanos devem livremente decidir a favor da construção da Barragem de Veiguihas, conforme atitude inteligente e estratégica dos que há mais de duas décadas (C.M. e A.M), decidiram pela construção do sistema do Alto Sabor.

----- Compete-nos igualmente obter decisão favorável a Veiguihas em detrimento de soluções aparentemente viáveis, mas prejudiciais ao futuro de Bragança. Trata-se de facto de uma decisão de política de desenvolvimento que deve ser assumida em nome do interesse público e do futuro de Bragança.”

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

----- Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 21 de Novembro de 2006.....

----- a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BRAGANÇA – ESTUDO DE ORIGENS E ALTERNATIVAS – DOSSIER DE SÍNTESE

.....**Presidente da Mesa** – Eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara como é
.....Então o Senhor Presidente da Câmara tem a palavra faz favor.

.....**Presidente da Câmara** – Peço autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para adoptar a seguinte metodologia neste ponto da agenda de trabalhos. Pareceu-nos absolutamente necessário, face a uma solução que é do vosso conhecimento e de que vos foi distribuída adequada documentação, e pela complexidade e importância da matéria em análise, que fosse dada a oportunidade de ser apresentada pela Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, a solução que apresentou à Câmara Municipal, e com a qual discordamos.

.....**Presidente da Mesa** – Eu pessoalmente não vejo e a Mesa não vê inconveniente em seguir esta metodologia, perguntava no entanto aos grupos municipais se alguém tem alguma objecção relativamente ao procedimento que acaba de ser exposto.....
.....Não sendo esse o caso... ..

.....

.....**Presidente da Mesa** – No fim da apresentação abriremos o debate para poder haver essa interpelação.

.....Estamos de acordo com este procedimento?.....

.....Sendo assim, vou passar a palavra então ao Representante das Águas de Trás-os-Montes a fim de fazer essa apresentação.

.....**Engenheiro das Águas de Trás os Montes e Alto Douro** – Muito boa tarde a todos. Espero que este ponto seja bem mais pacífico que os anteriores, permitia-me cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, e permitia-me também associar-me à mensagem que a Mesa e a Câmara Municipal têm tido, desejando boas festas a todos os presentes.....

.....Fez a seguinte apresentação em formato **Power Point**.



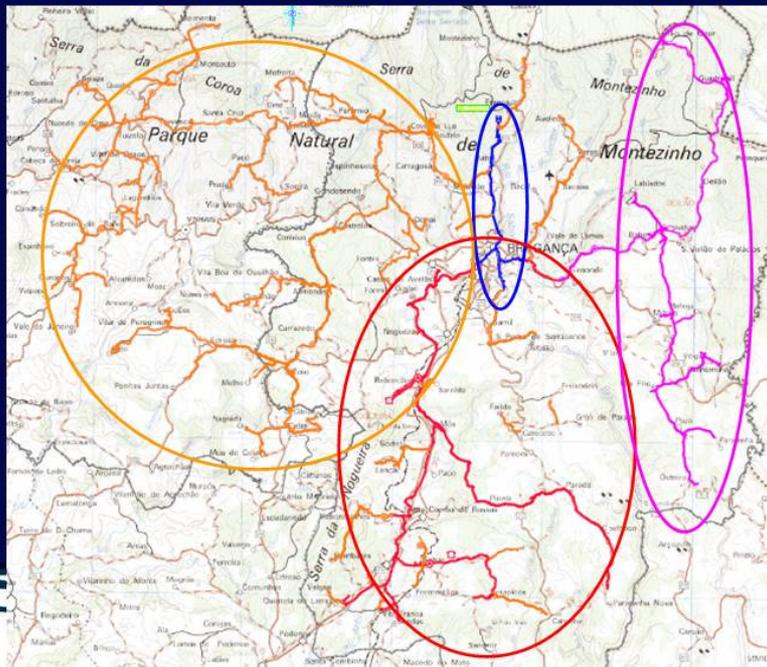
ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO CONCELHO DE BRAGANÇA E LIMÍTROFES



A solução para o Abastecimento de Água a Bragança prevê a execução do SAA do Alto Sabor composto por:

- **Origem** (reforço a construir)
- **Armazenamento** (a construir/definir)
- **ETA** (construída)
- **Sistema Adutor** (em adjudicação)

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DO ALTO SABOR



Sistema de Abastecimento de Água do Alto Sabor – População Servida

O Sistema do Alto Sabor irá abastecer cerca de 74.392 habitantes (população residente e flutuante) no ano horizonte de projecto, e servirá a totalidade do concelho de Bragança e parte do concelho de Vinhais.

Concelho de Bragança

Servirá cerca de 68.667 habitantes, o que representa 95% da população total estimada para o ano de 2041 no concelho.

Concelho de Vinhais

Servirá cerca de 5.725 habitantes, o que representa 53% da população total estimada para o ano de 2041 no concelho.

Sistema de Abastecimento de Água do Alto Sabor – Necessidades

O volume de água necessário para abastecer a população será cerca de:

- ☑ 2,9 hm³/ano para o ano 2001
- ☑ 4,24 hm³/ano para o ano 2041

Actualmente a origem de água do sistema do Alto Sabor é a Barragem de Serra Serrada, que serve apenas a cidade de Bragança e pode fornecer um volume máximo de cerca de 2,1 hm³/ano de água.



Sistema de Abastecimento de Água do Alto Sabor – Necessidades

É portanto necessário criar origens de água complementares para satisfazer as necessidades estimadas:

- ☑ **4,24 hm³/ano** são as **necessidades estimadas**
- ☑ **2,10 hm³/ano** são as **necessidades satisfeitas** com Serra Serrada
- ☑ **2,14 hm³/ano** é o **volume adicional necessário**

Para fazer face a esta necessidade têm vindo a ser feitas todas as diligências no sentido de obter autorização para a construção da **Barragem das Veiguinhas**, que garantiria o abastecimento de água.



Barragem das Veiguiñas - Antecedentes

O projecto da Barragem das Veiguiñas já recebeu duas Declarações de Impacte Ambiental (DIA) desfavoráveis à sua construção em:

- ☑ Outubro de 2001
- ☑ Março de 2005

A última Declaração de Impacte Ambiental (DIA) desfavorável à solução Barragem das Veiguiñas e favorável à solução Barragem do Azibo para resolver os problemas de abastecimento de água.



Barragem das Veiguiñas - Antecedentes

Apesar de evidenciada a imprescindibilidade da construção Barragem das Veiguiñas para garantir o abastecimento de água ao concelho de Bragança e limítrofes, não se verificou qualquer alteração na decisão das entidades competentes, que continuam a não aceitar esta solução.



Barragem das Veiguiñas - Antecedentes

Não se conformando com a decisão a AdTMAD providenciou a realização de estudos complementares, com vista à resolução do problema, confirmando-se que:

- A **Simulação de Exploração da Barragem de Serra Serrada** comprova a sua incapacidade para fazer face às necessidades de água;
- Na **solução Barragem do Azibo** verifica-se uma rejeição social generalizada.



ORIGENS ALTERNATIVAS REFORÇO ABASTECIMENTO BRAGANÇA

- Dentro do perímetro do Parque de Montezinho, existe uma multiplicidade de soluções.
- Veiguinhas é uma solução que emerge naturalmente.
- AIA's anteriores têm condicionado o licenciamento.
- Impunha-se uma análise cuidadosa de soluções também fora do Parque de Montezinho.

REFORÇO ABASTECIMENTO BRAGANÇA SOLUÇÕES

- Solução conjunta que permita satisfazer as necessidades de abastecimento da população
- Garantir e potenciar a exploração das infra-estruturas existentes,
- Garantir a rentabilidade energética do projecto inicial.

ORIGENS ALTERNATIVAS REFORÇO ABASTECIMENTO BRAGANÇA

Assim, consideraram-se origens:

Existentes

Estudadas

Potenciais

Resultando:

- Albufeira da Barragem de Serra Serrada (existente)
- Local de Veiguinhas
- Albufeira da Barragem de Gostei (existente)
- Parada

REFORÇO ABASTECIMENTO BRAGANÇA SOLUÇÃO I - Descrição

- Utilização da Barragem de Serra Serrada.
- Utilização do local de Veiguinhas para captação de água.
- Introdução da água aí captada no Subsistema de Abastecimento de Água e Sistema Hidroeléctrico do Alto Sabor.
- Armazenamento da Água necessária ao Abastecimento na Barragem de Gostei.



REFORÇO ABASTECIMENTO BRAGANÇA SOLUÇÃO 2

- Considerar o Plano de Ordenamento do Parque de Montezinho, como uma janela de oportunidade.
- Propor uma terceira vez a Avaliação de Impacte Ambiental da Origem de Abastecimento de água, apresentando a Barragem de Veiguinhas como local de Captação e Armazenamento.

REFORÇO ABASTECIMENTO BRAGANÇA SOLUÇÃO I

- Captação de água no local de Veiguinhas.
- 73,8% da água do Rio Sabor seriam introduzidos no Sistema de Abastecimento de Água e hidroeléctrico do Alto Sabor.
- Os restantes 26,2% da água do Rio Sabor 10% são para Caudal Ecológico e 16,2% saíam pelo descarregador de superfície.
- Sendo 73,8% dos caudais verificados no Rio Sabor captados, só 27,6% desses se destinam ao Abastecimento de Água.
- E 13% do caudal verificado em Veiguinhas seria desviado para a Barragem de Gostei.



SOLUÇÃO I – REFORÇO ABASTECIMENTO BRAGANÇA

Regularização e armazenamento na barragem de Gostei de parte dos caudais captados a fio-de-água em Veiguinhas.

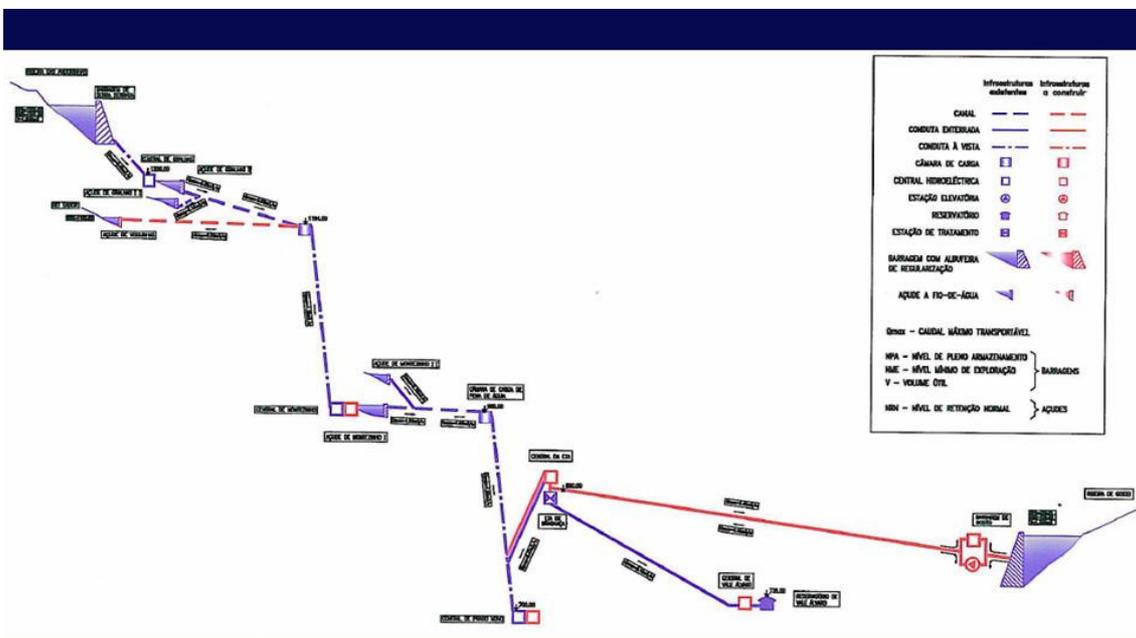
Para tal é necessário construir:

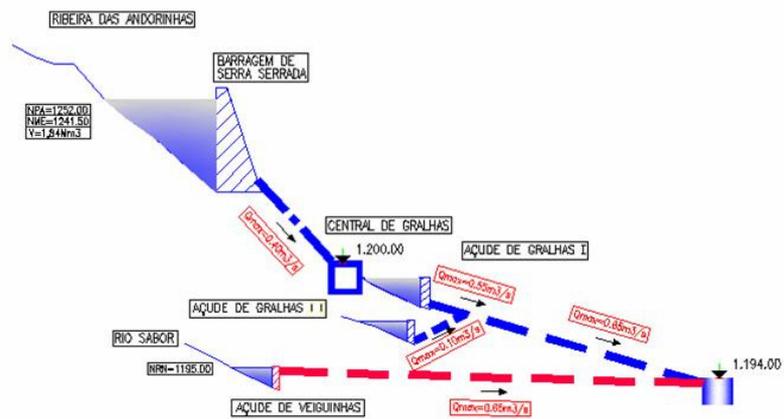
- ☑ Açude de gravidade em Veiguinhas, com cerca de 8m de altura;
- ☑ Canal de Derivação ligando Açude de Veiguinhas à Câmara Carga de Galhas;
- ☑ Duplicação da conduta DN500 que actualmente abastece a ETA de Bragança, com cerca 2km;
- ☑ Conduta DN600 reversível, ligando a ETA de Bragança à albufeira de Gostei, com cerca de 16km;
- ☑ Captação flutuante de Gostei.

SOLUÇÃO I – REFORÇO ABASTECIMENTO BRAGANÇA

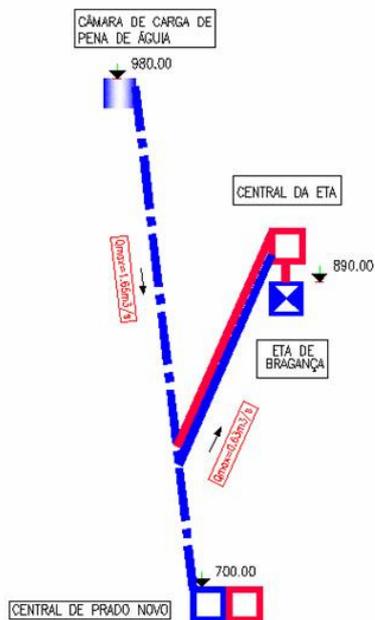
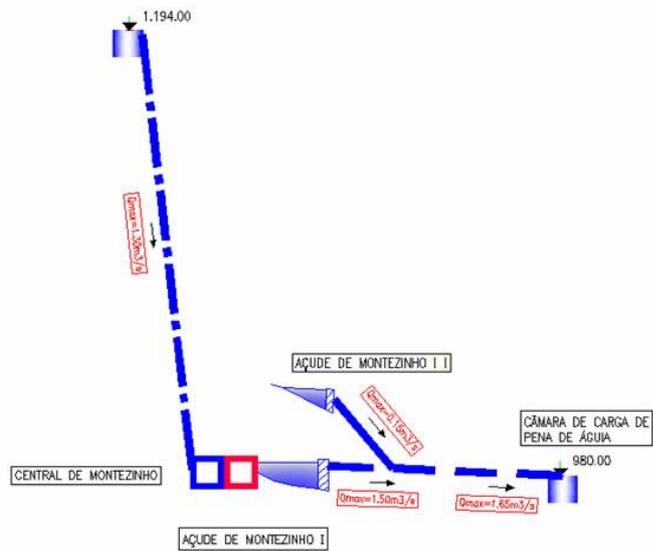
Permitirá tirar partido e rentabilizar as infra-estruturas existentes dimensionadas na perspectiva da construção da barragem das Veiguinhas:

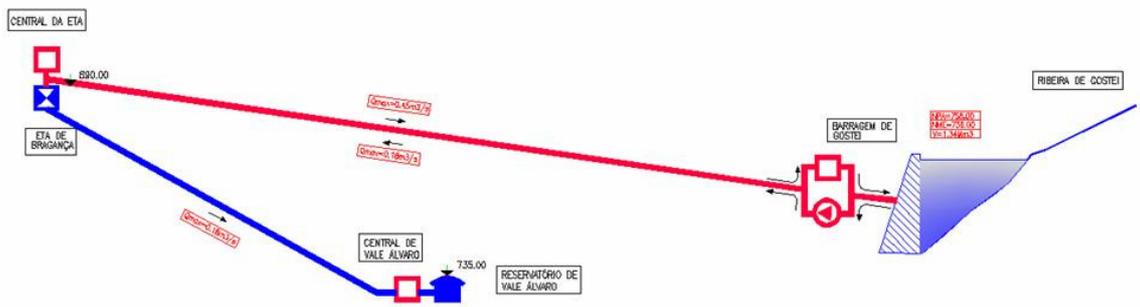
- ☑ Central Hidroeléctrica de Montesinho com instalação de um segundo grupo gerador, já previsto;
- ☑ Central Hidroeléctrica de Prado Novo, com a instalação de um terceiro grupo gerador, já previsto;
- ☑ Conduitas forçadas entre a câmara de carga e a Central de Montesinho e entre esta, a câmara de carga de Pena Águia e a Central de Prado Novo;
- ☑ Açudes de Galhas e Montesinho dos quais partem canais a céu aberto;
- ☑ Picagem na conduta forçada que alimenta a ETA, da qual parte todo o abastecimento urbano.











SOLUÇÃO I – REFORÇO ABASTECIMENTO BRAGANÇA

O balanço energético global da solução é ligeiramente superior ao previsto com a solução inicial da barragem das Veiguiñas.

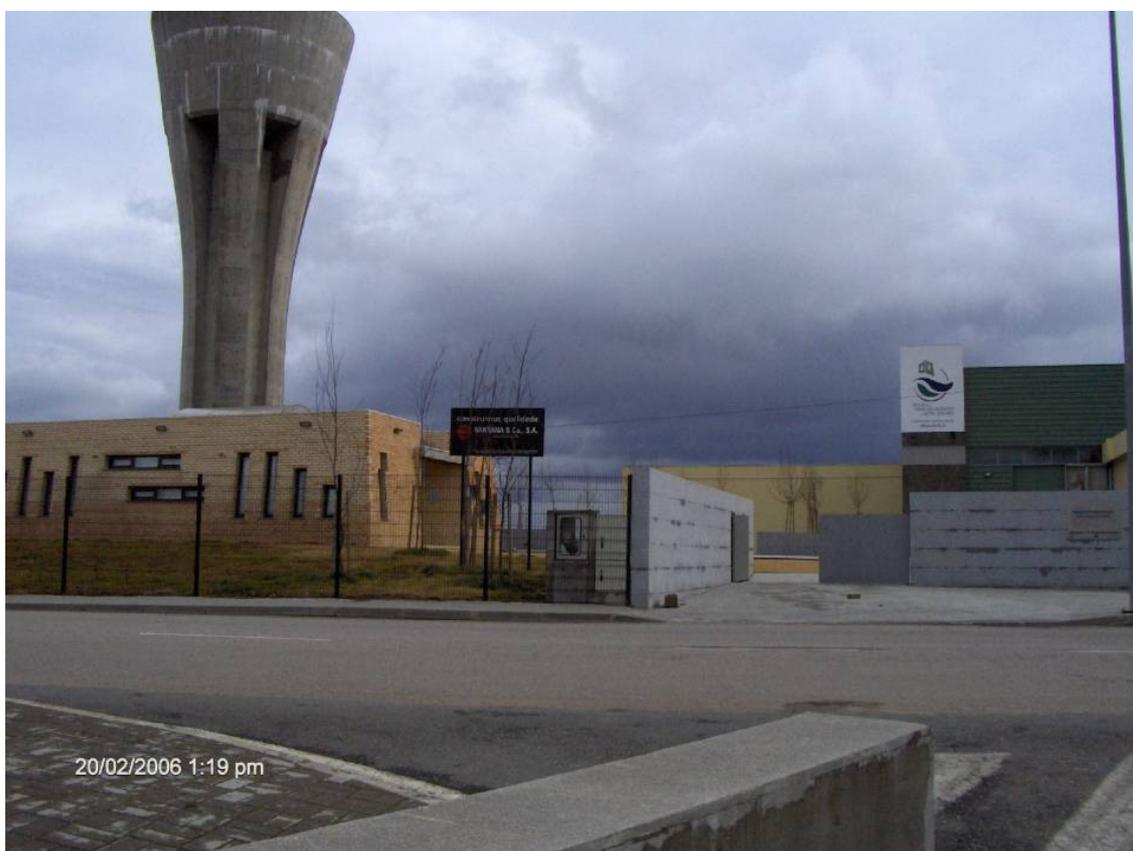
Tal só é possível mercê da construção de mais três centrais hidroeléctricas:

- ✓ Central na ETA de França;
- ✓ Central de Gostei;
- ✓ Central do Reservatório da Mãe de Água;
- ✓ Reforço das Centrais de Pardo Novo e Montezinho, com a instalação de novos grupos geradores, já previstas na solução inicial.



Volumes turbinados e bombeados em ano médio (10⁶ m³)

SOLUÇÃO	Central de Montezinho	Central de Prado Novo	Central da ETA de Bragança	Central de Gostei	Central de Vale Álvaro	Estação Elevatória de Gostei
Barragem de Serra Serrada + Barragem de Veiguiñas	5,354	3,216	Não foi prevista nesta solução			
Barragem de Serra Serrada + Açude de Veiguiñas + Barragem de Gostei com 0% de rega	5,035	3,145	3,982	0,656	3,086	- 0,892
Barragem de Serra Serrada + Açude de Veiguiñas + Barragem de Gostei com 100% de rega	5,035	2,557	4,569	1,244	3,086	- 0,898



Balanço das Energias Consumidas e Produzidas em ano médio (kWh)

SOLUÇÃO	Central Monteseinho	Central de Prado Novo	Central ETA França	Central Gostei	Central Mãe de Água	Estação Elevatória de Gostei	Balanço Global
Barragem Serra Serrada+Barragem Veiguinhas	2.600	2.024	Não prevista	Não prevista	Não prevista	Não prevista	4.624
Barragem Serra Serrada+Açude Veiguinhas+Barragem Gostei com 0% de rega	2.447	1.979	634	123	818	- 499	5.502
Barragem Serra Serrada+Açude Veiguinhas+Barragem Gostei com 100% de rega	2.447	1.609	728	216	818	- 489	5.329

SOLUÇÃO – REFORÇO ABASTECIMENTO BRAGANÇA

Estimativa Investimento	Estimativa Custos de Investimento	Encargos Energéticos de Exploração Totais
Barragem Serra Serrada+Açude Veiguinhas+Barragem Gostei com 0% de rega	10.958.000 €	-5.953.731 €
Barragem Serra Serrada+Açude Veiguinhas+Barragem Gostei com 100% de rega	12.758.000 €	-5.765.233 €

SOLUÇÃO – REFORÇO ABASTECIMENTO BRAGANÇA

OBRAS	Variante com 0% de rega	Variante com 100% de rega
Açude de gravidade em Veiguinhas, com 8 m de altura e 1800 m ³ de betão	350 000	350 000
Canal a céu aberto entre Veiguinhas e a câmara de carga de Montezinho, com 3,1 km de comprimento	224 000	224 000
Reforço de potência da central hidroeléctrica de Montezinho	700 000	700 000
Reforço de potência da central hidroeléctrica de Prado Novo	700 000	700 000
Duplicação da conduta DN 500, com cerca de 2 km, que actualmente alimenta a ETA de Bragança.	660 000	660 000
Central hidroeléctrica da ETA	250 000	250 000
Conduta DN600 reversível ligando a ETA de Bragança à albufeira de Gostei e vice-versa, com cerca de 16 km	6 480 000	6 480 000
Central hidroeléctrica de Gostei	200 000	200 000
Central hidroeléctrica de Vale Álvaro	150 000	150 000
Estação elevatória e captação flutuante de Gostei	844 000	844 000
Reparação e adaptação da descarga de fundo e da torre de tomada de água de Gostei + instalação de descarga de caudal ecológico	400 000	400 000
Alteamento da barragem de Gostei	-	1 800 000
TOTAIS	10 958 000	12 758 000



CONCLUSÕES

A solução I apresentada:

- ✓ Resolve o grave problema de abastecimento actual a Bragança e limítrofes,
- ✓ Mantém intocada a produção energética do projecto inicial,
- ✓ Permite aproveitar e recuperar a barragem de Gostei,
- ✓ Não implica a construção de infra-estruturas de grande porte,
- ✓ Permite a utilização e rentabilização de todo o sistema existente.



CONCLUSÕES

A solução 2 apresentada, ou seja Veiguinhas:

- ☑ O Plano de Ordenamento de Parque de Montezinho é nova uma oportunidade no qual estão envolvidas, entre outras, a CCDR-N, o PNM e a CM de Bragança e que, em ultima análise, determinarão o que lá se poderá vir a realizar.
- ☑ Implica uma nova Avaliação de Impacte Ambiental,
- ☑ Impõe a análise de diversas soluções,
- ☑ Exige o esforço e colaboração de todos para ultrapassar dificuldades sobejamente conhecidas,
- ☑ A AdTMAD vai promover a apresentação da solução 2 que definitivamente ditará a solução do Reforço do Abastecimento de Água.



.....**Presidente da Mesa** – Bom, ouvimos esta apresentação, nós vamos ter depois é que deliberar sobre aquilo que a Câmara nos apresenta para deliberação, mas tal como tinha sido sugerido e ficado acordado, nós vamos abrir um pequeno período, tem que ser um período curto, para questões a serem postas pelos vários Grupos Municipais que assim o desejem fazer e limitava o tempo de intervenção de cada Grupo Municipal a três minutos. E perguntava já, as inscrições que se façam para esse fim?

.....Faça o favor.

.....**Vítor Pereira** – Há aqui uma questão que é prévia, penso eu, e que de certa maneira, se eu entendi bem, e se o meu Grupo Parlamentar, porque parece-me que há unanimidade na interpretação que demos à apresentação, principalmente a parte final, que nos ultrapassa este ponto da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal! É que, se realmente as Águas de Portugal, ATMAD, defende a segunda proposta, isto é, defende que se deve construir Veiguinhas esperando pelo impacto ambiental do parque, do ICN e não sei quê.... Foi isso que eu percebi, e se abandona definitivamente o estudo que inicialmente nos foi apresentado, não estamos aqui a discutir nada! Isso é o que todos queremos! Penso eu, quer dizer, a Águas de Portugal deve pronunciar-se sobre isto, foi isto que eu percebi, não sei se é verdade se é mentira, eu gostava que eles nos esclarecessem.

.....**Presidente da Mesa** - O Senhor membro da Assembleia Luís Costa também pediu a palavra. Vamos seguir como combinamos, cada Grupo Municipal tem até três minutos para fazer perguntas.
.....Faça o favor.

.....**Luís Costa** – Vai haver a discussão pela ordem do ponto da ordem de trabalhos.
.....Eu fiquei muito surpreendido na apresentação deste estudo, que diz que era preciso estudar outras variáveis, e apresentam-nos como uma das variáveis por exemplo a construção da Barragem de Parada. E depois durante o resto do estudo não faz menção nenhuma a isso. Portanto, sinto-me defraudado nesse aspecto. E parece-me que ali nos custos não está incluído se se vai aumentar o caudal, e eu tanto quanto percebo de hidrologia e percebo também um bocado, será necessário aumentar a capacidade da ETA também, e portanto não apareceram ali também inscritos. E depois ainda há um problema, estão a disponibilizar Gostei, e Gostei tanto quanto se sabe também tem valências agrícolas, no aspecto da irrigação para a agricultura, portanto a disponibilidade parece-me que não será assim tão total só para o armazenamento e abastecimento de água.

.....**Presidente da Mesa** - Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rabal, faça o favor. .

.....**Paulo Hermenegildo** – Senhor Presidente da Assembleia, Secretários, Senhor Presidente da Câmara.
..... Pelo que eu bem entendi a primeira opção seria, no fundo, desviarmos o porte do Sabor, no fundo seria isso. Canalizar alguma da água, porque não a maior parte, para a Barragem de Gostei. Eu sou literalmente contra, literalmente contra, e eu já vou dizer porquê. ..
..... No que diz respeito a caudal ecológico, o caudal ecológico é só para manter e preservar a fauna e a flora do Rio, certo? Só que vocês esquecem-se de uma coisa, é que a minha Freguesia é Rabal, teve projectos de regadio e na altura do pico de verão o regadio é necessário.
.....Por outro lado, em Gostei estão a por 0% de regadio, e Gostei tem regadio tradicional há décadas, portanto é preciso ter cuidado com estas coisas, no que diz respeito ao porte do sabor acho que carece de um estudo mais dedicado e mais científico, porque muito sinceramente, há regadios tradicionais em França, há em Montesinho também, há em Rabal e que é preciso precaver, e é na altura do pico do verão que é mais necessária a água.....
..... Por outro lado foram projectos candidatados ao Ministério da Agricultura, um deles inaugurado o ano passado, de 162 000€, e com certeza que o Ministério da Agricultura não financiou a obra para depois ficar às moscas.
.....Tenho dito.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor.....
.....Senhor membro da Assembleia Baltasar, faz favor.

.....**José Baltasar** – Eu depois desta apresentação que acabamos de ver, fiquei mais satisfeito por ouvir e por saber a opinião das pessoas que fazem parte da ATMAD.....

..... Eu estou um bocadinho apertado no tempo, e quase me atrevia a ler uma moção que eu trazia para apresentar no fim da comunicação que eu tinha aqui preparada. O tempo que me está aqui a apoquentar um pouco, faz-me realmente hesitar em como eu devo fazer.....

.....De qualquer maneira parece-me que será melhor eu ler, dado que ficará mais explícita a minha opinião. Então passo a dizer:.....

A Assembleia Municipal aprovou no passado a adesão ao sistema multi-municipal de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo como pressuposto a construção da Barragem de Veiguinhas concretizando assim um projecto da Hidrotécnica Portuguesa, que remonta aos princípios dos anos setenta. O estudo prévio desta barragem previa beneficiar uma área de regadio de quatro a cinco mil hectares, tendo uma capacidade de armazenamento de 4,2 hectómetros cúbicos, e ainda podia produzir energia hidroeléctrica e fornecer água potável às populações do Concelho de Bragança. Porém, foi dada prioridade à construção da barragem da Serra Serrada, que garantia no horizonte de projecto um volume anual de fornecimento da água de 1,8 hectómetros cúbicos, com um nível de garantia não inferior a 95%, o que habitualmente se revela notoriamente insuficiente.

.....Assim sendo, a Empresa ATMAD pretende solucionar o problema do reforço de abastecimento de água à população de Bragança, tendo solicitado ao consórcio SENOR ENGIDRO um estudo que permite identificar e quantificar alternativas do fornecimento de água à cidade. O Estudo refere que a norte de Bragança existem vários locais com aptidão para construção de barragens, mas estão dentro do perímetro do parque natural de Montesinho, e por isso, de difícil licenciamento, porque os ambientalistas se opõem por razões não objectivas e pouco explícitas, nem sequer se percebem os fundamentos que contrariam o interesse público. No entanto, alguém vê nessa tomada de posição a defesa dos seus interesses. A Sul de Bragança, mas a cota inferior à cidade, os locais de captação de água inviabilizam a solução, porque conduziria a custos de metro cúbico da água para além dos limites de sustentabilidade pretendidos.....

..... Por estas razões tidas como inultrapassáveis pela ATMAD, o estudo apresentado ignora definitivamente uma solução técnica e viável para execução do projecto da Barragem de Veiguinhas, e não cumpre em termos técnicos e com garantias aceitáveis, o objectivo de um regular fornecimento de água para consumo doméstico à totalidade da população do Concelho de Bragança.

.....Por outro lado, o estudo parte de pressupostos sub-avaliados, pouco rigorosos e incorrectamente considerados, que jamais poderão conduzir a soluções que garantam a sustentabilidade do sistema.

..... Dos pressupostos sub avaliados, respeitam à população actual de Bragança que é de 34 750 habitantes, que crescerá 350 habitantes no ano horizonte do projecto, quando na realidade a taxa de crescimento situa-se em dez por cento em cada década, segundo os censos de 1991 e 2001, estimando-se que no horizonte do Projecto a população a servir seja sempre acima dos 52 500 habitantes.

.....O volume útil de armazenamento estabelecido para Gostei, baseia-se numa lógica de equilíbrio para o ano horizonte do projecto, entre as afluências transferidas do açude de Veiguiñas, que será de 0,45 metros cúbicos por segundo, e o caudal de água elevado desta albufeira para a estação de tratamento de água – ETA – de 0,18 metros cúbicos por segundo. Se os consumos da água forem superiores aos considerados no estudo e por outro lado se as afluências tenderem a ser inferiores também relativamente ao valor médio considerado, então o volume útil de armazenamento previsto para a albufeira de Gostei será insuficiente, o que obrigará ou a um alteamento da Barragem para além dos seis metros considerados no estudo referido.

..... Nesta situação, tal barragem ficará seguramente com uma altura bastante superior aos 41 metros, comparativamente aos 35 metros previstos para Veiguiñas no projecto da Hidrotécnica, e com um volume de armazenamento útil, que representará metade daquilo que poderia ser armazenado em Veiguiñas.

..... Relativamente ao balanço energético, o estudo considera que a Serra Serrada mais a Barragem de Veiguiñas, caso construída, produziria no conjunto e no horizonte de projecto 5,3 gigawats/hora de potência, quando na realidade em média produzem-se já cerca de 7 gigawats/hora, só com as duas centrais existentes e exclusivamente a partir da Serra Serrada..

..... Assim, no caso de as duas albufeiras executadas é previsível produzir cerca de 12 a 16 gigawats/hora, isto significa uma produção de energia dez vezes superior ao apresentado no referido estudo.....

..... O Estudo considera que para elevar um caudal de ponta de 0,18 metros cúbicos por segundo, de Gostei à ETA, seria necessária uma potência de aproximadamente quatrocentos Kilowats, a que equivaleria um encargo anual de energia de 47 000€. Na realidade, considerando a referida potência de elevação e um custo de 0,10 € por kilowat/hora, seriam gastos de cerca de 28 000€/mês, cerca de 120 000€/ano, considerando um tempo de bombagem de um terço do ano.

..... Assim verifica-se um aumento por esta via do custo final do metro cúbico da água tratada, pressupostos pouco rigorosos. A afluência da Barragem da Serra Serrada que garantiria no ano horizonte do projecto o volume anual de fornecimento de água prevista, 95 % de garantia, não será de 2,10 hectómetros cúbicos, mas sim de aproximadamente 1,80. O

estudo baseia-se em registos de precipitações e em escoamentos referentes aos anos de 1940 até 1980, já desactualizados, no entanto, foram consideradas de relevância as alterações constantes do clima que têm conduzido anos consideravelmente mais secos, e com aumentos médios de temperatura, que induzem a valores mais altos de evaporações.....
..... Neste sentido, e sabendo que esta região se caracteriza pelo facto de cerca de 79% da pluviosidade ocorrer concentrada em cerca de ¼ dos meses do ano, que coincidem com os meses de mais fraco consumo, cerca de 30% do total, seria razoável valorizar em termos de opção técnica.....

.....**Presidente da Mesa** - Amigo Baltasar, eu tenho que lhe pedir que termine, que eu disse que eram três minutos para cada Grupo Municipal e de facto eu estava aqui a pensar noutra coisa e distraí-me completamente, mas queira terminar.....

.....**José Baltasar** – Eu posso abreviar um bocadinho, passando de imediato à leitura da Moção.....

.....Bom, eu terminava chamando a atenção para a importância que este tema tem, a água, que se cruza não só no abastecimento às populações, mas também no abastecimento às culturas.....

.....E sendo assim, eu passava a ler moção que trago aqui.:.....

.....Então entrego a moção à Mesa e finalizo esta minha comunicação.....

.....Muito obrigado.....

.....

.....**Presidente da Mesa** – Faça o favor.....

.....

.....**Presidente da Mesa** – Eu francamente tenho estado a tentar encontrar uma maneira de conduzir um assunto, que tenho dúvidas que tenha nascido da melhor maneira possível.....

.....

.....**Presidente da Mesa** - Não é nosso, mas é de todos nós... porque temos um assunto que é importante para todos nós entre mãos. Nós temos uma de duas alternativas, uma de facto é transformar esta sessão a partir de agora numa sessão de esclarecimento

relativamente às matérias técnicas e técnico- económicas que foram aqui mencionadas, o que eu tenho dúvidas que seja o bom caminho.....

..... A outra solução que temos, é perante um documento emanado da Câmara, que é a única entidade que tem legitimidade para por uma proposta em cima da Mesa, examinarmos essa proposta que está aqui da Câmara, e a Assembleia votá-la. Se a votação da Assembleia for no sentido de aprovar essa proposta da Câmara o assunto fica aí resolvido, se a votação da Assembleia for no sentido de não aprovar essa proposta da Câmara, o assunto tem que voltar atrás, tem de ser retomado, tem de ser redescutido, e outras proposta aparecerá com certeza para a Assembleia se debruçar sobre ela. Porque não foi, e eu tenho que me prender a algum formalismo, não foi apresentado este tema, como uma sessão de esclarecimento relativamente às soluções técnicas a adoptar no sistema de abastecimento de água a Bragança.

.....

.....**Presidente da Mesa** - Quer fazer uma interpelação à mesa?.....

.....Ponto de ordem à Mesa se faz favor.

.....**Vítor Pereira** - Bom, este assunto é demasiado importante e já o debatemos em 2001 aqui, e toda a gente sabe qual foi a posição do Partido Socialista, na altura, e portanto, como é sério, também existe seriedade e temos que esquecer, senhor Presidente tenha paciência, e desculpe eu tratá-lo assim com este à vontade, temos que esquecer os aspectos processuais para responder aqui a uma questão que é de extrema importância para esta Assembleia e para este Concelho. Aquilo que eu ouvi aqui, a última frase que apareceu ali, foi dizer assim: “nós, a ATMAD, Águas de Portugal, defendemos a segunda solução, isto é, defendemos a construção de Veiguiñas, depois de abrir o ICN,” *prrapapa* pardais ao ninho, impactos ambientais, não sei quê! Vocês disseram ou não disseram isto? Se disseram, não há hipótese, todos estamos de acordo!!! Estamos aqui a perder tempo, e não vamos agora votar a proposta que a Câmara nos trouxe aqui? Para quê? Se a hipótese defendida pelas águas de Portugal é esta? Nós também somos a favor disso! Todos nós somos! Estamos aqui a perder tempo, desculpem.....

..... E mais, estes Senhores vieram aqui, alguém os chamou, não fui eu de certeza nem foi o PS, alguém os chamou e os senhores vieram para esclarecer, e como tal esclareceram e por isso é que eu gostava que eles usassem o microfone e viessem dizer aqui que são a favor da segunda hipótese, construir Veiguiñas depois do impacto ambiental. É ou não é verdade? Se são a favor disso nós também somos, por amor de Deus, não percamos tempo!.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....

.....**Presidente da Mesa** – Ó! Senhores membros da Assembleia, fazem favor de terminar essa troca de impressões directa.

.....Um minuto... Senhor Presidente da Junta de Freguesia de França, peço-lhe favor de silenciar.

.....Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre, o senhor quer fazer o favor de ocupar o seu lugar?.....

.....Senhor Presidente da Junta de França, quer fazer o favor de ficar em silêncio?.....

.....A proposta que está em cima da Mesa para deliberação foi apresentada pela Câmara Municipal, eu vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.... Desculpem, mas atendendo à situação em que os trabalhos estão, eu vou conduzi-los como entender que é melhor conduzi-los. Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para ele esclarecer o âmbito em que os documentos foram postos à Assembleia Municipal para ela deliberar sobre eles.

.....Faça o favor.

.....**Presidente da Câmara** - Os senhores deputados receberam a documentação para efeitos de apreciação da proposta que a Câmara Municipal apresentou para votação, evidentemente que aquilo que a Câmara pretende hoje é que seja aprovada ou não a proposta que a Câmara enviou à Assembleia, como qualquer proposta.

.....O que solicitamos e nos pareceu correcto, foi pedir à Empresa Águas de Trás os Montes, que tomassem conhecimento da posição da Câmara, e de forma mais estruturada, apresentarem a solução alternativa à da Câmara, para os Senhores deputados poderem tomar a opção, sim ou não, aprovar a perspectiva da Câmara Municipal relativamente à solução que nos parece técnica e economicamente adequada ou não o fazendo, aceitarem a solução proposta pela empresa concessionária. Há assim para votação, a proposta da Câmara e a Câmara não retira a sua proposta por tal não fazer sentido, pretendendo sim, que esta matéria seja esclarecida na Assembleia Municipal, dada a sua relevância, não devendo o Órgão deliberativo alhear-se do problema, assim o consideramos na Câmara.....

.....Assim, o que se impõe neste momento, depois de terem sido devidamente apresentadas as soluções em debate, é, os senhores deputados pronunciarem-se sobre a proposta da Câmara Municipal.

.....

.....**Presidente da Mesa** – Faça o favor Senhor membro da Assembleia Luís Filipe.

.....**Luís Fernandes** – Ora o meu ponto de ordem à Mesa é muito simples e muito objectivo. É para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se conhecia antes da apresentação das

Águas de Trás-os-Montes a solução n.º 2 que eles apresentaram? Só queria saber disso neste momento.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Os Vereadores conheciam, até porque.....

.....**Presidente da Mesa** - A segunda abstiveram-se...

.....**Presidente da Mesa** – Quer explicar Senhor Presidente da Câmara? Quem é que conhecia o quê?

.....O senhor Presidente da Câmara vai explicar.

.....**Presidente da Câmara** – Os Senhores Vereadores conhecem o seu estatuto e a posição em que aqui se encontram, sabendo que o uso da palavra obedece ao previsto na legislação em vigor, pelo que solicito a necessária contenção.

.....Quando foi discutida a solução que está para votação nesta Assembleia Municipal, a Câmara Municipal não conhecia mais nenhuma alternativa. Sabemos também não existirem soluções adicionais, o que está para votação, não vale a pena andar com confusões, é exclusivamente uma proposta apresentada pela Câmara Municipal. Votam favoravelmente a solução da Câmara ou votam contra a solução da Câmara. Não têm opção alternativa pelo meio. Essa clarificação é necessária, têm que ter paciência e não vale a pena andar com argumentos secundários. Porque isso é essencial para a Câmara e é essencial para a empresa. E é essencial para o futuro do concelho.

.....**Presidente da Câmara** - A resposta a essa questão não tem relevância absolutamente nenhuma.....

.....**Presidente da Câmara** - Peço desculpa, mantenho a posição. A Câmara Municipal apresentou uma solução, pretende obter clarificação da mesma, mais nada.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre tem a palavra se faz favor.....

.....**Luís Silvestre** – Muito rapidamente, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, peço desculpa, vou ter que dizer duas coisas. Primeiro lugar, ficou acordado nesta Assembleia, sem oposição de ninguém, que todos os grupos parlamentares têm direito a três minutos para colocar questões que entenderem à disponibilidade da empresa para depois nos darem respostas e era isso que devia ter sido feito, este debate todo não percebo. Eu tenho interesse por algumas questões, aproveitando que estão aqui a presença destas pessoas, para ficar esclarecido sobre outros assuntos relacionados também com a distribuição de água do Concelho. A minha preocupação é essa neste momento, e depois sim, depois de os senhores terem dado o esclarecimento devido retiravam-se da sala e a Assembleia continuaria os trabalhos normalmente, aquele membro apresentaria a moção que tem que apresentar, o Partido Socialista fazia o que entender, que foi assim que foi acordado. Eu não estou a perceber o que se está a passar.

.....Portanto, agora vou fazer as questões.....

.....Durante a apresentação da primeira hipótese, entendi que naquela Zona da Alta Lombada iria ser feito um ramal, segundo a proposta que foi apresentada, um ramal de distribuição em alta e em baixa, na Alta da Lombada, aquele último gráfico que apareceu a vermelho no Power Point. A pergunta que eu faço, aproveitando essa deixa da baixa, se é objectivo da empresa ficar com a baixa toda para o Concelho de Bragança incluindo a Cidade de Bragança. Primeira questão. São questões de sim e não, muito rapidamente, não há muita volta a dar.

.....Relativamente ao Plano de Ordenamento do Parque a pergunta que eu faço é, quanto tempo se prevê que esse Plano seja feito e seja aprovado, quanto tempo depois de ele ser aprovado vai ser apresentado o Plano de Impacto Ambiental, ou seja, o que eu quero saber é, o problema da água que eu tenho neste momento quanto tempo é que vai demorar para ficar resolvido?

.....São as questões que queria colocar.....

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Júlio de Carvalho também queria por uma questão, segundo entendi.....

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente, eu não estou a entender nada...com o devido respeito, porque o que ficou aqui decidido quando foi discutido este assunto, foi que as Águas

de Portugal iriam fazer aqui uma exposiçao, e que fizeram, e muito bem, sobre a soluçao para o problema de abastecimento de aua a Bragança. E o que ficou decidido pela Mesa da Assembleia foi que nós iríamos formular perguntas aos técnicos, e neste caso concreto ao Senhor Dr. Alexandre Chaves e Engenheiro Paixão, de dúvidas que tivéssemos. E nada mais. Eu agora já tenho dúvidas em relação à exposiçao que o Senhor Engenheiro Paixão fez, e tenho dúvidas em relação à Câmara. E começo precisamente pelas dúvidas que eu queria por ao Senhor Engenheiro Paixão, que são estas: primeiro, foi considerado como elemento importante para este estudo a precipitaçao na Serra de Montesinho? Porque eu recordo só, e faço esta pergunta pelo seguinte, eu participei na primeira aprovaçao do projecto do Alto Sabor como Vereador da Câmara Municipal de Bragança, e um dos problemas que nós discutimos nessa altura, com muito rigor e com muita cautela, foi precisamente isso, porque havia uma evoluçao negativa como se está a verificar na precipitaçao na Serra de Montesinho. Não sei se é verdade se é mentira. Tinha lá os dados, devo lá te-los guardados no arquivo morto, mas estão lá. E Esse assunto foi um problema fundamental para se discutir, para se aprovar o Plano do Alto Sabor.

.....Segundo ponto, a té que ponto, e isto não foi aqui devidamente estudado, analisado, aprofundado, talvez o seja noutro estudo, é este, em que termos é que as obras e o custo destas obras se vai reflectir no consumidor em termos de metros cúbicos? Que é para mim importante.

.....E agora tenho uma dúvida em relação à Câmara Municipal, para o Senhor Presidente. Uma vez que esta proposta, que na minha opiniao.....

..... Bem se recusou, então vou-me embora, porque não estou aqui a fazer nada.....

..... Se você segue cegamente... eu não sigo, porque aquilo que me foi proposto inicialmente foi um projecto, foi uma proposta, e vai alterar significativamente a minha posiçao. Se neste momento as Águas de Portugal vêm dizer assim: não vamos esgotar o problema de Veiguihas, vamos reanalisá-lo, vamos insistir, vamos aguardar pelo Plano de Ordenamento da Serra de Montesinho. Então a minha posiçao é dizer assim, ó Senhor Presidente, a Câmara, com o devido respeito, eu não. Ou nós queremos Veiguihas ou não queremos.

..... **Júlio de Carvalho** - Então não queremos Veiguihas.

..... Se nós queremos Veiguihas e temos hipótese de ainda a ter, com o devido respeito Senhor Presidente, eu devia saber da Câmara se vale a pena aguardarmos alguns meses, se vale a pena aguardar as diligências da CCRN do Plano de Montesinho, da Câmara Municipal e

das Águas de Portugal, no sentido de obtermos um parecer, o terceiro parecer favorável agora à construção da Barragem de Veiguinhas, e portanto a minha posição, obviamente que passa a ser diferente, e com o devido respeito. Eu gosto muito de ser obediente, gosto de muito de respeitar o sentido de voto do meu grupo parlamentar, mas também gosto de ser eu. Portanto, eu vou ter que repensar a minha decisão, porque se o Senhor Presidente me dizia, não, como foi dito inicialmente e está aqui na proposta, aquele processo, aquela solução não interessa, então eu vou acreditar que a Câmara Municipal fez um bom estudo, mas agora as Águas de Portugal vêm a dizer, não, temos hipótese ainda de ir para Veiguinhas. Então não vamos nós esperar? Vamos assim à partida... Eu voto contra. Ou saio daqui para não ser contra, e não voto...

.....**Presidente da Mesa** - Henrique Ferreira, faça o favor.

.....**Henrique Ferreira** – Eu pedia a todos, inclusive à Mesa um pouco de respeito pelos Representantes da ATMAD que aqui estão.

.....Depois, três questões objectivas que eu pretendia que a AMTAD me respondesse.

.....Primeira questão, qual é então o conteúdo objectivo da sua proposta? Em vez de me falar em A ou B, ou C, qual é o conteúdo objectivo da proposta que aqui apresentaram?

.....Segunda questão, qual é a sustentabilidade técnica, e ambiental da proposta que aqui fizeram? Isto é, eu concretizo, qual é a garantia técnica de que podemos aumentar a altura do paredão da Barragem de Gostei? Qual é? Alguém sabe?

.....

.....**Henrique Ferreira** - Está, está. Desculpem, está em causa.

.....Terceira questão, qual é a garantia de que o Ministério da Agricultura e o Ministério do Ambiente aceitam rega zero?

.....

.....**Henrique Ferreira** - Oh pá calem-se!! Estou eu a falar! Estou eu a falar e também sou eu!.....

.....Quarta questão, em termos ambientais há autorização ambiental para aumentar a barragem de Gostei? É que são questões fundamentais cujos pressupostos não foram aqui enunciados. E penso que isso põe em causa, ou defende a credibilidade da vossa proposta, ou seja, se não há pressupostos ambientais e técnicos para a vossa proposta ela não é exequível. Estamos aqui portanto confrontados com problemas da parte da Câmara e com incongruências também, ou com possíveis incongruências da vossa parte.

.....Segundo aspecto, como mais antigo do Partido Socialista, peço aos meus camaradas do Partido Socialista que se abstenham de algumas palmas, que criam mau ambiente.....

.....**Presidente da Mesa** - Lídio Correia tem a palavra.....

.....É a última intervenção que vai haver de pedidos de esclarecimento, eu depois darei a oportunidade, porque foi assim dito à ATMAD para dar os esclarecimentos que entender durante cinco minutos no máximo, e depois a sessão continuará só com os membros da Assembleia Municipal de Bragança.

.....Faça o favor.

.....**Lídio Correia** – Senhor Presidente, mais que questões, eu quase que queria era colocar aqui um ponto de ordem. A ATMAD veio-nos trazer aqui um estudo subjectivo, como todos os outros que foram. Conseguiu uma coisa, que aliás, eu com todo o respeito e com toda a simpatia pelos Senhores da ATMAD que aqui estão, conseguiu uma coisa, conseguiu por a Assembleia efectivamente em polvorosa de uma forma ou de outra. Porque objectivamente não temos nada. Temos é o reconhecimento de que as Águas de Trás os Montes e Alto Douro, não conseguiu desde 2001 até 2006 resolver o problema da água para Bragança. Esta é que é a questão fundamental.

.....Quanto a tudo o resto, nós aquilo que temos de votar, e a questão é política, porque nós somos um órgão essencialmente político, temos que votar a proposta que o Senhor Presidente da Câmara aqui nos trouxe, e não temos que estar a discutir as opções subjectivas eventuais de quaisquer aspectos de ambientalistas, e mais, não temos que estar a votar as opiniões acerca dos ambientalistas da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

.....**Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia Nuno Reis, faça o favor.....

.....**Nuno Reis** - Senhor Presidente, muito rapidamente, naturalmente acolho e partilho do pensamento do orador que em antecedeu, no entanto no meio disto tudo e apesar de eu entender que o Partido Social Democrata não verificou a existência de alterações significativas pela apresentação que nos foi feita por parte da Águas de Trás-os-Montes, relativamente àquilo que era a versão original proposta pela Câmara, a verdade é que eu fiquei apenas com uma dúvida, que é, as Águas de Trás-os-Montes propõem a construção da Barragem de Veiguiñas, a Câmara Municipal propõe a construção da Barragem de Veiguiñas, eu gostaria de saber se entre os dois projectos, em termos técnicos, existe alguma diferença de fundo entre aquilo que é preconizado pela Câmara Municipal e aquilo que é preconizado pelas Águas de Trás-os-Montes. A menos que haja uma diferença de fundo que altere de tal forma, de tal forma o nosso entendimento, não estou a ver como é que isto possa suscitar uma alteração no sentido de voto do Partido Social Democrata nesta matéria.

.....**Presidente da Mesa** - O Representante da ATMAD tem a palavra se faz favor.

.....**Representante da ATMAD** - Senhor Presidente da Assembleia Municipal, digníssima Mesa, Senhor Presidente, digníssimos Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores.

.....Quando assinámos o contrato de concessão em 2001, perante a Câmara de Bragança e o Senhor Presidente, dissemos que a origem de abastecimento de água a Bragança, ao Concelho e à zona limítrofe de Vinhais, seria através da construção da Barragem de Veiguinhas.

.....Depois essa barragem teve dois chumbos, um em 2001 e outro em 2005. E em 2005, o que é que nos dizia, vão buscar água ao Azibo para abastecer Bragança. Imediatamente, porque não concordávamos com essa solução, quer em termos técnicos, quer em termos sociais, imaginámos logo uma solução alternativa para voltar a colocar o prato na balança a montante da cidade de Bragança, a sua origem da água.

..... E como nos rejeitaram uma barragem, isto é um armazenamento, nós pensamos e conseguimos que não nos rejeitassem uma origem, e conseguimos portanto estancar perante nós, a opção que nos obrigava o Ministério para abastecer Bragança, de ir ao Azibo. E conseguimos sustê-la de novo em Veiguinhas, sendo aí a captação, e pondo a barriga na Barragem de Gostei. Entretanto, era a solução 1, que a Câmara entendeu, depois de analisar não achar como uma boa solução. Soubemos no percurso, há semanas, de que estava em estado adiantado de execução o novo Plano de Ordenamento do Parque de Montesinho, e nesse novo Plano iriam aparecer zonas ou zonamento ambiental, e foi-nos dito que a parte norte de Montesinho, de Veiguinhas, potencialmente pode ser feita, que era uma zona onde as condições ambientais eram menores, onde se abria uma janela de oportunidades podermos repensar de novo a construção da Barragem das Veiguinhas, e que era essa a nossa 1.^a solução.

..... Pusemos imediatamente a Câmara e as Águas de Portugal de novo com o dilema, vamos voltar a Veiguinhas nestas circunstâncias? As Águas de Portugal, disseram assim, Águas de Trás-os-Montes podeis fazê-lo, dissemos à Câmara, vamos encontrar de novo, e por de novo a Barragem das Veiguinhas para encontrarmos a solução de abastecimento de água.

.....Neste momento ninguém tem garantias de que ela poderá ser feita, têm todos vocês e afiançamo-vos vós o maior empenhamento, a maior vontade, à maior determinação e o maior querer que as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro vão lutar convosco e com a Câmara para o conseguir.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Bom, Senhores Representantes da ATMAD, terminou. Agradecendo a vossa presença aqui, nomeadamente a do Dr. Alexandre Chaves, que nos conhecemos há muito tempo, muito prazer em revê-lo, muito obrigado por terem estado, e podemos dispensá-los a partir de agora.

.....Bom, Senhoras e Senhores membros da Assembleia, temos portanto perante nós, e acho que a maior parte tem o documento em vosso poder, a certidão da qual consta a resolução que tomou o Executivo Camarário, nomeadamente aquela que é designada por opção A, e que é a que é posta à deliberação da Assembleia Municipal.

..... Eu pergunto se há inscrições para intervir sobre este ponto. Pedidos de esclarecimento? Senhor membro da Assembleia Vítor Prada, Amílcar Pires, Henrique Ferreira, Luís Silvestre, Lídio Correia.

.....**Vítor Pereira** – Acabamos de ouvir aqui a intervenção do Presidente da ATMAD, que eu saiba, e não estou aqui para defender a honra de ninguém, que eu saiba é um homem de palavra, e como tal, depois daquilo que ele acabou por esclarecer, aquilo que ele acabou de dizer foi exactamente a resposta à minha dúvida. Se realmente eles querem construir Veiguiñas, foi claro, foi conciso, foi taxativo, vão optar pela opção Veiguiñas. Foi dito. Não vale a pena andarem cá com politiquices, com subterfúgios.

..... Não vale a pena! Portanto, aquilo que eu acho neste momento, o Senhor Presidente da Câmara por muito respeito que tenho pelas suas propostas e pelos seus pensamentos, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara fazia, e se calhar uníamo-nos em torno, todos, de um projecto que começou mal, que começou mal em 2001.

..... E se há alguns que estavam aqui em 2001 nesta Assembleia, lembrem-se que a Assembleia teve que passar para outro dia porque não terminou, foram dois dias em que arduamente, com a maior das disponibilidades e com a maior das aberturas foi discutido aqui pelos vários Partidos políticos o problema da água de Bragança, e portanto, se para ultrapassar-mos essa ferida que ainda pode estar cá, não se esqueçam que não foi só a CDU que esteve contra, nós também estivemos, Lídio, também estivemos na altura contra isto.....

..... Portanto, para, digamos, que sarar essa ferida, aqui o melhor serviço que prestaria o Senhor Presidente da Câmara a este Concelho, porque isto é uma questão estratégica importantíssima, aliás eu disse isso aqui em 2001, era retirar esta proposta para não nos dividir-mos mais.

.....**Presidente da Mesa** – Amílcar Pires.

.....Prescinde.

.....Henrique Ferreira.

.....**Henrique Ferreira** – Em primeiro lugar quero subscrever a proposta do meu colega de bancada Vítor Prada Pereira. O problema é tão sério que deve ser mais bem pensado e a proposta deve ser retirada.

.....Em segundo lugar, quero alertar a Mesa, que não pode por à votação a proposta tal como o fez. A Câmara propõe-nos que optemos entre duas opções, não que votemos uma opção. A Câmara propõe-nos duas opções para votar e não que votemos uma opção. Atenção que os documentos escritos contam, e portanto há que fazê-lo com rigor, sob pena de as votações serem nulas.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Lídio Correia faça o favor.

.....**Lídio Correia** – Ora bom, o papel da ATMAD já foi conseguido, os Senhores já saíram, já cumpriram o seu papel, agora cabe-nos a nós fazer perguntas.

.....Senhor Presidente da Câmara, compete à Câmara ou à ATMAD a procura e estudo de soluções para o abastecimento de água ao Município.

.....Quem é responsável pelo fornecimento deficiente ou de má qualidade da água no Concelho?

.....O protocolo de adesão à ATMAD previa que o problema de abastecimento de água e saneamento à região, e não era só à cidade, era à região, não vi protocolo, agora já vi ali uma coisa até 2041, no protocolo de 2001 não vi nada disso, estivesse resolvido até 2006, pergunto, está resolvido?

.....Quais eram as reservas estratégicas de água no Município antes da adesão à ATMAD e quais são hoje?

.....Qual o encargo de água e saneamento antes da adesão à ATMAD, e qual o encargo desde então?.....

.....Alguma vez foi avaliado o património que foi entregue à ATMAD? Por quem e qual valor?

.....A Barragem da Serra Serrada é da Câmara ou é da ATMAD? Se é da ATMAD quanto pagou ou paga à Câmara.....

.....E pelos restantes equipamentos, ETA, ETAR, depósitos, etc., quanto pagou ou paga? ..

.....Qual foi o valor da quota de adesão à ATMAD?

.....Quanto pagou à ATMAD o Município de consumo de água? Se não pagou, quanto é que deve?

.....Quanto, desde a adesão, recebeu a Câmara pela água que cobra aos Munícipes?

.....Como tem estado as ser debitadas as regas públicas? Reflecte-se ou não na água paga pelos Munícipes?

.....Se a Câmara não pagar, também aceita que a ATMAD corte a água?

.....São estas as perguntas para já que eu gostaria de ver respondidas,

.....Obrigado.....

.....**Presidente a Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra se faz favor.

.....**Presidente da Câmara** – Vou procurar responder a algumas questões, mas primeiro lembrar aos senhores deputados o seguinte, por isso não está presente o Senhor Dr. Júlio de Carvalho, mas está agora a entrar e isso é bem. Não há confusão nenhuma do ponto de vista da Câmara relativamente à matéria que está em discussão. A ATMAD, com quem está feito um contrato tendo em vista um determinado objectivo, que é de todos conhecido, apresentou no âmbito da procura de soluções uma solução para a Câmara, que foi distribuída aos Senhores deputados. É do vosso conhecimento. Nós dissemos, a solução não serve os objectivos previstos para o futuro do Município sob o ponto de vista da estabilidade e fiabilidade do abastecimento de água. Utilizamos os nossos argumentos, a ATMAD utilizou outros argumentos, portanto o que está em causa é uma proposta muito clara da Câmara Municipal, sobre a qual pretendemos de forma inequívoca, que a Assembleia como órgão deliberativo se pronuncie por esta razão. Aquilo que está em causa sob o ponto de vista da Câmara é o seguinte, e lembro, a proposta da Câmara diz:

.....“1 – Considerar que a proposta da ATMAD, não é fiável tendo em conta as tendências de agravamento da seca face à solução Veiguiñas, no plano económico, ambiental e energético. A solução, em termos globais, aponta mais no sentido da inviabilidade do que na da viabilidade.....

.....2 – Considerar a actual proposta da ATMAD, contrária ao contrato de fornecimento, celebrado entre a ATMAD e a Câmara Municipal de Bragança e aprovado pela Assembleia Municipal.

.....3 – Considerar que a solução Veiguiñas deverá ser retomada, a partir de Março de 2007, é quando legalmente é possível, com uma análise suficientemente detalhada, pois até à presente data, as razões de impacte ambiental não foram apresentadas de forma objectiva, nem se percebem os fundamentos que contrariam o interesse público, sendo que garantir o abastecimento de água a uma cidade e Concelho, mesmo no plano europeu, não deixa de representar um interesse público evidente, não se percebendo que outros interesses se poderão sobrepor. O interesse público tem assim e com clareza, ser destacado.”

.....Relativamente a alguns esclarecimentos que foram pedidos, não posso deixar de responder. A quem competem as soluções? Competem à ATMAD nos termos do contrato existente, de soluções de abastecimento de água. Compete à Câmara, tendo em conta o contrato que tem feito, apreciar as soluções. Neste caso esta solução contraria também nesse âmbito o contrato feito.....

.....Avaliação do património, na parte de saneamento está feito, na parte da água não está feito, a Câmara não pagou água nenhuma à ATMAD e disse, conforme o documento que vos foi distribuído, tomou uma posição e tem tomado desde o início da constituição do sistema, de que havia algumas questões centrais relativamente à sua participação, e eu volto atrás e ao

momento da Assembleia em que aprovou a adesão do Município de Bragança ao sistema, no que diz respeito à água:

.....1.º - Construção de Veiguinhas, foi claro o processo;

.....2.º - Avaliação adequada do património;

.....3.º - Avaliação e definição da forma e princípios de gestão dos aspectos relacionados com a energia, porque o nosso processo é único de entre todas as soluções dos Municípios que aderiram à ATMAD, situações ainda não esclarecidas.

.....Não realizamos a generalidade do capital social, por razões de prudência, percebendo que estávamos perante um processo complexo em termos de concretização, na vertente da água, não do saneamento, por isso realizamos uma pequena parte do Capital Social, e por escrito, mais do que uma vez, formalizou junto da empresa e a última vez que o fez de forma clara, lembrando posições anteriores, foi numa Assembleia Geral, de que vos foi distribuído um documento, referindo que a Câmara não realizaria capital social adicional, se não houvesse garantias suficientes de empenhamento da ATMAD no que diz respeito à concretização da solução contratada. A posição da Câmara tem sido absolutamente clara e estável.

.....Mais importante do que fazer declarações públicas para ganhar visibilidade, é perceberem que há uma solução apresentada pela ATMAD, que põe de lado a construção da barragem de Veiguinhas e que esse estudo não satisfazer os interesses futuros do Concelho, e altera os objectivos do contrato existente, pelo que pedimos à Assembleia Municipal que clarifique a sua posição nesta matéria, sendo que a da Câmara está clara.

.....**Presidente da Mesa** – Luís Pires, faz favor.....

.....**Luís Pires** – Bom, meus caros amigos, muito boa tarde a todos.

..... Com alguma serenidade permitam-me que faça aqui apenas uma pequena abordagem que é a seguinte. Senhor Presidente a documentação que nos chegou oriunda da Câmara, tinha, após uma pequena reflexão, a postura do Executivo, relativamente a duas opções, opção A, opção B.

.....O Executivo votou, trouxe a proposta a esta Assembleia Municipal, e nesta Assembleia Municipal, na parte prévia de esclarecimentos facultados pela empresa, pude-me aperceber claramente que a opção A não seria neste momento, agora, já, a opção privilegiada pela empresa, apresentando aqui a empresa uma outra solução como sendo a que eles achavam que deveriam privilegiar em função de determinados acontecimentos, como é o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, que está a ser feito no IPB.

.....O que acontece é que, eu concordo com o Senhor Presidente, que para as Instituições funcionarem tem que haver formalismos, mas também lhe lembro, Senhor Presidente, que às vezes o apego a determinados formalismos nos impede de incorporar um pouco de agilidade e flexibilidade e apercebermo-nos de soluções de uma forma mais, eu vou utilizar sem qualquer

tipo de depreciação a palavra, com alguma inteligência, sem qualquer tipo de depreciação. E eu acho que nós estamos aqui perante uma situação que é, houve uma evolução. Há formalismos, mas houve uma evolução.

.....E há outro ponto que é preciso incorporar Senhor Presidente, é que eu não concordo, e acho que não está correcto até pelas palavras que o meu camarada Henrique disse, que esta seja a forma também formal de apresentar aqui a documentação.

.....O Senhor Presidente tem uma proposta de uma empresa que é a ATMAD, com a qual não concorda, e tem todo o direito, e esta proposta que está aqui tinha alguns pormenores técnicos, que eu vou-me abster de debater, que não é essa a questão neste momento, que o Senhor Presidente diz, “*eu não concordo com esta opção*”, muito bem, muito bem.

..... Poderia contornar a questão de apresentar uma opção B, pedindo a alguém do grupo parlamentar do PSD que surgisse aqui com uma moção que concretizasse esta opção B. Não acho que seja lógico e formalmente correcto pedido da Câmara, opção A e B. Não há só estas duas no universo Senhor Presidente.

.....E se eu lhe dissesse que seria interessante haver a barragem de Veiguiñas e defendê-la intransigentemente e junto do poder político desenvolver esforços para que ela fosse uma realidade? Mas se acharmos que ela poderá demorar outros oito anos, temporalmente, transitoriamente, tal como o Senhor Presidente apresentou algumas soluções relativamente à Escola de Bombeiros, enquanto não se fizesse outro edifício, se aceitasse uma outra solução, até que tivéssemos Veiguiñas. Esta é a questão que está aqui,. Acho que não há ninguém nesta sala que seja contra Veiguiñas. Temos uma oportunidade e o Senhor Presidente apela muitas vezes a isso nesta câmara, que é, vamos ser positivos, vamos fazer algo por Bragança, corrijam um bocadinho a vossa posição e votem ao meu lado, e nós fazemos-lhe esse apelo também Senhor Presidente.....

..... Eu vou apresentar agora aqui uma moção, verbal, que vai dar a possibilidade de a gente se pronunciar sobre isto, e se a gente se pronunciar favoravelmente eu não vou querer dizer que foi o Partido Socialista que apresentou a moção ou não.

.....E passo então a dizer as linhas mestras da moção e com a devida vénia Senhor Presidente, eu entregar-lha-ei depois escrita a mão essa moção.....

“MOÇÃO

.....Face a uma realidade que aconteceu nesta Assembleia Municipal, apresentada pela ATMAD, propomos ao Senhor Presidente da Câmara que retire este ponto da ordem de trabalhos, que o leve a Sede do Executivo, que faça uma nova análise e que a traga novamente a esta câmara e provavelmente terá o apoio unânime de toda a gente, que é aquilo que muitas vezes o Senhor Presidente fala lá para fora.

.....a) Luís Pires

.....Assembleia Municipal 15 de Dezembro 2006”

.....**Presidente da Mesa** – Dr. Júlio de Carvalho, tem a palavra.....

.....**Júlio de Carvalho** – Senhor Presidente, com o devido respeito, eu continuo a não entender nada.....

.....Afinal, parece-me que e com o muito respeito que tenho, há uma coisa que é fundamental em Direito, e vamos a ver se alguém contraria aquilo que eu digo, ou então andei errado durante trinta anos... ..

.....

.....**Júlio de Carvalho** - Estou a incomodá-lo?

.....O problema é este, o que está aqui subjacente a isto é isto, a Câmara vai ter o direito de resolver o contrato com as Águas de Portugal porque ela não está a cumprir aquilo a que se obrigou. Aquilo que eu entendo, eu interpreto isto.

.....Segundo ponto, os contratos podem ser alterados quando as circunstâncias se alteram, é um princípio sagrado do Direito Civil. O contrato não é exequível, ou pode ser alterado se as circunstâncias se alteraram. As Águas de Portugal vieram aqui dizer, até aqui nós não tínhamos outra alternativa senão este projecto de Gostei. Há dias, há poucos dias recebemos a informação de que está a ser feito um Plano de Ordenamento de Montesinho, e que Veiguihas poderá não vir a ser incluído numa área de impacto ambiental, e portanto o impacto ambiental poderá alterar-se.

..... Aquilo que eu penso como correcto, e aquilo que eu faria se estivesse nas circunstâncias da Câmara Municipal, era dizer o seguinte, e não fica nada mal ao Senhor presidente, o Senhor Presidente pelo que vejo soube da história como soube agora, ele veio dizer, “não, as circunstâncias alteraram-se, vai haver possibilidade de retomarmos o projecto de Veiguihas”. Vamos parar! Vamos suspender isto durante uns tempos, não vamos decidir isto. Senhor Presidente era aquilo que eu faria. E se me pedisse a minha opinião, eu diria, as circunstâncias contratuais alteraram-se, há razões sérias para alterar a minha posição. Eu fá-lo-ia, o Senhor Presidente entende que não o deve fazer, está no seu direito, mas, as circunstâncias alteraram-se, o que não valida, e não valida, em qualquer circunstância, que a Câmara venha a rescindir o contrato com as Águas de Portugal, com fundamento neste motivo.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado pela sua intervenção. De qualquer maneira temos uma moção que foi apresentada em termos verbais, eu estive a dar um bocadinho de tempo para poder ser escrita e foi por isso que dei a palavra ao Dr. Júlio de Carvalho.

.....

.....**Presidente da Mesa** - Então como a moção ainda não está entregue, faça o favor.....
.....Bom, meus senhores, temos um ponto lateral para resolver. De acordo com o Regimento, a Assembleia não pode funcionar por períodos seguidos e superiores a quatro horas e deve terminar as suas sessões ao fim desse período a não ser que haja uma decisão da própria Assembleia.
.....Bom. As moções estão entradas na Mesa, elas estão registadas e portanto serão votadas ou não, conforme a Assembleia estiver em funcionamento ou estiver.....
.....A primeira decisão a tomar é se fazemos o prolongamento dos trabalhos da Assembleia .

.....**Presidente da Mesa** - No mínimo uma hora, não vale a pena estarmos a fazer prolongamentos de meias horas com pedidos de esclarecimentos e discussões sobre moções.

.....**Presidente da Mesa** - A alternativa é continuar na segunda feira com certeza.....
.....A Assembleia tem é que deliberar se continua os trabalhos por mais uma hora.....

.....**PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS – Neste ponto da Ordem de Trabalhos o Plenário votou com oito votos contra, e os restantes a favor, o prolongamento dos trabalhos até às 20horas**

.....**Presidente da Mesa** - Vamos continuar com os trabalhos.....
.....Se vamos continuar com os trabalhos, eu pergunto se os Senhores querem fazer um ambiente na sala que permita continuar com os trabalhos.
.....Muito obrigado a todos.....
.....Bom, neste momento temos na Mesa duas moções, uma que foi apresentada pelo Senhor membro da Assembleia , Baltasar, que teve que se ausentar, e que foi a primeira moção a ser apresentada. E ela diz o seguinte, eu vou lê-la que é para a recordar, para depois a por à discussão:

“ MOÇÃO

.....Considerando que a construção da barragem de Veiguiñas é uma solução estável, credível, economicamente fiável, amiga do ambiente e garante de um regular abastecimento de água às populações da região de Bragança, e como a riqueza produzida pelas gentes desta região é oriunda da agricultura, propõe-se:

.....1. Que a solução Veiguiñas seja retomada, visto que, as razões de impacte ambiental não foram apresentadas de forma objectiva, nem se percebem os fundamentos que contrariam o interesse público;

.....2. Que seja feita a instalação de uma descarga de caudal ecológico na barragem de Gostei;

.....a. Que seja feita a reparação e adaptação da descarga de fundo;.....

.....b. Que seja feita a construção de um acesso à torre de tomada de água;.....

.....c. Que se elabore um plano cultural e projecte a rega por aspersão;.....

.....d. A conclusão da rede de rega;.....

.....3. Propõe-se ainda, que seja submetida a concurso público a barragem de Parada, visto que, o projecto de execução já foi aprovado em Junho de 2000 e a declaração de impacte ambiental é favorável, favorecendo assim a criação de condições para potenciais investidores agricultores amantes da região.

.....Se a Moção for aprovada, propõe-se que seja enviada ao Senhor Ministro da Agricultura, Senhor Ministro do Ambiente e ao Senhor Director Regional de Agricultura.

.....Bragança, 15 de Dezembro de 2006

.....O membro da Assembleia Municipal

.....José Luís Baltasar”

.....**Presidente da Mesa** - Alguém deseja pronunciar-se sobre esta moção?

.....Faça o favor.

.....**Bruno Veloso** – Senhor Presidente, isto já está um bocadinho inquisinado, é só para fazer uma pergunta. Quer dizer, nós estamos aqui, foi apresentada uma moção, agora é apresentada outra em simultâneo, não abriu sequer período de discussão nem desta moção, nem.....

.....**Presidente da Mesa** - Senhor deputado, vamos abreviar, eu estou a abrir um período de discussão nesta moção, havia uma moção na Mesa, eu tinha adiado a discussão dessa moção, estava a haver vários esclarecimentos, entretanto surgiu uma segunda, é natural que tenha entrado uma primeira moção e depois uma segunda, que tenha que ser pela ordem por que entraram.

.....Bom, Lídio Correia faça o favor.

.....**Lídio Correia** – Isto faz-me lembrar há cinco anos atrás, mas de qualquer das formas, eu queria dizer-vos que, quer dizer, não vale a pena andarmos aqui com moções, ou mais moções, e esta é mais uma ou mais outra. A questão que aqui estamos a discutir é eminentemente política. É só uma questão de resolução política. Não andemos aqui a tentar

confundir o que quer que seja, Não venha aqui a Águas de Trás-os-Montes dizer-nos que a culpa é dos ambientalistas, a gente já está farta de ouvir isso. A Águas de Trás-os-Montes já veio aqui, já cumpriu o seu papel, já provou que efectivamente não tem competência para gerir a água do Concelho de Bragança e da Região.

.....Como tal, acabemos com esta história. A questão é política. E devo dizer-vos que a posição da CDU sobre o problema da água no Concelho já está plasmada de forma muito clara, em vários documentos tornados públicos,. E nomeadamente na intervenção que aqui produzimos e que eu fiz distribuir pelos Líderes dos Grupos Municipais e pelo Representante dos Senhores Presidentes de Junta, e que aqui proferi há cinco anos. Foi a CDU e está aí tudo clarinho.

.....Não vou por isso entrar aqui em grandes considerações.

.....Registo apenas, passados cinco anos, a actualidade e a justeza das nossas posições de então. Hoje, e para não perder muito tempo, lembro alguns factos:.....

.....Desde logo afirmar que a construção ou não da Barragem de Veiguiñas é tão só uma questão de vontade política.

.....Depois, dizer que é falso, rotundamente falso que seja por causa do ambiente ou dos ambientalistas que se não constrói a barragem de Veiguiñas. Os ambientalistas não entram ou inviabilizam o que quer que seja. Ajudam isso sim é a desculpar os responsáveis políticos. Eles servem-se é disso. São os responsáveis políticos que fazem as leis e são eles que têm a capacidade para as alterar.....

..... As áreas protegidas e a Rede Natura têm legislação que limita e condiciona a instalação de alguns equipamentos. Foi com base nesta legislação que o Secretário de Estado do PS, Ricardo Magalhães, que é um dos muitos sábios que anda para aí salvadores do Nordeste e que têm quase todos origem na CCRN, inviabilizou Veiguiñas em 2001 e 2002, e mandou estudar alternativas e fazer um estudo de impacto ambiental, foi o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, Ricardo Magalhães. Curioso, é que o Ministro do Ambiente, o da altura, tinha o mesmo nome do actual Primeiro-Ministro, chamava-se José Sócrates.....

..... Evocando a mesma legislação em vigor, o PSD e o CDS através do seu Secretário de Estado do Ambiente no Governo de Santana Lopes, e aqui lamento não me lembrar do nome, aliás desse Governo penso que só se lembra o engano que foi aquele Primeiro Ministro, não há mais nada a recordar, mas dizia, o Secretário de Estado de Santana Lopes no início de 2005 inviabilizou a solução Veiguiñas. Diga-se em abono da verdade que este até foi de uma forma politicamente mais honesta do que Ricardo Magalhães, pois pelo menos disse que era possível construir Veiguiñas, desde que o interesse público o justificasse. Só que o interesse público ficou na gaveta, e a barragem mais uma vez foi inviabilizada.....

..... E Senhoras e Senhores membros da Assembleia, nem o PS nem o PSD alteraram a legislação em vigor, pelo que só recorrendo à figura da utilidade pública é possível legalmente construir Veiguiñas. Nunca o Partido Socialista ou o PSD invocaram ou suscitaram o interesse

público de tal construção, e podiam tê-lo feito, e basta ler os jornais de hoje, basta recordar a barragem de Odelouca, ou basta recordar a co-incineração no Outão. Invocou-se a utilidade pública, houve co-incineração no Outão, invocou-se a utilidade pública houve Odelouca, invocou-se utilidade pública por parte da Câmara Municipal de Coimbra e não houve co-incineração em Coimbra, portanto a questão é de utilidade pública.

..... E nestas como noutras questões, a Universidade, por exemplo, estes partidos alternadeiros no Poder, limitam-se a culpabilizar-se mutuamente dizendo, quando não poder uma coisa ser contrário na oposição. Entretanto, a ATMAD, como hoje se verificou aqui, finge que procura alternativas, cada qual a mais mirabolante. E a Câmara Municipal que deveria ter fomentado a constituição de uma empresa inter-Municipal, e candidatar-se ela própria a fundos comunitários, vai fazendo muito do que competiria à ATMAD, e não tem o problema da água resolvido e os Munícipes, nós, vamos pagando.

.....Em suma Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal, Veiguinhas será construída quando e se houver vontade política para tal. Quando o PS que neste momento é Governo, quiser fazer o que o PSD não fez quando lá esteve. Mais claro ainda, Bragança não tem o problema da água resolvido e não quero agora saber se é da Câmara ou se é da ATMAD, através da Barragem de Veiguinhas porque o Partido Socialista, o PSD e o CDS inviabilizaram a sua construção, mais, o PS, o PSD e o CDS são contra a construção da barragem de Veiguinhas e entretanto Senhor Presidente, a procura de soluções alternativas é obrigação de qualquer responsável Municipal, tanto mais que o futuro, segundo os técnicos, reservar-nos-á períodos de seca cada vez mais longos, e por isso eu pergunto-lhe por exemplo, ouviu o Senhor Ministro da Agricultura, recentemente, relativamente à barragem de Parada dizer que só se construiria se houvesse parcerias para a construir? Por exemplo, porque não a Câmara constituir-se como parceiro? Estas e outras são possíveis, agora só se construirá Veiguinhas quando o PS, PSD e CDS quiserem. Não tenhamos ilusões acerca disto.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Alguma outra intervenção sobre esta moção?

.....Se não houver eu ponho-a imediatamente à votação.

.....**Presidente da Mesa** - Um pedido de esclarecimento?

.....Já passou o período, mas faz favor.

.....**Paulo Hermenegildo** - O meu pedido de esclarecimento é no respeitante à moção, quando diz aí criar um caudal ecológico para a barragem de Gostei... Então foi um erro técnico

fazer aquela Barragem, porque se vai fazer Veiguiñas para levar para lá a água, não estou a ver como.....

.....**Presidente da Mesa** - Que seja feita a instalação de uma descarga de caudal ecológico na barragem de Gostei;.....

.....**Presidente da Mesa** – Não, não. Quer intervir? Então mas eu perguntei se se inscreviam, não dizem nada e passado um bocado afinal.....

.....**Vítor Pereira** - Bom, eu só venho dizer aqui uma coisa muito simples e muito rápida Senhor Presidente. Eu acho que, e eu faço minhas as palavras que o PS pensa neste momento, depois daquilo que a ATMAD nos disse à bocado, eu parece-me que é perfeitamente extemporâneo andar com este tipo de moções, e daí nós votamos já contra.

.....**Presidente da Mesa** – Anunciada que está a votação, vou por à votação a moção para confirmações.....

.....**Presidente da Mesa** - Estamos a votar estas moções que foram apresentadas.....

.....Vamos votar a moção apresentada pelo senhor Baltazar.....

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com quarenta e nove votos a favor, doze votos contra e quatro abstenções, estando momentaneamente sessenta e cinco membros presentes. -**

.....**Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.....

.....**Luís Pires** – Bom, muito rapidamente, a declaração de voto do Partido Socialista vai no seguinte sentido, esta moção que foi aqui apresentada incorporava as premissas e as componentes prévias desta Assembleia. Nós apresentamos precisamente uma no sentido de incorporar o que aconteceu nesta Assembleia, portanto não poderíamos votar a favor.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Compreenderá o Senhor membro da Assembleia naturalmente que eu tenho que tratar das moções pela ordem por que elas entram.....

.....Senhor membro da Assembleia Luís Costa também quer fazer uma declaração de voto sobre esta matéria?.....

.....**Luís Costa** – A CD absteve-se, como muito bem disse o meu camarada Lídio Correia, portanto a questão é política, é de cima, está dependente da boa vontade dos Partidos que se têm alternado no Poder. Portanto não faz sentido, na nossa opinião, estarmos aqui a aprovar estas moções. Podemos aprová-las quantas quiserem, que seria mais razoável que os partidos que têm aqui acento na Assembleia Municipal pudessem fazer interferir com os seus dirigentes e com quem está de facto no Poder, para resolvermos rapidamente a questão do abastecimento de água em Bragança.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhor membro da Assembleia Nuno Reis, faça o favor.....

.....**Nuno Reis** – Senhor Presidente, nós entendemos no Partido Social Democrata, que independentemente de dever ser afastada a opção de integração da barragem de Gostei no sistema de abastecimento do Alto Sabor, a verdade é que a Barragem no estado actual em que se encontra, merece e deve ser intervencionada no sentido da sua requalificação. É uma barragem muito importante de abastecimento e de apoio à agricultura local, e portanto esta moção não é nem extemporânea, nem desajustada no tempo ou na oportunidade.....

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Vamos então passar à moção apresentada pelo Senhor membro da Assembleia Luís Pires que diz o seguinte:

“MOÇÃO

----- Face à postura que a ATMAD apresentou nesta Assembleia Municipal, que vai no sentido de privilegiar a execução de Veiguinhas, face a uma nova janela de oportunidade surgida em função do Plano de Ordenamento do PNM, o PS propõe que se retire este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- O executivo deverá trazer a esta Assembleia uma proposta que incorpore esta realidade.

----- 15/12/2006-----

----- Luís Pires”-----

.....**Presidente da Mesa** – Pedidos de esclarecimento sobre esta moção?

.....Não há pedidos de esclarecimento.....

.....Pedidos de intervenção?

.....Também não há pedidos de intervenção.....

.....**Presidente da Mesa** - Isto é uma proposta para que a Câmara retire o ponto da ordem de trabalhos.....

.....Pode intervir sobre isso, pode.

.....Tem a palavra.

.....**Presidente da Câmara** - A Câmara Municipal tem acompanhado o processo relativo à elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, propôs em sede da Comissão de Acompanhamento que fossem definidos níveis de protecção, ou seja, o território do Parque Natural de Montesinho não fosse olhado de forma homogénea. Através do nosso Representante, Arquitecto Nuno Cristóvão, na Comissão de Acompanhamento, a equipe técnica entendeu essa posição como correcta, porque o território do Parque não é igual, não é homogéneo, há zonas onde é preciso proteger mais, há zonas onde é preciso proteger menos e há outras em que quase não é preciso proteger nada. E é neste âmbito e nesta avaliação que nós, de resto, perspectiva relativamente à qual nós sempre insistimos no sentido de que é preciso na área de Veiguiñas identificar quais são os bens ambientais presentes se é que existem e em que medida se sobrepõem ao interesse público, de forma a inviabilizar a construção da barragem.

..... A elaboração do Plano de Ordenamento do PNM terá que fazer a diferenciação, dos níveis de protecção e essa diferenciação terá que abrir uma janela de oportunidade, por ser claro que na área de Veiguiñas os níveis de protecção, não serão tão exigentes como noutras áreas do parque.

.....O Plano de Ordenamento, em fase de discussão pública, deverá ser apresentado a esta Assembleia Municipal, para conhecimento e para debate.

.....A nossa proposta não vai contra a parceria que temos com a ATMAD, vai sim no sentido de se clarificar, técnica e politicamente, qual é a solução que serve o interesse de Bragança.

..... A posição que o Partido Socialista apresenta, diz “a Câmara retire para integrar a proposta da ATMAD”. A ATMAD não apresentou proposta nenhuma. Apresentou à Câmara uma proposta, que foi uma solução com Gostei, Gostei/Serra Serrada, é essa posição que nós pretendemos que seja clarificada. Se a evolução, já ocorre de facto, de resto a evolução ou a vontade dessa evolução, isso é óptimo e reforça a posição da Câmara. Portanto, não nos parece que seja absolutamente nada lógico que a proposta da Câmara seja retirada da votação por não haver nada, absolutamente nada de novo. Pelo contrário, a posição que a ATMAD aqui

apresentou, os indícios de evolução na fase final, vêm ao encontro da posição que a Câmara tomou e cuja proposta apresentou à Assembleia.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Está a pedir para intervir outra vez?

.....Faça o favor.

.....**Luís Pires** - Bom, parece-me a mim que existem duas coisas relativamente a este assunto que nós focámos, e um tem a ver com o formalismo.....

..... É que, Senhor Presidente, eu também evoluí agora um bocadinho o meu pensamento, parece-me que o Senhor Presidente o que quer afinal e ao trazer alternativa A e B, é que veja aqui as pessoas a dizerem que tem que ser alternativa da Câmara. Por isso é que pôs A e B. Votem! Façam aquilo que a Câmara diz! E depois vai-se lá fora dizer, esta foi a minha postura e a Assembleia seguiu a minha postura, se não seguirem o ónus é vosso.

.....Mas será que é este jogo que queremos? Não é! O que nós dissemos aqui é que se incorpore ao debate, ao formalismo, alguma agilidade. Tomara eu que todas as situações acontecesse assim, houve claramente aqui uma janela nova apresentada pela Empresa, porque é que não a vamos aproveitar? Porque é que não retiramos isto Senhor Presidente e incorpora este novo elemento, ou uma nova proposta e tem aqui uma votação unânime quase?

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Faça o favor..

.....**Vítor Pereira** – Senhor Presidente, eu reforço só muito rapidamente as ideias do meu camarada Luís Pires. O que se passa aqui, eu já o disse meus Senhores, o que se está a passar aqui e ao contrário do que o Lídio diz, é uma questão de fugir ao ónus político, há aqui alguém que está a tentar fugir ao ónus político da questão. Esse alguém, nós sabemos nitidamente quem é. Nós estamos aqui numa das maiores aberturas que o Partido Socialista já demonstrou nesta Assembleia. Nos queremos Veiguiñas, tal e qual, senão tenham lá paciência, senão acreditamos no Concelho de Administração de uma Empresa pública que está aqui, em quem é que vamos acreditar? E por isso, não vale a pena andarem com subterfúgios, aquilo que esta aqui em causa é o fornecimento de água a Bragança e não vale a pena fugir ao ónus político, porque isso não está em discussão, porque se estivesse em discussão isso, aí nós teríamos muita coisa a dizer.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

.....Senhores membros da Assembleia, tivemos de facto aqui o tratamento de uma matéria algo complexa, eu mesmo já mencionei que não me pareceu a melhor forma a maneira como os elementos constam da Certidão que é submetida à Assembleia para votação, também queria dizer e é a segunda vez que tenho essa experiência em funcionamento da Assembleia, que me parece que deve ser revista a prática, de submeter a decisão a deliberação da Assembleia, matérias sobre as quais são prestados esclarecimentos por entidades estranhas, no próprio dia em que essas matérias são deliberadas.

..... É a segunda vez que vejo uma situação deste tipo, e de facto parece-me preferível, mesmo que à custa de alguma eficácia, salvo caso de urgência muito forte, efectivamente que a Assembleia se pronuncie e no dia em que outras entidades que não membros da Assembleia e a própria Câmara façam as suas exposições sobre as matérias que são postas à decisão da Assembleia Municipal.

.....Posto isto, também quero dizer uma terceira coisa, e permitam-me só, eu sei que o Presidente da Mesa não deve fazer um comentário que vou fazer, mas permitam-me que o faça... ..

.....Se aquelas intenções que foram aqui atribuídas ao Senhor Presidente da Câmara fossem assim, ele não tinha tido necessidade nenhuma de trazer aqui a ATMAD hoje ou noutro dia qualquer, portanto, permitam-me o à vontade de dizer que não vejo legitimidade em ver segundas intenções onde pura e simplesmente há um procedimento, com o qual até em todos os seus pormenores não têm a minha concordância absoluta.....

.....Posto isto neste termos, eu vou passar a por à votação, com a vossa permissão, a moção do Luís Pires, a moção em que no fundo é proposto que seja retirado este ponto da ordem de trabalhos.

-----Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação tendo sido reprovada, com cinquenta e dois votos contra, dez votos a favor e três abstenções, estando momentaneamente sessenta e cinco membros presentes.

.....**Presidente da Mesa** - Declarações de voto sobre esta matéria?

.....

.....**Presidente da Mesa** - Acha que ainda é necessário? Então faça o favor.

.....Quem sou eu para julgar da necessidade do Senhor justificar ainda mais esta moção.....

.....**Luís Pires** - Não é fisiológica... é uma necessidade provocada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que acabou por justificar aquela proposta que eu coloquei, uma vez que a proposta que vai ser submetida agora, não vai ser exactamente naqueles moldes que

nos foi apresentada. Nós não vamos votar ou A ou B. E por isso, fica ainda mais reforçada a proposta que nós introduzimos agora aqui.

.....**Presidente da Mesa** – Essa conclusão não é legítima, peço-lhe desculpa. Não é legítima.

.....A única coisa que eu disse e se calhar está-me a fazer arrepende de o dizer, mas fui franco, vou por à votação efectivamente uma proposta da Câmara que está cá desde o começo da sessão, e desde que foram distribuídos os elementos a todos nós.

.....

.....**Presidente da Mesa** - Também quer fazer uma declaração de voto Nuno Reis? Faz favor.

.....**Nuno Reis** – Bem, Senhor Presidente, o Partido Social Democrata chumbou a moção do Partido Socialista por entender que as informações prestadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro não alteraram o cerne da proposta apresentada pela Câmara, e portanto, não a perturbaram, nós entendemos que não a perturbaram, não alteraram os seus termos, as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro é que fizeram uma evolução, e portanto conformaram a sua posição com a posição da Câmara Municipal.

.....Faz todo o sentido ratificar a posição da Câmara Municipal, aliás já expressa nos órgãos sociais da ATMAD, para que, de uma vez por todas não restem dúvidas, que esta posição é maioritariamente apoiada e é maioritariamente acolhida pelos representantes da população do Concelho de Bragança, e portanto entendemos que o processo nesta Assembleia deve continuar sem qualquer tipo de perturbação, sendo a proposta da Câmara Municipal, que é essa que está em causa, votada nesta Assembleia, para bem ou para mal.

.....Obrigado.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito bem.....

.....Vou por à votação a proposta... ..

.....

.....**Presidente da Mesa** - Mais outro pedido de esclarecimento.....

.....Pedidos de esclarecimento à exaustão.

.....**Bruno Veloso** – Não... não... é um pedido de esclarecimento formal ao Senhor Presidente da Mesa. Ponto de Ordem à Mesa. Gostaria só de saber, se é possível os membros

da Assembleia Municipal, dada a questão, e aquilo eu a gente discutiu, se é possível manterem-se na sala sem votar?.....

.....**Presidente da Mesa** – Se é possível manterem-se na sala sem votar?

.....É possível. É possível. Não votam.

.....**Nuno Reis** - Eu lamento imenso, eu percebo o incidente aqui levantado, porque o Regimento do parlamento de facto obriga todos os deputados a votar. Se for encontrar uma norma no Regimento, não encontra, e portanto o Senhor Deputado, aliás devo dizer que me redonda nalguma má fé, porque os Senhores sabiam que o Senhor deputado estava na sala, mas não é obrigado a votar esta matéria. Aliás já está no lado da intervenção do público, nem está nas bancadas onde se sentam os Senhores deputados.

.....

.....**Nuno Reis** - Qual foi o deputado que não votou?

.....**Presidente da Mesa** – Peço desculpa Nuno Reis.

.....Nós vamos.... Querem fazer um pouco de silêncio? Nós vamos proceder da seguinte maneira que é para resolver a questão, vamos contar efectivamente as pessoas que estão na sala, contamos os votos a favor, contamos as abstenções, e contamos os votos contra, e se houver uma diferença houve alguém que não votou.

.....Portanto isto está perfeitamente claro, a maneira como vamos proceder.

.....

.....**Presidente da Mesa** - Eu vou ler então o que vamos votar.

.....A Câmara Municipal, tomou uma deliberação... ..

.....

.....**Presidente da Mesa** - Os Senhores acham que ainda não está suficientemente esclarecido?

.....Então abro um período de esclarecimentos para pedidos de esclarecimento à proposta da Câmara. Quem se inscreve para pedidos de esclarecimento?

.....Lídio Correia.....

.....Faça o favor.

.....

.....**Presidente da Mesa** - Não, esta não foi discutida de facto.....
.....Eu peço silêncio na sala para ver se acabamos de facto este ponto.....
.....Eu tenho as minhas dúvidas.

.....**Lídio Correia** – Não é por mero acaso que aqui estou, até porque não é norma por nós na CDU falarmos só por falar, ou para perder tempo, e as questões formais contrariamente a vocês todos que são defensores do Estado de Direito Democrático e que as regras devem ser cumpridas, e parece que só nós é que não gostamos que se cumpram, nós cumprimos-las à risca, e consideramos que a Lei e o Regulamento são para se cumprirem, e por isso é que eu aqui estou! Esta é que é a grande questão.

.....E eu que queria questionar o Senhor Presidente da Câmara, para saber se na hipótese de a proposta da Câmara vir a ser aprovada, que contraria a proposta da ATMAD, é assim que se chama, se não houver alteração política destas circunstâncias e eu, reitero que não temos certeza nenhuma de que o Plano de Ordenamento do Parque de Montesinho esteja pronto, o ex-Director do Parque Natural de Montesinho e actual Director Regional de Agricultura diz que está pronto há dez anos! A verdade é que não está e nós não temos garantia nenhuma que esteja pronto amanhã, depois de amanhã, ou daqui a outros dez anos. Esta é que é a questão.

..... Por outro lado, nós estamos a por o carro à frente dos bois, a dizer, *ah não, agora isto vai ser assim*, aliás foi o papel que veio cumprir aqui a Águas de Trás-os-Montes relativamente à incapacidade que demonstra para resolver o problema a água, veio aqui dizer assim, *bom, agora já não é bem aqui que nós queremos, nós até queremos a outra*...Não nos veio trazer rigorosamente nada de objectivo.

.....Nós agora votamos isto, a Águas de Trás-os-Montes insiste na outra solução, e eu pergunto, o que é que vai fazer a Câmara Municipal? Qual é o papel da Câmara Municipal depois disto? Vai abandonar a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro? Vai-se embora? Deixa o sistema? Aliás, por nós dizemos-lhe assim, nunca lá devia ter entrado! Está escrito. Mas pergunto, é isso que vão fazer? Quanto é que vai pagar, e eu reitero a pergunta que fiz aqui há bocado, se deixar de pagar, se não pagar à Águas de Trás os Montes aceita também, como faz a Câmara a qualquer um dos consumidores de água, aceita também que a AMTAD lhe corte a água?

..... E por outro lado, quando falamos de adesão e do protocolo de adesão e já lá vão cinco anos, e eu lembro-me que a bagunça, peço desculpa pelo termo, mas o barulho que se gerou quando foi dessa discussão, aconteceu exactamente o mesmo que está aqui a acontecer aqui hoje, e teve que passar para outro dia. Não está lá escrito, eu pelo menos não conheço em lado nenhum, que se diga que tem que ser só, só exclusivamente Veiguinhas! Nós é que imaginávamos que deveria ser! Agora nada obriga a Águas de Trás-os-Montes a que seja Veiguinhas. Pode ser Veiguinhas, pode ser Parada, pode ser o Brinço, pode ser isto, pode ser aquilo!

..... E portanto pergunto, vamos imaginar que efectivamente, e vai acontecer, o PSD vai votar favoravelmente, as pessoas que estão aqui vão votar favoravelmente, e depois o Senhor Presidente diz assim, a ATMAD não faz isso e agora vou-me embora. São estas questões que eu queria colocar.....

.....E já agora Senhor Presidente da Mesa, peço imensa desculpa, mas faço-lhe recordar, eu não foi por mero acaso que há bocado perguntei, se se votavam primeiro as duas moções que aqui estavam e depois a do Senhor Presidente da Câmara...é que aquando da discussão, por exemplo, do Matadouro Municipal fez-se exactamente o inverso, e foi por isso que eu perguntei.....

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Obrigado.....

.....Henrique Ferreira. É suficientemente conhecido, para não ser preciso a esta hora da noite anunciá-lo.

.....**Henrique Ferreira** - Muito obrigado Senhor Presidente.

.....Não mereço esse elogio.

.....Bom, àquilo que está aqui na Certidão da Câmara é que nós vamos votar uma alternativa. Ou votar na proposta da ATMAD, no documento da AMTAD, ou votar na proposta da Câmara Municipal. A Câmara Municipal propõe não ao Documento da ATMAD, mas a Câmara Municipal coloca a possibilidade de se votar no documento da ATMAD. Portanto é isso que vai ser posto à votação não é Senhor Presidente da Mesa?

.....Mas então alteramos aqui a Certidão da Câmara Municipal?

.....Senhor Presidente da Mesa, a certidão da Câmara Municipal é muito clara, tem duas alternativas, a opção A e a opção B.

.....

.....**Henrique Ferreira** - Não pode!

.....Então ó! Senhor Presidente, então ...

.....

.....**Presidente da Mesa** - Claro que pode! Uma prejudica a outra!

.....**Henrique Ferreira** – Mas não é correcto! Não pode ser.....

.....**Presidente da Mesa** – Ó! Dr. Henrique, o Senhor que é veterano destas coisas, sabe que já se tem feito dezenas de vezes, em várias circunstâncias semelhante, vota-se uma

hipótese quando ela, e fica aprovada, quando ela prejudica a segunda... se a segunda está prejudicada não tem que ser votada!

.....**Henrique Ferreira** - Mas é um problema de conteúdo. É que uma coisa é eu votar não à opção A, outra coisa é eu votar não à opção B. é um problema de conteúdo. Formalmente se alguém impugnar isto, é nulo!

.....**Presidente da Mesa** - Não é nulo não...

.....**Henrique Ferreira** – É, é, é. Olhe faça como quiser, eu não impugno, mas em qualquer dos casos, chamo-lhe a atenção para isto porque não é correcto. E mais, e estamos a abrir um precedente gravíssimo porque isto não é o PREC. Não é chegar aqui e alterar um documento que vem da Câmara. Já é a segunda vez que isto acontece nesta Assembleia, e não pode ser. Não estamos em tempo de PREC! O Senhor Presidente não tem mandato para alterar aqui as coisas!

.....**Presidente da Mesa** – Ó! Dr. Henrique, vamos tentar explicar isto, que houve uma deliberação da Câmara, a deliberação da Câmara constou em adoptar a opção A, e pede à Assembleia que ratifique, aprove ou reprove esta opção que tomou. É tão simples como isto. É tão simples como isto, e não tem mais confusão nenhuma, e não vale a pena estarmos a.....

.....**Henrique Ferreira** - Não, não. Desculpe Senhor Presidente, não. Aprovar ou não a opção A, não é aprovar ou não a opção B.

.....**Presidente da Mesa** - - Ah pois não, é o contrário é...

.....**Henrique Ferreira** - Não em termos de conteúdo é completamente diferente Senhor Presidente da Assembleia. É que se eu voto na A, eu voto substantivamente no conteúdo da proposta do documento da ATMAD.

.....**Presidente da Mesa** - Não voto não, voto só uma.

.....E depois que seja contestada.

.....Muito obrigado pela sua intervenção.

.....**Henrique Ferreira** - Bem Senhores membros da Assembleia, Executivo e Presidência da Mesa, votos de Bom Natal e de muita paz.

.....**Presidente da Mesa** – Muita paz também para si.....

.....Alguém quer mais intervir sobre esta matéria?

.....Senhor membro da Assembleia Luís Silvestre, faça o favor.....

.....**Luís Silvestre** – Os Senhores desculpem, não fui eu que quis continuar a Assembleia, até me queria abster quando disseram para ir até às oito e meia... não me deixaram abster sequer.....

..... Isto está a ser uma Assembleia anormal, completamente anormal, eu não sei quando é que é a altura das questões relativamente a este ponto, não sobre as moções, porque as moções têm direito a perguntas e intervenções, este próprio ponto tem direito a perguntas e intervenções, ainda não sei quando é que começou ou quando terminou.

.....Relativamente como não sei de nada, o que eu vou dizer é o seguinte:

.....1.º lugar, eu e o Partido Socialista somos a favor da questão a Barragem de Veiguiñas.

.....2.º Lugar, não somos fundamentalistas, acho que o problema da água de Bragança não passa só por Veiguiñas.....

..... E deixando a deixo que o Senhor Presidente da Assembleia deixou aqui, a dizer que estes assuntos podiam ser preparados antes da discussão, eu faço já um apelo, não ponho moção porque já sei que vai ser reprovada, da maneira que isto está, se eu disser, vamos fazer..., reprova-se logo, e então o que eu proponho ao bom senso do Presidente a Assembleia, é que criem condições para um debate sobre a água.

.....E penso que o problema da água no Concelho de Bragança não passa só por Veiguiñas. Estou de acordo com Veiguiñas, mas eu não sou técnico.

..... E relativamente ao que o Henrique veio aqui dizer, se as pessoas souberem ler, tiverem o cuidado de ler e não só estar aqui a fazer como se faz no futebol, OUUUUUU! OUUUU, isto não é nada, leiam, o Henrique Ferreira tem razão no que diz, porque é o seguinte, eu posso querer estar de acordo com a opção A e não estar de acordo com a opção B. Mas eu posso dizer que algumas coisas da opção A sou a favor ou sou contra. Eu não posso estar condicionado, condicionarem-me a minha opção, dizer assim, se você votar contra é porque você é a favor disto, ou se você é a favor disto, está a votar contra isto. Não! Vocês não me podem tirar a minha liberdade de dizer aqui o que eu penso e o que eu acho sobre isto.

..... Eu sobre o que está aqui a acontecer, eu acho que a parte do documento que está escrito pode resolver o problema da água de Bragança, ao contrário do que as pessoas dizem aqui, acho que sim, acho que deve ser feita Veiguiñas

acho que deve ser reforçado o açude em Gostei, porque é preciso manter um caudal ecológico mínimo, para o Fervença no Verão não cheirar mal, por exemplo, as pessoas têm que pensar nisto, deixem de ser fundamentalistas.....

.....

.....**Presidente da Mesa** - Está na hora está.....

.....Está na hora e vamos votar.

.....Vamos votar e eu quero dizer à Assembleia que ponho à votação, com a convicção inteira de que aquilo que é votado em nada prejudica que venha a haver melhorias sobre aquilo que vai ser votado agora, porque ela, na minha leitura, não constitui nenhum quadro fechado. Isto é o que eu quero dizer, mas vamos por à votação o documento que tenho à minha frente, que foi aquele que a Câmara me entregou, não fui eu que fiz o documento.

.....Portanto vou por à votação a deliberação que a Câmara Municipal tomou, no sentido de:

.....“Ponto 1: Considerar que a proposta da ATMAD, não é fiável tendo em conta as tendências de agravamento da seca face à solução Veiguinhas, no plano económico, ambiental e energético. A solução, em termos globais, aponta mais no sentido da inviabilidade do que na viabilidade.....

.....Ponto 2: Considerar a actual proposta da ATMAD, contrária ao contrato de fornecimento, celebrado entre a AMTAD e a Câmara Municipal de Bragança e aprovado pela Assembleia Municipal.

.....Ponto 3: Considerar que a solução Veiguinhas deverá ser retomada, a partir de Março de 2007, com uma análise suficientemente detalhada, pois até à presente data, as razões de impacte ambiental não foram apresentadas de forma objectiva, nem se percebem os fundamentos que contrariam o interesse público, sendo que garantir o abastecimento de água a uma cidade e Concelho, mesmo no plano europeu, não deixa de representar um interesse público evidente, não se percebendo que outros interesses se poderão sobrepor. O interesse público tem assim e com clareza, ser destacado”.

.....É esta a resolução que o Executivo Municipal tomou e aprovou, e que pede à Assembleia que aprove ou desaprove. É isto que eu ponho à votação.

.....**Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com cinquenta e seis votos a favor, zero votos contra e nove abstenções, estando momentaneamente sessenta e cinco membros presentes. --**

.....**Presidente da Mesa** –Declarações de Voto?

.....Antes das declarações de voto, eu pedia aos Senhores representantes dos Grupos Municipais o favor de se dirigirem aqui só uns segundos e o Senhor Secretário a Mesa irá dar lugar às declarações de voto enquanto eu tenho aqui uma conversa. Muito obrigado.....

.....**Primeiro Secretário da Mesa** – Declarações de Voto?

.....Ao saírem temos que dar por encerrado porque ficamos sem quórum, e não vamos fazer declarações de voto e continuar os trabalhos se não houver quórum dentro da sala, não é assim?

.....O Senhores é que têm que decidir.

.....**Luís Silvestre** - Para que conste na acta, e para que eu me sinta bem com a minha consciência eu tenho a dizer o seguinte, eu absteve-me pela seguinte razão: na opção A o “*ponto 1 - Considerar que a proposta da ATMAD, não é fiável tendo em conta as tendências de agravamento da seca...*” eu sou contra este ponto, porque quem sou eu, a mim não me foi apresentado nenhum estudo a dizer que este estudo não é viável ou deixa de ser viável.

.....Relativamente ao “*ponto 2 - Considerar a actual proposta da ATMAD, contrária ao contrato de fornecimento, celebrado entre a AMTAD...*” sou a favor. Contraria de facto.

.....No “*ponto 3 - Considerar que a solução Veiguiñas deverá ser retomada...*” completamente a favor, sou a favor, voto favoravelmente.

.....Em relação à opção B, também voto não... ..

.....

.....**Luís Silvestre** - Era isso que nós queríamos fazer. Era dizer, na proposta da Câmara, ao que estamos a favor e ao que estamos contra. E isto é exercer democracia. Era isto tão simples. Não nos permitiram faze-lo.....

.....**Primeiro Secretário da Mesa** – Declarações de voto?.....

.....Rui, faz favor.

.....

.....**Primeiro Secretário da Mesa** - Não, aqui anunciou.

.....**Rui Correia** - Antes de mais desejar a todos umas Boas Festas... ..

..... Prescindo. Prescindo.

.....**Presidente da Mesa** – Mais declarações de voto?

.....Henrique Ferreira faça o favor.

.....**Henrique Ferreira** – Eu absteve-me por solidariedade para com o Município de Bragança, embora devesse ter votado contra face ao conteúdo da opção B. Agora, também me absteve porque acho que há aqui uma acção insensata para parafrasear as palavras do meu

amigo João Formosinho, porque a opção que os senhores aprovaram, é opção em branco, é um cheque em branco à Câmara, tanto para romper com a Águas de Portugal, que era o assunto que estava aqui latente.

.....Portanto o Senhor Presidente da Câmara jogou aqui em vários tabuleiros ao mesmo tempo, no sentido de ganhar legitimidade para romper com a Águas de Portugal. Mas o que os Senhores ganharam, também foi uma viagem em branco, ou seja, os senhores não sabem o que é que vai acontecer daqui para a frente. Provavelmente vamos ficar, primeiro, sem água, porque sem Barragem de Veiguiñas, em segundo lugar vamos ficar também sem qualquer possibilidade de no futuro se vir a construir Veiguiñas.

..... Portanto, por estas razões eu tive que em abster, mas acho que no futuro se deve ter bastante mais cuidado com as consequências daquilo que votamos.

.....**Presidente da Mesa** – Lídio Correia, faça o favor.

.....**Lídio Correia** – A CDU absteve-se nesta situação, porque para nós, como já dissemos várias vezes, é-nos indiferente que a água venha de Veiguiñas, venha de Gostei, venha de onde vier, consideramos que aquilo que é fundamental é o abastecimento de água à Cidade e à Região. Isto por um lado.

.....Por outro lado consideramos que efectivamente a ATMAD não cumpriu, nem está a cumprir o fim a que se destinou.

.....E por último, consideramos que se o PS, o PSD e o Senhor Presidente da Câmara quiserem, e pelos vistos todos eles são a favor de Veiguiñas, isto pode ser já resolvido amanhã, basta que para tanto suscitem a utilidade pública da Barragem de Veiguiñas e neste caso o Senhor Presidente da Câmara até já tem a experiência nomeadamente quanto à Quinta de Arufe.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – Faça o favor.

.....**Manuel Pires** – Ora boa noite, isto já vai longo, eu não podia deixar de manifestar aqui a minha declaração de voto, por uma razão objectiva. Eu votei de forma diferente do Partido Socialista. Votei de forma diferente do Partido Socialista, porque é verdade que isto já vem de uma longa história.

..... Em 2001 eu não pertencia a esta Assembleia, mas pertencia ao Secretariado do PS, nessa altura defendi veementemente que não devíamos entrar para a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, e defendi-o no Secretariado e levei até alguns Presidentes de Junta, que na altura eram nossos, e que os contactei para terem esse tipo de postura na Assembleia

Municipal, sei que foi, na altura segundo me contaram, foi uma Assembleia bastante agitada e penso que hoje está aqui reflectido exactamente que nós não ganhamos nada com isso. Se calhar com a prata da casa tínhamos resolvido o problema da água em Bragança.....

.....E depois há outra coisa que eu queria deixar aqui bem explícita, é que, o meu voto é para acautelar o interesse público, e a verdade, e isto já foi dito aqui pelo deputado do PC, a verdade é que nem um nem outro partido, nomeadamente do PS, e estamos a falar de quem manda nos Partidos, não estamos a falar propriamente da Assembleia Municipal de Bragança e dos membros que a constituem, não estão isentos de culpas nisso, porque de facto já houve dois pareceres negativos, e os pareceres negativos são, quer de uma quer de outra força política.

..... E também é verdade que não houve da parte de nenhum desses partidos o aproveitamento daquilo que disse aqui o Lídio Correia à bocado, que foi acautelar o interesse público, e de facto, se a água não pode vir de outro lado e se dali é mais viável porque vem por gravidade e porque não cria impactos ambientais, aliás, eu não compreendo porque é que há impactos ambientais nesta área, porque consegue-se trazer energia limpa, os ecologistas são a favor das energias renováveis, nós queremos ter energias renováveis, queremos ter água por gravidade não sendo preciso puxá-la nem nada, e além disso produzir energia, e não se faz...não se faz porque não há vontade política, mas a minha vontade política é que se faça ali e já. ...

.....Tenho dito.

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

.....Senhoras e Senhores membros da Assembleia, a Comissão Permanente reunirá oportunamente a fim de decidir sobre a continuação dos trabalhos, tendo também em conta a urgência deles em termos do funcionamento da própria Câmara Municipal e que portanto, teremos que pedir também para essa reunião e de ter consultas bilaterais com a Câmara Municipal.

.....Resta-me agradecer a todos, foi um dia árduo, nem sempre simples, e desejar os votos de um Feliz Natal e um ainda melhor Ano Novo para todos os membros da Assembleia e para as suas famílias.....

.....Muito obrigado a todos.....

- **OS PONTOS:**-----
- **4.2.4** – Adesão à Associação “Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas”; -----
- **4.2.5** – Projecto de Regulamento dos Transportes Urbanos de Passageiros do Município de Bragança;-----
- **4.3.1**- Da Cedência do Direito de Superfície de uma Parcela de Terreno no Aeródromo Municipal;-----
- **4.3.2**- Da Declaração Sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos. -----
- **NÃO FORAM APRECIADOS POR FALTA DE TEMPO.** -----

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

**I – PRESENCAS
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Machado Rodrigues
Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira
Segunda Secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

2 – Membros:

Amândio dos Anjos Gomes
Ana Maria Afonso
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Afonso
Augusto Acácio Morais
Cândido Vaz Alves
Carlos José Cadavez
Etelvina Rosa Pires
Francisco António Alves
Joaquim do Nascimento Pereira
José Alberto Moutinho Moreno
José António Lourenço Rodrigues
José Luís Baltazar
José Miguel Gonçalves Miranda
Júlio da Costa Carvalho
Luís Manuel Ferro Azevedo
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso
Maria Gonçalves C. Sampaio da Veiga
Maria Madalena Morais Morgado
Maria Olinda Pereira Silva
Martina Isabel Veiga Dias
Martinho Eduardo Nascimento
Nuno Alvares Pereira
Nuno Filipe Machado Reis
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco José Gonçalves Vaz

PARTIDO SOCIALISTA

Amílcar dos Anjos Pires
António Rodrigues Vieira
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Francisco Manuel Esteves Marcos
Henrique da Costa Ferreira
João Batista Ortega
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Pedro Miguel Fernandes Teixeira
Victor Fernando Simões Alves
Vítor Prada Pereira

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Lídio Alberto Correia
Luís de Sousa Costa

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

ALFAIÃO	João Adriano Rodrigues
AVELEDA	Isidro Carlos Pereira Rodrigues
BABE	Manuel António Esteves
CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes
CARRAGOSA	Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale
CARRAZEDO	Nuno António Baptista Pousa
CASTRELOS	Amílcar Pereira Ventura
CASTRO DE AVELÃS	José Vicente Fernandes
COELHO	Ernesto António Fernandes
DEILÃO	Manuel Benites Inácio
DONAI	Luís Aníbal Rodrigues Martins
ESPINHOSELA	Hélder Augusto Martins
FAÍLDE	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
FRANÇA	Amândio dos Santos Costa
GIMONDE	João Victor Alves
GONDESENDE	Orlando Gilberto Figueiredo Pires (Substituto Presidente)
GOSTEI.	Carolina de Jesus Fernandes
GRIJÓ DE PARADA	Maria Helena Santos Branco
IZEDA	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
MACEDO DO MATO	João do Nascimento Fernandes
MEIXEDO	Luís Urbano Gonçalves
NOGUEIRA	José António Prada
PARADA	António Manuel Afonso Pires
PARÂMIO	Manuel João Afonso Fernandes
PINELA	António Jorge Brás Pires
POMBARES	Afonso Augusto Pires Domingues
QUINTANILHA	Sérgio Miguel Borges Romão
QUINTELA DE LAMPAÇAS	Victor Manuel Costa
RABAL	Paulo Hermenegildo de Castro João
REBORDAINHOS	Albino Alves Rodrigo
REBORDAOS	Adriano Augusto Correia Rodrigues
RIO FRIO	Humberto Amândio Garcia
RIO DE ONOR	António José Preto
SALSAS	Filipe Osório Caldas
SAMIL	Eduardo Joaquim Portela
SANTA COMBA DE ROSSAS	Francisco Manuel Ferreira
SANTA MARIA - BRAGANÇA	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	Elias dos Santos Vara

SÃO PEDRO DOS SERRACENOS
SÉ – BRAGANÇA
SENDAS
SERAPICOS
SORTES
ZOIO

António Carlos de Sá
Paulo Jorge Almendra Xavier
Marco Paulo de Jesus Frei (Substituto Presidente)
Armando Augusto Venâncio Dias
Juvêncio Alves de Carvalho
Manuel Diogo Afonso

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Domingos Moura dos Santos (**Justificada**)
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro (**Justificada**)

PARTIDO SOCIALISTA

Armando Pinto Bento
Lídia Gomes Valinho (**Justificada**)

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

BAÇAL	João Francisco Alves (Justificada)
MILHÃO	António Alcino Fernandes (Justificada)
MÓS	Anselmo Aníbal Martins (Justificada)
OUTEIRO	João Augusto Paiva (Justificada)
PARADINHA NOVA	Domingos António Seca (Justificada)

B- CÂMARA **PRESENCAS:**

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores: Rui Afonso Cepeda Caseiro
Maria Idalina Alves de Brito
Maria de Fátima Gomes Fernandes
Armando Nuno Gonçalves Cristóvão
Francisco Manuel Gonçalves

.....Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão cerca das vinte horas, e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na primeira sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em 26/02/2007 - vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

O Presidente da Mesa, _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária, _____

NOTAS:

1 – No discurso sobre o Estado e Vida do Município os esclarecimentos adicionais prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, aquando da apresentação do mesmo, encontram-se escritos a itálico;-----

2 – Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros da Assembleia, encontram-se, também, escritas em itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.-----

3 – Não se incluem na presente acta (enviados convocatória nº.116 de 30/11/2007), constam do respectivo original, os seguintes documentos:

- Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipal e Orçamento Municipal para o ano de 2007 (páginas 75 a 250);

-Mercado Municipal de Bragança – EM - Dossier de Avaliação – Outubro de 2006 (páginas 312 a 326);

-Reforço de Abastecimento de Água a Bragança – Estudo de Origens e Alternativas – Dossier de síntese (347 a 376).